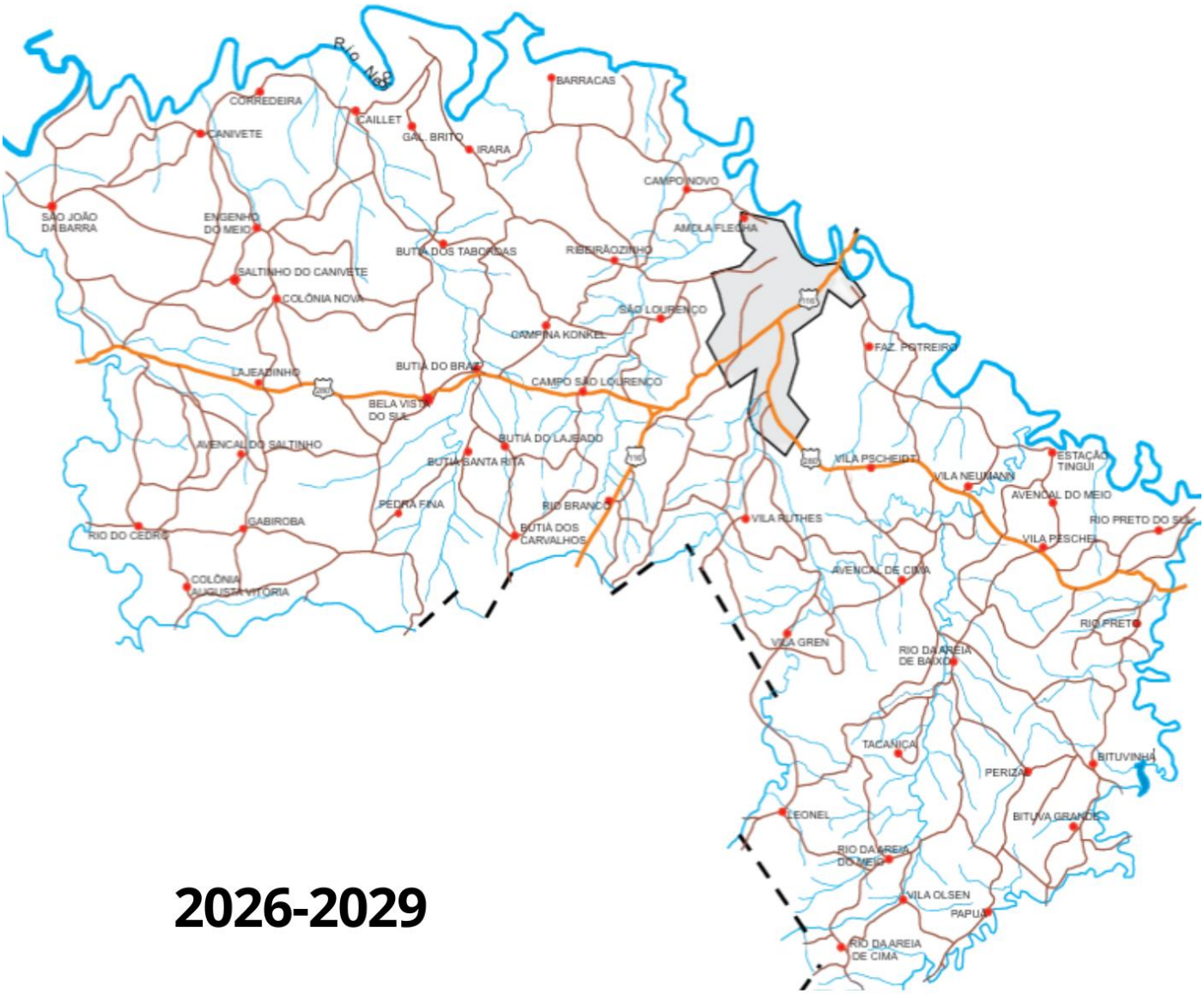
PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



2026-2029

ENTE FEDERATIVO

Município de Mafra-SC

Porte do Município: Médio Porte

Prefeito: Emerson Maas

Vice-Prefeito: Carlos Nitz

Endereço: Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 1386, 1º Andar, Edifício Francisco Grossel, Alto de Mafra, CEP: 89300-070

Contato: (47) 3641-4000

Email: gabinete@mafra.sc.gov.br

Site: www.mafra.sc.gov.br

ÓRGÃO GESTOR DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação

Endereço: Rua Frederico Heyse, 623 - sala 1, Centro I, CEP: 89300-182

Contato: (47) 38424465

Email: assistenciasocial@mafra.sc.gov.br

Gestora Responsável: Danielle Kondlatsch

Nível de Gestão: Plena

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Gestora do FMAS: Danielle Kondlatsch

Lei de Criação do FMAS: Lei Municipal nº 2.095, de 29 de abril de 1996

CNPJ: 15.470.555/0001-74

Fontes de Recursos: (x) Federal (x) Estadual (x) Municipal

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Presidente: Thiago Endler

Endereço: Rua Frederico Heyse, 623 - sala 1, Centro I, CEP: 89300-182

Contato: (47) 38424465, ramal 5057

Email: cmas@mafra.sc.gov.br

Instância de Controle Social do Programa Bolsa Família: (x) Sim

EQUIPE DE ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Amanda Thaís Oliveira de Souza – Psicóloga

Ana Cristina Lourenço – Assistente de Gabinete

Andreia Gaudêncio Rauen Nardo – Assistente Social

Danielle Kondlatsch – Gestora

Danilo Niespodzinski – Psicólogo

Fabiana Silveira – Agente administrativa

Gabrielle Korczagin Padilha – Psicóloga

Juliana Broll – Representante dos Usuários do SUAS

Maike Sheila Tschoeke Steidel – Assistente Social

Natália Bozza Pegoraro – Advogada

Sandra Turnes – Representante do Conselho Municipal de Assistência Social

LISTA DE SIGLAS

AMADEV – Associação Mafrense dos Deficientes Visuais

APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

APS – Atenção Primária à Saúde

BPC – Benefício de Prestação Continuada

CADSUAS – Cadastro Nacional do SUAS

CADÚNICO – Cadastro Único para Programas Sociais

CAF – Cadastro Nacional da Agricultura Familiar

CAISAN – Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional

CANoA – Casa de Passagem Novo Amanhecer

CCI – Centro de Convivência do Idoso

CECAD – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico

CENTRO POP – Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua

CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social

CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social

CNEFE – Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos

COMDEM – Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência no Município de Mafra

CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

CRAS – Centros de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf

EAN – Educação Alimentar e Nutricional

ESF – Estratégias de Saúde da Família

FECAM – Federação de Consórcios, Associações de Municípios e Municípios de Santa Catarina

IAN – Insegurança Alimentar e Nutricional

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

ILPIs – Instituição de Longa Permanência

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

INSAN – Insegurança Alimentar e Nutricional

INSS – Instituto de Seguridade Social

LA – Liberdade Assistida

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

MEC – Ministério da Educação

MJPS – Maria José Pinto da Silva

MSE – Medida Socioeducativa em Meio Aberto

NOB/SUAS – Norma Operacional Básica do SUAS

OMS – Organização Mundial da Saúde

OSC – Organizações da Sociedade Civil

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PAB – Programa Auxílio Brasil

PAEFI – Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos

PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família

PBF – Programa Bolsa Famílias

PIA – Plano Individual de Atendimento

PMAS – Plano Municipal de Assistência Social

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PSB – Proteção Social Básica

PSC – Prestação de Serviços à Comunidade

PSE – Proteção Social Especial

PSR – Pessoa em Situação de Rua

RI – Residência Inclusiva

RF – Responsável familiar

RMA – Registro Mensal de Atendimentos

SAN – Segurança Alimentar e Nutricional

SMASH – Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação

SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SINAN – Sistema de Informação de Agravos de Notificação

SISAN – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SIM – Sistema de Informação sobre Mortalidade

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

VIS DATA – Visualizador de dados Sociais

VSA – Vigilância Socioassistêncial

UBS – Unidade Básica de Saúde

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Fluxograma da organização da Política de Assistência Social e a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais. Fonte: Janice Merigo, Federação de Consórcios, Associações de Municípios e Municípios de Santa Catarina (FECAM, 2010). Atualizado em 2021. 24
Figura 2 - Mapa mostrando a localização de Mafra, SC. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. 27
Figura 3 - Mapa com os municípios limítrofes de Mafra, SC. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. 28
Figura 4 - Pirâmide Etária da população de Mafra, SC. Elaborado por Ana Cristina Lourenço- Vigilância Socioassistencial 2025. Fonte dos dados: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Censo IBGE), 2022. 29
Figura 5 - Total de habitantes por setor censitário. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: IBGE, 2022. 30
Figura 6 - Distribuição de grupos étnico-racial de Mafra, SC. Elaborado por Ana Cristina Lourenço - Vigilância Socioassistencial 2025. Fonte dos dados: Censo IBGE, 2022. 31
Figura 7 - Distribuição das pessoas brancas por setor censitário. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: IBGE, 2022. 32
Figura 8 - Distribuição das pessoas pretas por setor censitário. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: IBGE, 2022. 32
Figura 9 - Distribuição das pessoas pardas por setor censitário. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: IBGE, 2022. 33
Figura 10 - Distribuição das pessoas amarelas por setor censitário. Elaboração: Fabiana Silveira- Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: IBGE, 2022. 33
Figura 11 - Distribuição das pessoas indígenas por setor censitário. Elaboração: Fabiana Silveira- Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: IBGE, 2022. 34
Figura 12 - Rendimento nominal médio das pessoas responsáveis por domicílios particulares por setor censitário Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: IBGE, 2022. 36
Figura 13 - Mapa com a localização dos estabelecimentos de ensino tanto na área urbana quanto rural de Mafra, SC. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Fonte dos dados: IBGE, CNEFE, 2022. 37
Figura 14 - Evolução do IDEB - Anos iniciais em Mafra, SC. Elaborado por Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial 2025. Fonte dos dados: INEP, 2025. 40

Figura 15 - Evolução do IDEB - Anos finais em Mafra, SC. Elaborado por Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial 2025. Fonte dos dados: INEP, 2025. 40
Figura 16 - Evolução do IDEB - Ensino médio em Mafra, SC. Elaborado por Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial 2025. Fonte dos dados: INEP, 2025. 41
Figura 17 - Taxas de aprovação entre 2017 a 2023 - Anos iniciais. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Fonte: INEP, 2025. 42
Figura 18 - Taxas de aprovação entre 2017 a 2023 - Anos finais. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Fonte: INEP, 2025. 42
Figura 19 - Taxas de aprovação entre 2017 a 2023 - Ensino Médio. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Fonte: INEP, 2025. 43
Figura 20 - Mapa com a localização dos estabelecimentos de saúde tanto na área urbana quanto rural de Mafra, SC. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Fonte dos dados: IBGE, CNEFE, 2022. 44
Figura 21 - Mortalidade infantil Fonte dos dados: Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM). Elaborado por Ana Cristina Lourenço - Vigilância Socioassistencial 2025. 47
Figura 22 - Organograma do Sistema Único de Assistência Social de Mafra, SC. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: Lei Complementar nº 49 de 23 de outubro de 2017. 51
Figura 23 - Mapa com as delimitações das áreas de abrangência de cada CRAS em Mafra, SC. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025 53
Figura 24 - Fachada do CRAS Central de Mafra, SC. Foto: Fabiana Silveira. 2025. 54
Figura 25 - Fachada do CRAS MJPS de Mafra, SC. Foto: Fabiana Silveira. 2025. 54
Figura 26 - Habitantes por setor censitário de acordo com a área urbana de abrangência de cada CRAS. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: IBGE, 2022. 55
Figura 27 - Número de atendimentos particularizados nos CRAS em Mafra nos anos de 2017 a 2024. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: RMA, 2017 a 2024. 71
Figura 28 - Número de visitas domiciliares realizadas pelos CRAS em Mafra nos anos de 2017 a 2024. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: RMA, 2017 a 2024. 72
Figura 29 - Número de encaminhamentos realizados para o CREAS em Mafra nos anos de 2017 a 2024. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: RMA, 2017 a 2024. 73
Figura 30 - Número de atendimentos individualizados no CREAS em Mafra nos anos de 2017 a 2024. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: RMA, 2017 a 2024. 73
Figura 31 - Número de visitas domiciliares realizadas pelo CREAS em Mafra nos anos de 2017 a 2024. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: RMA, 2017 a 2024. 74

Figura 32 - Número de famílias encaminhadas do CREAS para o CRAS em Mafra nos anos de 2017 a 2025. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: RMA, 2017 a 2025. 75
Figura 33 - Número de benefícios eventuais (suplementação alimentar) concedidos por cada equipamento do SUAS/Mafra em 2024. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: Segurança Alimentar e Nutricional de Mafra, 2025. 76
Figura 34 - Número de novas famílias acompanhadas no PAIF em Mafra nos anos de 2017 a 2024 no CRAS MJPS e CRAS Central. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: RMA, 2017 a 2024. 78
Figura 35 - Novas famílias inseridas em acompanhamento no PAIF beneficiárias do Programa Bolsa Família em Mafra nos anos de 2017 a 2024 no CRAS MJPS e CRAS Central. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: RMA, 2017 a 2024. 79
Figura 36 - Novas famílias inseridas em acompanhamento no PAIF beneficiárias do Programa Bolsa Família em não cumprimento de condicionalidades em Mafra nos anos de 2017 a 2024 no CRAS MJPS e CRAS Central. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: RMA, 2017 a 2024. 80
Figura 37 - Novas famílias inseridas em acompanhamento no PAIF com membros beneficiários do BPC em Mafra nos anos de 2017 a 2024 no CRAS MJPS e CRAS Central. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: RMA, 2017 a 2024. 81
Figura 38 - Famílias encaminhadas para inclusão no Cadastro Único em Mafra nos anos de 2017 a 2024 no CRAS MJPS e CRAS Central. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: RMA, 2017 a 2024. 82
Figura 39 - Famílias encaminhadas para atualização cadastral no Cadastro Único em Mafra nos anos de 2017 a 2024 no CRAS MJPS e CRAS Central. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: RMA, 2017 a 2024. 82
Figura 40 - Indivíduos encaminhados para acesso ao BPC em Mafra nos anos de 2017 a 2024 no CRAS MJPS e CRAS Central. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: RMA, 2017 a 2024. 83
Figura 41 - Número de atendimentos realizados pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no CRAS Central em Mafra em 2024. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: RMA- SCFV, 2024. 84
Figura 42 - Número de atendimentos realizados pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no CRAS MJPS em Mafra em 2024. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: RMA - SCFV, 2024. 85
Figura 43 - Número de grupos atendidos pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos em Mafra em 2024. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: SCFV, 2025. 86

Figura 44 - Número de novos casos em acompanhamento pelo PAEFI entre 2016 e 2024 em Mafra, SC. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: RMA, 2016 a 2025. 87
Figura 45 - Número de novas pessoas vitimadas que ingressaram no PAEFI entre 2016 e 2024 em Mafra, SC. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: RMA, 2016 a 2024. 87
Figura 46 - Número de crianças ou adolescentes em situações de violência ou violação que ingressaram no PAEFI entre 2016 e 2024 em Mafra, SC. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: RMA, 2016 a 2024. 88
Figura 47 - Número de idosos em situações de violência ou violação que ingressaram no PAEFI entre 2016 e 2024 em Mafra, SC. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: RMA, 2016 a 2024. 88
Figura 48 - Violências atendidas pelo PAEFI entre 2016 e 2024 em Mafra, SC. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: RMA, 2016 a 2024. 90
Figura 49 - Pessoas atendidas pelo PAEFI entre 2016 e 2024 distribuídas pelos bairros da área urbana em Mafra, SC. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: PAEFI, 2016 a 2024. 91
Figura 50 - Número de mulheres que registraram Boletim de Ocorrência e que estes chegaram ao CREAS entre 2023 e 2024 em Mafra, SC. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: PAEFI, 2023 e 2024. 93
Figura 51 - Número de mulheres vítimas de violência que registraram Boletim de Ocorrência entre 2023 e 2024 em Mafra, SC e que solicitaram Medida Protetiva. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: PAEFI, 2023 e 2024. 94
Figura 52 - Número de mulheres vítimas de violência que registraram Boletim de Ocorrência entre 2023 e 2024 em Mafra, SC e que decidiram representar. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: PAEFI, 2023 e 2024. 94
Figura 53 - Faixa etária das mulheres vítimas de violência que registraram Boletim de Ocorrência e que estes chegaram ao CREAS entre 2023 e 2024 em Mafra, SC. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: PAEFI, 2023 e 2024. 95
Figura 54 - Vínculos de relação com as mulheres vítimas de violência que registraram Boletim de Ocorrência entre 2023 e 2024 em Mafra, SC. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: PAEFI, 2023 e 2024. 96
Figura 55 - Faixa etária dos agressores das mulheres vítimas de violência que registraram Boletim de Ocorrência entre 2023 e 2024 em Mafra, SC. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: PAEFI, 2023 e 2024. 96

Figura 56 - Fatos/ocorrências relatados pelas mulheres vítimas de violência que registraram Boletim de Ocorrência entre 2023 e 2024 em Mafra, SC. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: PAEFI, 2023 e 2024. 97
Figura 57 - Número de mulheres vítimas de violência doméstica que registraram Boletim de Ocorrência Mafra, SC em 2023. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: PAEFI, 2023.....98
Figura 58 - Número de mulheres vítimas de violência doméstica que registraram Boletim de Ocorrência Mafra, SC em 2024. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: PAEFI, 2024.....98
Figura 59 - Número total de adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa entre 2014 e 2024 em Mafra, SC. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: MSE, 2014 a 2024. .99
Figura 60 - Número total de adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa entre 2014. 100
Figura 61 - Número total de tipos de Medida Socioeducativa entre 2014 e 2024 em Mafra, SC. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: MSE, 2014 a 2024. 100
Figura 62 - Número total de adolescentes cumprindo MSE que estão estudando, finalizaram, abandonaram a escola ou sem informação entre 2014 a 2024 em Mafra, SC. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: MSE, 2014 a 2024. 101
Figura 63 - Faixa etária dos adolescentes cumprindo MSE entre 2014 a 2024 em Mafra, SC. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: MSE, 2014 a 2024. 102
Figura 64 - Faixa de renda familiar dos adolescentes cumprindo MSE entre 2014 a 2024 em Mafra, SC em Salários-Mínimos. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: MSE, 2014 a 2024.....103
Figura 65 - Número de adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto em Mafra, SC em 2024. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: MSE, 2024.....104
Figura 66 - Total dos acolhimentos no Abrigo Institucional Benemérito Epitácio Schumacher entre 2021 e outubro de 2025 em Mafra, SC. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: Abrigo Institucional Benemérito Epitácio Schumacher, 2025. 105
Figura 67 - Faixa etária dos acolhimentos no Abrigo Institucional Benemérito Epitácio Schumacher em 2024 por gênero em Mafra, SC. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: Abrigo Institucional Benemérito Epitácio Schumacher, 2025. 105
Figura 68 - Faixa etária dos acolhimentos no Abrigo Institucional Benemérito Epitácio Schumacher de janeiro a outubro de 2025 por gênero em Mafra , SC. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: Abrigo Institucional Benemérito Epitácio Schumacher, 2025. 106
Figura 69 - Total dos acolhimentos na CANoA entre 2023 e 2024 em Mafra, SC. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: RM CREAS, 2023 e 2024. 107

Figura 70 - Total dos acolhimentos em ILPIs entre 2018 e 2025 em Mafra, SC. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: RM CREAS, 2018 a 2025. * 2025 contabilizou de janeiro a outubro. 108
Figura 71 - Número de famílias beneficiadas com o Programa de Aquisição de Alimentos por cada CRAS de agosto a novembro de 2024. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: Segurança Alimentar e Nutricional, Mafra, 2025. 109
Figura 72 - Distribuição da população inscrita no CECAD entre urbano e rural. Elaboração: Fabiana Silveira -Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024. 112
Figura 73 - Composição das famílias inscritas no CECAD. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024. 113
Figura 74 - Distribuição da população inscrita no CECAD por faixa etária. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024 e Censo 2022. 114
Figura 75 - Distribuição da população urbana inscrita no CECAD por bairro. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024. 115
Figura 76 - Distribuição da população urbana inscrita no CECAD por bairro com renda zero. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024. 115
Figura 77 - Distribuição da população inscrita no CECAD por faixa etária com renda zero. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024. 116
Figura 78 - Distribuição da população inscrita no CECAD por faixa etária com renda de até R$218,00 per capita mensal. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024 e Censo 2022. 117
Figura 79 - Distribuição da população urbana inscrita no CECAD por bairro com renda de até R$218,00 per capita mensal. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024. 117
Figura 80 - Distribuição da população urbana de mulheres como responsável familiar por bairro. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024. 118
Figura 81 - Distribuição da população inscrita no CECAD por nível de escolaridade. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024 e Censo 2022. 119
Figura 82 - Tipos de domicílios da população inscrita no CECAD. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024. 120
Figura 83 - Domicílios com água canalizada da população inscrita no CECAD. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024. 120
Figura 84 - Formas de abastecimento de água nos domicílios da população inscrita no CECAD. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024. 121

Figura 85 - Presença de banheiro nos domicílios da população inscrita no CECAD. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024 e Censo 2022. 121
Figura 86 - Formas de escoamento sanitário nos domicílios da população inscrita no CECAD. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024. 122
Figura 87 - Formas de coleta de lixo nos domicílios da população inscrita no CECAD. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024. 122
Figura 88 - Tipo de iluminação nos domicílios da população inscrita no CECAD. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024. 123
Figura 89 - Calçamento em frente ao domicílio nos domicílios da população inscrita no CECAD. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024. 123
Figura 90 - Distribuição da população urbana com até 6 anos inscrita no CECAD por bairro. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024. 124
Figura 91 - Distribuição da população urbana com até 6 anos e renda de até R$218,00 per capita mensal inscrita no CECAD por bairro. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024. 125
Figura 92 - Distribuição da população urbana idosa inscrita no CECAD por bairro. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024. 126
Figura 93 - Número total das pessoas inscritas no CadÚnico com mais de 60 anos e renda até R$218,00. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024. ..127
Figura 94 - Número total das pessoas inscritas no CadÚnico de agosto de 2012 a fevereiro de 2025 e que recebem BPC. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: VIS DATA 3, março de 2025. 128
Figura 95 - Número total das pessoas inscritas no CadÚnico de agosto de 2012 a fevereiro de 2025 com alguma deficiência. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: VIS DATA 3, março de 2025. 128
Figura 96 - Distribuição da população urbana que apresenta alguma deficiência por bairro. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024. 129
Figura 97 - Número total das pessoas inscritas no CadÚnico de agosto de 2012 a fevereiro de 2025 e que recebem BPC. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: VIS DATA 3, março de 2025. 130
Figura 98 - Pessoas em situação de rua inscritas no CadÚnico de agosto de 2012 a fevereiro de 2025 e que recebem PBF. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: VIS DATA 3, março de 2025. 131

Figura 99 - População em situação de rua inscrita no CECAD que recebem o benefício Bolsa Família. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024. ..131
Figura 100 - População inscrita no CECAD de acordo com o gênero. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024. 132
Figura 101 - População em situação de rua por cor/raça inscrita no CECAD. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024.....132
Figura 102 - Distribuição da população em situação de rua inscrita no CECAD por faixa etária. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024. 133
Figura 103 - Distribuição da população em situação de rua inscrita no CECAD de acordo com o grau de instrução. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024.....134
Figura 104 - Tempo em que a população em situação de rua inscrita no CECAD está na rua. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024. 135
Figura 105 - Motivo da população em situação de rua inscrita no CECAD estarem em situação de rua. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024. ..136
Figura 106 - População em situação de rua inscrita no CECAD que vivem com sua família na rua. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024. 136
Figura 107 - Contato com parente fora da situação de rua da população em situação de rua inscrita no CECAD. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024. ..137
Figura 108 - Distribuição da população em situação de rua inscrita no CECAD de acordo com o estado de nascimento. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024.....138
Figura 109 - Período de tempo em que a população em situação de rua inscrita no CECAD reside em Mafra. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024. ..138
Figura 110 - População em situação de rua inscrita no CECAD com carteira assinada. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024.....139
Figura 111 - População em situação de rua inscrita no CECAD e formas de obter dinheiro. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024.....140
Figura 112 - População em situação de rua inscrita no CECAD com algum tipo de deficiência. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024. 140
Figura 113 - Descrição do tipo de deficiência da população em situação de rua inscrita no CECAD. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024. ..141
Figura 114 - População indígena inscrita no CECAD de acordo com o gênero. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024.....141

Figura 115 - Distribuição da população indígena inscrita no CECAD por faixa etária. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024. 142
Figura 116 - Distribuição da população indígena inscrita no CECAD de acordo com o grau de instrução. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024. .. 143
Figura 117 - Distribuição da população indígena inscrita no CECAD de acordo com o estado de nascimento. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024. .. 143
Figura 118 - Distribuição da população de imigrantes inscrita no CECAD de acordo com o país de origem. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024. .. 144
Figura 119 - Distribuição da população de imigrantes inscrita no CECAD de acordo com a faixa etária. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024. .. 145
Figura 120 - Distribuição da população urbana de imigrantes por bairro. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024. 146
Figura 121 - Distribuição por gênero da população inscrita no Cadastro Único e atendida pelo CRAS Maria José Pinto da Silva, Mafra, SC. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024. 146
Figura 122 - Faixa etária da população atendida pelo CRAS Maria José Pinto da Silva, Mafra, SC. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024. 147
Figura 123 - População atendida pelo CRAS Maria José Pinto da Silva, Mafra, SC com renda zero. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024. .. 148
Figura 124 - População atendida pelo CRAS Maria José Pinto da Silva, Mafra, SC que recebem ou não o PBF. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024. .. 148
Figura 125 - Distribuição por gênero da população atendida pelo CRAS Central, Mafra, SC. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024. 149
Figura 126 - Faixa etária da população atendida pelo CRAS Central, Mafra, SC. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024. 149
Figura 127 - População atendida pelo CRAS Central, Mafra, SC com renda zero. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024. 150
Figura 128 - População atendida pelo CRAS Central, Mafra, SC que recebem ou não o PBF. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024. 150
Figura 129 - Distribuição de famílias inscritas no Bolsa Família entre agosto de 2012 a janeiro de 2025. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: VIS DATA 3, abril de 2025. ... 151
Figura 130 - Distribuição de pessoas beneficiárias do Bolsa Família de dezembro de 2013 até outubro de 2021; de novembro de 2021 até fevereiro de 2023 no benefício Auxílio Brasil; de março de 2023 até janeiro de 2025

beneficiários do Bolsa Família novamente. Elaboração: Fabiana Silveira – Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: VIS DATA 3, fevereiro de 2025. 152
Figura 131 - Distribuição da população urbana que recebem benefício Bolsa família por bairro. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024. 153
Figura 132 - Grupo focal dos usuários preenchendo a Linha do Tempo do SUAS. Foto: Autores, 2025. ... 157
Figura 133 - Grupo focal dos coordenadores e gestão preenchendo a Linha do Tempo do SUAS. Foto: Autores, 2025..... 158
Figura 134 - Grupo focal dos trabalhadores preenchendo a Linha do Tempo do SUAS. Foto: Autores, 2025. 159
Figura 135 - Gênero dos servidores da Secretaria de Assistência Social e Habitação de Mafra/SC, 2025. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. 190
Figura 136 - Gênero dos conselheiros municipais do Conselho Municipal de Assistência Mafra/SC, 2025. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. 190
Figura 137- Faixa etária dos trabalhadores do Sistema Único da Assistência Social Mafra/SC, 2025. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. 191
Figura 138 - Escolaridade dos trabalhadores do Sistema Único da Assistência Social Mafra/SC, 2025. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. 192
Figura 139 - Vínculo empregatício dos trabalhadores do Sistema Único da Assistência Social Mafra/SC, 2025. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. 193

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Abrangência das escolas do município. Elaboração: Ana Cristina Lourenço -Vigilância Socioassistencial, 2024. Fonte dos dados: Secretaria Municipal de Educação, 2024. 38
Quadro 2 - Localização das Estratégias de Saúde da Família no município de Mafra. SC. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: Secretaria Municipal de Saúde, 2025. 45
Quadro 3 - Cobertura vacinal 2024. Elaboração: Ana Cristina Lourenço - Vigilância Socioassistencial, 2024. Fonte dos dados: Secretaria Municipal de Saúde, 2025. 46
Quadro 4 - Tipos de violência notificadas pelo SINAN no município de Mafra, SC. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: SINAN, 2024. 48
Quadro 5 - Tipos de violência por idade notificadas pelo SINAN no município de Mafra, SC. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: SINAN, 2024.....49
Quadro 6 - Tipos de violência e local de ocorrência notificadas pelo SINAN no município de Mafra, SC. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: SINAN, 2024. 49
Quadro 7 - População total do município de Mafra, SC, população total da área de abrangência do CRAS MJPS. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: IBGE, 2022.....55
Quadro 8 - População total do município de Mafra, SC por faixa etária, porcentagem da população total da área de abrangência do CRAS MJPS por faixa etária comparado com a população total. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: IBGE, 2022. 56
Quadro 9 - População total do município de Mafra, SC, população total da área de abrangência do CRAS Central. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: IBGE, 2022.....56
Quadro 10 - População total do município de Mafra, SC por faixa etária, porcentagem da população total da área de abrangência do CRAS Central por faixa etária comparado com a população total. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: IBGE, 2022. 57
Quadro 11 - Pessoas atendidas pelo PAEFI entre 2016 e 2024 distribuídas pelas áreas rurais em Mafra, SC. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: RMA, 2016 a 2024.....92
Quadro 12 - Dados do Programa de Segurança Alimentar entre 2021 e 2024 em Mafra. SC. Fonte dos Dados: SAN, 2025.....109
Quadro 13 - Dados do Programa de Segurança Alimentar entre 2021 e 2024 em Mafra. SC. Fonte dos Dados: SAN, 2025.....110
Quadro 14 - Metas e ações estratégicas da gestão do SUAS de Mafra, SC para os anos 2026, 2027, 2028 e 2029.....160
Quadro 15 - Metas e ações estratégicas da Segurança Alimentar e Nutricional do SUAS de Mafra, SC para os anos 2026,2027, 2028 e 2029. 165

Quadro 16 - Metas e ações estratégicas da Proteção Social Básica do SUAS de Mafra, SC para os anos 2026,2027, 2028 e 2029. 167
Quadro 17 - Metas e ações estratégicas da Proteção Social Especial de Média Complexidade do SUAS de Mafra, SC para os anos 2026,2027, 2028 e 2029. 170
Quadro 18 - Metas e ações estratégicas da Proteção Social Especial de Alta Complexidade do SUAS de Mafra, SC para os anos 2026,2027, 2028 e 2029. 173
Quadro 19 - Metas e ações estratégicas do Controle Social do SUAS de Mafra, SC para os anos 2026,2027, 2028 e 2029. 175
Quadro 20 - Metas e ações estratégicas do Cadastro Único do SUAS de Mafra, SC para os anos 2026, 2027, 2028 e 2029. 177
Quadro 21 - Metas e ações estratégicas do Centro de Convivência do Idoso de Mafra, SC para os anos 2026, 2027, 2028 e 2029. 178
Quadro 22 - Funções da Gestão da Política de Assistência Social previstas na LOAS e NOB-RH/SUAS. . 180
Quadro 23 - Áreas de cobertura do Centro de Assistência Social (CRAS) 181
Quadro 24 - Serviços de Proteção Social Básica estabelecidos na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais 181
Quadro 25 - Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade estabelecidos na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. 182
Quadro 26 - Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade estabelecidos na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. 183
Quadro 27- Benefícios eventuais previstos na lei Municipal nº 4670/2023. 184
Quadro 28 - Composição da equipe de referência da Gestão prevista na NOB-RH/SUAS. 185
Quadro 29 - Composição da equipe de referência da Proteção Social Básica CRAS Central prevista na NOB-RH/SUAS 186
Quadro 30 - Composição da equipe de referência da Proteção Social Básica CRAS MJPS prevista na NOB-RH/SUAS 187
Quadro 31 - Composição da equipe de referência da Proteção Social Especial de Média Complexidade prevista na NOB-RH/SUAS. 188
Quadro 32 - Composição da equipe de referência da Proteção Social Especial de Alta Complexidade prevista na NOB-RH/SUAS. 189
Quadro 33 - Frota disponível no município de Mafra, SC. 194
Quadro 34 - Imóveis-sedes disponíveis no município de Mafra, SC. 195
Quadro 35 - Rede socioassistencial disponível no município de Mafra, SC. 196
Quadro 36 - Monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Assistência Social de Mafra, SC 197

Quadro 37 - Planejamento financeiro para os anos de 2026-2029 em Mafra, SC.....198

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS 4
LISTA DE QUADROS 16
1. INTRODUÇÃO 23
2. METODOLOGIA 26
3. DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE MAFRA 27
3.1. DADOS DEMOGRÁFICOS 28
3.1.1. População municipal 28
3.1.2. Composição étnico-racial 30
3.2. ESTRUTURA, ÁREA E CLIMA 34
3.3. ESGOTAMENTO SANITÁRIO 34
3.4. ABASTECIMENTO DE ÁGUA 34
3.5. COLETA DE LIXO 35
3.6. ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS 35
3.6.1. Trabalho e rendimento 35
3.7. EDUCAÇÃO 36
3.7.1. Taxa de cobertura escolar 36
3.7.2. Infraestrutura do ensino 39
3.7.2.1. Detalhamento por ano escolar das taxas de aprovação 41
3.8. SAÚDE 43
3.8.1. Infraestrutura e qualidade da saúde 43
3.8.2. Atenção Básica 45
3.8.3. Vacinação 46
3.8.4. Taxa de mortalidade infantil 47
3.9. DADOS DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE AGRAVOS DE NOTIFICAÇÃO- SINAN 47
4. A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 50
4.1. PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA 51
4.1.1. CRAS 52
4.1.1.1. PAIF 58
4.1.1.2. Benefícios Socioassistenciais 58
4.1.1.2.1. Benefícios Eventuais 58
4.1.1.2.1.1. Auxílio Natalidade 59
4.1.1.2.1.2. Auxílio Funeral 59
4.1.1.2.1.3. Auxílio à Situação de Vulnerabilidade Temporária 59

4.1.1.2.2. Benefício de Prestação Continuada 60
4.1.1.2.3. Programa Bolsa Família 60
4.1.1.3. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos 61
4.1.1.4. Postos de Cadastro Único para programas do Governo Federal 61
4.2. PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE 62
4.2.1. Serviço de Proteção Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) 62
4.2.2. Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas (MSE) de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) 63
4.2.3. Atendimento à População em Situação de Rua 64
4.3. PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE 64
4.3.1. SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL 64
4.3.1.1. Para crianças e adolescentes 65
4.3.1.2. Para adultos e famílias 65
4.3.1.3. Para mulheres em situação de violência 65
4.3.1.4. Para jovens e adultos com deficiência 66
4.3.1.5. Para pessoas idosas 66
5. SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SAN) 67
5.1. PROGRAMA DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL - EAN 67
5.2. SUPLEMENTAÇÃO ALIMENTAR 67
5.3. PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) 68
5.4. PROGRAMA DO LEITE 68
5.5. SAN PARA SITUAÇÕES DE CALAMIDADES E EMERGÊNCIAS 68
5.6. SAN DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA 69
6. OUTROS SERVIÇOS 70
6.1. CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO (CCI) 70
6.2. DEPARTAMENTO DE HABITAÇÃO 70
7. INDICADORES DE ATENDIMENTOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO 71
7.1. CRAS 71
7.2. CREAS 73
7.3. BENEFÍCIO EVENTUAL 75
7.3.1. Auxílio Natalidade 75
7.3.2. Auxílio à Situação de Vulnerabilidade Temporária - Suplementação Alimentar 75
7.3.3. Auxílio Funeral 76
7.3.4. Auxílio à Situação de Vulnerabilidade Temporária - Passagem Intermunicipal e Intraestadual 76
7.3.5. Auxílio à Situação de Vulnerabilidade Temporária – Documentação 76

7.3.6. Auxílio à Situação de Vulnerabilidade Temporária - Aluguel Social 77
8. SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS SOCIOASSISTENCIAIS 78
8.1. PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA 78
8.1.1. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF 78
8.1.2. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos 83
8.2. PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE 86
8.2.1. Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos 86
8.2.2. Mulheres vítimas de violência 93
8.2.3. Medidas Socioeducativas em Meio Aberto 99
8.3. PROTEÇÃO ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE 104
8.3.1. Abrigo Institucional Benemérito Epitácio Schumacher 104
8.3.2. Acolhimento CANoA 106
8.3.3. Acolhimento em Instituição de Longa Permanência (ILPIs). 107
8.3.4. Acolhimento em Residência Inclusiva (RI) 108
8.4. SAN 108
8.4.1. PAA 108
9. DADOS DO CADASTRO ÚNICO PARA PROGRAMAS SOCIAIS 112
9.1. CADASTRO ÚNICO 112
9.2. CRIANÇAS DE ZERO A SEIS ANOS INSCRITAS NO CADASTRO ÚNICO 124
9.3. PESSOAS ACIMA DE 60 ANOS INSCRITAS NO CADASTRO ÚNICO 125
9.4. PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INSCRITAS NO CADASTRO ÚNICO 128
9.5. PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA INSCRITAS NO CADASTRO ÚNICO 130
9.6. POPULAÇÃO INDÍGENA INSCRITA NO CADASTRO ÚNICO 141
9.7. IMIGRANTES INSCRITOS NO CADASTRO ÚNICO 144
9.8. CADÚNICO - DADOS CRAS MARIA JOSÉ PINTO DA SILVA 146
9.9. CADÚNICO - DADOS CRAS CENTRAL 148
10. VIS DATA E PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA 151
10.1. VIS DATA 151
10.2. PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA 151
11. OBJETIVOS 154
11.1. OBJETIVO GERAL 154
11.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS 154
12. DIRETRIZES 155
13. METAS E ESTRATÉGIAS 2026-2029 156
14. RESULTADOS E IMPACTOS ESPERADOS 179
15. EXECUÇÃO DE FUNÇÕES 180

15.1. QUANTO À EXECUÇÃO DE FUNÇÕES DA GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 180
15.2. QUANTO À COBERTURA DE CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) . 181
15.3. QUANTO À EXECUÇÃO DE SERVIÇOS, EM CONSONÂNCIA À TIPIFICAÇÃO NACIONAL DE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS 181
15.3.1. Serviços de Proteção Social Básica 181
15.3.2. Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade 182
15.3.3. Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade 183
15.4. QUANTO À EXECUÇÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS PREVISTOS NA LEI MUNICIPAL Nº 4670/2023 184
16. RECURSOS HUMANOS E MATERIAIS 185
16.1. QUANTO À COMPOSIÇÃO DAS EQUIPES DE REFERÊNCIA, EM CONSONÂNCIA À NORMA OPERACIONAL BÁSICA DE RECURSOS HUMANOS DO SUAS (NOB- RH/SUAS) 185
16.1.1. Equipe em função de Gestão 185
16.1.2. Equipe em função da Proteção Social Básica CRAS Central 186
16.1.3. Equipe em função da Proteção Social Básica CRAS MJPS 187
16.1.4. Equipes dos serviços de Proteção Especial de Média Complexidade 188
16.1.5. Equipes dos serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade 189
16.2. PERFIL DOS SERVIDORES DA SMASH E DOS CONSELHEIROS MUNICIPAIS DO CONSELHO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS) 190
16.3. FROTA DISPONÍVEL 194
16.4. IMÓVEIS-SEDE DISPONÍVEIS 195
17. REDE SOCIOASSISTENCIAL DISPONÍVEL 196
18. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO 197
19. PLANEJAMENTO FINANCEIRO 2026-2029 198
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 199

1. INTRODUÇÃO

A Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988 (CF/1988), ao inserir a Assistência Social, juntamente com a Saúde e a Previdência Social, no tripé da Seguridade Social, lhe atribuiu o status de política pública, concebida enquanto um direito do cidadão e um dever do Estado.

O artigo 203 da mesma Constituição define que a Assistência Social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, tendo por objetivos:

I - a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente:

a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes;[1]

c) a promoção da integração ao mercado de trabalho;

d) a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; e

e) a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família;

II - a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos;

III - a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais.

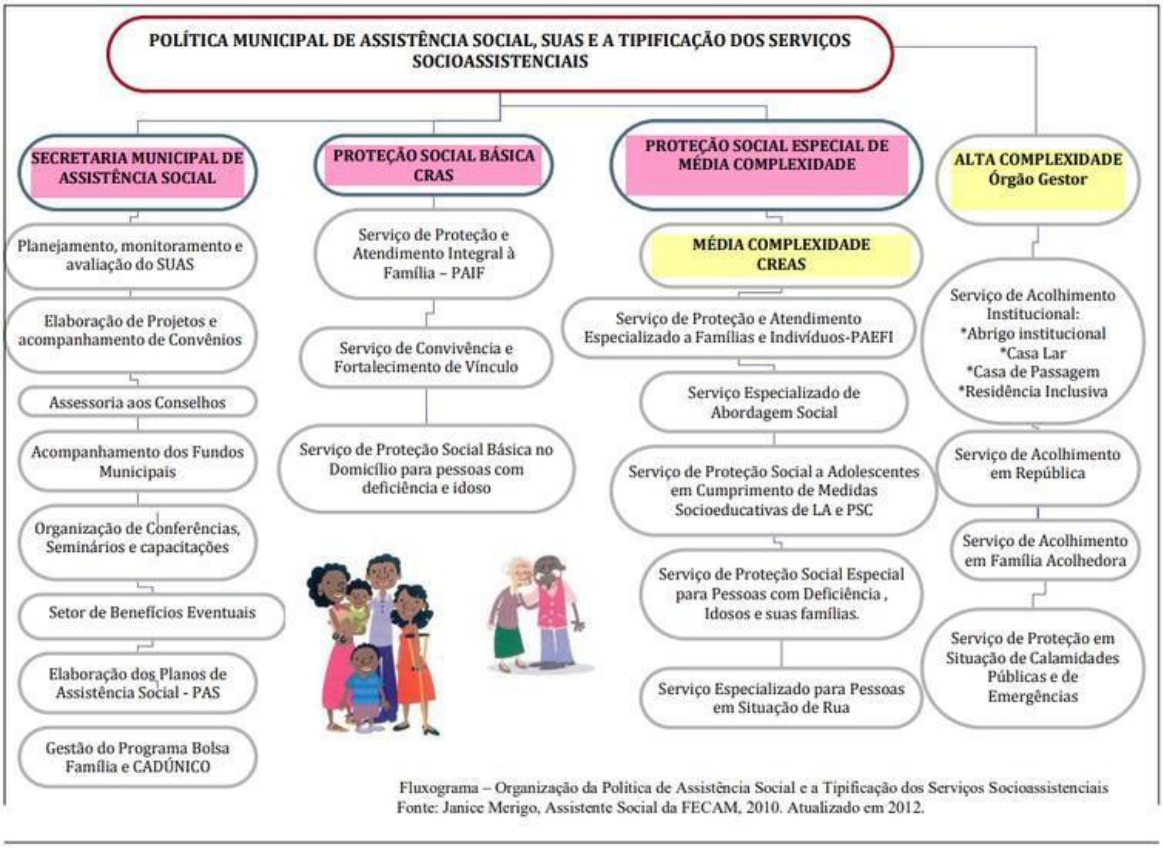
As normas infraconstitucionais acerca dessa política pública foram sendo aprimoradas desde 1993, quando consagrada a Lei Federal nº 8.742, Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). A LOAS estabelece a primazia da responsabilidade do Estado na condução das ações, o comando único em cada esfera de governo e a participação da sociedade civil na condução da política como diretrizes da Assistência Social brasileira.

A Lei nº 12.435 de 06 de julho de 2011, que alterou a LOAS, agregou temáticas já previstas na operacionalização desta política desde 2004, quando o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) aprovou a Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

A supracitada lei institui o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que, reafirmado pelos desdobramentos de suas regulações, especialmente a Norma Operacional Básica (NOB-SUAS), estabelece que as ações socioassistenciais sejam concebidas como proteção social às famílias em situação de vulnerabilidade social.

[1] Termos em desuso

O SUAS organiza a política de Assistência Social em níveis de proteção social, conforme demonstrado a seguir:



Fluxograma – Organização da Política de Assistência Social e a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais
Fonte: Janice Merigo, Assistente Social da FECAM, 2010. Atualizado em 2012.

Figura 1 - Fluxograma da organização da Política de Assistência Social e a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais. Fonte: Janice Merigo, Federação de Consórcios, Associações de Municípios e Municípios de Santa Catarina (FECAM, 2010). Atualizado em 2021.

Essa compreensão de proteção social prevê a necessidade da ciência dos riscos, das vulnerabilidades sociais de seus usuários e das formas de garantir a segurança social. A necessidade de incorporação, pela Assistência Social, de práticas planejadas baseadas em diagnósticos e estudos de realidade, desenvolvidas com monitoramento e avaliação sistemáticos e contínuos deu origem à exigência da elaboração dos Planos Municipais de Assistência Social (PMAS). A PNAS define o PMAS como:

> [...] um instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da PNAS/2004 na perspectiva do SUAS. Sua elaboração é de responsabilidade do órgão gestor da política que o submete à aprovação do Conselho de Assistência Social reafirmando o princípio democrático e participativo. (PNAS/04, p.119)

O PMAS, portanto, é responsabilidade da gestão da política de Assistência Social em cada uma das esferas de governo, sendo também condição para cofinanciamento do SUAS. Mas, principalmente, é instrumento de um processo, não um fim em si mesmo. Ele deve promover o debate sobre o campo de ação da Assistência Social e suas reais atribuições; produzir dados sobre as necessidades sociais individuais e coletivas dos grupos aos quais se destina; trazer à luz a natureza e o alcance social das ações da área e conduzir os gestores da Assistência Social a inseri-la na agenda pública local.

2. METODOLOGIA

O presente diagnóstico foi elaborado utilizando levantamento de informações em materiais administrativos fornecidos pelas secretárias do Município, leis municipais bem como de dados e de bibliografia em sítios oficiais federais, estaduais e municipais e demais instituições.

Os dados oficiais identificados foram obtidos do Censo IBGE, CadÚnico (lista de beneficiários do Programa Bolsa Família), Portal da Transparência Federal (lista de beneficiários de Benefícios de Prestação Continuada), RMA, VIS DATA, SINAN, SIM, site da Prefeitura Municipal de Mafra, Ministério da Saúde, Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate a Fome, Painel da Violência Doméstica.

A lista dos inscritos no CadÚnico refere-se a novembro de 2024; os dados do IBGE são referentes ao Censo de 2022 e do Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos; as informações do VIS DATA são de março de 2025. Os dados utilizados para as demais análises variam de acordo com as informações disponibilizadas pelas unidades públicas e pelos serviços.

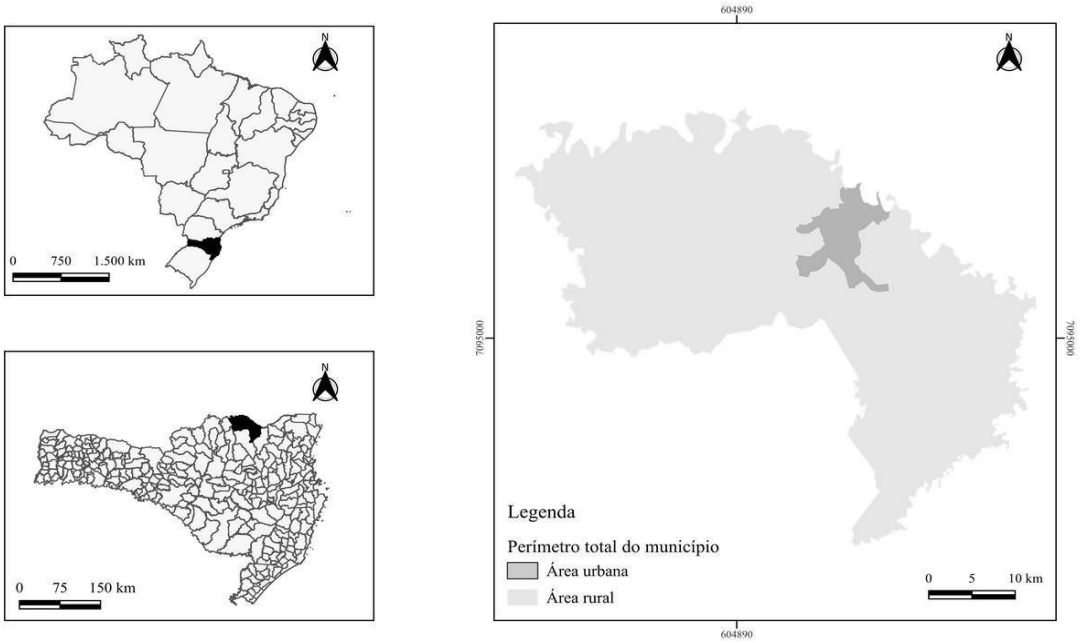
As informações apresentadas foram elaboradas através da filtragem e cruzamento de informações e os programas utilizados para organizar e produzir os dados/informações foram software de planilha eletrônica e um software livre e de código aberto para Sistemas de Informação Geográfica (QGIS).

Com o objetivo de levantar as demandas necessárias para a construção das metas do Plano Municipal de Assistência Social (PMAS) foram realizados grupos focais. Os grupos foram conduzidos pelos trabalhadores que compõem o Comitê, e tiveram como público-alvo usuários, trabalhadores e gestores do SUAS. A metodologia adotada foi a utilização da linha do tempo e de perguntas norteadoras, que orientaram as discussões.

3. DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE MAFRA

O município de Mafra com sua área de 1.404,084 km², é um polo regional do Planalto Norte Catarinense (Figura 2).

Mafra/SC: Perímetro total do município.



Fonte dos dados: IBGE, 2022 e Prefeitura Municipal de Mafra/SC (CTMGEO).
Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassitencial, 2025.

Figura 2 - Mapa mostrando a localização de Mafra, SC. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025.

Mafra faz divisa com municípios de Santa Catarina e Paraná, sendo Rio Negrinho, Itaiópolis, Papanduva e Três Barras de Santa Catarina e Rio Negro, Lapa e Antônio Olinto no Paraná (Figura 3).

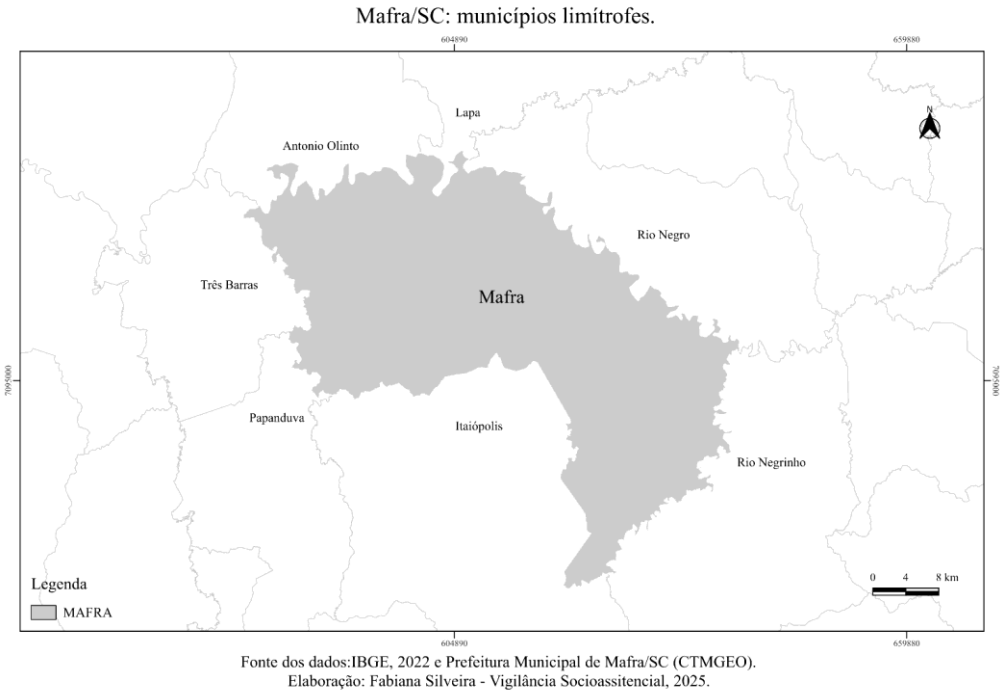


Figura 3 - Mapa com os municípios limítrofes de Mafra, SC. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025.

3.1. DADOS DEMOGRÁFICOS

3.1.1. População municipal

A população municipal, conforme os dados do CENSO (2022), Mafra apresentou uma população total de 55.286 habitantes. A análise da população por faixa etária e sexo oferece um panorama das características demográficas e das necessidades específicas de cada grupo (Figura 04). Compreender essa composição é fundamental para a formulação de políticas públicas eficazes, que atendam as demandas sociais, educacionais e de saúde da comunidade.

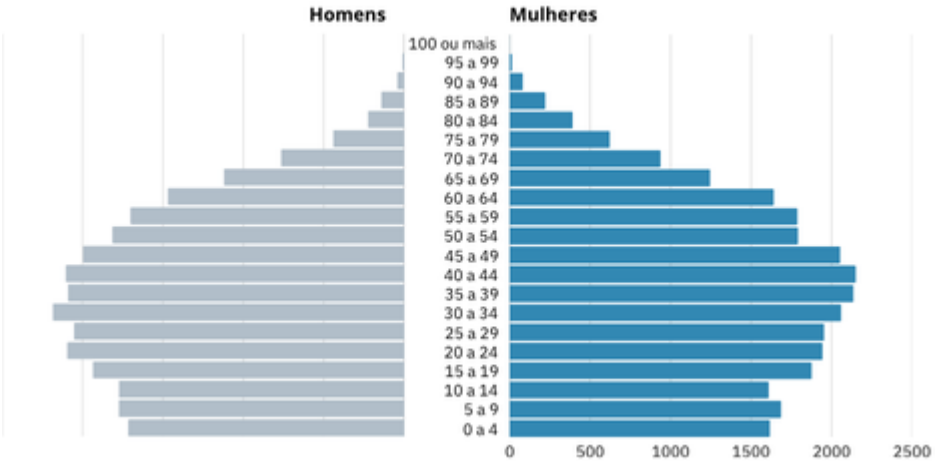


Figura 4 - Pirâmide Etária da população de Mafra, SC. Elaborado por Ana Cristina Lourenço- Vigilância Socioassistencial 2025. Fonte dos dados: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Censo IBGE), 2022.

Tendo como grupo predominante as mulheres na faixa etária entre 40 e 44 anos, esse dado indica que a população está concentrada em faixas etárias adultas, o que pode refletir uma fase de maior produtividade econômica e estabilidade demográfica. A base da pirâmide, correspondente às crianças de 0 a 4 anos, é menor que a parte central, sugerindo uma possível queda nas taxas de natalidade. Esse panorama acende a perspectiva do envelhecimento populacional, demonstrando a urgência da elaboração de políticas públicas que garantam o envelhecimento democrático e saudável para todos.

Quando analisamos os dados populacionais por setores censitários, observa-se uma maior concentração de moradores na área urbana, onde se encontra 81% da população (RI v.4, 2022, Figura 05). Apesar disso, é pertinente considerar que 19% da população está distribuída na área rural. Por representar um significativo contingente populacional aponta-se para a necessidade de desenvolver ações para a democratização do acesso aos serviços da política de assistência social e demais políticas públicas.

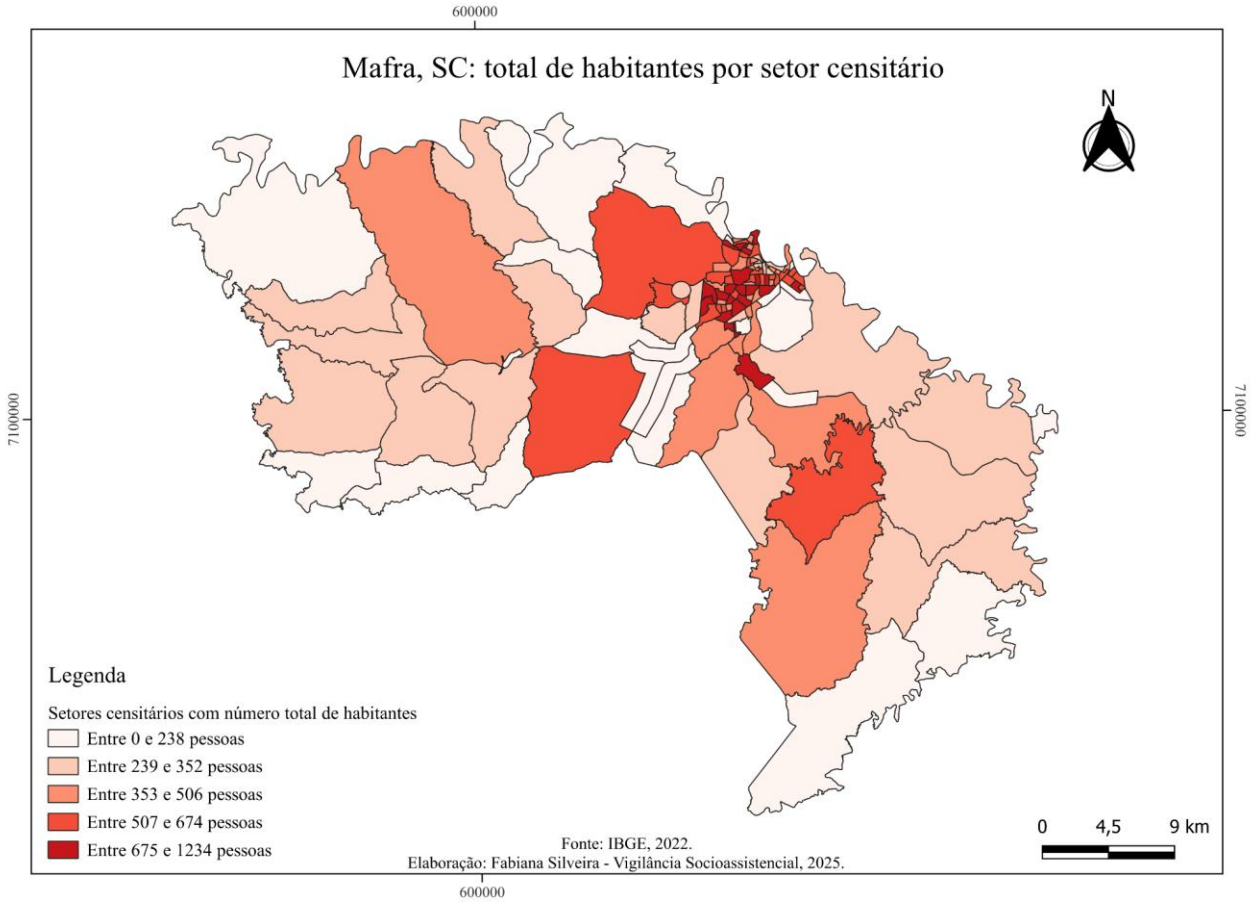


Figura 5 - Total de habitantes por setor censitário. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: IBGE, 2022.

3.1.2. Composição étnico-racial

A análise da distribuição étnico-racial revela um predomínio expressivo de pessoas que se autodeclaram brancas, totalizando 81,6% da população. Em seguida, observa-se a presença significativa de pessoas pardas, correspondendo a cerca de 17% do total. Já a população preta equivale a aproximadamente 1,3% da população municipal. Por fim, o grupo de indígenas é o menor entre os segmentos analisados, representando cerca de 0,1% (Figura 06).

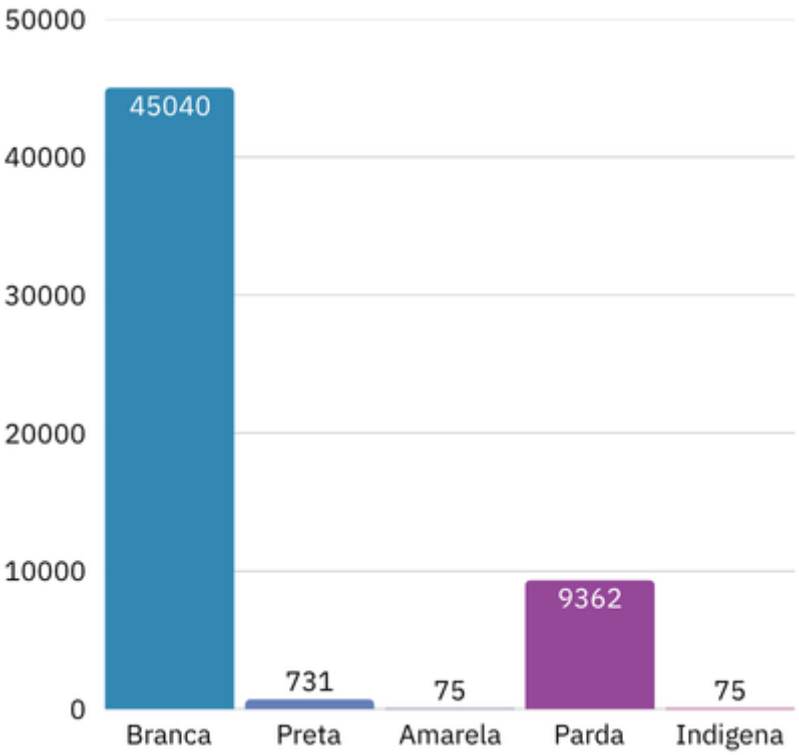


Figura 6 - Distribuição de grupos étnico-racial de Mafra, SC. Elaborado por Ana Cristina Lourenço - Vigilância Socioassistencial 2025. Fonte dos dados: Censo IBGE, 2022.

O gráfico demonstra que a diversidade étnico-racial precisa ser considerada na formulação das políticas públicas visando abarcar as especificidades de cada grupo populacional e garantir um atendimento equânime considerando o contexto social, histórico e cultural dos usuários.

A distribuição censitária acompanha as informações da figura 06 tendo a população branca majoritariamente distribuída no território conforme a figura 07, seguido da população parda (Figura 09). Por sua vez, a ausência de informações sobre as populações pretas, amarelas e indígenas em alguns setores censitários inviabiliza a análise e aponta para o apagamento dessas identidades no território, comprometendo a atuação das políticas públicas (Figura 08, 10 e 11). Contudo, a população indígena apresenta uma especificidade importante de ter maior presença na área urbana, o que precisa ser considerado na elaboração e planejamento de estratégias governamentais a partir das demandas dessa população.

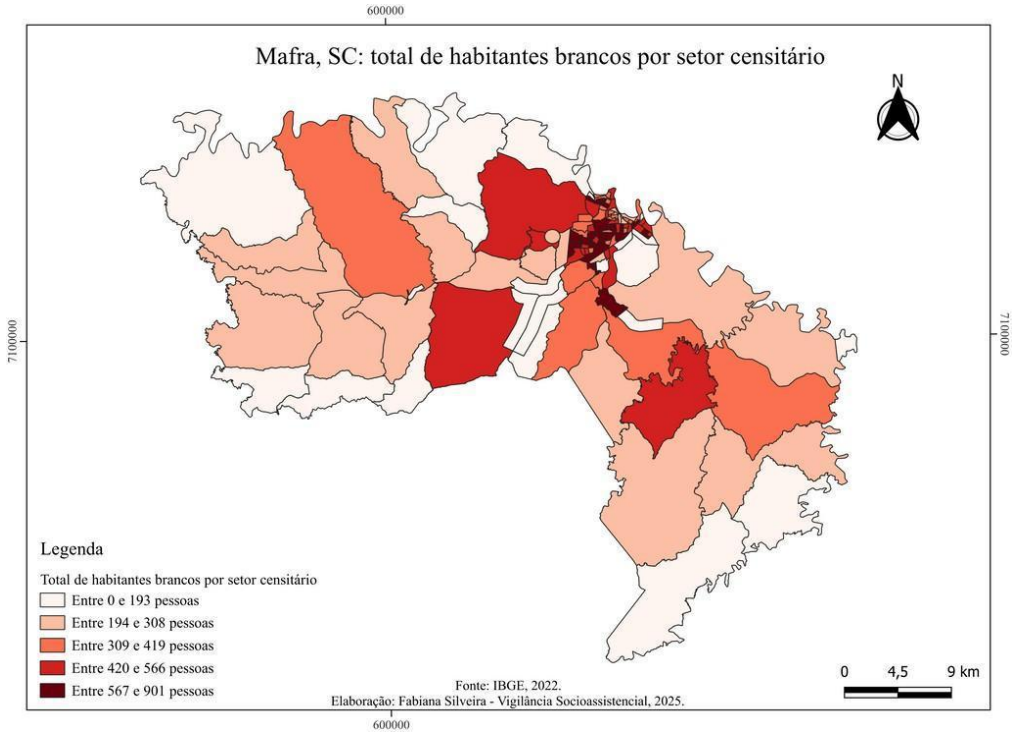


Figura 7 - Distribuição das pessoas brancas por setor censitário. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: IBGE, 2022.

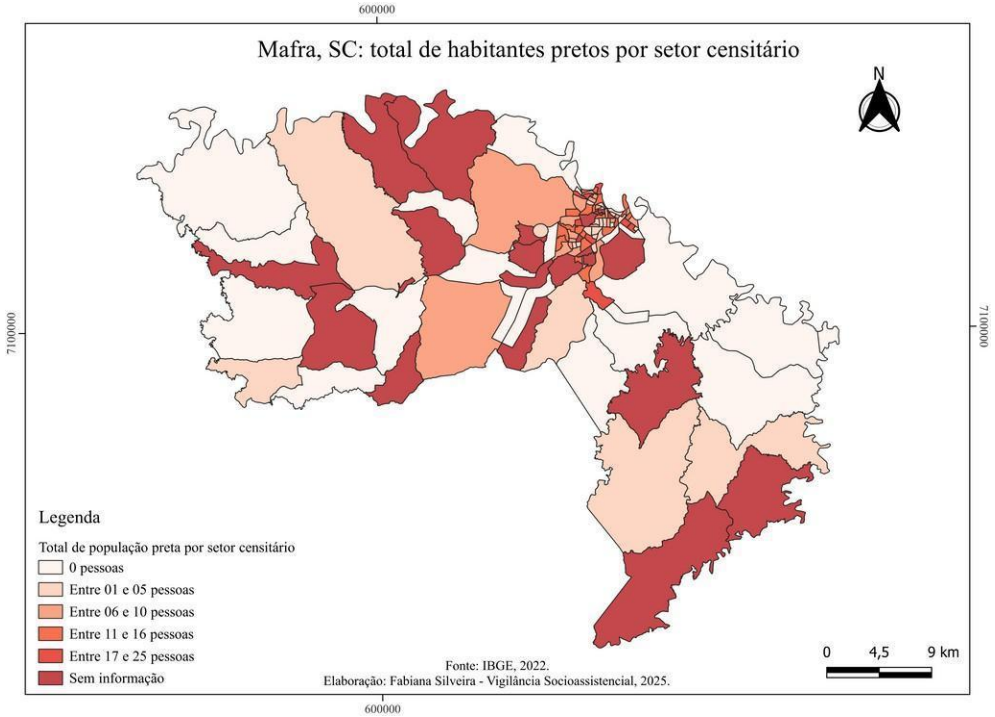


Figura 8 - Distribuição das pessoas pretas por setor censitário. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: IBGE, 2022.

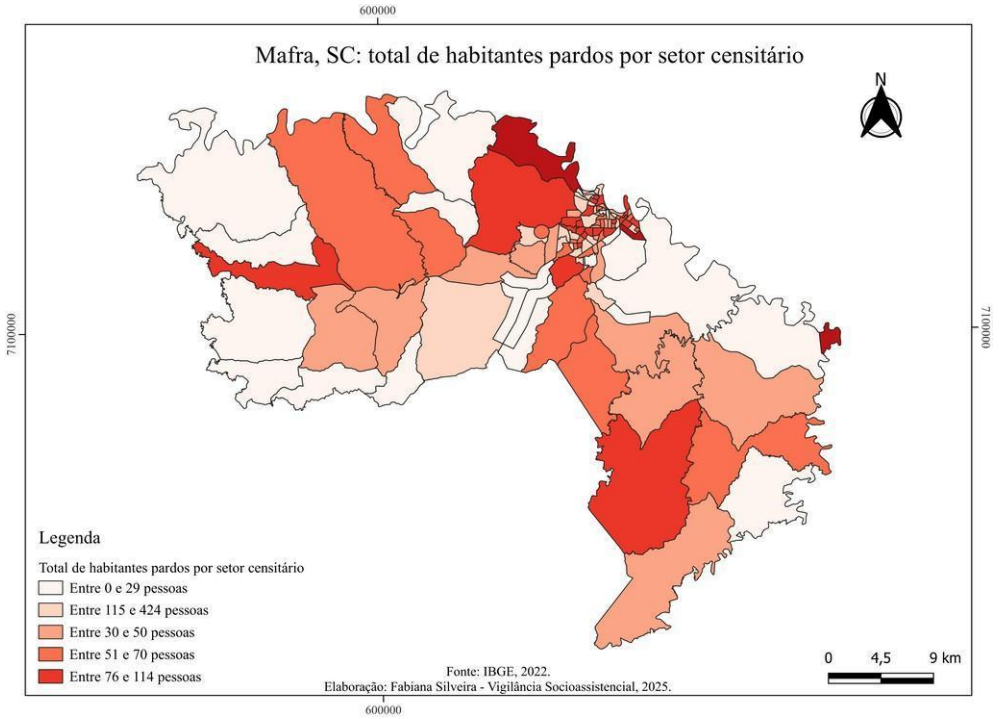


Figura 9 - Distribuição das pessoas pardas por setor censitário. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: IBGE, 2022.

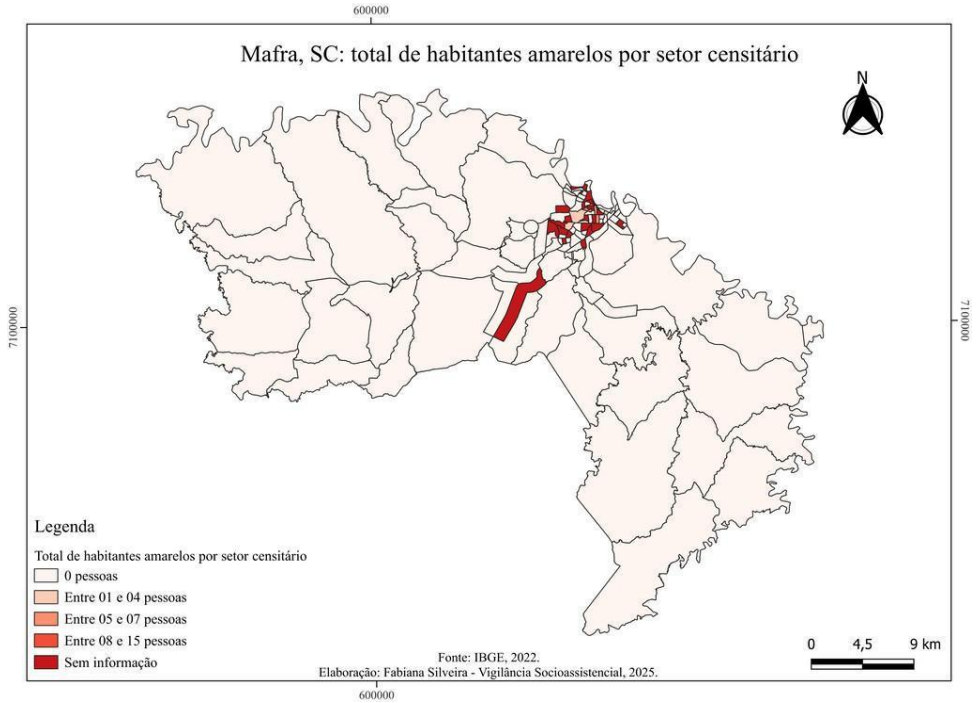


Figura 10 - Distribuição das pessoas amarelas por setor censitário. Elaboração: Fabiana Silveira- Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: IBGE, 2022.

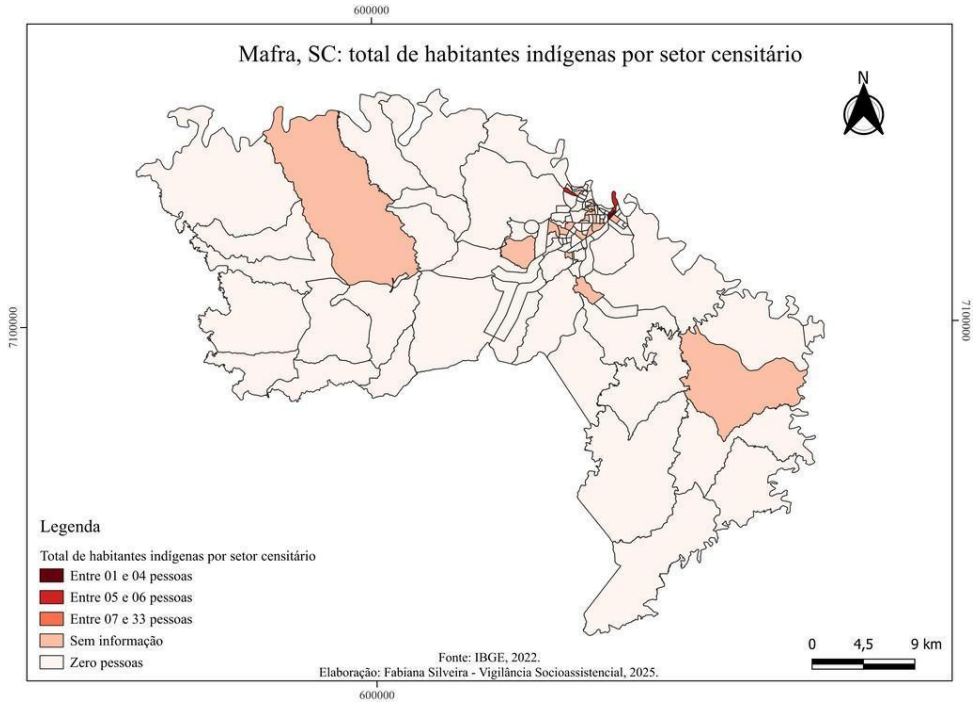


Figura 11 - Distribuição das pessoas indígenas por setor censitário. Elaboração: Fabiana Silveira-Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: IBGE, 2022.

3.2. ESTRUTURA, ÁREA E CLIMA

O município de Mafra está localizado a uma latitude de 26º06'41" sul e a uma longitude de 49º48'19" oeste, a uma altitude de 793 metros. O clima é classificado como "subtropical úmido mesotérmico", com temperaturas médias entre 15°C e 30°C, máxima temperatura em torno de 32°C, e a mais baixa em torno de 1°C (Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil de Mafra, SC, 2021).

3.3. ESGOTAMENTO SANITÁRIO

De acordo com o Censo de 2022, 64,69% dos domicílios do município possuem esgotamento sanitário. O esgotamento sanitário é fundamental para a saúde pública e a preservação ambiental.

3.4. ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Segundo os dados do último Censo Nacional (2022), 81.6% dos domicílios do município possuem abastecimento de água. O abastecimento de água é fundamental para a saúde pública e bem-estar populacional, além de ser um serviço fundamental para atividades domésticas, comerciais e industriais.

3.5. COLETA DE LIXO

Cerca de 88,58% (Censo IBGE, 2022), dos domicílios contam com os serviços regulares da coleta de lixo. A coleta de lixo é um serviço essencial garantindo a destinação adequada dos resíduos sólidos gerados pelas atividades domésticas, comerciais e industriais.

3.6. ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

3.6.1. Trabalho e rendimento

Suas principais atividades econômicas são a agropecuária e indústria, além de ser um importante entroncamento rodoferroviário na região, servido pela BR 116 e BR 280 (Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil de Mafra, SC, 2021).

De acordo com dados do IBGE (2022), há 18.003 pessoas e postos de trabalho formais no município.

A presença de setores produtivos consolidados, aliada a políticas públicas de incentivo ao emprego e à capacitação profissional, são elementos de grande importância para o fortalecimento da economia local e para a ampliação das oportunidades de trabalho, sendo fundamentais para embasar ações que promovam a geração de renda, a inclusão econômica e o desenvolvimento sustentável do município.

Quando analisamos o rendimento nominal médio, verificamos que na área urbana há predominância de renda entre os intervalos de R$2.902,12 a R$7.078,85. Considerando que a renda média nacional é de R$3.057,00 observamos que a renda média da área urbana se encontra próxima à média nacional (Figura 12).

Por sua vez, na área rural identifica-se uma significativa discrepância entre área oeste, onde predominam rendas médias superiores a R$2.429,02, e a área sudeste predominância de rendas médias abaixo de R$2071,38. Essa diferenciação indica a necessidade de ações mais efetivas das políticas públicas de geração de renda na área sudeste.

Ainda é necessário considerar a expressiva quantidade de áreas com renda média entre zero e R$2071,38 em todo o mapa alertando para as vulnerabilidades de renda existentes no território.

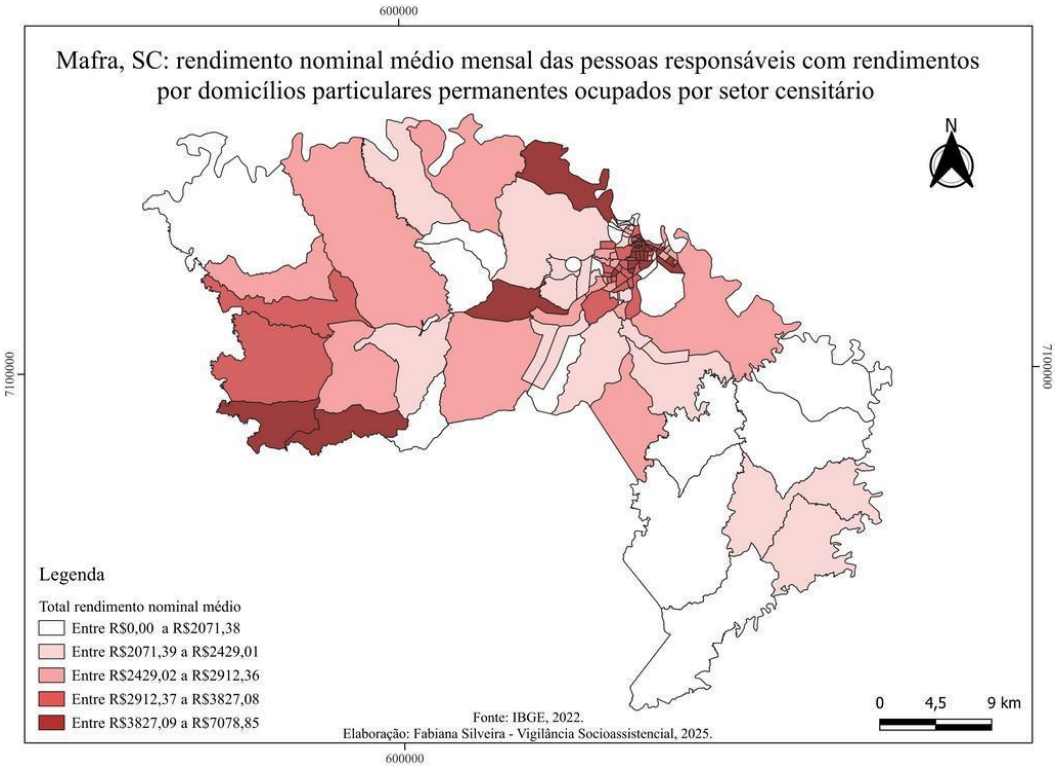


Figura 12 - Rendimento nominal médio das pessoas responsáveis por domicílios particulares por setor censitário Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: IBGE, 2022.

3.7. EDUCAÇÃO

3.7.1. Taxa de cobertura escolar

A taxa de cobertura escolar é um dos principais indicadores para a construção de um diagnóstico socioterritorial, pois permite compreender o acesso e a distribuição da educação no território. Este indicador revela a extensão da matrícula de crianças e adolescentes em idade escolar, refletindo a capacidade do município de garantir o direito à educação para sua população.

A Figura 13 apresenta dados do Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos - CNEFE IBGE - 2022, sobre os estabelecimentos de ensino de Mafra. O CNEFE é uma base de dados que contempla endereços georreferenciados de domicílios e estabelecimentos de todo o país, tanto da área urbana quanto rural, além de ter a caracterização segundo a espécie em categorias como domicílios ou estabelecimentos. Por sua vez, o Quadro 01 apresenta a abrangência das escolas do município com base nas informações da Secretaria Municipal de Educação.

A partir dos dados, identifica-se uma maior concentração de instituições de ensino na área urbana (Figura 13 e Quadro 01). Contudo, é importante destacar que há uma distribuição significativa por todo território, sobretudo quando comparada às demais políticas sociais. Isso demonstra que, em diversas localidades, as escolas se constituem como o único elemento de proteção social do Estado. Assim, as

articulações intersetoriais denotam sua relevância para atuação integral das políticas sociais com famílias e territórios.

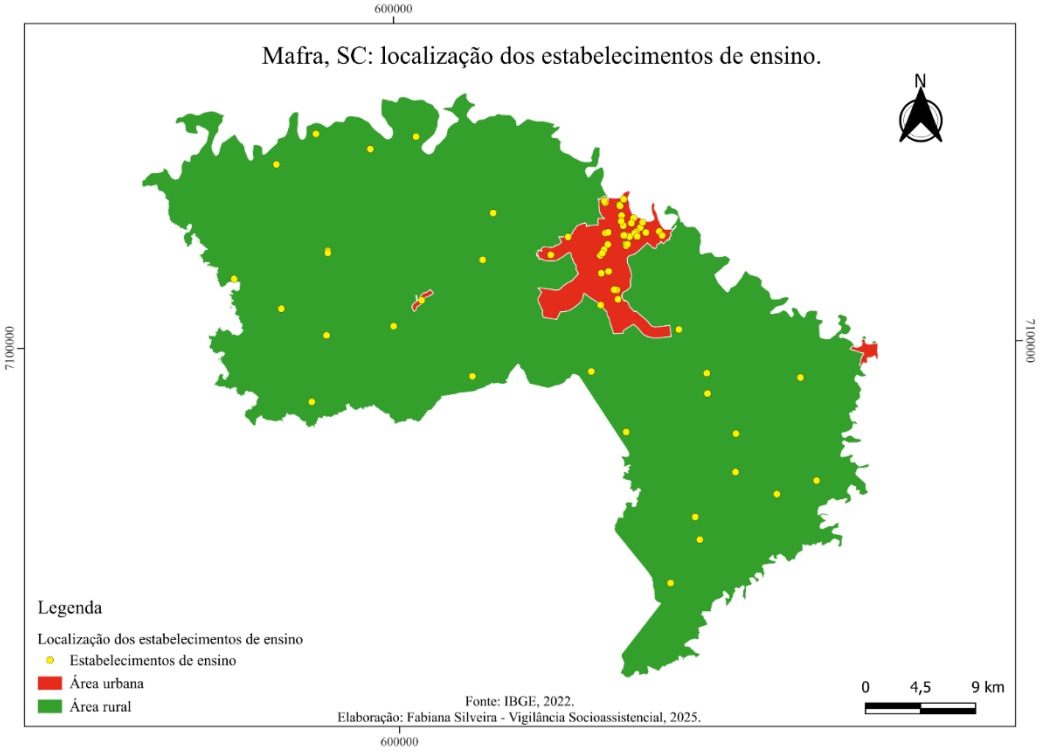


Figura 13 - Mapa com a localização dos estabelecimentos de ensino tanto na área urbana quanto rural de Mafra, SC. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Fonte dos dados: IBGE, CNEFE, 2022.

Quadro 1 - Abrangência das escolas do município. Elaboração: Ana Cristina Lourenço -Vigilância Socioassistencial, 2024. Fonte dos dados: Secretaria Municipal de Educação, 2024.

ESCOLA	ENDEREÇO	ABRANGÊNCIA
CEIM ANA RANK	Rua Apicultor Leonardo Sauer, nº 3501 - Campo da Lança	Km9
CEIM ANJO DA GUARDA	Rua Dom Pedro II, nº 50 - Nossa Sra. Aparecida	Centro, Nossa Sra. Apª, Vila Ferroviária
CEIM BEN FIORIGE BONA	Rua João Maria do Valle, nº 1036 - Jardim América	Jardim América
CEIM BRENO CAUAN GARCIA	Rua Pasteur, s/n - Vila Argentina	Vila Argentina, Vila Ferroviária
CEIM COMECINHO DE VIDA	Rua Nicolau Bley Neto, nº 874 - Passo	Centro
CEIM EDIT F. HERBST	Rua Tabelião José Juraszeck, s/n	Vila Nova, Imbuial, Novo Horizonte
CEIM FAXINAL	Rua 12 de Outubro, s/n - Faxinal	Faxinal
CEIM GUNTHER WERNER	Rua Pioneiro Carlos Urbanitz, nº 00 - Vila Nova	Vila Nova
CEIM NOSSA SRA. DAS GRAÇAS	Rua Pioneiro Alfredo Pereira, s/n - Vila Ivete	Vila Ivete, Amola Flecha
CEIM PORTÃO SÃO LOURENÇO	Estrada geral São Lourenço - São Lourenço	São Lourenço
CEIM RESTINGA	Rua Benemérito Silivio Lanski, nº 30 - Restinga	Restinga, Vila Nova
CEIM SARA ROSA RODRIGUES	Rua Getúlio Vargas, s/n - Vista Alegre	Vista Alegre
CEIM VILA NOVA	Rua Benemérito Ernesto Lehmann, s/n - Vila Nova	Vila Nova
CEIM VILA OLSEN	Rua Pioneira Francisca Lisboa, nº 77 - Santa Filomena II	Amola Flecha, Vila Ivete
CEIM BEIJA FLOR	Avenida das Rosas, nº 155 - Vila das Flores	Amola Flecha, Vila Ivete
CEMMA	Rua Madre Inês, nº 170 - Centro II Alto de Mafra	Centro
EMEB BITUVINHA	Estrada Geral - Avencal de Cima	Localidade Bituvinha
EMEB COLÔNIA RUTHES	Rua Colônia - Vila Ruthes	Localidade Vila Ruthes
EMEB FELIPE CARVALHO MARTINS	Localidade Butiá dos Carvalhos	Localidade Butiá dos Carvalhos
EMEB GENERAL OSÓRIO	Rua Eng. Agrimensor Marcio Liebl, nº330 - Faxinal	Faxinal, km09
EMEB VEREADOR EVALDO STEIDEL	Localidade Saltinho do Canivete	Localidade saltinho do canivete
EMEB AMOLA FLECHA	Rua Vital Brasil, nº 1608 - Vila Ivete	Amola Flecha, vila Ivete
EMEB CAMPO DA LANÇA	Rua Alfaiate Henrique Liebl, s/n - Espigão do Bugre	Km 09
EMEB MÁRIO DE OLIVEIRA GOELDNER	Rua Gov. Jorge Lacerda, nº 234 - Vila Ferroviária	Centro, Vila Ferroviária
EMEB SÃO LOURENÇO	Estrada geral São Lourenço - São Lourenço	Sõa Lourenço
ESCOLA AGRICOLA	Fazenda do Potreiro	Jardim América

EEB HERCILIO BUCH	Estr. Doná Francisca (Antiga) - Bela Vista do Sul	Bela Vista do Sul
EEB PROF MARIA PAULA FERES	Rua Germano Neundorf, 1275 - Vila Nova	Vila Nova
EEB MONTEIRO LOBATO	Rua Escoteiro Souza Neto, 315 - Vista Alegre	Centro
EEB PROF GUSTAVO FRIEDRICH	Rua José Frosch, 0 - Restinga	Restinga
EEB SANTO ANTONIO	Rua Cândido de Oliveira Ramos, 142 - Centro	Centro
EEB TENENTE ARY RAUEN	Rua Capitão João Bley - Vila Ivete	Faxinal
EEB BARAO DE ANTONINA	Rua Mal. Deodoro, 484 - Centro I Baixada	Centro
EEB DR FRANCISCO IZABEL	Av. Cel. Severiano Maia - Jardim América	Jardim América
EEB JOVINO LIMA	R. Benemérito Ramiro Ruthes, 223 - Espigão do Bugre	Espigão do Bugre
EI PASSO DA CRUZ	Localidade General Brito - Interior	General Brito
EMEB ABELHINA FELIZ	Rua Dona Francisca - BR 280 - Bela Vista do Sul	Bela Vista/Butiá do Braz
EMEB AUGUSTA VITÓRIA	Rua Interior, nº45 - Área Rural	Localidade Augusta Vitória
EMEB AVENCAL DO SALTINHO	Localidade Avencal do Saltinho	Localidade Avencal do Saltinho

3.7.2. Infraestrutura do ensino

Com base nas informações da Secretaria Municipal de Educação, em 2024, a educação em Mafra é composta por uma rede de 44 escolas, abrangendo desde a educação infantil até o ensino superior e técnico, tanto em instituições públicas quanto privadas.

Na rede pública, a educação básica é assegurada à toda população, atendendo crianças e jovens em diversas regiões do município. Há também a oferta do setor privado de ensino-aprendizagem.

As escolas do município nos anos iniciais do ensino fundamental apresentaram um IDEB (Ideb é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, criado em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), formulado para medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino - Ministério da Educação (MEC), 2025). É possível observar que, em geral, nos anos iniciais Mafra consegue ultrapassar as metas para o IDEB, com exceção do ano de 2021 (Figura 14).

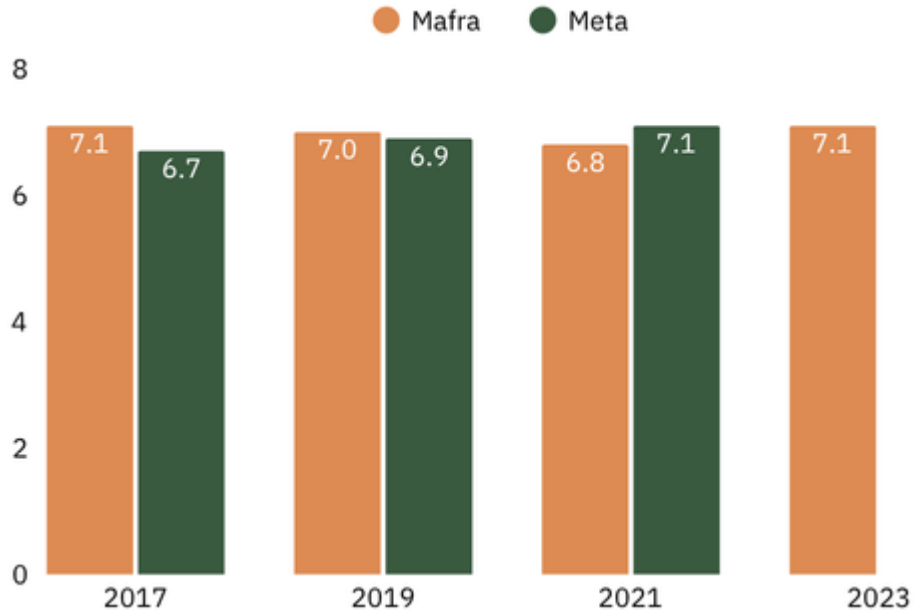


Figura 14 - *Evolução do IDEB - Anos iniciais em Mafra, SC. Elaborado por Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial 2025. Fonte dos dados: INEP, 2025.*[2]

Por outro lado, nos anos finais e no ensino médio identifica-se uma defasagem no alcance das metas para melhoria do ensino (Figura 15 e 16).

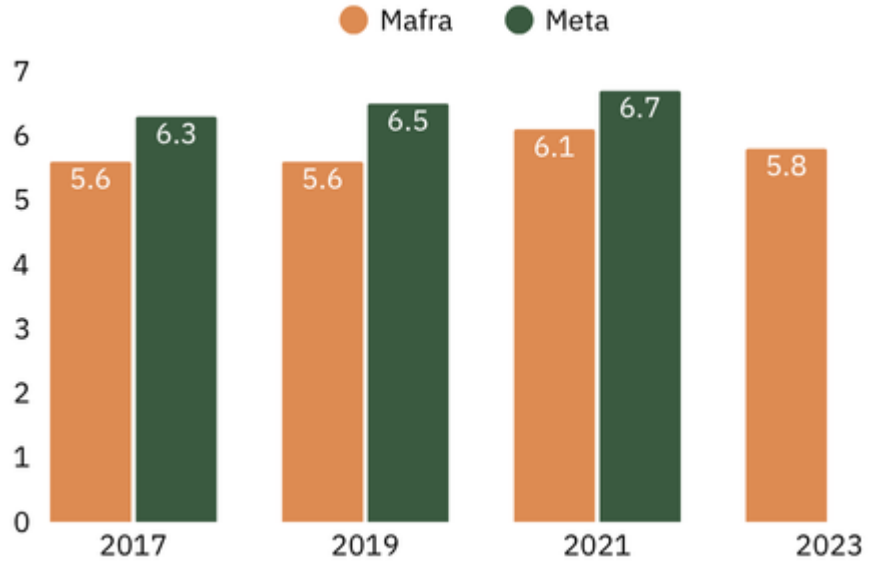


Figura 15 - *Evolução do IDEB - Anos finais em Mafra, SC. Elaborado por Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial 2025. Fonte dos dados: INEP, 2025.*[3]

[2] Em 2023 não foi identificada meta a ser alcançada.
[3] Ibidem

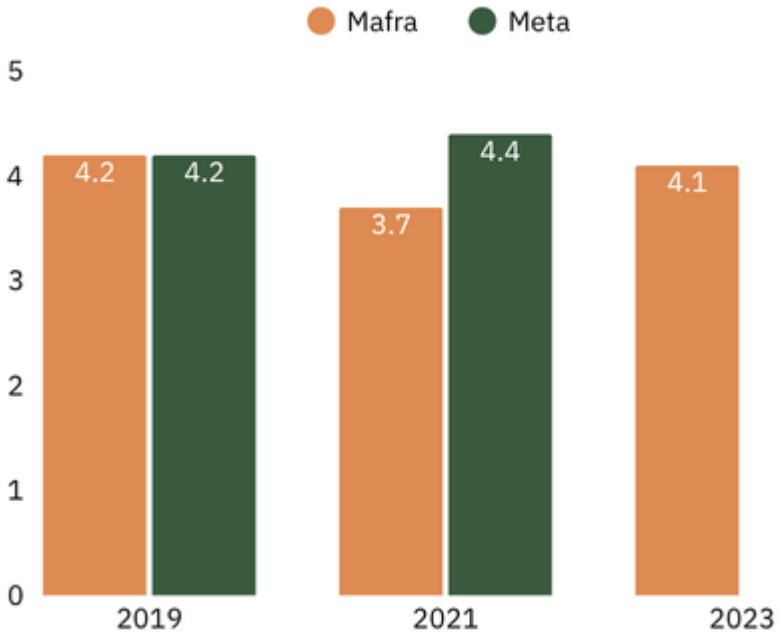


Figura 16 - *Evolução do IDEB - Ensino médio em Mafra, SC. Elaborado por Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial 2025. Fonte dos dados: INEP, 2025.*[4]

3.7.2.1. Detalhamento por ano escolar das taxas de aprovação

As taxas de aprovação nos anos iniciais apresentam índices elevados, tendo em sua maioria, um crescimento a partir de 2017 (Figura 17).

[4] Em 2023 não foi identificada meta a ser alcançada

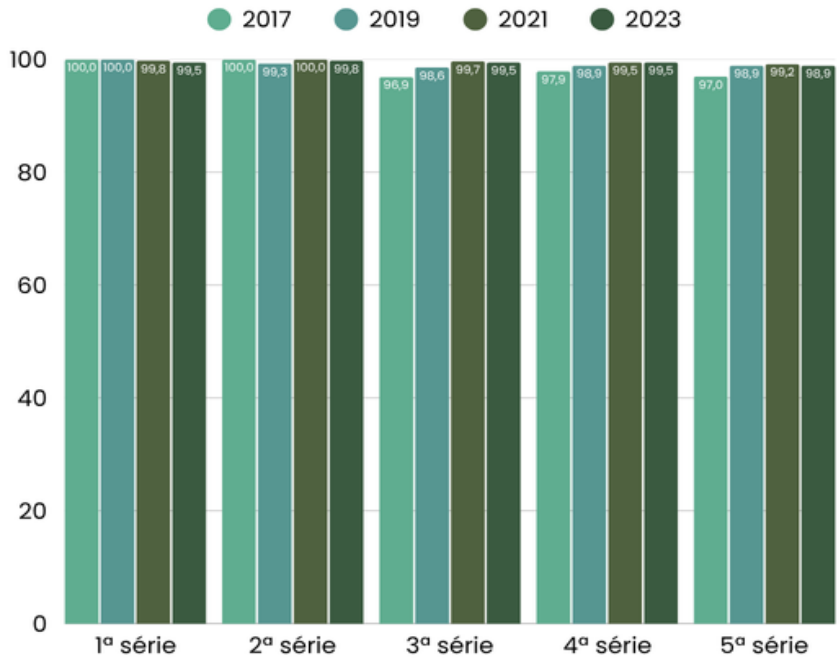


Figura 17 - *Taxas de aprovação entre 2017 a 2023 - Anos iniciais. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Fonte: INEP, 2025.*

Já nos anos finais do Ensino Fundamental do Município, as taxas de aprovação acompanham o mesmo processo observado nos anos iniciais onde há um aumento a partir de 2017 (Figura 18).

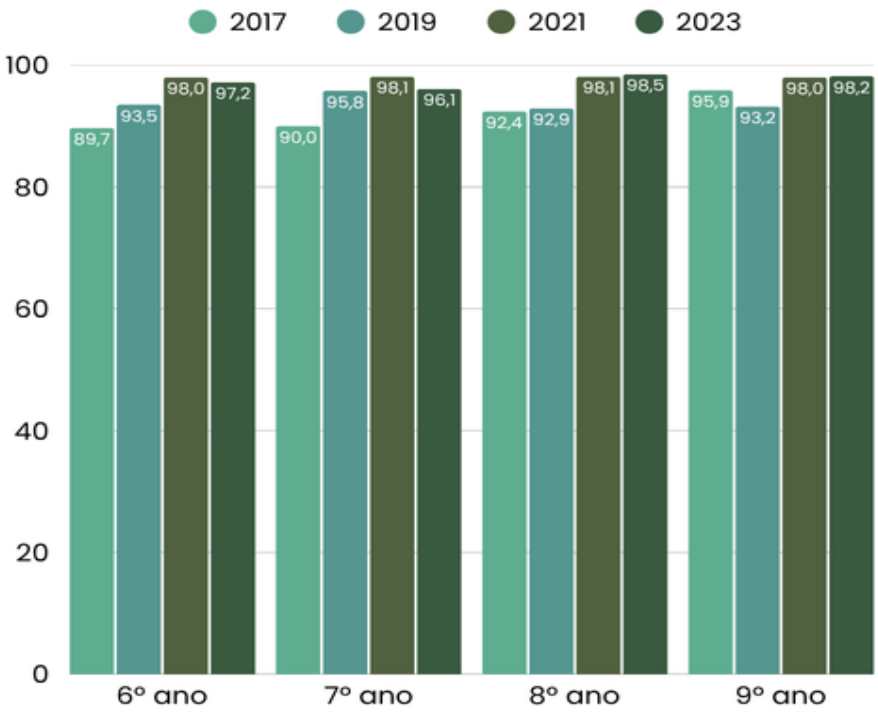


Figura 18 - *Taxas de aprovação entre 2017 a 2023 - Anos finais. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Fonte: INEP, 2025.*

Por sua vez, no Ensino Médio observa-se uma redução nas taxas de aprovação quando comparadas ao Ensino Fundamental (Figura 19). Identifica-se que em 2021 houve uma redução ainda mais significativa, o que pode estar associado ao período pandêmico (2020-2023).

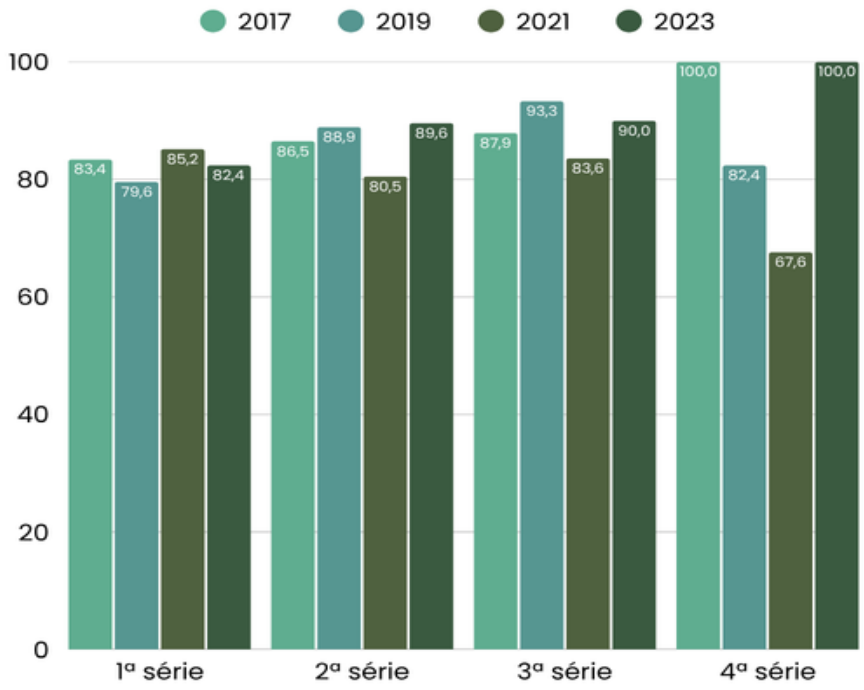


Figura 19 - *Taxas de aprovação entre 2017 a 2023 - Ensino Médio. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Fonte: INEP, 2025.*[5]

3.8. SAÚDE

3.8.1. Infraestrutura e qualidade da saúde

A infraestrutura de saúde de Mafra é composta por 10 Estratégias de Saúde da Família (ESFs), que estão distribuídas em diferentes bairros e comunidades, oferecendo serviços de atenção primária, como consultas, vacinação e acompanhamento de doenças crônicas (Quadro 2). O município também conta com uma Unidade de Pronto Atendimento que interliga as ESFs e o Hospital, atendendo emergências e estabilizando pacientes antes de transferi-los, se necessário. Por sua vez, o Hospital atende tanto casos de média como de alta complexidade, além de oferecer suporte a municípios vizinhos, desempenhando um papel central no atendimento de urgências, cirurgias e tratamentos especializados (Prefeitura do Município de Mafra, 2025).

[5] A 4ª série corresponde ao Magistério: um curso de nível médio e de curta duração, voltado para a docência na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental.

De acordo com os dados do CNEFE/IBGE (2022), observa-se uma maior concentração de estabelecimentos de saúde na área urbana (Figura 20). Essa distribuição evidencia um desafio relevante no que se refere à garantia do acesso democrático e equânime aos serviços de saúde para a população residente em áreas rurais, que pode enfrentar maiores barreiras territoriais e estruturais para obtenção do atendimento necessário.

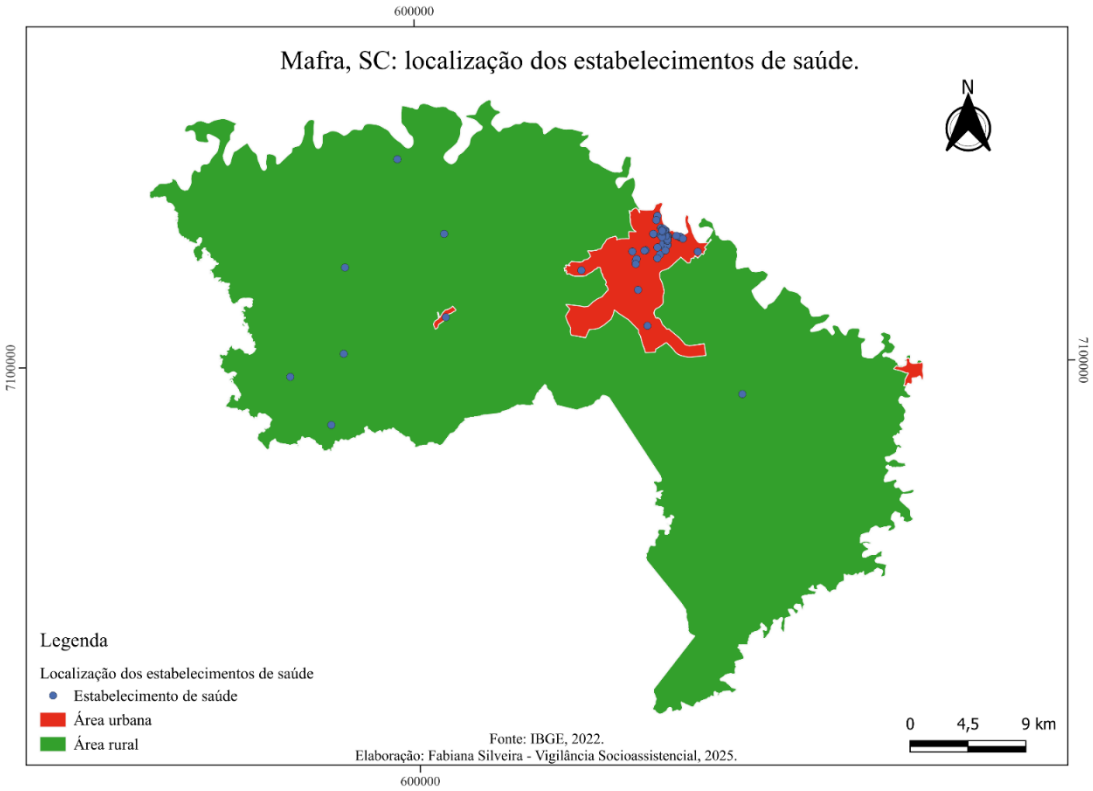


Figura 20 - *Mapa com a localização dos estabelecimentos de saúde tanto na área urbana quanto rural de Mafra, SC. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Fonte dos dados: IBGE, CNEFE, 2022.*

Quadro 2 - Localização das Estratégias de Saúde da Família no município de Mafra. SC. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: Secretaria Municipal de Saúde, 2025.

ESF	Endereço	Área de abrangência
ESF Benemérito José Tauscheck – Vista Alegre	Rua Tupinambás, s/n	O limite começa abaixo da Rua Frederico Heyse ate o final da Rua Nicolau Bley Neto/Esq. Com a Rua do SENAI, abrangendo os Bairros : Vila Passo, Vista Alegre, Centro (Rotatória da Antiga Clínica de Reabilitação até a ponte antes do Mig Vila Ivete), Vila Coníferas e Loteamento Pinhais (até a 1ª lombada da Rua Capitão João Braz).
ESF Nova Esperança – Augusta Vitória	E. Geral Augusta Vitória	Augusta Vitória, Rio do Cedro, Guarupu, Avencal do Saltinho, Vila Schafascheck, Pedra Fina.
ESF CAIC I	Av. das Rosas, 6377 – Vila das Flores	Vila Grossel, Vila Jardim Cristal, Amola Flecha I (Stª. Filomena), Loteamento Chableski.
ESF CAIC II		Vila Ivete, Condomínio Andaluzia, Loteamento Paraíso.
ESF Ricardo Gregório I – Vila Nova I	Rua Carlos Urbanite, s/n	Jardim Novo Horizonte, Jardim Imbuial, Vila Nova, Rua do Portão, Loteamento da Collo, COHAB do Imbuial, Loteamento ABCelesc.
ESF Ricardo Gregório II – Vila Nova II		
ESF Central I	Marechal Floriano Peixoto	Vila Buenos Aires, Vila Clementina, Vila Argentina, Vila Ferroviária (Rua Jovino Lima da esquina da Rua Jorge Lacerda até a Rua São João Maria, Rua Florianópolis na Jorge Lacerda ate a São João Maria).
ESF Central II		Jardim do Moinho (Pedreira, Moinho Catarinense Werner e na extensão da Rua Jose Cassias Pereira até a oficina do Good), Alto de Mafra (Av. Tenente Ary Rauem até SENAI e fundos Maternidade Dona Catarina Kuss.
ESF Vereador Edson Luis Schultz – Restinga	Rua José Frosch, 594	Restinga, Vila Formosa, Loteamento Edson Schultz, até a esquina do Supermercado MIG e Viação ELO.
ESF Guilherme Ganzert – Faxinal	Rua José Stoebel Filho s/n	Campo da Lança (até BANDAG), Vila Nova (Mallon), Faxinal, Vila Santa Terezinha (KM 111), Rio Branco I e II
ESF Benemérita Ana Zilda Ruthes – Espigão do Bugre	Rua Ramiro Ruthes, s/n	Campo da Lança (parte), KM 09, Vila Ruthes, Campina dos Ferreiras, Espigão do Bugre.
ESF Benemérita Ana Zilda Ruthes II – Espigão do Bugre II		Avencal de Cima (Posto de Saúde/extensão),Avencal do Meio, Vila Pscheidt, Vila Grein, Vila Neumann, Estação Tingui, Vila Peschel, Rio Preto, Rio Preto do Sul. Avencal São Pedro.
		Vila Souza,Rio da Areia do Meio, Tacaniça, Rio da Areia de Baixo, Leonel, Perizal, Bituva Grande, Bituvinha, Vila Olsen, Papuã, Rio da Areia de Cima, Caçador.
ESF Benemérita Ulla Schneider – Jardim América	Rua José Reitmeyer, s/n	Jardim América, Fazenda do Potreiro, Autódromo.
ESF Edvino Hable – São Lourenço	Estrada Geral São Lourenço	São Lourenço, Ribeirãozinho, Campina Konkel, Usina São Lourenço, Campo São Lourenço.
ESF Miguel Peters Filho (ESF Bela Vista do Sul).	Estrada Geral Bela Vista do Sul	Bela Vista do Sul, Butiá do Braz, Butiá do Lageado, Butiá Santa Rita, Butiá dos Carvalhos, Butiazinho.
ESF Manoel Braz Filho (ESF Saltinho do Canivete).	Estrada Geral Saltinho do Canivete	Saltinho do Canivete, Estação Canivete, Colônia Nova, Lageadinho, São João da Barra, Engenho do Meio, Corredeira.
EACS RURAL OSVALDO SAMPAIO Butiá dos TabordasRegião Norte	Estrada Geral Butiá dos Tabordas	Butiá dos Tabordas, General Brito, Barracas., Irara, Maurício Caillet.

3.8.2. Atenção Básica

A Atenção Primária à Saúde (APS), no contexto de saúde pública, se refere ao primeiro nível de atenção do SUS. A APS é o ponto de entrada preferencial dos usuários nos sistemas de saúde, sendo

fundamental para a promoção, prevenção, diagnóstico e reabilitação da saúde (Ministério da Saúde, 2024), sendo eles: atenção à saúde da Criança e do Adolescente; Atenção à saúde do adulto e o idoso; atenção à saúde da Mulher; atenção à saúde do trabalhador e atenção à saúde mental.

3.8.3. Vacinação

A vacinação em um município é fundamental para proteger a população contra doenças preveníveis, seguindo um calendário de imunização. A cobertura vacinal adequada é crucial para a criação de uma imunidade coletiva, que protege, inclusive, aqueles que não podem se vacinar por motivos médicos. Portanto, a vacinação é um pilar da saúde comunitária e da manutenção do bem-estar coletivo.

O quadro 03 mostra as taxas de cobertura vacinal de Mafra no ano de 2024. Os dados indicam que quatro vacinas atingiram ou superaram a meta de cobertura, sendo elas: BCG (Bacilo de Calmette e Guérin), VTV (Vacina Tríplice Viral), PENTAVALENTE e POLIOMELITE. Esses índices são positivos e indicam boa adesão da população às campanhas de imunização para estas vacinas. Entretanto, as demais vacinas apresentaram cobertura abaixo da meta preconizada, destacando-se Febre Amarela com apenas 81,09%.

Quadro 3 - Cobertura vacinal 2024. Elaboração: Ana Cristina Lourenço - Vigilância Socioassistencial, 2024. Fonte dos dados: Secretaria Municipal de Saúde, 2025.

Vacina	Meta	Vacinados
BCG	90	96,63
ROTA	90	89,74
PNM	95	91,02
MNG	95	92,96
PENTA	95	96,33
VTV	95	100
FA	100	81,09
POLIO	95	95,89
HEPA	95	88,7

3.8.4. Taxa de mortalidade infantil

Segundo o Sistema de informações Sobre Mortalidade, a taxa de mortalidade infantil no município apresentou um aumento alarmante de 369,63% em comparação com 2013 (Figura 21).

Entre as principais causas de mortalidade infantil estão doenças do sistema cardiovascular e respiratório, neoplasias, diabetes mellitus e causas externas, como acidentes e violência. A referência às causas externas (acidentes e violência) reforça a necessidade de compreender a mortalidade infantil não apenas pelo viés biomédico, mas também a partir de uma abordagem intersetorial, envolvendo políticas de assistência social, segurança pública, educação e saúde.

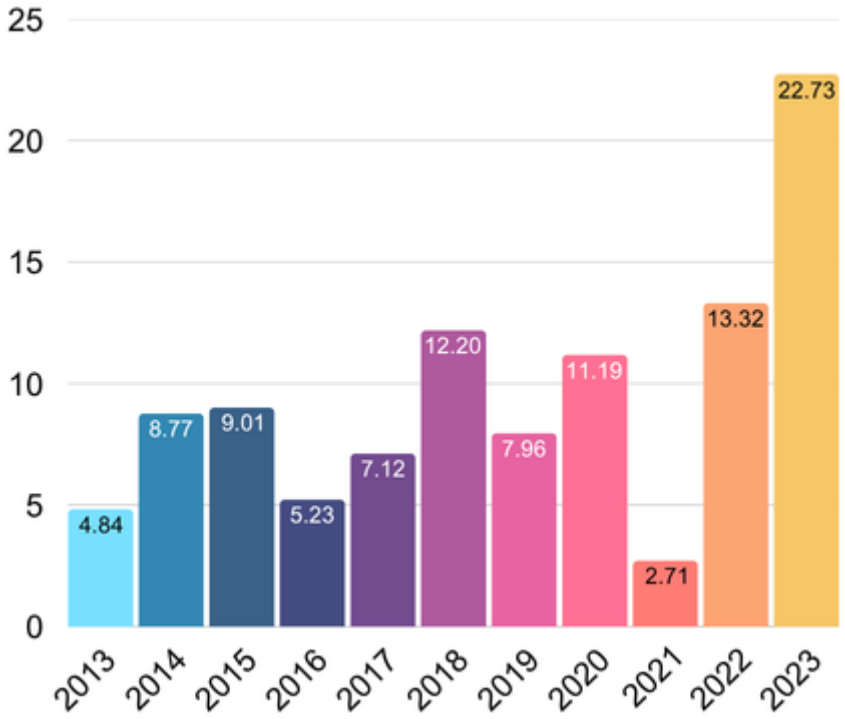


Figura 21 - *Mortalidade infantil Fonte dos dados: Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM). Elaborado por Ana Cristina Lourenço - Vigilância Socioassistencial 2025.*

3.9. DADOS DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE AGRAVOS DE NOTIFICAÇÃO- SINAN

O Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN, apresentam dados das notificações e investigações de casos de doenças e agravos que constam da lista nacional de doenças de notificação compulsória instituída pela Portaria de Consolidação nº 4, de 28 de Setembro de 2017 (Portal SINAN, 2025). Os dados apresentados neste Diagnóstico referem-se apenas a Violência Interpessoal.

Dentre as violências notificadas em 2024, “Outras violências” foi a que se destacou com 73 notificações (Quadro 04). Essa informação sugere que há um conjunto significativo de situações de violência

que não se enquadram nas categorias tradicionais, o que pode refletir a diversidade de suas manifestações, incluindo formas menos visíveis ou formalmente tipificadas. O destaque dessa categoria evidencia também desafios na classificação e registro das violências, podendo apontar lacunas no conhecimento sobre a realidade vivida pelas vítimas ou limitações dos processos de sistematização dos dados.

Quadro 4 - *Tipos de violência notificadas pelo SINAN no município de Mafra, SC. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: SINAN, 2024.*

Tipos de violência	**Feminino**	**Masculino**	**Total**
Violência física	12	10	22
Violência Psicológica/moral	0	0	0
Violência Tortura	0	0	0
Violência sexual	6	0	6
Violência financeira/econômica	0	0	0
Negligência/Abandono	4	1	5
Violência intervenção legal	0	0	0
Violência Trabalho Infantil	0	0	0
Outras violências	42	31	73

Das violências notificadas podemos identificar a faixa etária das pessoas vitimadas (Quadro 05). No entanto, a predominância da categoria “Outras violências” dificulta a análise detalhada, pois essas situações não estão claramente tipificadas, o que compromete a compreensão precisa do perfil etário das vítimas e das dinâmicas de exposição à violência.

Quadro 5 - Tipos de violência por idade notificadas pelo SINAN no município de Mafra, SC. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: SINAN, 2024.

Violências/Idade	<1 Ano	01 a 04	05 a 09	10 a 14	15 a 19	20 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 e mais	Total
Violência Física	-	-	-	1	2	3	5	4	2	5	22
Violência Sexual	-	2	-	3	-	-	-	1	-	-	6
Negligência/ Abandono		1	3	-	-	-	-	-	-	1	-
Outra Violência		-	1	4	3	15	19	16	8	7	73

A residência é o local com maior incidência de violência (Quadro 06). A maior incidência de violência nesse local evidencia que grande parte das agressões ocorre no espaço doméstico, refletindo dinâmicas de violência interpessoal, familiar e de gênero. Esse cenário ressalta a necessidade de estratégias de prevenção e intervenção das políticas sociais de forma integrada. Contudo, é importante destacar que nesse cenário, a Assistência Social mostra-se fundamental enquanto política que atua no cuidado das relações sociais e familiares.

Quadro 6 - Tipos de violência e local de ocorrência notificadas pelo SINAN no município de Mafra, SC. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: SINAN, 2024.

Violência/Local ocorrência	Residência	Escola	Bar ou Similar	Via pública	Comércio/Serviços	Outros	Ignorado	Total
Viol Física	13	2	2	3	1	-	1	22
Viol Sexual	3	1	-	-	-	1	1	6
Negligência/Abandono	4	-	-	-	-	-	1	5
Outra Violência	67	1	1	2	-	2	-	73

4. A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O SUAS é o modelo de gestão apresentado pela PNAS/2004, regulamentado pela Lei nº 12.435/2011 que alterou a LOAS. A implantação do SUAS no município de Mafra, iniciou-se no ano de 2005 com a realização da V Conferência Municipal de Assistência Social, que direcionou a construção e implementação do SUAS, para o período de 10 anos.

A Lei Municipal nº 4.091 de 03 de março de 2015 é o marco principal da Assistência Social em âmbito municipal, regulamentando a organização e operacionalização da Assistência Social, que vinha minimamente sendo executada, de maneira informal.

A lei instituiu a Política Municipal de Assistência Social, consoante à Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, aprovada através da Resolução nº 109/2009/CNAS, além da PNAS/2004 e da NOB/SUAS/2012. A legislação supramencionada ainda conferiu a correta nomenclatura à Secretaria Municipal de Assistência Social, abolindo a denominação errônea anterior, de Secretaria Municipal da Criança e Ação Social.

No entanto, a Lei Municipal Complementar nº 44 de 03 de março de 2017, inseriu na estrutura da Secretaria Municipal de Assistência Social o Departamento de Habitação, alterando novamente a nomenclatura para Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação (SMASH), bem como as atribuições dos departamentos, que haviam sido desenhados conforme a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Foi necessária a correção, que ocorreu através da Lei Complementar nº 49 de 23 de outubro de 2017.

A gestão da política de Assistência Social de Mafra/SC encontra-se atualmente na estrutura administrativa da Prefeitura, apresentando o organograma a seguir (Figura 22):

Orgranograma



Figura 22 - Organograma do Sistema Único de Assistência Social de Mafra, SC. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: Lei Complementar nº 49 de 23 de outubro de 2017.

O nível de gestão conferido ao município de Mafra é o de Gestão Plena da Assistência Social, que habilita o município a assumir a gestão total das ações socioassistenciais tendo responsabilidade integral e autonomia de gestão (MDS, 2025).

O SUAS organiza as ações da Assistência Social em dois níveis de proteção social. A primeira é a Proteção Social Básica, destinada à prevenção de riscos sociais e pessoais, por meio da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social. O Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) é a unidade pública estatal responsável pela oferta dos serviços da Proteção Social Básica. A segunda é a Proteção Social Especial dividida em média e alta complexidade, destinada a famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco pessoal e social por violação de direitos. O Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) é a unidade pública estatal responsável pela oferta de serviços de média complexidade da Proteção Social Especial. Já a Alta Complexidade compreende os serviços de Acolhimento Institucional.

4.1. PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

A Proteção Social Básica prevê um conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios, destinado a pessoas, famílias e comunidades que vivem em situação de vulnerabilidade social, decorrente da fragilização de vínculos afetivos, relacionais ou de pertencimento social, de discriminações etárias, étnico-raciais, pelo

gênero ou por deficiências, da privação ou ausência de renda e do precário ou nulo acesso aos serviços públicos, entre outras situações de desproteção social.

O conjunto de ofertas da proteção social básica é realizada pelo CRAS e deve garantir as seguranças de acolhida, convivência, autonomia, renda e de apoio e auxílio, e a participação ativa de usuários e usuárias acolhidos na perspectiva da cidadania (Ministério de Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, 2025).

4.1.1. CRAS

O CRAS é uma unidade de proteção social básica do SUAS, que tem por objetivo prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania. Esta unidade pública do SUAS é referência para o desenvolvimento de todos os serviços socioassistenciais de proteção básica do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, no seu território de abrangência. Estes serviços, de caráter preventivo, protetivo e proativo, podem ser ofertados diretamente no CRAS, desde que disponha de espaço físico e equipe compatível. Quando desenvolvidos no território do CRAS, por outra unidade pública ou entidade de assistência social privada sem fins lucrativos, devem ser obrigatoriamente a ele referenciados (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009).

Mafra conta com 2 CRAS, sendo eles: o CRAS Central e o CRAS Maria José Pinto da Silva (MJPS) (Figura 23).

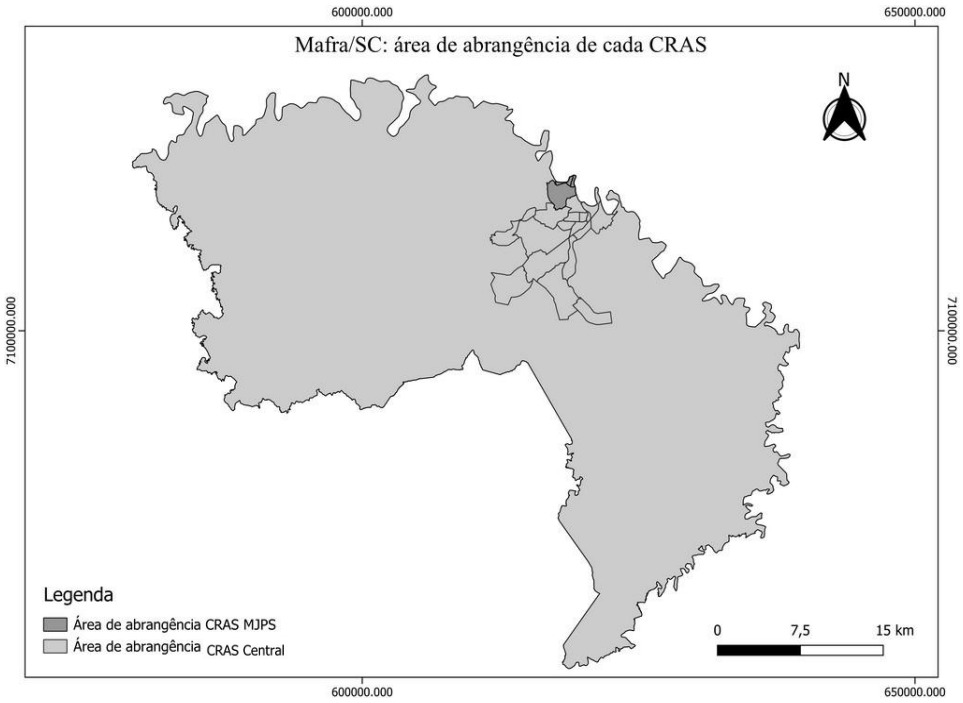


Figura 23 - *Mapa com as delimitações das áreas de abrangência de cada CRAS em Mafra, SC. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025*

.

O CRAS Central está localizado na Rua Benemérito Pedro Kuss, s/n, no Centro I Baixada, e foi criado em 2022 (Figura 24) e o CRAS Maria José Pinto da Silva está localizado na rua Capitão João Bley, nº 734 - Vila Ivete e foi criado em 2006 (Figura 25).

O CRAS MJPS abrange 3 bairros (Vila Ivete, Vila Solidariedade e Vila das Flores - Figura 26) e possui 8087 pessoas da população total do município, o que corresponde a 14,68% (Quadro 07)[6]. O CRAS Central abrange as demais áreas urbanas e toda área rural.

[6] A divisão de bairros utilizada está baseada na Lei Municipal 4.785/2025. Importa destacar que nos três bairros de área de abrangência do CRAS MJPS estão contidas dez localidades: Amola Flecha, Jardim Cristal, Vila das Flores, Vila Grossel, Vila Ivete, Solidariedade, Santa Filomena I e II, Loteamento Paraíso, Loteamento Chableski e Santa Terezinha.



Figura 24 - Fachada do CRAS Central de Mafra, SC. Foto: Fabiana Silveira. 2025.



Figura 25 - Fachada do CRAS MJPS de Mafra, SC. Foto: Fabiana Silveira. 2025.

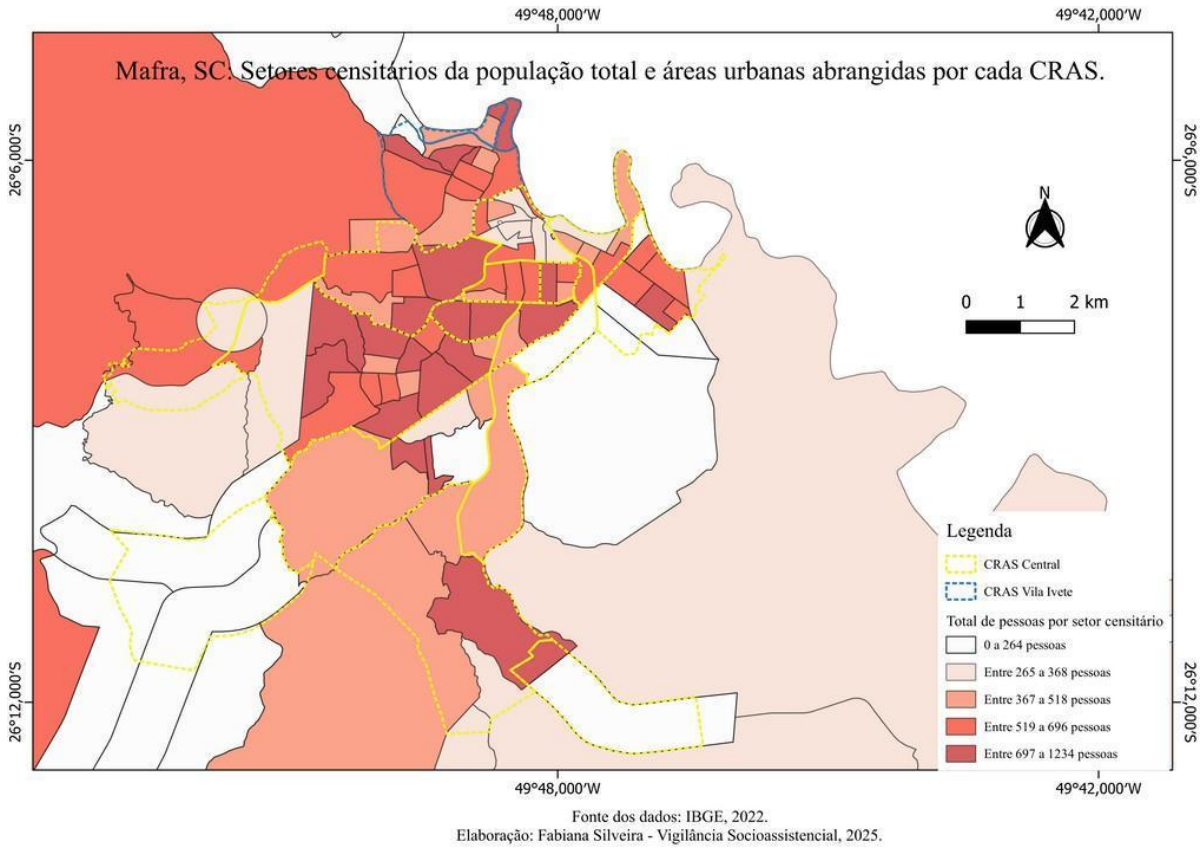


Figura 26 - Habitantes por setor censitário de acordo com a área urbana de abrangência de cada CRAS. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: IBGE, 2022.

Os quadros 07, 08, 09 e 10 mostram uma comparação entre o número total de habitantes do município e o número de pessoas que vivem na área de atendimento de cada CRAS. É importante destacar que as porcentagens apresentadas nesses quadros se complementam, ou seja, somadas, correspondem a 100% da população do município. Por exemplo: considerando a população com 70 anos ou mais, 10% residem na área de abrangência do CRAS MJPS e 90% na área de abrangência do CRAS Central. Juntas, essas porcentagens totalizam 100% das pessoas dessa faixa etária no município.

Quadro 7 - População total do município de Mafra, SC, população total da área de abrangência do CRAS MJPS. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: IBGE, 2022.

População total	População CRAS MJPS	% da População total da área abrangida pelo CRAS MJPS
55286	8087	14,62%

Quadro 8 - População total do município de Mafra, SC por faixa etária, porcentagem da população total da área de abrangência do CRAS MJPS por faixa etária comparado com a população total. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: IBGE, 2022.

Faixa etária	Pop total municipal	% da pop na área abrangida pelo CRAS MJPS
0 a 4 anos	3334	19%
5 a 9 anos	3443	18%
10 a 14 anos	3384	17%
15 a 19 anos	3813	18%
20 a 24 anos	4040	16%
25 a 29 anos	4008	14%
30 a 39 anos	8474	15%
40 a 49 anos	8308	14%
50 a 59 anos	7100	13%
60 a 69 anos	5481	12%
70 anos ou mais	3911	10%

A faixa etária que predomina no território do CRAS MJPS é de 0 a 4 anos, indicando a importância do desenvolvimento de políticas públicas voltadas à Primeira Infância (Quadro 08).

A área abrangida pelo CRAS Central é toda área rural e a área urbana que inclui os bairros: Centro I baixada, Vila Buenos Aires, Jardim América, Restinga, Centro II Alto de Mafra, Vila Ferroviária, Vila Argentina, Vila Formosa, Jardim do Moinho, Autódromo, Vila Nova, Faxinal, Espigão do Bugre, Campo da lança, Vila Pscheidt, Rio Branco I e São Lourenço totalizando 47.199 pessoas (Quadro 09).

Quadro 9 - População total do município de Mafra, SC, população total da área de abrangência do CRAS Central. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: IBGE, 2022.

População total	População CRAS Central	% da População total da área abrangida pelo CRAS Central
55286	47199	85,38%

A faixa etária que se destaca na área de abrangência do CRAS Central é de 70 anos ou mais, apontando a demanda específica desses territórios em relação ao processo de envelhecimento populacional (Quadro 10). A elaboração de políticas públicas que garantam um envelhecimento democrático e saudável a todos torna-se essencial.

Quadro 10 - *População total do município de Mafra, SC por faixa etária, porcentagem da população total da área de abrangência do CRAS Central por faixa etária comparado com a população total. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: IBGE, 2022.*

Faixa etária	**Pop total municipal**	**% da pop na área abrangida pelo CRAS Central**
0 a 4	3334	81%
5 a 9	3443	82%
10 a 14	3384	83%
15 a 19	3813	82%
20 a 24	4040	84%
25 a 29	4008	86%
30 a 39	8474	85%
40 a 49	8308	86%
50 a 59	7100	87%
60 a 69	5481	88%
70 mais	3911	90%

Os serviços executados pelo CRAS são: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), Benefícios eventuais, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, Posto de Cadastro Único para programas sociais do Governo Federal e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).

4.1.1.1. PAIF

O PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família), desenvolvido no âmbito do CRAS, tem como objetivo fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura de vínculos familiares e comunitários, e garantir o acesso a direitos sociais. Suas ações são preventivas, protetivas e proativas, promovendo a autonomia, o protagonismo e a melhoria da qualidade de vida dos usuários.

O Trabalho Social com Famílias no PAIF pode ocorrer por meio de dois processos distintos: pela inserção de famílias em atendimento PAIF ou acompanhamento PAIF. O atendimento PAIF refere-se a uma ação imediata de prestação ou oferta de atenção a uma resposta qualificada de uma demanda. Já o acompanhamento PAIF consiste em um conjunto de intervenções, desenvolvidas de forma contínua a partir do estabelecimento de compromissos entre a família e os profissionais com a construção do Plano de ;Acompanhamento Familiar. Dentre as ações realizadas nos atendimentos e acompanhamentos PAIF estão: Acolhida, ações particularizadas, encaminhamentos (CadÚnico, Rede Socioassistencial, Políticas Setoriais, Rede de Proteção, entre outros) e atendimentos coletivos (acolhida, oficinas, ações comunitárias).

4.1.1.2. Benefícios Socioassistenciais

Os benefícios socioassistenciais podem ser ofertados em todos os níveis de proteção do SUAS. No entanto, sua gestão ocorre, em sua maioria, no âmbito da Proteção Social Básica (PSB). Entre eles, destacam-se os benefícios eventuais, como auxílio natalidade, auxílio funeral e auxílios para situações de vulnerabilidade temporária ou de calamidade pública, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Programa Bolsa Família (PBF), cujo acompanhamento das famílias é realizado no âmbito do PAIF. Esses benefícios estão descritos e detalhados nos Cadernos de Orientação do PAIF 1 e PAIF 2.

4.1.1.2.1. Benefícios Eventuais

Os benefícios eventuais são uma medida de proteção social de natureza temporária. Tem o intuito de prevenir e promover o enfrentamento de situações que possam fragilizar o indivíduo e sua família, evitando o agravamento de situações de vulnerabilidade. Estão previstos na Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS (Lei 8.742/93) pela resolução CNAS nº 33 de 12 de dezembro de 2012 (NOB-SUAS) e pelo Decreto 6.307 de 14 de Dezembro de 2007.

Conforme a Lei Municipal 4.670 de 21 de Julho de 2023 de Mafra/SC:

“Art 3º O benefício eventual destina-se aos cidadãos e às famílias com impossibilidade de arcar por conta própria com o enfrentamento de contingências sociais, cuja ocorrência provoca riscos e fragiliza a manutenção do indivíduo, a unidade da família e a sobrevivência de seus membros.”

Esses benefícios são concedidos para indivíduos com renda igual ou inferior a ¼ do salário-mínimo, cuja situação de vulnerabilidade possa se tornar mais fragilizada. São os benefícios:

4.1.1.2.1.1. Auxílio Natalidade

O auxílio natalidade consiste no valor de 1 salário-mínimo vigente, para cada nascituro, e pode ser realizado após o 2º trimestre ou até 120 dias do nascimento.

4.1.1.2.1.2. Auxílio Funeral

O benefício concedido em razão de morte constitui-se em uma prestação única, em pecúnia ou mediante serviços funerários, garantindo dignidade e respeito às famílias de indivíduos que não possuem condições de arcar com o custeio desses serviços.

4.1.1.2.1.3. Auxílio à Situação de Vulnerabilidade Temporária

Situação de vulnerabilidade temporária é a situação em que o indivíduo ou sua família estão momentaneamente impossibilitados de lidar com o enfrentamento de situações específicas, cuja ocorrência impede ou fragiliza a manutenção daquele indivíduo, da unidade familiar ou limita a autonomia de seus membros. O auxílio poderá ser concedido em forma de:

- Pecúnia, no valor de 10% e 15% do salário-mínimo vigente, na forma de cartão alimentação;
- Passagem intermunicipal/intraestadual;
- Isenção de custeio de despesas para expedição de documentação pessoal, como fotografia e fotocópias;
- Colchões, cobertores e travesseiros;
- Pecúnia, no valor de até 1 (um) salário-mínimo vigente, na forma de Aluguel Social, pago em caráter emergencial;

- Auxílio à Situação de Emergência ou Calamidade Pública, concedido na forma de benefícios eventuais em situação de vulnerabilidade temporária, auxílio natalidade e auxílio funeral, para indivíduos com a renda familiar mensal per capita de até meio salário-mínimo nacional vigente.[7]

4.1.1.2.2. Benefício de Prestação Continuada

O Benefício de Prestação Continuada (BPC), instituído pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742/1993), integra a Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Trata-se de um benefício de transferência de renda que garante um salário-mínimo mensal à pessoa idosa com 65 anos ou mais e à pessoa com deficiência que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção, nem de tê-la provida por sua família.

No âmbito da Proteção Social Básica, o CRAS é responsável por operacionalizar o acesso ao BPC, por meio da orientação, acolhimento, inclusão e atualização no Cadastro Único (CadÚnico), além do acompanhamento familiar de seus beneficiários pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF).

Assim, o BPC é reconhecido como um componente da Proteção Social Básica, articulando-se aos demais serviços, programas e benefícios do SUAS com o objetivo de prevenir situações de risco social, promover a inclusão social e fortalecer os vínculos familiares e comunitários das pessoas idosas e com deficiência em situação de vulnerabilidade.

4.1.1.2.3. Programa Bolsa Família

Trata-se de um programa de transferência direta e condicionada de renda que, por meio da articulação com outras políticas, atua para a superação da pobreza e transformação social das famílias beneficiárias.

O Programa Bolsa Família integra ações do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, do Ministério da Saúde e do Ministério da Educação, cada qual com condicionalidades específicas. No âmbito da saúde, as condicionalidades incluem o cumprimento do calendário nacional de vacinação, o acompanhamento do estado nutricional de beneficiários com até sete anos de idade incompletos e a realização do pré-natal pelas gestantes (MDS, 2025). No que se refere à educação, exige-se frequência escolar mínima de 60% para beneficiários de quatro a seis anos incompletos, e de 75%

[7] Conforme o Decreto nº 6.307 de 14 de Dezembro de 2007, entende-se por estado de emergência ou calamidade pública o reconhecimento pelo poder público de situação anormal, advinda de baixas ou altas temperaturas, tempestades, enchentes, inversão térmica, desabamentos, incêndios, epidemias, pandemias, causando sérios danos à comunidade afetada, inclusive à incolumidade ou à vida de seus integrantes.

para aqueles de seis a dezoito anos incompletos que ainda não concluíram a educação básica (MDS, 2025). À Política de Assistência Social cabe a responsabilidade pelo acompanhamento das famílias beneficiárias do programa por meio do PAIF, incluindo a realização de visitas domiciliares e a atualização cadastral.

4.1.1.3. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

Serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. Forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território.

Organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária. Possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social.

Deve prever o desenvolvimento de ações intergeracionais e a heterogeneidade na composição dos grupos por gênero, presença de pessoas com deficiência, identidade étnico-racial, entre outros. Consiste em um serviço complementar ao PAIF e ao PAEFI, de modo a promover o atendimento das famílias dos usuários destes serviços, garantindo a matricialidade sociofamiliar da política de assistência social (Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, 2014).

4.1.1.4. Postos de Cadastro Único para programas do Governo Federal

O Cadastro Único é o principal instrumento do Estado brasileiro para a identificação, seleção e inclusão de famílias de baixa renda em programas sociais. Ele permite que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população, por meio do registro de informações como endereço, características do domicílio, composição familiar, identificação dos membros, escolaridade, situação de trabalho e renda, existência de pessoas com deficiência, entre outros dados relevantes. O Cadastro Único é utilizado para a concessão de benefícios de programas do governo federal, como o Programa Bolsa Família, o Programa Pé-de-Meia, a Tarifa Social de Energia Elétrica, o Auxílio Gás e o Minha Casa Minha Vida. Além disso, também serve como critério de seleção para ações sociais desenvolvidas por governos estaduais e municipais.

As famílias com renda mensal de até meio salário-mínimo por pessoa ou até três salários mínimos por família, podem ser cadastradas no Cadastro Único. Famílias com renda superior a esse valor também podem

ser cadastradas, desde que a inscrição seja necessária para o acesso a programas ou serviços específicos (Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, 2025).

O CadÚnico possui caráter intersetorial, constituindo-se como uma ferramenta essencial para a identificação o acompanhamento das famílias vulnerabilizadas nas diversas políticas públicas. Por integrar informações que subsidiam programas de diferentes áreas, como assistência social, saúde, educação, habitação e trabalho, exige a atuação articulada entre setores, garantindo que as ações voltadas à proteção social sejam mais efetivas, integradas e coerentes com as necessidades reais dos territórios. Nesse contexto, a Comissão Intersetorial do CadÚnico desempenha papel estratégico ao assegurar essa articulação, promovendo o planejamento e a coordenação conjunta das iniciativas, estando formalmente nomeada no SIGPBF, o que reforça sua legitimidade institucional.

4.2. PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE

De abrangência municipal ou regional, no CREAS são ofertados os serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade no âmbito do SUAS a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos, tendo como objetivo:

- Fortalecer a função protetiva da família;
- Potencializar os recursos para a superação da situação vivenciada;
- Auxiliar na reconstrução de relacionamentos familiares e comunitários;
- Proporcionar fonte de informações, orientações e apoio profissional;
- Contribuir para a garantia dos direitos das pessoas vítimas de violência;
- Estimular a inserção social dos indivíduos;
- Promover campanhas de prevenção aos diversos tipos de violência.

O CREAS tem o papel de executar, coordenar e fortalecer a articulação dos serviços socioassistenciais com as demais políticas públicas e com o sistema de garantia de direitos.

Em Mafra/SC foi inaugurado em 1º de junho de 2008, e permaneceu em sedes alugadas até março de 2016, quando passou a ocupar a atual e definitiva sede na Rua Tupinambás, 100, Centro I, que foi inaugurada em 1º de junho de 2016, atendendo de segunda a sexta-feira das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas.

A área de abrangência do CREAS corresponde a toda extensão territorial do Município.

4.2.1. Serviço de Proteção Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI)

De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2014), o Serviço de Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) consiste em um serviço de apoio, orientação e

acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos. Buscando a promoção de direitos, a preservação e o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais e para o fortalecimento da função protetiva das famílias diante do conjunto de condições que as vulnerabilizam e/ou as submetem a situações de risco pessoal e social.

O atendimento do PAEFI fundamenta-se no respeito à heterogeneidade, potencialidades, valores, crenças e identidades das famílias. O serviço articula-se com as atividades e atenções prestadas às famílias nos demais serviços socioassistenciais, nas diversas políticas públicas e com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos.

O serviço deve garantir atendimento imediato e providências necessárias para a inclusão da família e seus membros em serviços socioassistenciais e/ou em programas de transferência de renda, de forma a qualificar a intervenção e restaurar o direito.

4.2.2. Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas (MSE) de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)

Conforme a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2014), o serviço tem por finalidade prover atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, conforme determinação judicial.

Deve contribuir para o acesso a direitos e para a ressignificação de valores na vida pessoal e social dos adolescentes e jovens. Para a oferta do serviço faz-se necessário a observância da responsabilização face ao ato infracional praticado, cujos direitos e obrigações devem ser assegurados de acordo com as legislações e normativas específicas para o cumprimento da medida.

O Serviço de MSE em Meio Aberto deve garantir aquisições aos adolescentes, que consistem nas seguranças de acolhida, de convivência familiar e comunitária e de desenvolvimento de autonomia individual, familiar e social.

Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Serviço de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) é a realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres e programas comunitários ou governamentais. São executadas mediante elaboração e monitoramento do Plano Individual de Atendimento (PIA), bem como acompanhamento e orientação por profissional de nível superior.

Já a Liberdade Assistida (LA) destina-se a acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente autor de ato infracional. Trata-se de uma medida socioeducativa que implica em certa restrição de direitos, pressupõe um acompanhamento sistemático, no entanto, não impõe ao adolescente o afastamento de seu convívio familiar e comunitário. Existem especificidades metodológicas a serem consideradas no processo de execução da medida

de liberdade assistida, salientando o necessário acompanhamento individualizado do adolescente pela equipe do serviço com monitoramento das metas do PIA. O planejamento das ações deve considerar que a medida será fixada pelo prazo mínimo de seis meses, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída. (Caderno de Orientações de MSE, 2016).

4.2.3. Atendimento à População em Situação de Rua

O Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, assim como o Serviço Especializado em Abordagem Social, não estão estruturados no município e nem contam com uma equipe específica. O atendimento às pessoas em situação de rua é realizado no CREAS por demanda espontânea, busca ativa ou encaminhamento dos demais serviços socioassistenciais, políticas setoriais, sistemas de garantias de direitos, entre outros.

4.3. PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE

A Proteção Social Especial de Alta Complexidade tem como finalidade ofertar serviços especializados voltados a indivíduos e famílias que, em razão de violações de direitos, encontram-se afastados de seus lares e necessitam de acolhimento integral. Esses serviços atendem pessoas vítimas de violência, crianças, adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência afastados do convívio familiar e pessoas em situação de rua.

Seu principal objetivo é garantir a segurança, a proteção integral e a reconstrução de vínculos, por meio de metodologias que promovam a preservação, o fortalecimento ou o resgate da convivência familiar e comunitária, ou, quando necessário, a construção de novas referências afetivas e sociais.

Os serviços ofertados pela alta complexidade são os seguintes:

4.3.1. SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2014), o acolhimento em diferentes tipos de equipamentos é destinado a famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral. A organização do serviço deverá garantir privacidade, o respeito aos costumes, às tradições e à diversidade de: ciclos de vida, arranjos familiares, raça/etnia, religião, gênero e orientação sexual. O atendimento prestado deve ser personalizado e em pequenos grupos e favorecer o convívio familiar e comunitário, bem como a utilização dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local. As regras de gestão e de convivência deverão ser construídas de forma participativa e

coletiva, a fim de assegurar a autonomia dos usuários, conforme perfis. Deve funcionar em unidade inserida na comunidade com características residenciais, ambiente acolhedor e estrutura física adequada, visando o desenvolvimento de relações mais próximas do ambiente familiar. As edificações devem ser organizadas de forma a atender aos requisitos previstos nos regulamentos existentes e às necessidades dos usuários, oferecendo condições de habitabilidade, higiene, salubridade, segurança, acessibilidade e privacidade.

4.3.1.1. Para crianças e adolescentes

Acolhimento provisório e excepcional para crianças e adolescentes de ambos os sexos, inclusive crianças e adolescentes com deficiência, sob medida de proteção (Art. 98 do Estatuto da Criança e do Adolescente) e em situação de risco pessoal e social, cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção. As unidades não devem distanciar-se excessivamente, do ponto de vista geográfico e socioeconômico, da comunidade de origem das crianças e adolescentes atendidos. Grupos de crianças e adolescentes com vínculos de parentesco – irmãos, primos, etc., devem ser atendidos na mesma unidade. O acolhimento será feito até que seja possível o retorno à família de origem (nuclear ou extensa) ou colocação em família substituta.

4.3.1.2. Para adultos e famílias

Acolhimento provisório com estrutura para acolher com privacidade pessoas do mesmo sexo ou grupo familiar. É previsto para pessoas em situação de rua e desabrigo por abandono, migração e ausência de residência ou pessoas em trânsito e sem condições de autossustento. Deve estar distribuído no espaço urbano de forma democrática, respeitando o direito de permanência e usufruto da cidade com segurança, igualdade de condições e acesso aos serviços públicos. O atendimento a indivíduos refugiados ou em situação de tráfico de pessoas (sem ameaça de morte) poderá ser desenvolvido em local específico, a depender da incidência da demanda.

4.3.1.3. Para mulheres em situação de violência

Acolhimento provisório para mulheres, acompanhadas ou não de seus filhos, em situação de risco de morte ou ameaças em razão da violência doméstica e familiar, causadora de lesão, sofrimento físico, sexual, psicológico ou dano moral. Deve ser desenvolvido em local sigiloso, com funcionamento em regime de co-gestão, que assegure a obrigatoriedade de manter o sigilo quanto à identidade das usuárias. Em articulação com rede de serviços socioassistenciais, das demais políticas públicas e do Sistema de Justiça, deve ser

ofertado atendimento jurídico e psicológico para as usuárias e seus filhos e/ou dependentes quando estiver sob sua responsabilidade. No momento, o município de Mafra não possui este serviço.

4.3.1.4. Para jovens e adultos com deficiência

Acolhimento destinado a jovens e adultos com deficiência, cujos vínculos familiares estejam rompidos ou fragilizados. É previsto para jovens e adultos com deficiência que não dispõem de condições de autossustentabilidade, de retaguarda familiar temporária ou permanente ou que estejam em processo de desligamento de instituições de longa permanência. Deve ser desenvolvido em Residências Inclusivas inseridas na comunidade, funcionar em locais com estrutura física adequada e ter a finalidade de favorecer a construção progressiva da autonomia, da inclusão social e comunitária e do desenvolvimento de capacidades adaptativas para a vida diária.

4.3.1.5. Para pessoas idosas

Acolhimento para idosos com 60 anos ou mais, de ambos os sexos, independentes e/ou com diversos graus de dependência. A natureza do acolhimento deverá ser provisória e, excepcionalmente, de longa permanência quando esgotadas todas as possibilidades de autossustento e convívio com os familiares. É previsto para idosos que não dispõem de condições para permanecer com a família, com vivência de situações de violência e negligência, em situação de rua e de abandono, com vínculos familiares fragilizados ou rompidos. Idosos com vínculo de parentesco ou afinidade – casais, irmãos, amigos, etc., devem ser atendidos na mesma unidade. Preferencialmente, deve ser ofertado aos casais de idosos o compartilhamento do mesmo quarto. Idosos com deficiência devem ser incluídos nesse serviço, de modo a prevenir práticas segregacionistas e o isolamento desse segmento.

5. SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SAN)

A Insegurança Alimentar e Nutricional (IAN) é a ausência no acesso regular e permanente aos alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, bem como ao sentimento de incerteza ou preocupação quanto à possibilidade de restrição alimentar no futuro próximo. No contexto brasileiro, a IAN está relacionada à falta de acesso a uma alimentação adequada, associada predominantemente às questões de renda.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a insegurança alimentar consiste na ausência de acesso consistente aos alimentos, o que compromete a qualidade da dieta e rompe os padrões de alimentação comuns à família. Esse fenômeno é mensurado por meio da Escala Internacional de Insegurança Alimentar.

Em contrapartida, a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) representa a efetivação do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais. Baseia-se em práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitam a diversidade cultural, sendo social, econômica e ambientalmente sustentáveis (LOSAN, 2006).

Como política transversal à Assistência Social a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) de Mafra está vinculada à SMASH, bem como ao MDS. No âmbito da SMASH, a SAN é responsável por coordenar e executar ações voltadas à promoção da segurança alimentar e nutricional do público atendido pela política de Assistência Social. Entre essas ações, destacam-se a Educação Nutricional, a Suplementação Alimentar, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa do Leite, o fornecimento de refeições emergenciais em situações de calamidade pública, kit para pessoa em situação de rua (PSR), além de outros programas, projetos e serviços executados no SUAS Mafra, conforme estabelecido na Resolução nº 003/CMAS/2023.

5.1. PROGRAMA DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL - EAN

A EAN é um programa que promove a Educação Nutricional permanente ou intermitente, de acordo com serviços, programas e projetos da SMASH, planejada, elaborada e executada pelas equipes técnicas. O programa é realizado na modalidade coletiva visando promover processos educacionais e de orientação às famílias para as alternativas de alimentação saudável e nutritiva.

5.2. SUPLEMENTAÇÃO ALIMENTAR

O Programa de Suplementação Alimentar consiste na oferta de kits de alimentos voltados à suplementação nutricional de famílias ou indivíduos em situação de insegurança alimentar.

5.3. PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA)

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) tem como objetivo principal a compra direta de alimentos produzidos por agricultores familiares, destinados a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. A iniciativa busca promover o desenvolvimento econômico e social das comunidades rurais, por meio da geração de emprego e renda, além de garantir o acesso a alimentos saudáveis. Assim, contribui de forma concreta para o combate à fome, a redução da insegurança alimentar e a efetivação do direito humano à alimentação adequada.

Em consonância com as diretrizes do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, o PAA adquire os alimentos exclusivamente de agricultores e agricultoras familiares que possuam a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) ou estejam inscritos no Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF). Dessa forma, o programa fortalece a agricultura familiar, fomenta a inclusão produtiva no meio rural, impulsiona a economia local e valoriza os saberes e práticas tradicionais do campo.

Os alimentos adquiridos são destinados às famílias atendidas pela rede socioassistencial, a equipamentos públicos de alimentação e nutrição (como restaurantes populares, cozinhas solidárias e comunitárias), à rede pública de saúde, educação e justiça e a entidades filantrópicas (Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate a Fome, 2025).

5.4. PROGRAMA DO LEITE

O Programa do Leite atende crianças de 1 ano a 3 anos e 11 meses, por meio da entrega mensal de quatro pacotes de leite integral em pó às famílias em processos de vulnerabilização social. O fornecimento do leite integral é um suplemento que visa complementar a alimentação desta faixa etária Para além da oferta do alimento, o programa busca promover a SAN das crianças aliado à EAN. As ações envolvem o esclarecimento de dúvidas, desmistificação de informações sobre alimentação e nutrição e o acolhimento das famílias, especialmente das mães, reconhecendo os desafios e a carga emocional presentes no cuidado e na alimentação de seus filhos.

5.5. SAN PARA SITUAÇÕES DE CALAMIDADES E EMERGÊNCIAS

O programa tem como objetivo garantir o fornecimento emergencial de refeições a famílias e indivíduos acolhidos em abrigos temporários em situações de emergência e calamidade pública que comprometam as condições de moradia e de acesso à alimentação. O programa busca estabelecer condições mínimas de segurança alimentar e nutricional.

A oferta de SAN em abrigos é condicionada a decreto de emergência e/ou calamidade pública. A SMASH tem previsto no orçamento e mantém pregão de alimentos vigente. No entanto, imediatamente aos acolhimentos são fornecidas as refeições na modalidade marmitas individuais.

5.6. SAN DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

A Segurança Alimentar e Nutricional para a População em Situação de Rua é efetivada a partir da entrega de um kit em caráter emergencial, sendo destinado a garantir o acesso imediato à alimentação em contextos de extrema vulnerabilização social, nos quais não há condições de preparo ou acesso regular a refeições.

Cada kit é elaborado de forma a oferecer aproximadamente 400 calorias, atendendo às necessidades mínimas de energia diária. Os alimentos que o compõem são de fácil consumo, armazenamento e transporte, permitindo que sejam utilizados por pessoas em deslocamento ou sem condições adequadas de preparo.

6. OUTROS SERVIÇOS

Ainda vinculados à estrutura formal da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, que não compõem os serviços, programas e projetos do SUAS, temos os seguintes serviços:

6.1. CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO (CCI)

O Centro de Convivência do Idoso (CCI) está situado na Rua Tupinambás, 80 - Bairro Vista Alegre, possuindo sede própria. Seu objetivo é promover o envelhecimento ativo e saudável, além de fortalecer os vínculos familiares e comunitários. O CCI é destinado a pessoas idosas que vivenciam processos de vulnerabilização social, econômica e relacional. Suas ações se desenvolvem a partir de atividades voltadas à educação popular e comunitária, socialização, integração, entre outros.

6.2. DEPARTAMENTO DE HABITAÇÃO

A Política Habitacional é implementada por meio de serviços, programas, projetos, legislações específicas, atuação do controle social e da gestão do Fundo Municipal de Habitação, que, em conjunto, constituem as ações necessárias à efetivação da Política Municipal de Habitação de Interesse Social, em consonância com o Sistema Municipal de Habitação de Interesse Social do Município de Mafra/SC.

Os programas e projetos habitacionais têm como objetivo garantir o acesso ao direito à moradia digna, contemplando tanto a construção de novas unidades habitacionais, quanto a reforma de moradias precárias, de modo a garantir condições adequadas de habitabilidade. Além disso, buscam promover a regularização fundiária de núcleos urbanos consolidados que se encontram em situação irregular, assegurando o direito à moradia e contribuindo para o fortalecimento da função social da cidade e da propriedade.

7. INDICADORES DE ATENDIMENTOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO

De acordo com os dados obtidos da Audiência Pública de Prestação de Contas da Assistência Social referente ao exercício de 2024 realizada em 2025, o total de atendimentos foi de 86.533 em todos os serviços.

Quando analisamos as campanhas de Sensibilização e Prevenção do Maio Laranja, Junho Violeta, Agosto Lilás, Palestra MSE e Protetores do Lar, vemos que elas abrangeram 3.582 pessoas (Audiência Pública, 2025).

7.1. CRAS

De 2017 a 2024 foram realizados 89.037 atendimentos particularizados (Figura 27). Observa-se um aumento expressivo a partir de 2022 em comparação aos anos anteriores. Importa destacar que em agosto desse ano o CRAS Central foi implementado. Somado à essa implementação, esse acréscimo pode ser atribuído ao período pós pandemia de COVID-19 e a intensificação da vulnerabilidade socioeconômica ocorrida como consequência. De modo geral, nota-se uma tendência de crescimento gradual na quantidade total de atendimentos, o que pode indicar uma demanda crescente pelos serviços ofertados e sugerir a necessidade de investimentos em infraestrutura e recursos humanos para garantir a continuidade da prestação de serviços de qualidade.

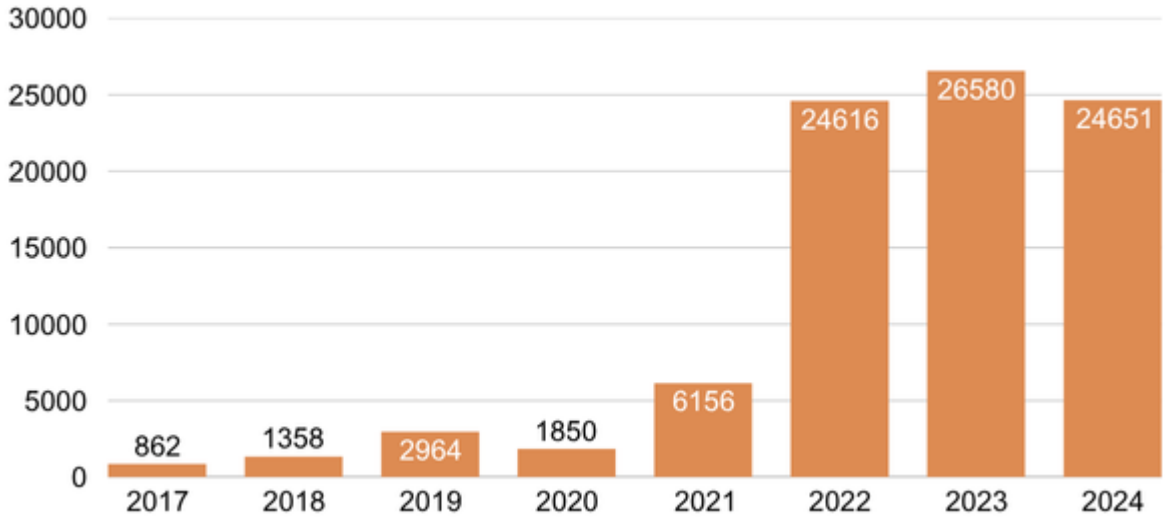


Figura 27 - Número de atendimentos particularizados nos CRAS em Mafra nos anos de 2017 a 2024. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: RMA, 2017 a 2024.[8]

[8] Em agosto de 2022 o CRAS Central foi implementado.

Foram realizadas 2.071 visitas domiciliares entre 2017 e 2024 (Figura 28). Identifica-se uma redução no número de visitas nos anos de 2020 e 2021 que estão relacionados aos protocolos de biossegurança da COVID-19. O aumento observado nos anos seguintes acompanha o mesmo processo já debatido no tópico anterior associado à ampliação das equipes técnicas.

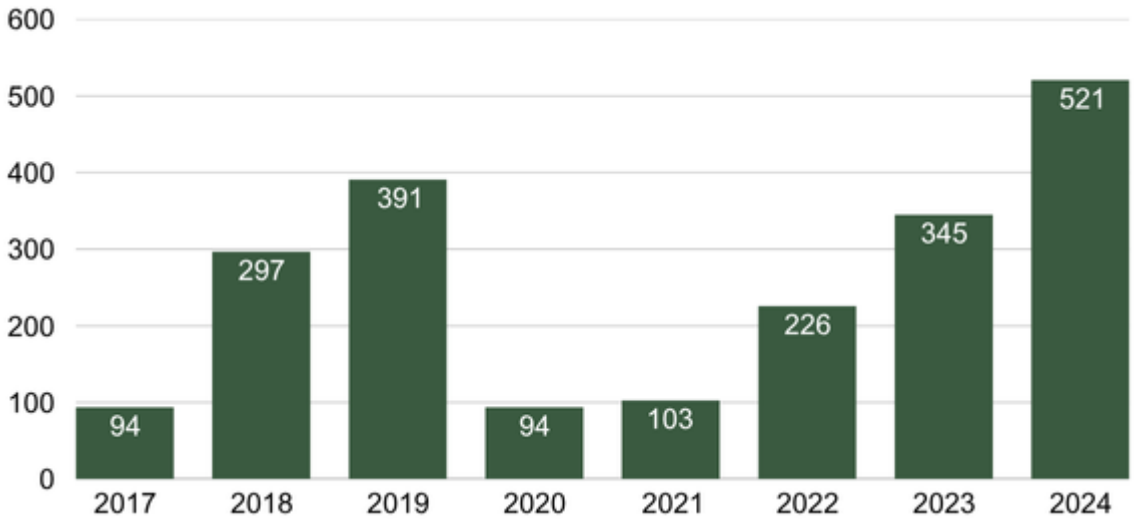


Figura 28 - Número de visitas domiciliares realizadas pelos CRAS em Mafra nos anos de 2017 a 2024. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: RMA, 2017 a 2024.[9]

Ao longo dos últimos 8 anos (2017-2024) foram realizados 126 encaminhamentos de famílias para o CREAS (Figura 29). Especificamente nos anos de 2020 e 2021, correspondente ao período pandêmico, vivenciou-se a problemática da subnotificação de violências, dado às medidas de distanciamento social e o aumento do tempo passado em casa que dificultaram o acesso a serviços de denúncia e proteção. A partir de 2022, a flexibilização das medidas de distanciamento social e o retorno da população às suas atividades diárias, possibilitaram que o fenômeno da violência, antes escondido, se tornasse mais evidente, bem como a possibilidade ao acesso à rede de proteção. Esse processo pode ser vinculado ao aumento de casos encaminhados ao CREAS em 2022, 2023 e 2024.

[9] Em agosto de 2022 o CRAS Central foi implementado.

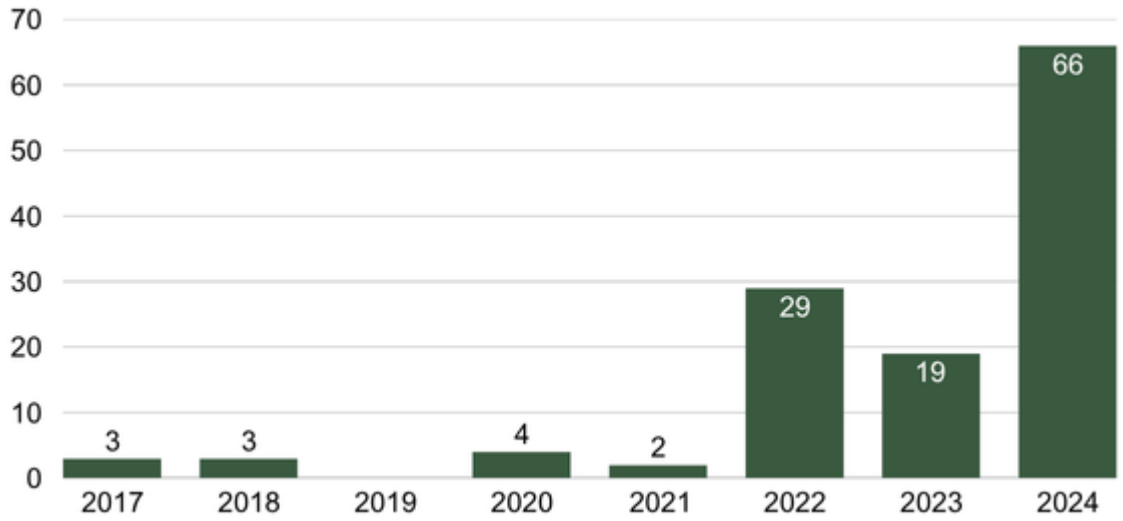


Figura 29 - Número de encaminhamentos realizados para o CREAS em Mafra nos anos de 2017 a 2024. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: RMA, 2017 a 2024.[10]

7.2. CREAS

Ao longo de 8 anos foram realizados 6.868 atendimentos individualizados no CREAS. Em 2020 e 2021, período correspondente à pandemia da COVID-19, identifica-se uma diminuição. Novamente, a partir de 2022, o número de atendimentos volta a aumentar, vinculados ao mesmo processo discutido no tópico anterior (Figura 30).

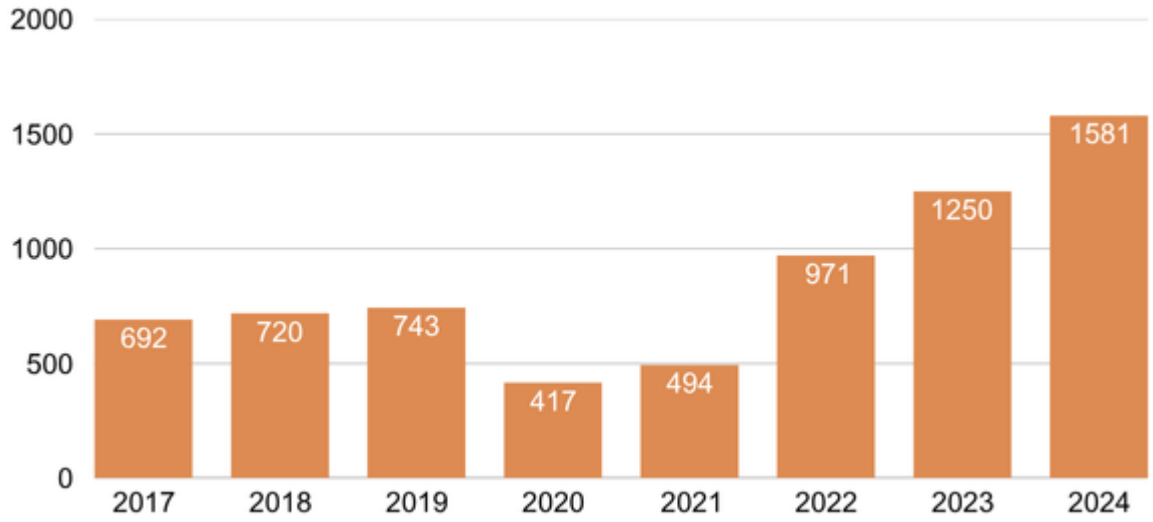


Figura 30 - Número de atendimentos individualizados no CREAS em Mafra nos anos de 2017 a 2024. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: RMA, 2017 a 2024.

[10] Em agosto de 2022 o CRAS Central foi implementado.

Foram realizadas 2.071 visitas domiciliares em 8 anos pelo CREAS, tendo destaque para o ano de 2024, onde totalizaram 481 visitas (Figura 31). Esse aumento pode estar associado a três fatores: (1) ampliação das equipes, já discutido anteriormente; (2) aumento dos encaminhamentos do CRAS para o CREAS, conforme Figura 29; e (3) subdivisão dos serviços do PAEFI em duas equipes, sendo uma para atendimentos de usuários de zero a 59 anos e outra para atendimentos de pessoas idosas e pessoas com deficiência.

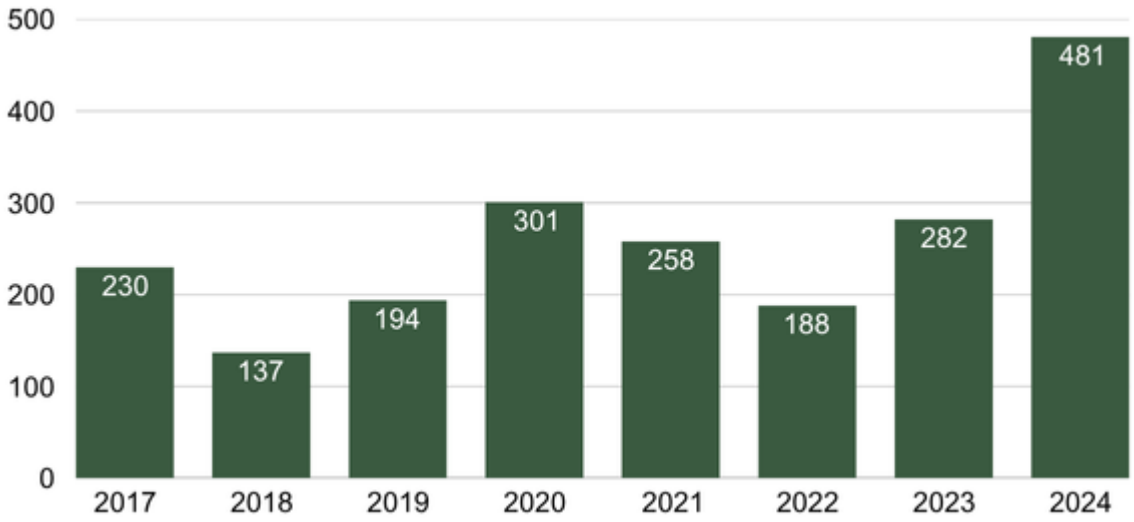


Figura 31 - *Número de visitas domiciliares realizadas pelo CREAS em Mafra nos anos de 2017 a 2024. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: RMA, 2017 a 2024.*

Entre 2017 e 2024, 134 famílias foram encaminhadas para o CRAS, tendo como destaque o ano 2023, quando foram realizados 31 encaminhamentos. O crescimento observado nesse período pode estar relacionado à ampliação das equipes, o que favoreceu um acompanhamento ainda mais efetivo das famílias, conforme apresentado na Figura 28 (Figura 32).

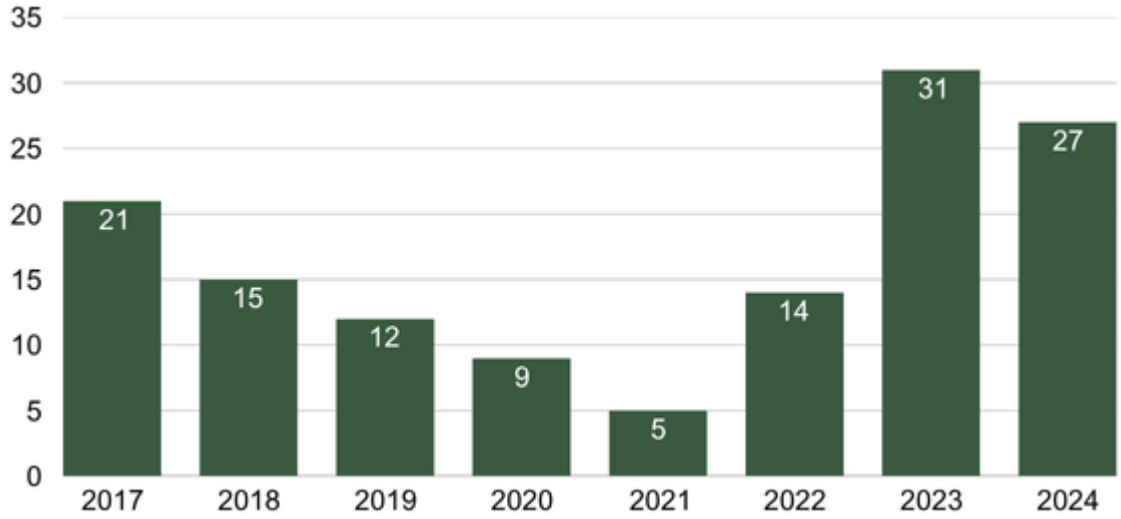


Figura 32 - Número de famílias encaminhadas do CREAS para o CRAS em Mafra nos anos de 2017 a 2025. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: RMA, 2017 a 2025.

7.3. BENEFÍCIO EVENTUAL

7.3.1. Auxílio Natalidade

Durante o ano de 2024, foram concedidos 50 auxílios natalidade beneficiando 50 famílias. O valor total desse benefício foi de R$18.086,84. Do total de benefícios concedidos, 78% foram pelo CRAS Central.[11] (Audiência Pública, 2025).

7.3.2. Auxílio à Situação de Vulnerabilidade Temporária - Suplementação Alimentar

Foram adquiridas 4.800 cestas básicas durante o ano de 2024 e distribuídas igualmente entre os CRAS do município (Figura 33). Posteriormente, os recursos foram reorganizados de modo a assegurar a efetivação do direito ao benefício eventual em todas as unidades públicas de assistência social, tanto de proteção social básica quanto de média complexidade. Dessa forma, o CREAS contou com a disponibilidade de cinco cestas básicas de janeiro a agosto e de dez cestas básicas de setembro a dezembro (SAN, 2025). É importante ressaltar que o número de cestas básicas disponíveis em cada serviço não refletem necessariamente a demanda dos serviços visto que no PMAS anterior (2022-2025) a oferta desse benefício eventual foi descrita como irregular e insuficiente. Os números abaixo referem-se aos recursos disponíveis pela Gestão no ano de 2024.

[11] O CRAS Central é a Unidade Pública de Assistência Social com maior número de famílias referenciadas, o que justifica a maior utilização dos recursos.

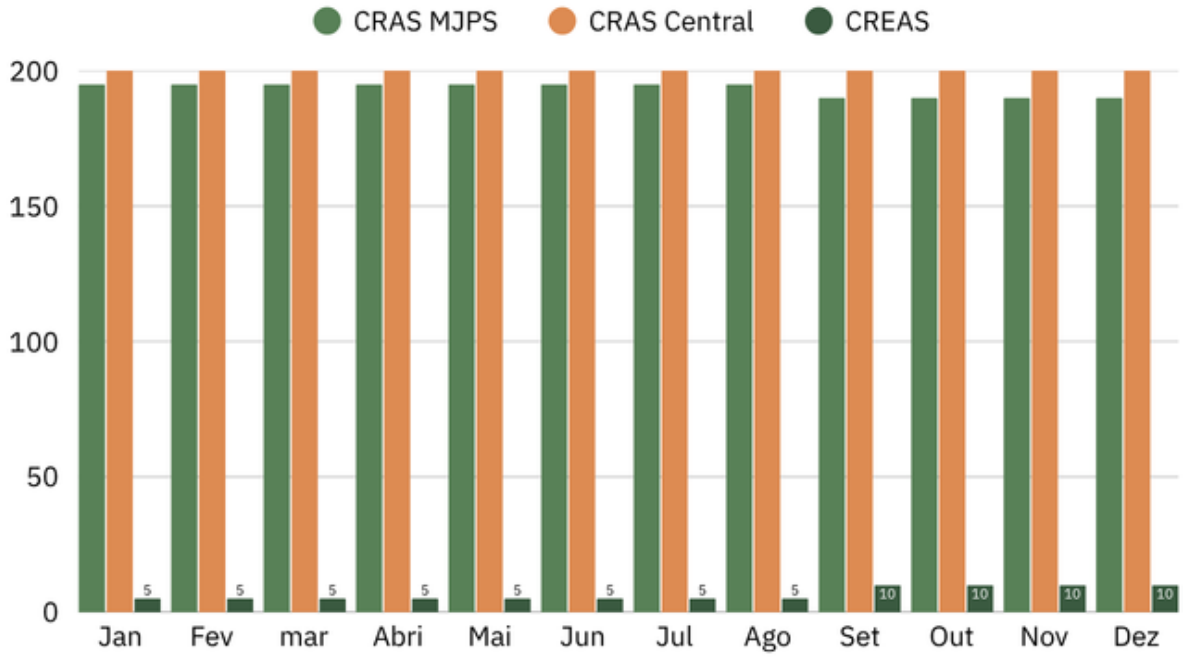


Figura 33 - Número de benefícios eventuais (suplementação alimentar) concedidos por cada equipamento do SUAS/Mafra em 2024. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: Segurança Alimentar e Nutricional de Mafra, 2025.

7.3.3. Auxílio Funeral

Foram concedidos 20 Auxílios-funeral em 2024, num valor total de R$10.866,00. Cerca de 80% do benefício foi concedido pelo CRAS Central[12] (Audiência Pública, 2025).

7.3.4. Auxílio à Situação de Vulnerabilidade Temporária - Passagem Intermunicipal e Intraestadual

Ao longo de 2024, foram concedidas 155 passagens num valor total de R$9.940,48. O maior número de passagens foi concedido pelo CRAS Central, sendo 89% do total.[13] (Audiência Pública, 2025).

7.3.5. Auxílio à Situação de Vulnerabilidade Temporária – Documentação

Foram solicitados 485 documentos sendo que 59,38% foram solicitados no CRAS Central[14]. Esse benefício atendeu 350 famílias no total (Audiência Pública, 2025).

[12] O CRAS Central é a Unidade Pública de Assistência Social com maior número de famílias referenciadas, o que justifica a maior utilização dos recursos.
[13] O CRAS Central é a Unidade Pública de Assistência Social com maior número de famílias referenciadas, o que justifica a maior utilização dos recursos.
[14] O CRAS Central é a Unidade Pública de Assistência Social com maior número de famílias referenciadas, o que justifica a maior utilização dos recursos.

7.3.6. Auxílio à Situação de Vulnerabilidade Temporária - Aluguel Social

Em 2024, 16 famílias foram beneficiadas com o aluguel social, e foram investidos R$85.200,00 nesse benefício. O maior número de famílias beneficiadas foi no CRAS Central[15], sendo 75% do total (Audiência Pública, 2025).

[15] O CRAS Central é a Unidade Pública de Assistência Social com maior número de famílias referenciadas, o que justifica a maior utilização dos recursos.

8. SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS SOCIOASSISTENCIAIS

8.1. PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

8.1.1. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF

Entre 2017 e 2024, 114 novas famílias foram acompanhadas pelo PAIF nos dois CRAS do município (Figura 34). Em 2020, a não inclusão de novas famílias pode estar relacionado ao período da pandemia da COVID-19, já debatido anteriormente.

A diferença entre os CRAS no número de novas famílias acompanhadas apresenta relação com o processo de implantação do CRAS Central que teve início em agosto de 2022. Por esse motivo, mesmo tendo uma maior área de abrangência, a referida unidade pública de assistência social apresentou um número menor de novas famílias acompanhadas em 2022 e 2023, cenário que começa a se alterar em 2024.

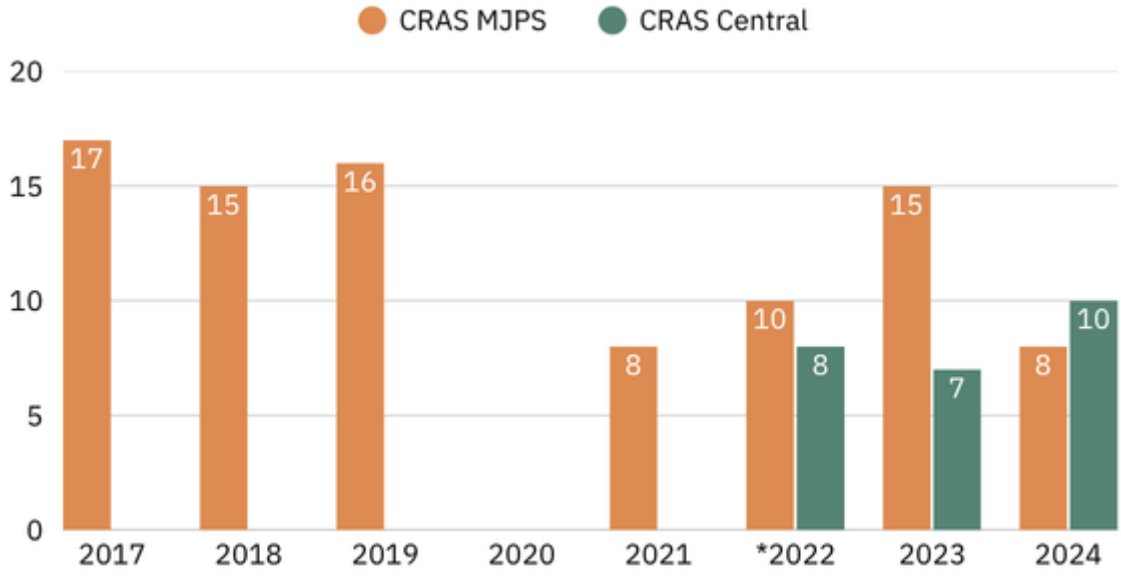


Figura 34 - Número de novas famílias acompanhadas no PAIF em Mafra nos anos de 2017 a 2024 no CRAS MJPS e CRAS Central. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: RMA, 2017 a 2024.[16]

Das 114 novas famílias inseridas em acompanhamento PAIF, 73 eram beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) (Figura 35). A partir de 2022, identifica-se que no CRAS MJPS, em média, 80% das famílias em acompanhamento eram beneficiárias do PBF. Esse dado se assemelha ao cenário do CRAS Central, onde cerca de 86% das famílias acompanhadas também são beneficiárias desse programa de transferência de renda. Esses dados apontam que as vulnerabilidades de renda tem sido umas das principais demandas para inserção

[16] O CRAS Central teve início das atividades em agosto de 2022.

em acompanhamento PAIF nos CRAS, demonstrando a urgência de elaborar e efetivar estratégias para a integração entre serviços e benefícios.

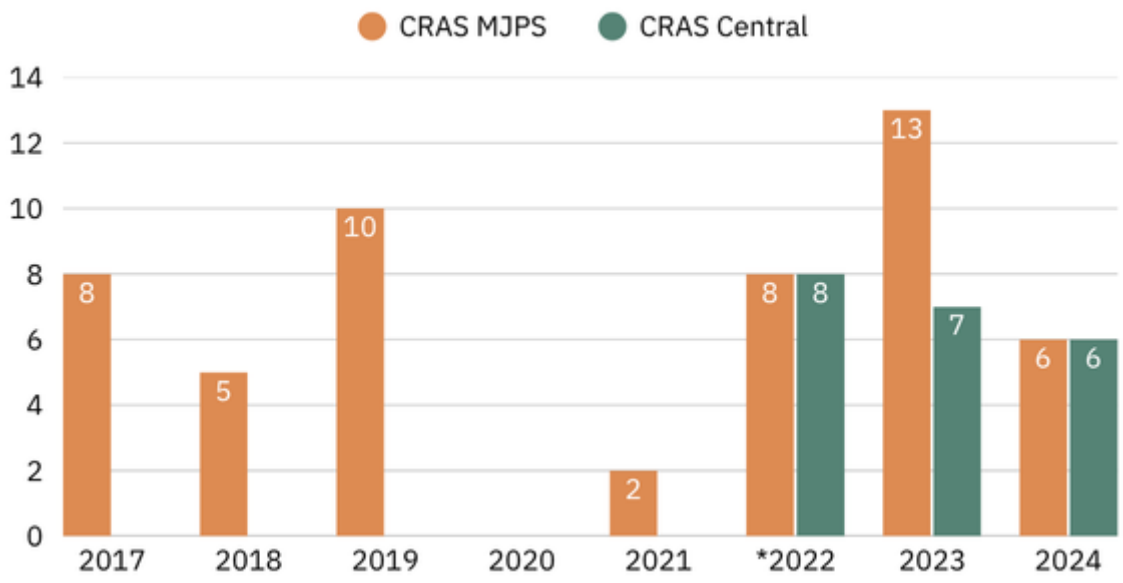


Figura 35 - *Novas famílias inseridas em acompanhamento no PAIF beneficiárias do Programa Bolsa Família em Mafra nos anos de 2017 a 2024 no CRAS MJPS e CRAS Central. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: RMA, 2017 a 2024.*[17]

A Figura 36 apresenta informações sobre novas famílias inseridas em acompanhamento PAIF, beneficiárias do PBF em não cumprimento de condicionalidades. A partir da experiência cotidiana dos trabalhadores, observa-se que os dados podem não refletir integralmente a realidade, indicando possível subnotificação. Tal situação reforça a relevância da implementação e consolidação da Vigilância Socioassistencial (VSA), visando aprimorar a produção e a sistematização das informações referentes aos serviços.

[17] O CRAS Central teve início das atividades em agosto de 2022.

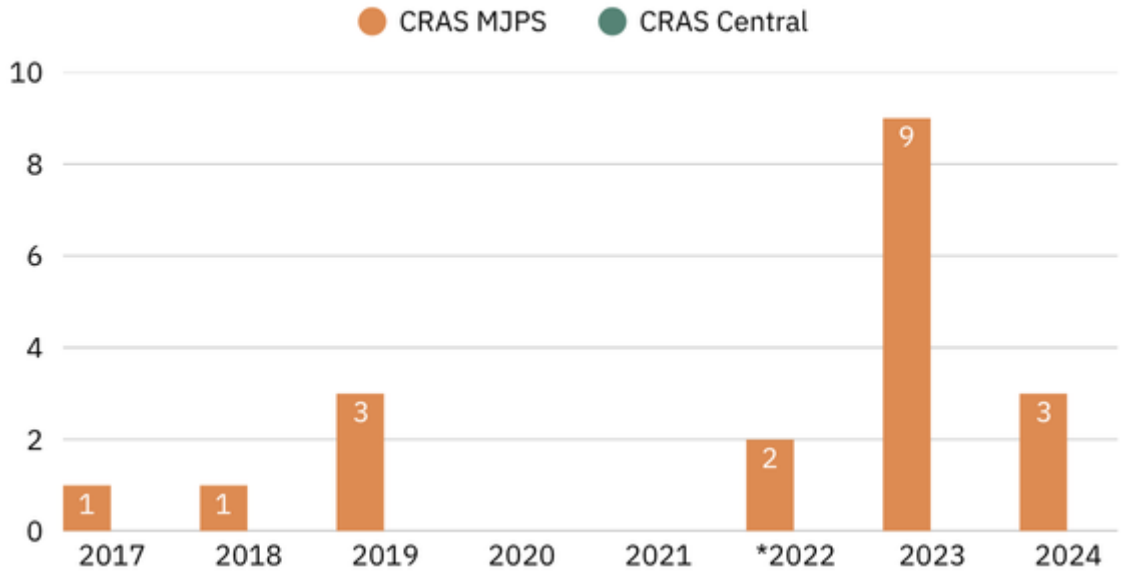


Figura 36 - Novas famílias inseridas em acompanhamento no PAIF beneficiárias do Programa Bolsa Família em não cumprimento de condicionalidades em Mafra nos anos de 2017 a 2024 no CRAS MJPS e CRAS Central. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: RMA, 2017 a 2024. [18]

Por sua vez, a Figura 37 apresenta informações sobre novas famílias inseridas em acompanhamento no PAIF com membros beneficiários do BPC. Novamente, observa-se que os dados podem não refletir integralmente a realidade.

[18] O CRAS Central teve início das atividades em agosto de 2022.

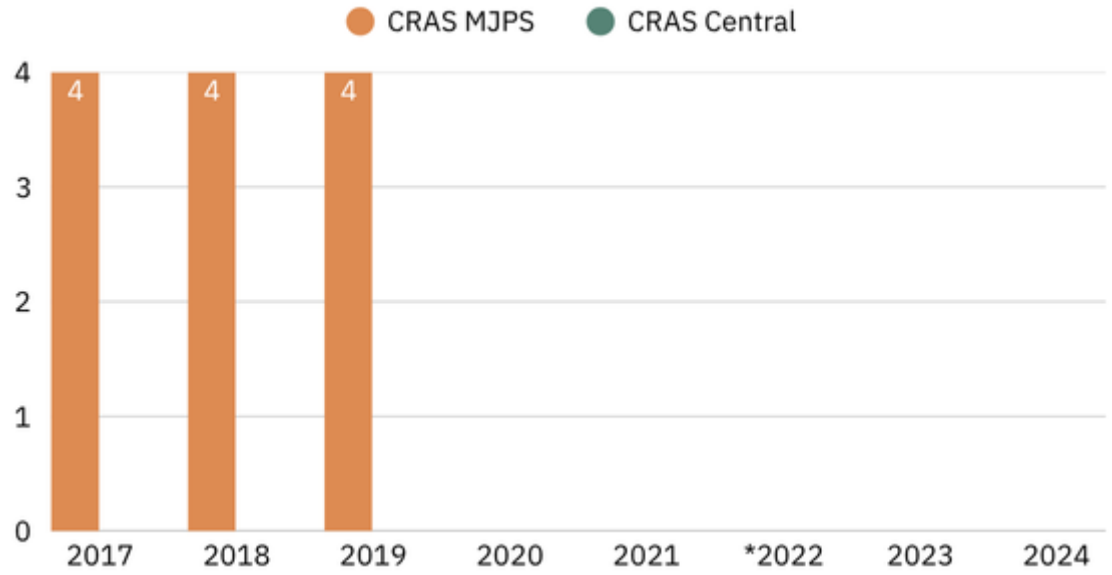


Figura 37 - Novas famílias inseridas em acompanhamento no PAIF com membros beneficiários do BPC em Mafra nos anos de 2017 a 2024 no CRAS MJPS e CRAS Central. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: RMA, 2017 a 2024.[19]

A Figura 38 demonstra que, entre 2017 e 2024, os CRAS realizaram o encaminhamento de 1.360 famílias para a inclusão no Cadastro Único. Por sua vez, a Figura 39 indica que 2.783 famílias foram encaminhadas para a atualização cadastral. Até o ano de 2023, observa-se que os dados evidenciam forte comprometimento dos profissionais no encaminhamento de famílias para inclusão e atualização no Cadastro Único, demonstrando o reconhecimento da importância desse instrumento para o acesso aos programas do Governo Federal. Contudo, a partir de 2024, com a implantação do Sistema de Registro de Atendimentos, identificam-se indícios de possível subnotificação de informações, fenômeno semelhante ao observado nas Figuras 36 e 37. É importante destacar que essa inconsistência está relacionada ao próprio sistema de registro, e não à atuação dos trabalhadores, cujo comprometimento já se mostrava evidente até o final de 2023.

[19] O CRAS Central teve início das atividades em agosto de 2022.

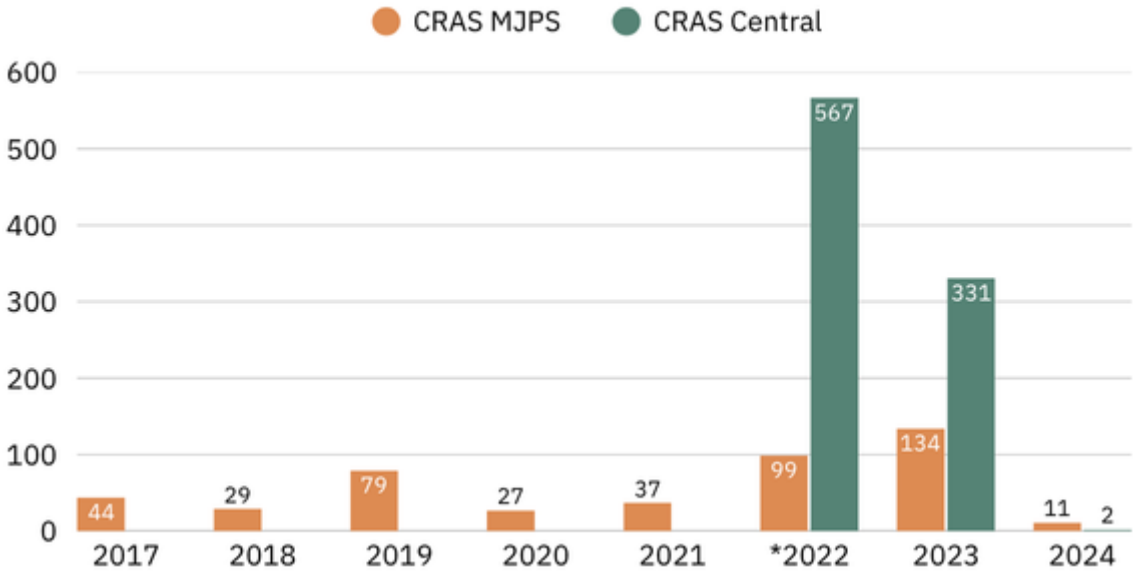


Figura 38 - Famílias encaminhadas para inclusão no Cadastro Único em Mafra nos anos de 2017 a 2024 no CRAS MJPS e CRAS Central. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: RMA, 2017 a 2024.[20]

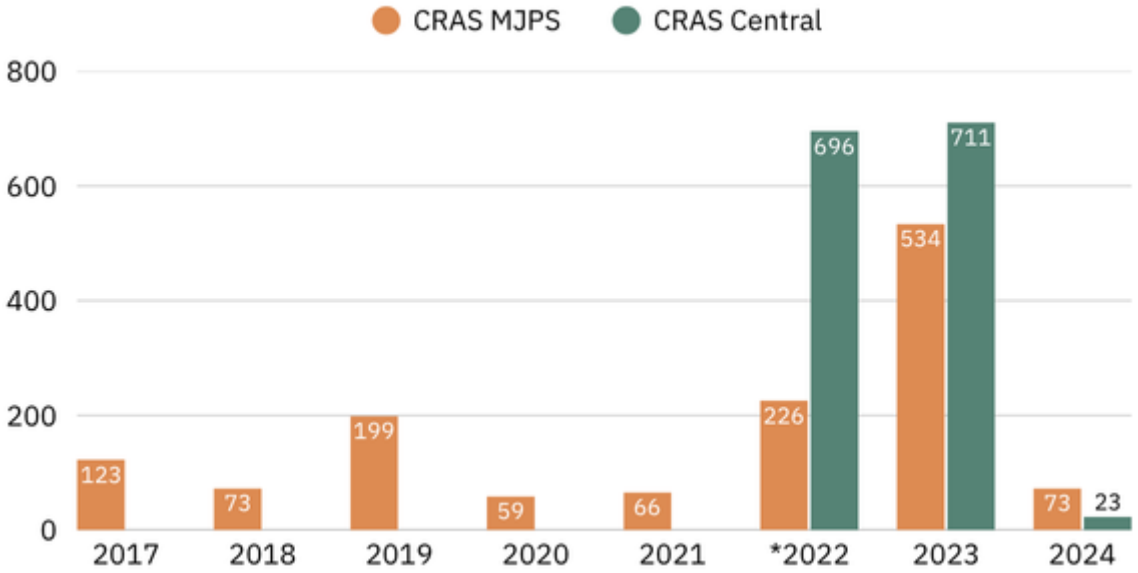


Figura 39 - Famílias encaminhadas para atualização cadastral no Cadastro Único em Mafra nos anos de 2017 a 2024 no CRAS MJPS e CRAS Central. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: RMA, 2017 a 2024.[21]

A Figura 40 demonstra que, ao longo de 8 anos, foram encaminhados 495 indivíduos para acesso ao BPC. Contudo, novamente a partir de 2024 é identificado uma possível subnotificação dos dados.

[20] O CRAS Central teve início das atividades em agosto de 2022.
[21] Ibidem

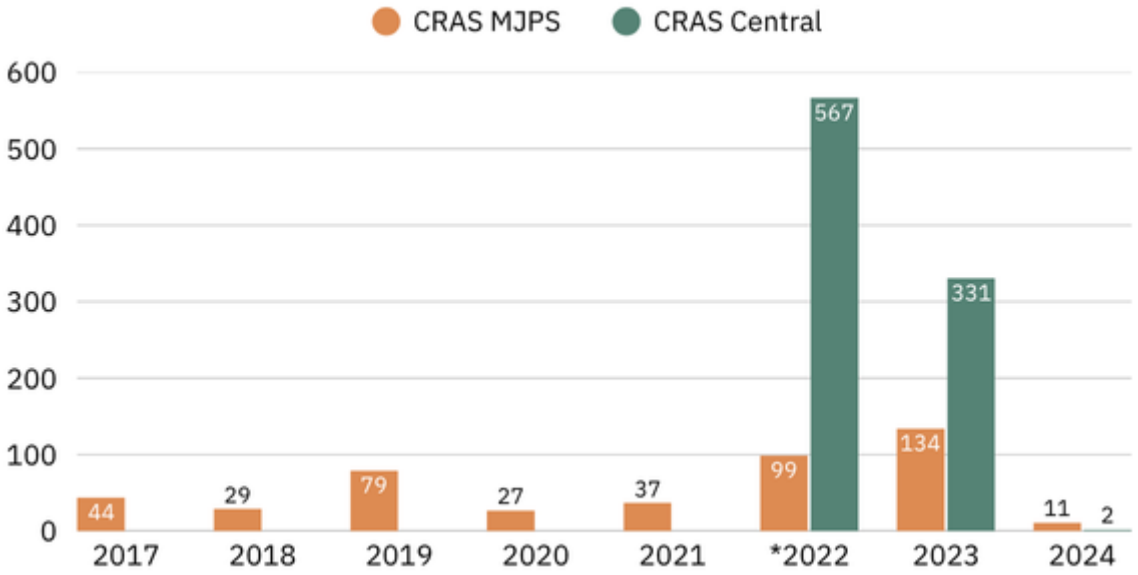


Figura 40 - *Indivíduos encaminhados para acesso ao BPC em Mafra nos anos de 2017 a 2024 no CRAS MJPS e CRAS Central. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: RMA, 2017 a 2024.*[22]

8.1.2. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

O SCFV realizou ao longo de 2024, 14.318 atendimentos. Importa destacar que esses dados se referem ao número de atendimentos, e não ao de pessoas atendidas, o que significa que uma mesma pessoa pode ter sido atendida em mais de uma ocasião. Esse fator contribui para justificar o volume expressivo de atendimentos registrados.

Desses atendimentos, 70,49% foram realizados no CRAS Central. Em setembro houve o maior número de atendimentos com 1.001 (Figura 41).

[22] O CRAS Central teve início das atividades em agosto de 2022.

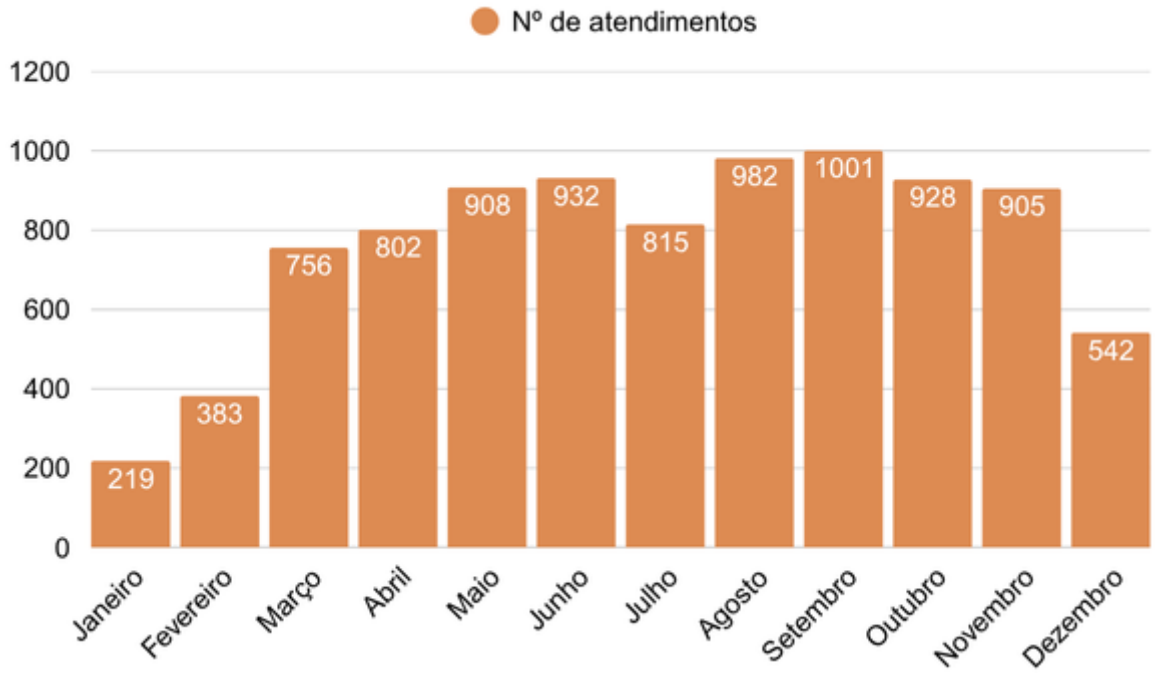


Figura 41 - *Número de atendimentos realizados pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no CRAS Central em Mafra em 2024. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: RMA- SCFV, 2024.*

Em contrapartida, 29,51% dos atendimentos foram realizados no CRAS Maria José Pinto da Silva. No mês de novembro houve um aumento expressivo no número de atendimentos neste CRAS com 697 (Figura 42).

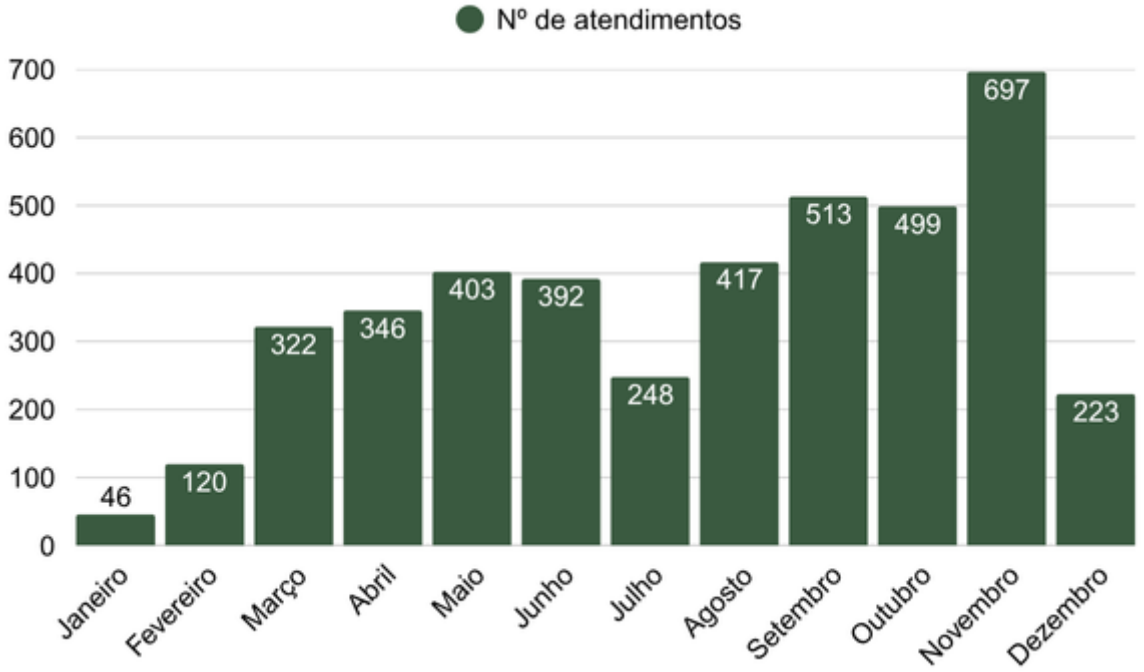


Figura 42 - Número de atendimentos realizados pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no CRAS MJPS em Mafra em 2024. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: RMA - SCFV, 2024.

O aumento expressivo no número de atendimentos nos meses setembro, outubro e, principalmente, novembro, referem-se ao início de projetos com maior impacto, como o Projeto Golfinho, bem como a formatura destes, ocorridas no final do ano.

A Figura 43 apresenta o número de grupos atendidos pelo SCFV em 2024. Nesse período, o SCFV realizou 6 percursos com duração de 2 meses cada. Os temas abordados foram os seguintes: Autoconhecimento, Socialização, Maio Laranja e Junho Violeta, Agressividade, Nós e o Entorno, Estatuto da Criança e do Adolescente. Esses percursos foram idealizados a partir dos eixos estruturantes do SCFV: Eu comigo, Eu com os outros. Os grupos atendidos por essas ações variaram ao longo do ano (Figura 43). A redução observada em janeiro refere-se ao período de férias.

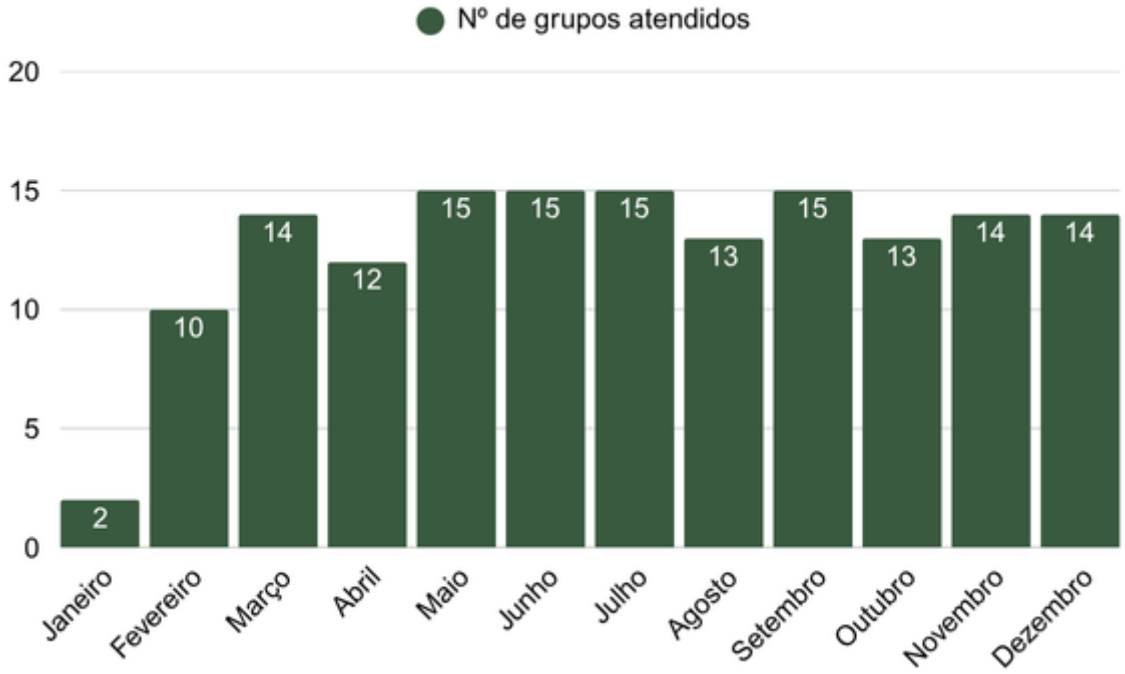


Figura 43 - *Número de grupos atendidos pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos em Mafra em 2024. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: SCFV, 2025.*

8.2. PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE

8.2.1. Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos

Ao analisar os novos casos acompanhados pelo PAEFI, observa-se um total de 598 registros entre 2016 e 2024, com o maior número em 2024, totalizando 135 casos (Figura 44). Como mencionado anteriormente, nesse mesmo ano ocorreu a subdivisão do PAEFI em duas equipes: uma responsável pelo atendimento de pessoas de 0 a 59 anos e outra voltada ao atendimento de pessoas idosas e de pessoas com deficiência. Essa reorganização foi acompanhada pela ampliação da equipe técnica, o que possibilitou a expansão do número de acompanhamentos realizados.

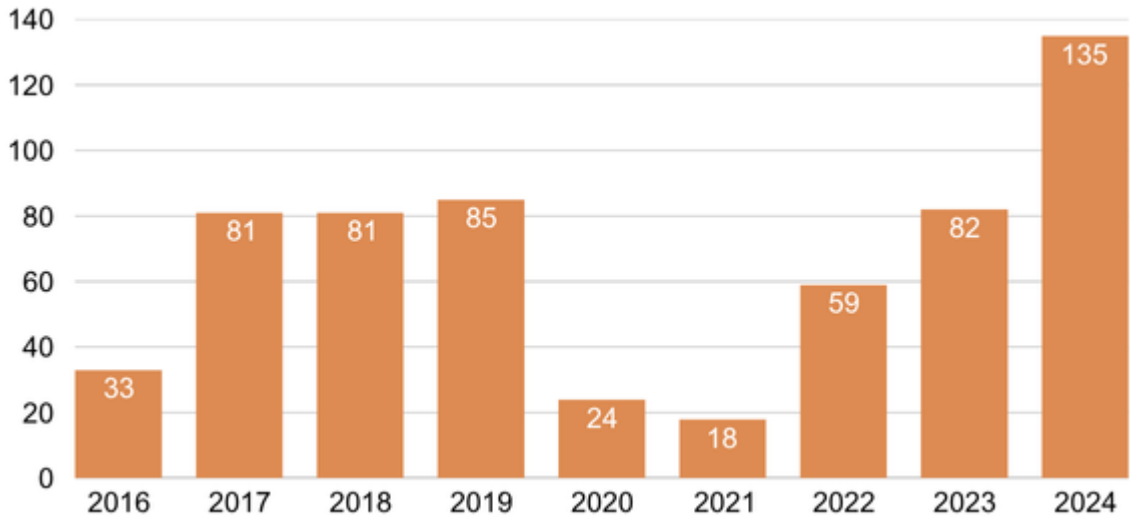


Figura 44 - Número de novos casos em acompanhamento pelo PAEFI entre 2016 e 2024 em Mafra, SC. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: RMA, 2016 a 2025.

Entre 2016 e 2024, foram registradas 720 novas pessoas vitimadas que ingressaram no PAEFI, sendo que o auge foi em 2024 com 135 (Figura 45). Os dados apresentados no gráfico evidenciam uma possível subnotificação das situações de violência durante a pandemia (2020-2021).

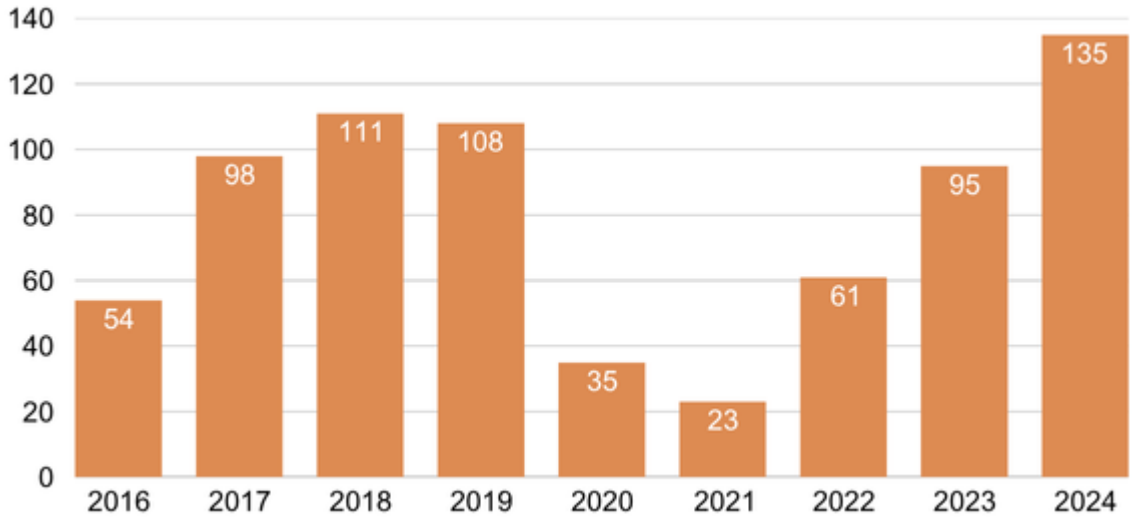


Figura 45 - Número de novas pessoas vitimadas que ingressaram no PAEFI entre 2016 e 2024 em Mafra, SC. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: RMA, 2016 a 2024.

Entre 2016 e 2024, 675 crianças ou adolescentes em situações de violência ou violação de direitos ingressaram no PAEFI, sendo que o auge foi em 2019 com 112 (Figura 46). A possível subnotificação no período pandêmico também pode ser observada nesta Figura.

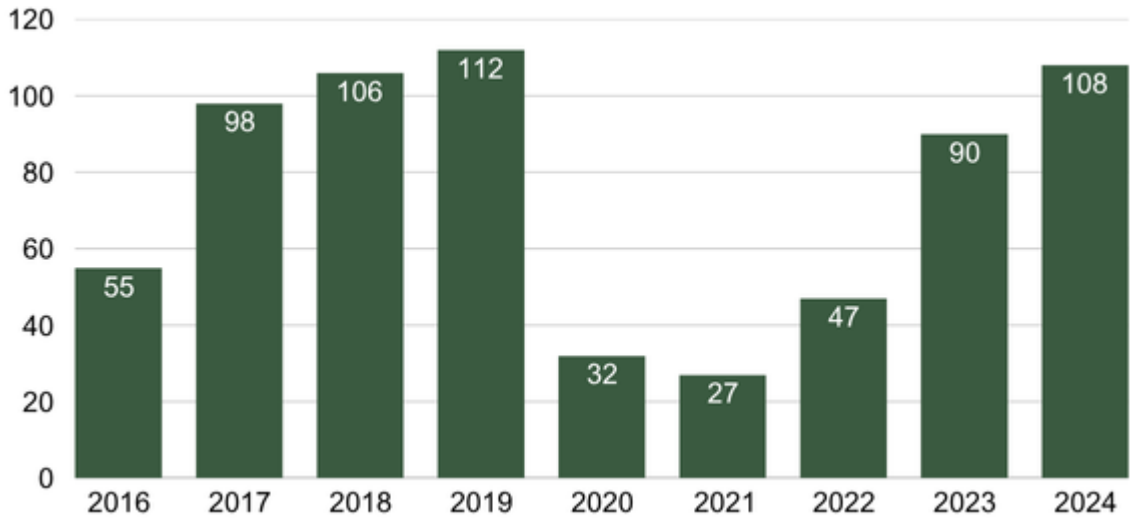


Figura 46 - *Número de crianças ou adolescentes em situações de violência ou violação que ingressaram no PAEFI entre 2016 e 2024 em Mafra, SC. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: RMA, 2016 a 2024.*

Por sua vez, quando analisamos o número de idosos em situações de violência ou violação de direitos que ingressaram no PAEFI entre 2016 e 2024 na Figura 47, temos um total de 64 pessoas idosas, sendo o auge em 2024 com 24 pessoas. O aumento de pessoas idosas vítimas de violência atendidas pelo PAEFI pode apresentar relação com a criação de uma equipe específica para atendimento desse público, bem como o crescente envelhecimento populacional que desacompanhado de estratégias de prevenção culminam em um aumento das situações de violência e violação de direitos dessa população.

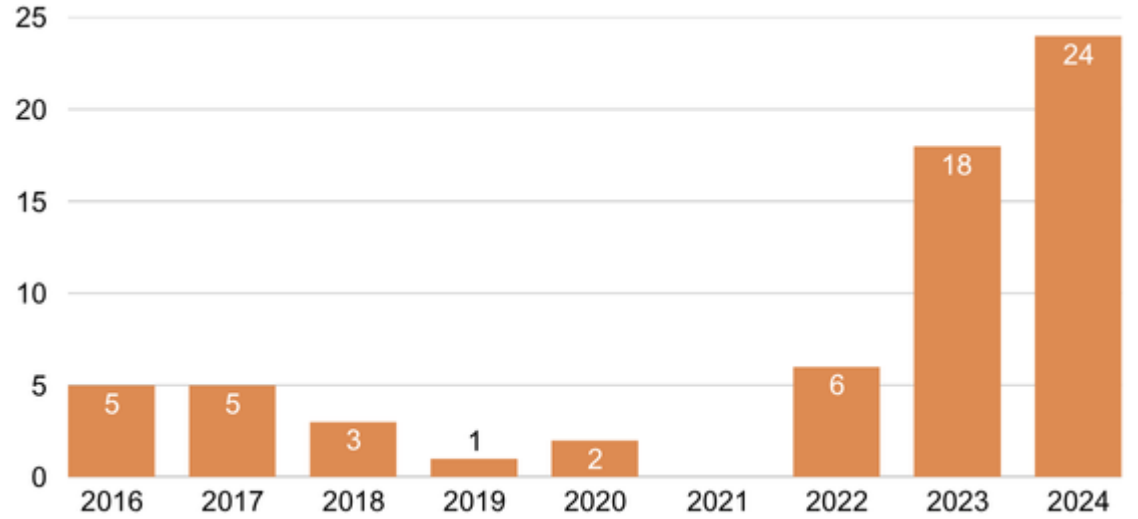


Figura 47 - *Número de idosos em situações de violência ou violação que ingressaram no PAEFI entre 2016 e 2024 em Mafra, SC. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: RMA, 2016 a 2024.*

Segundo a Figura 48, a principal violência atendida pelo PAEFI foi negligência com 174 casos. No âmbito jurídico, o termo negligência designa o ato de omitir-se ou deixar de executar algo que deveria ter sido realizado, resultando em prejuízo ou danos a outros (Gomes, 2017). Essa concepção aproxima-se do uso que os profissionais do SUAS fazem da palavra em seus relatórios, pareceres e estudos de caso, principalmente quando se trata de situações que envolvem crianças, adolescentes e pessoas idosas. Todavia, Gomes (2017) ressalta que apesar de seu emprego recorrente, especialmente na expressão "negligência familiar", é essencial adotar um olhar crítico sobre seu significado e implicações. A utilização do termo requer cuidado, pois é necessário refletir sobre as origens dessa negligência, de modo a evitar interpretações que responsabilizam individualmente as famílias sem considerar os contextos sociais, econômicos e políticos que as vulnerabilizam.

Freitas et al. (2010) chamam atenção para a importância de reconhecer que muitas famílias pobres e socialmente marginalizadas enfrentam cotidianamente formas de negligência praticadas pelo próprio Estado, expressas em um "silêncio" institucional que obscurece as causas estruturais das violações e dificulta a formulação de políticas preventivas. A identificação desses casos, frequentemente permeada por visões preconceituosas, tende a vincular pobreza e negligência, reforçando estigmas e contribuindo para a criminalização da pobreza. Assim, famílias vulnerabilizadas acabam sendo classificadas como "problemas sociais".

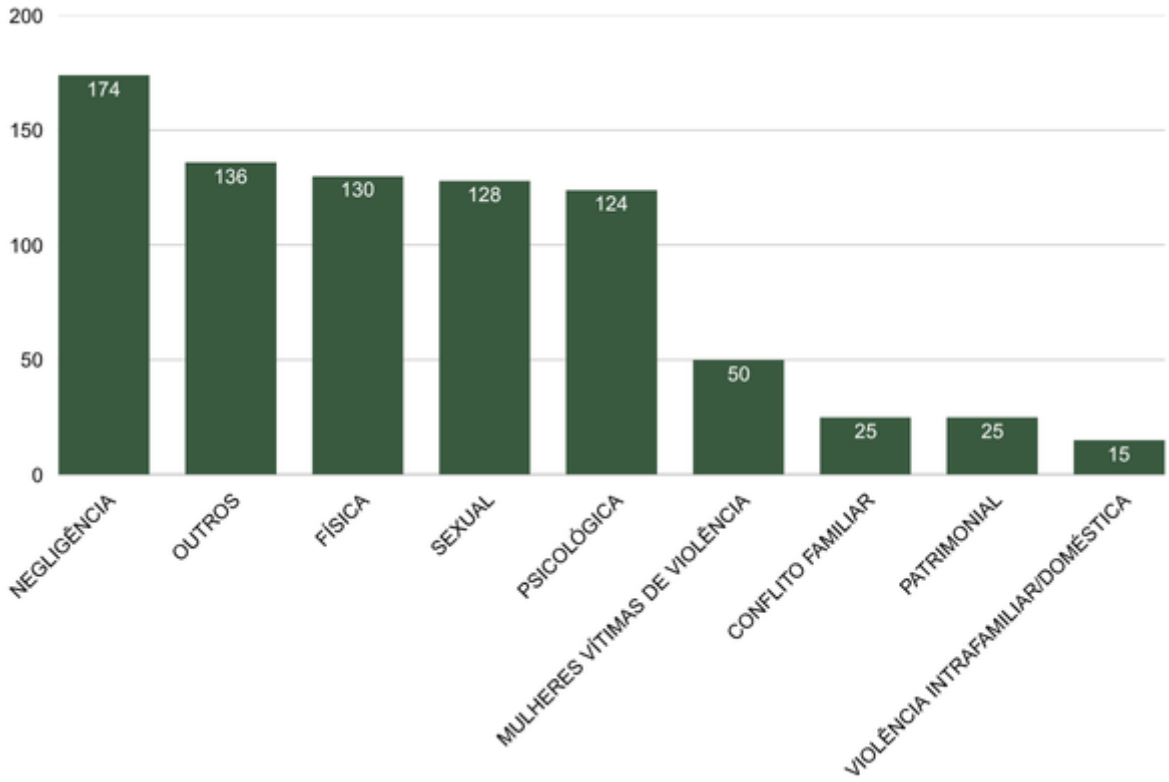


Figura 48 - *Violências atendidas pelo PAEFI entre 2016 e 2024 em Mafra, SC. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: RMA, 2016 a 2024.*[23]

Na área urbana, os bairros com maior incidência de pessoas atendidas pelo PAEFI foram Vila Nova e Vila Ivete, com 42 e 51 pessoas, respectivamente (Figura 49). Em uma primeira análise, considera-se que os bairros supracitados têm destaque por estarem entre os mais populosos do município. Contudo, é preciso considerar que o bairro Vila Ivete concentra uma área com altos índices de vulnerabilidade social relacionado também à presença de três conjuntos habitacionais. É importante ressaltar que a consolidação de uma unidade pública de assistência social territorializada neste bairro contribui para evidenciar as desproteções sociais e intervir sobre elas aumentando o número de pessoas dessa área atendidas nos serviços socioassistenciais. Esse processo, resulta em uma maior demanda pelos serviços da Assistência Social, denotando a urgência da ampliação da equipe e consequentemente do fortalecimento de políticas públicas neste território.

[23] O significativo valor presente na categoria "Outros" expõe um desafio encontrado na sistematização dos dados. Tal desafio pode ter relação a não formalização da VSA bem como uma lacuna na formação continuada dos trabalhadores. As categorias "Mulheres Vítimas de Violência" e "Violência intrafamiliar/doméstica" também são barreiras para a identificação do perfil dos sujeitos atendidos pelo CREAS. A falta de padronização na categorização denota a ausência de uma cultura de produção e sistematização de dados que afeta diretamente o trabalho social com as famílias.

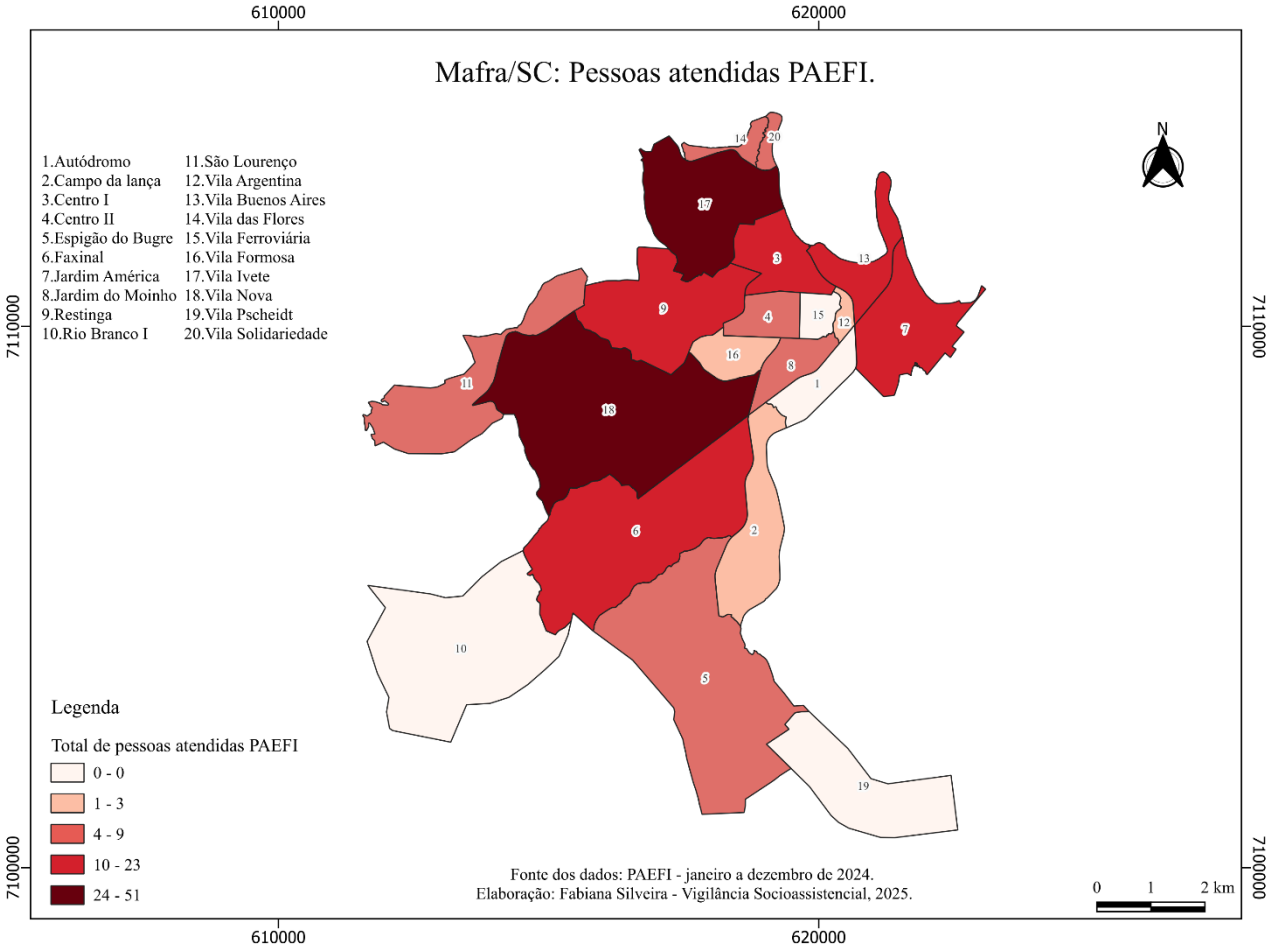


Figura 49 - *Pessoas atendidas pelo PAEFI entre 2016 e 2024 distribuídas pelos bairros da área urbana em Mafra, SC. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: PAEFI, 2016 a 2024.*

Quando verificamos as localidades do interior, temos Saltinho do Canivete com maior incidência de pessoas atendidas, fator que pode estar relacionado à significativa densidade populacional dessa comunidade (Quadro 11). Ressalta-se também que esses dados podem refletir a atuação ativa e articulada da ESF de referência da localidade, que mantém contato permanente, realiza busca ativa constante e estabelece integração com os serviços socioassistenciais, contribuindo de forma significativa para a identificação e o encaminhamento das famílias atendidas.

Quadro 11 - *Pessoas atendidas pelo PAEFI entre 2016 e 2024 distribuídas pelas áreas rurais em Mafra, SC. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: RMA, 2016 a 2024.*

Localidade	**Total**
SALTINHO DO CANIVETE	9
RIO PRETO DO SUL	3
AVENCAL SÃO PEDRO	2
AVENCAL DE CIMA	3
BITUVINHA	3
BUTIÁ DOS CARVALHOS	2
FAZENDA DO POTREIRO	2
BELA VISTA DO SUL	2
BUTIÁ DO BRÁS	2
VILA SOUZA	2
AVENCAL DO SALTINHO	1
LAGEADINHO DA BOA VISTA	1
TRÊS BARRAS	1
RIO DOS CEDROS	1
MAURICIO CAILLET	1
VILA RUTHES	1
TINGUI	1
RIBEIRÃOZINHO	1
AVENCAL DO MEIO	1
CAMPOS NOVOS	1
RIO BRANCO I	1
AVENCAL	1
VILA PESCHEL	1
BUTIÁ DO LAGEADO	1
BUTIÁ DOS TABORDAS	1
SÃO JOÃO DA BOA VISTA	1

8.2.2. Mulheres vítimas de violência

A Figura 50 demonstra que houve um aumento de 43,9% no número de registros de boletins de ocorrência em 2024 quando comparado a 2023. Concomitantemente, observa-se um crescimento no número de mulheres que solicitaram medida protetiva e que desejaram representar contra o agressor, explicitado nas Figuras 51 e 52. Esse dado aponta para duas possibilidades: (1) acentuação das situações de violência contra a mulher e (2) ampliação do número de pessoas que realizaram as denúncias dessas violências. É fundamental, em qualquer circunstância, garantir a continuidade de campanhas que incentivem a denúncia, assim como manter uma rede de proteção acolhedora, capaz de promover o rompimento dos ciclos de violência.

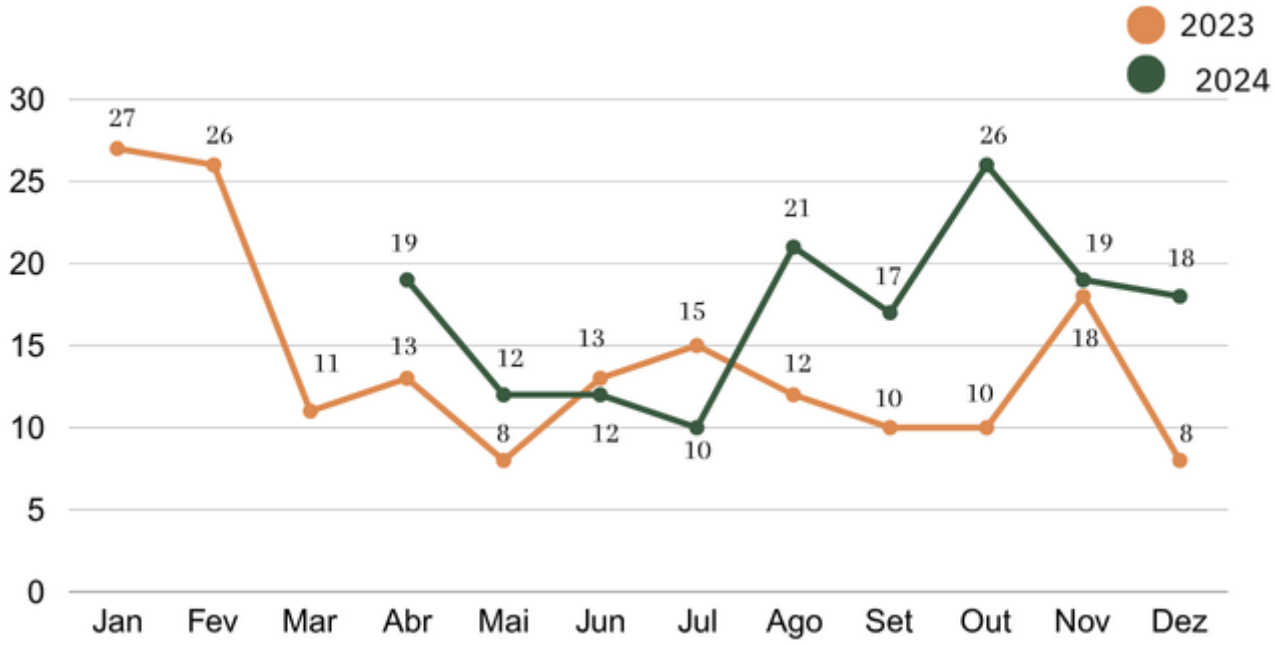


Figura 50 - Número de mulheres que registraram Boletim de Ocorrência e que estes chegaram ao CREAS entre 2023 e 2024 em Mafra, SC. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: PAEFI, 2023 e 2024.[24]

[24] Os dados de 2024 foram disponibilizados ao CREAS apenas a partir de abril, portanto para análise serão considerados os dados a partir desse mês em ambos os anos.

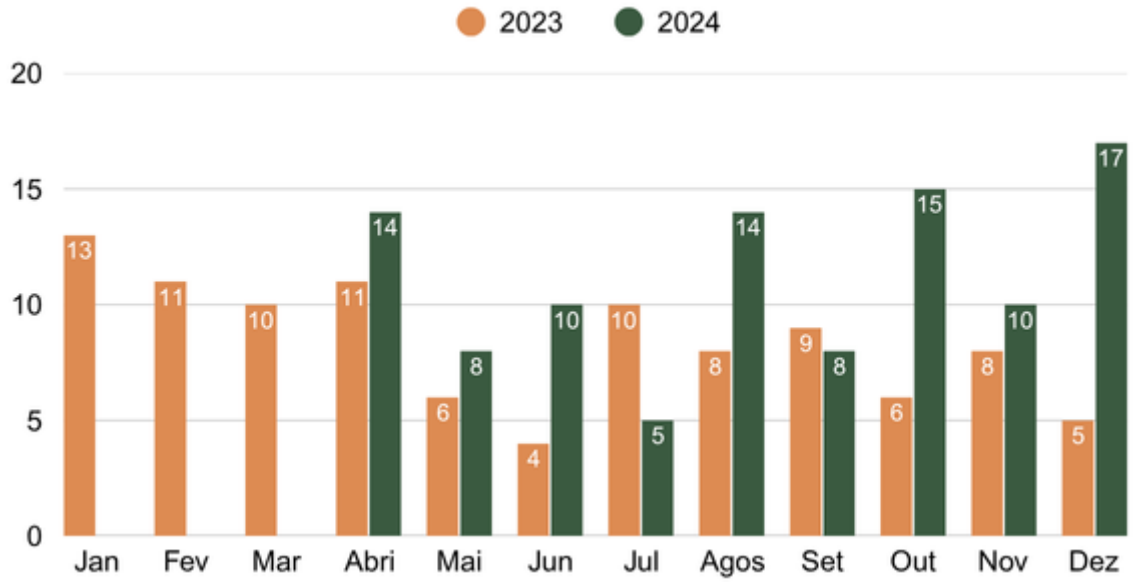


Figura 51 *- Número de mulheres vítimas de violência que registraram Boletim de Ocorrência entre 2023 e 2024 em Mafra, SC e que solicitaram Medida Protetiva. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: PAEFI, 2023 e 2024.*[25]

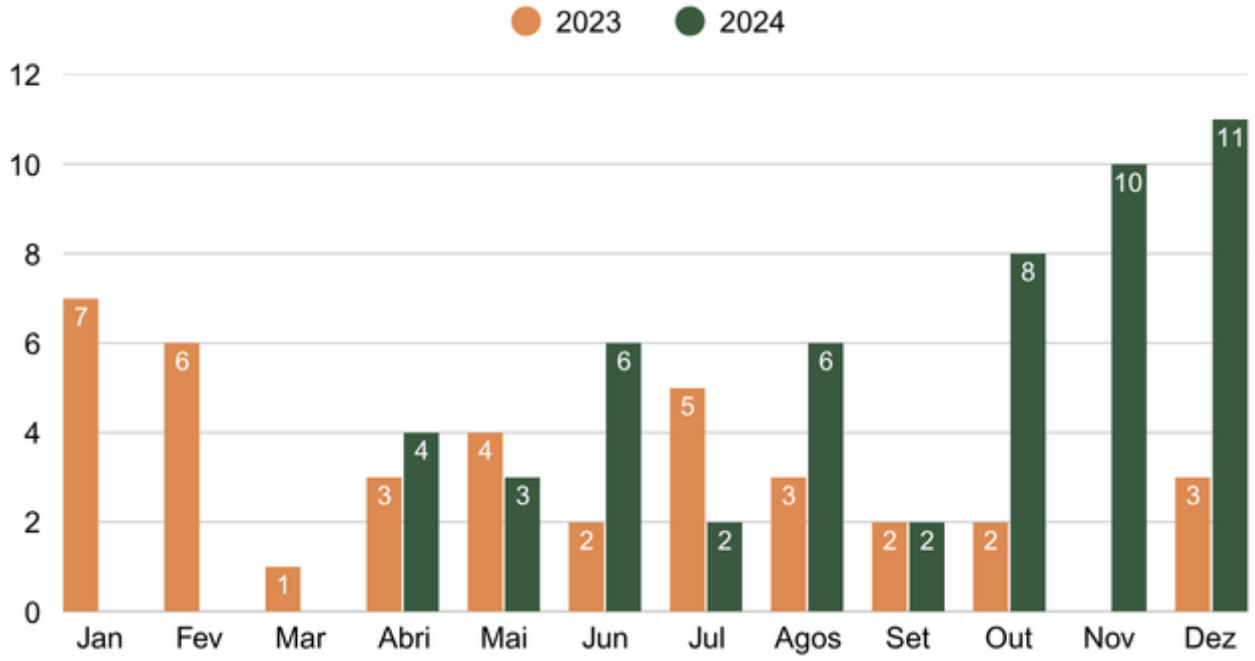


Figura 52 *- Número de mulheres vítimas de violência que registraram Boletim de Ocorrência entre 2023 e 2024 em Mafra, SC e que decidiram representar. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: PAEFI, 2023 e 2024.*[26]

[25] A DPCAMI encaminhou os boletins a partir de abril de 2024 apenas.
[26] Ibidem.

A Figura 53 apresenta informações sobre a faixa etária de mulheres em situação de violência que registraram boletim de ocorrência e que esses chegaram até o CREAS entre 2023 e 2024. Identifica-se que as faixas etárias entre 31 a 35 anos e 36 a 40 anos, foram as que tiveram maior número de mulheres em situação de violência. É possível observar que essas mulheres são majoritariamente adultas em idade reprodutiva. Esse dado torna-se relevante ao se considerar as Figuras 54 e 55, onde os principais agressores são ex-companheiros/as e companheiros/as, que também estão em idade reprodutiva. Essas informações podem demonstrar que as mulheres estão mais expostas às diversas formas de violência no contexto de relacionamentos românticos.

Esse processo mostra relação com uma cultura patriarcal e machista que cria expectativas de gênero rígidas, impondo papéis e comportamentos específicos e limitando a autonomia de mulheres e meninas, resultando na naturalização da violência como forma de controle e punição (Viana; Costa, 2024). Essa cultura patriarcal muitas vezes resulta na culpabilização das vítimas, reforçando padrões de comportamento machistas e violentos, o que se amplia com a ausência de políticas públicas (Viana; Costa, 2024). Dessa forma, a desconstrução desses padrões culturais é fundamental para prevenção e combate à violência contra mulheres e meninas.

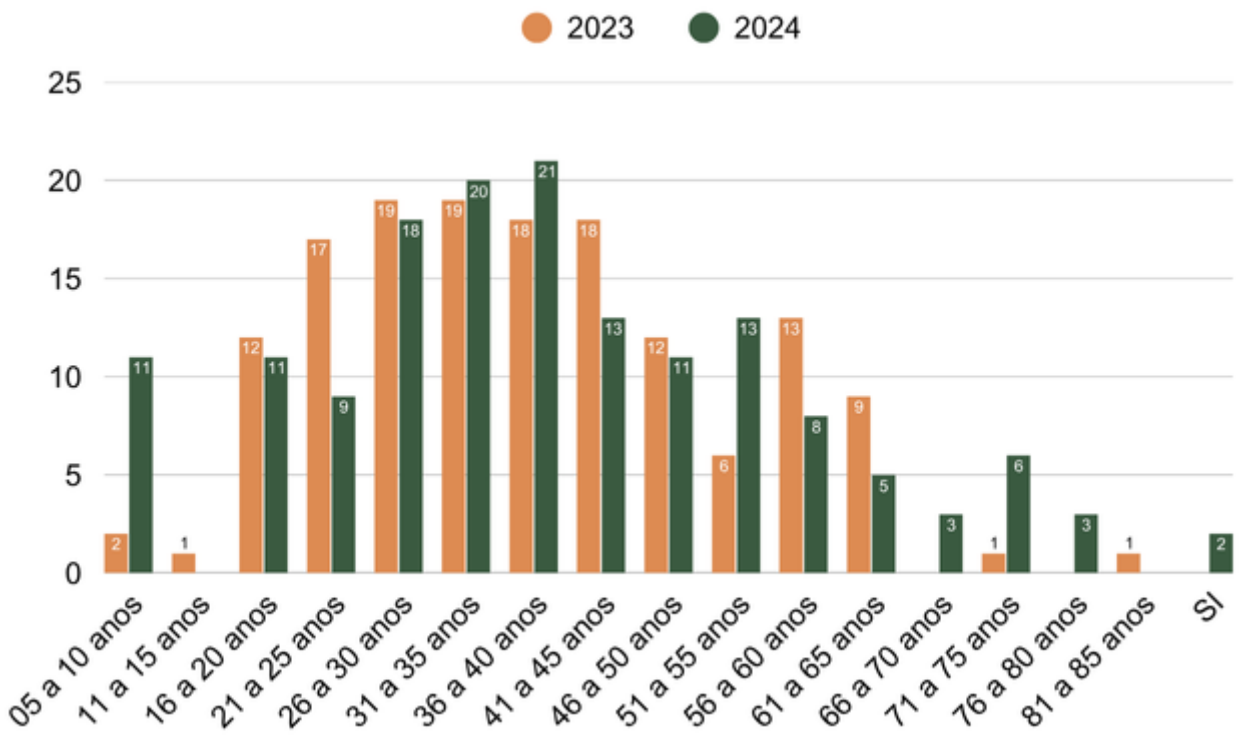


Figura 53 - Faixa etária das mulheres vítimas de violência que registraram Boletim de Ocorrência e que estes chegaram ao CREAS entre 2023 e 2024 em Mafra, SC. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: PAEFI, 2023 e 2024.

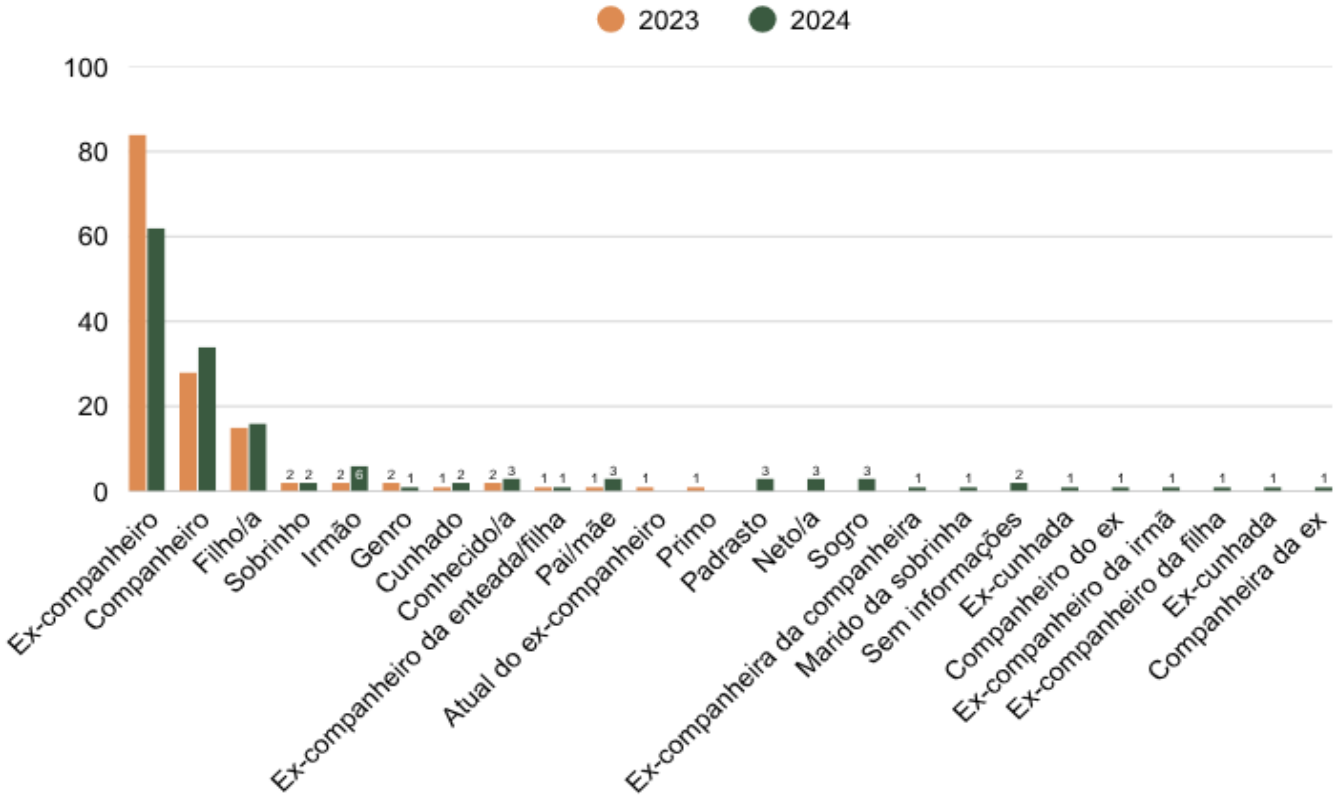


Figura 54 - Vínculos de relação com as mulheres vítimas de violência que registraram Boletim de Ocorrência entre 2023 e 2024 em Mafra, SC. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: PAEFI, 2023 e 2024.

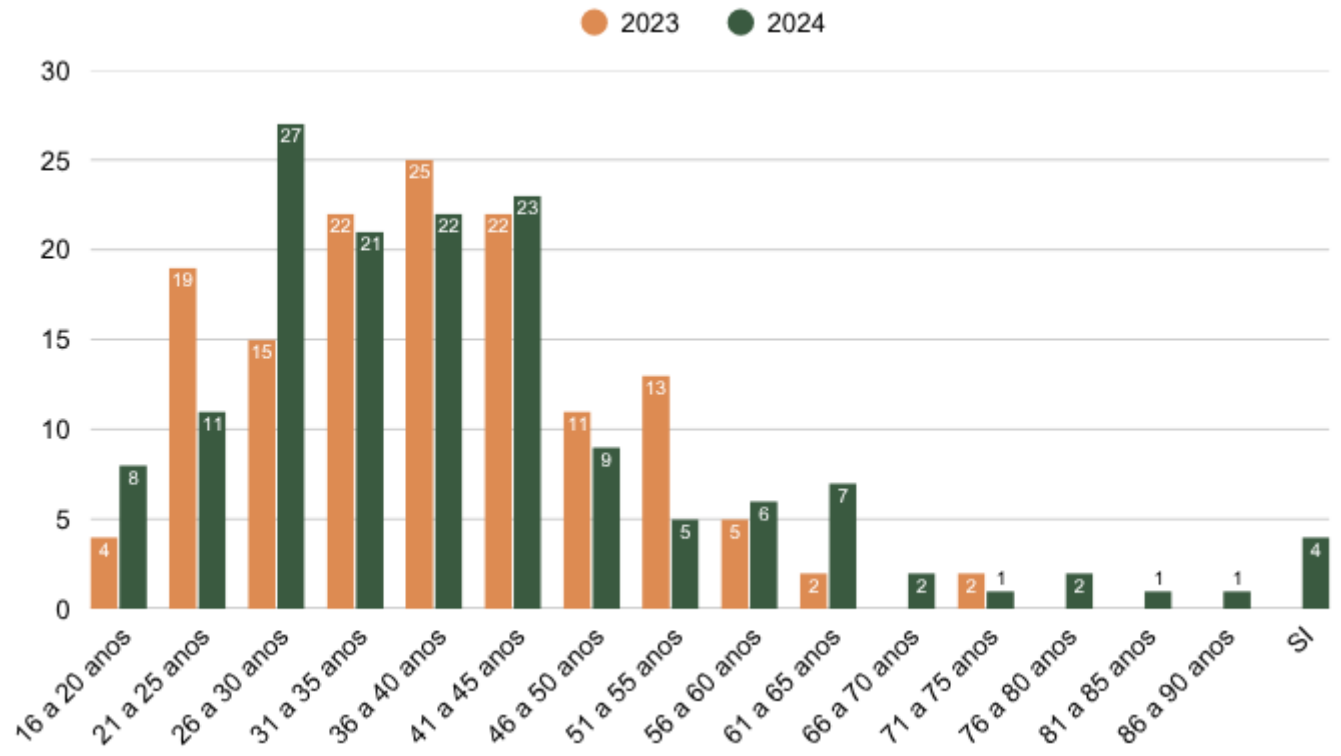


Figura 55 - Faixa etária dos agressores das mulheres vítimas de violência que registraram Boletim de Ocorrência entre 2023 e 2024 em Mafra, SC. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: PAEFI, 2023 e 2024.

De acordo com a Figura 56, o fato mais relatado nos boletins de ocorrência foi a ameaça, sendo 89 casos em 2023 e 84 casos em 2024. A ameaça se torna um grande fator de risco por ser frequentemente observado como a primeira manifestação do ciclo de violência contra a mulher, podendo escalar futuramente para outras formas de agressão. Dessa forma, a presença majoritária de boletins de ocorrência relacionados à ameaças denota um fator positivo, pois indica que as mulheres têm realizado a denúncia no início do ciclo de violência, evitando que situações mais graves venham a ocorrer. Considerando esse fato, observa-se a necessidade de fortalecer ainda mais a atuação das políticas públicas na prevenção de situações de violência.

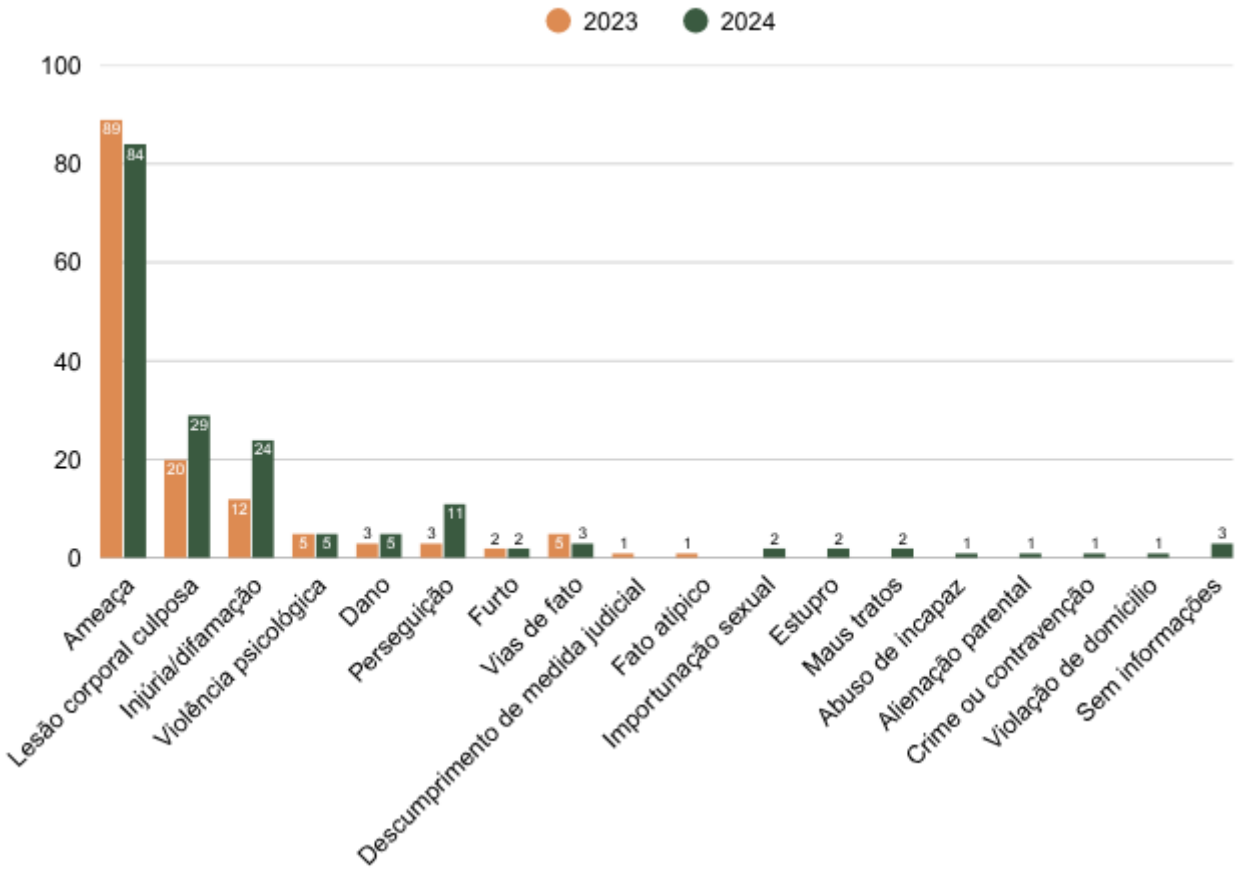


Figura 56 - Fatos/ocorrências relatados pelas mulheres vítimas de violência que registraram Boletim de Ocorrência entre 2023 e 2024 em Mafra, SC. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: PAEFI, 2023 e 2024.

Quando analisamos os dados de 2023 e 2024 por bairro das mulheres que registraram boletim de ocorrência e que estes chegaram ao CREAS, temos que, comparando as Figuras 57 e 58, observa-se que houve uma redução no registro de boletins de ocorrência, nos bairros Restinga e Jardim América, Campo da Lança, Vila Buenos Aires e Centro II. Por outro lado, os bairros Vila Ivete e Vila Nova tiveram a mesma incidência nos dois anos, e os bairros Faxinal, Centro I e Vila Solidariedade apresentaram um aumento. Esse cenário apresenta os territórios que demandam uma maior atuação da rede de proteção a mulheres e meninas.

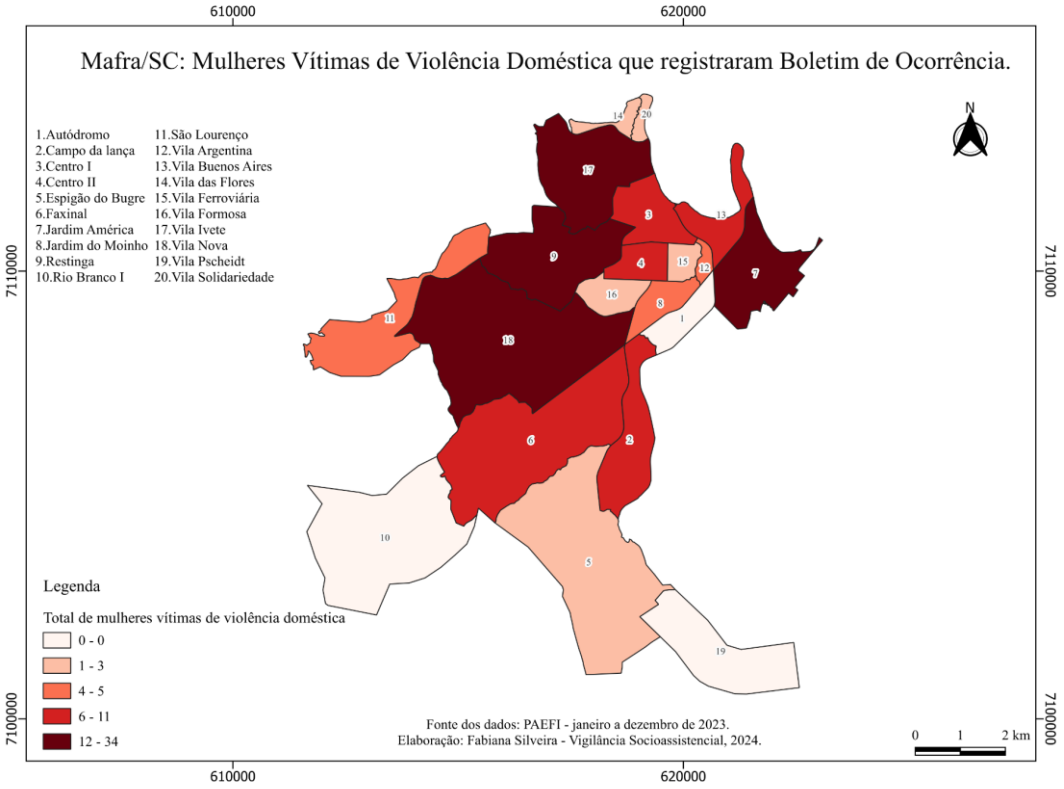


Figura 57 - Número de mulheres vítimas de violência doméstica que registraram Boletim de Ocorrência Mafra, SC em 2023. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: PAEFI, 2023.

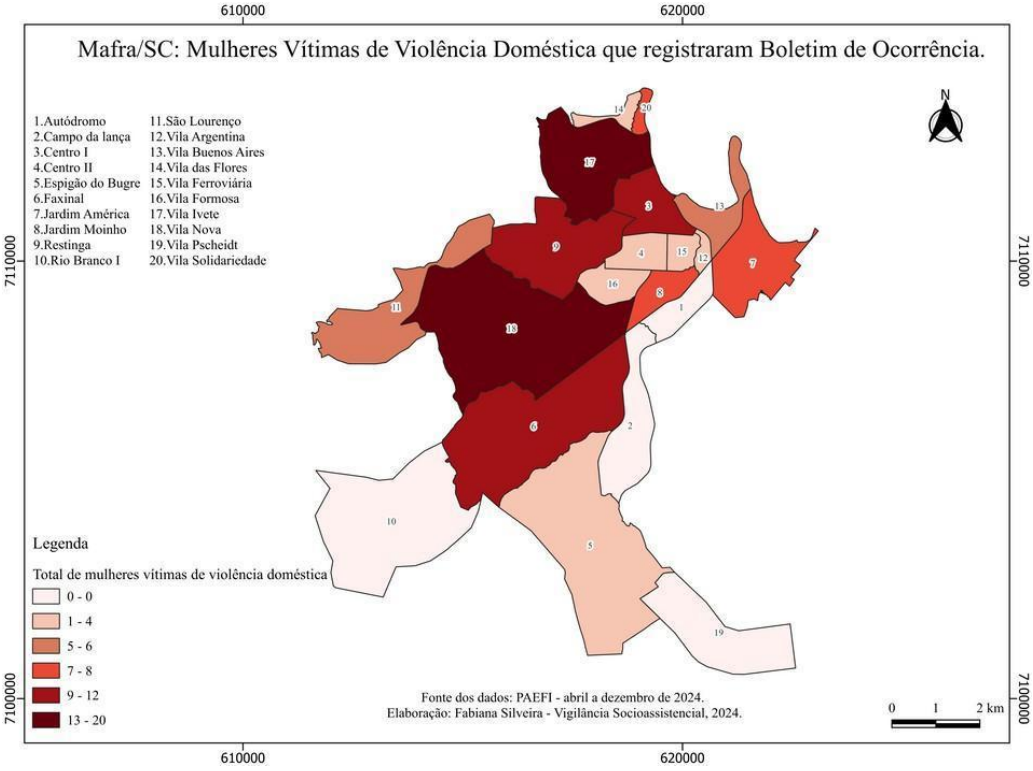


Figura 58 - Número de mulheres vítimas de violência doméstica que registraram Boletim de Ocorrência Mafra, SC em 2024. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: PAEFI, 2024.

8.2.3. Medidas Socioeducativas em Meio Aberto

Entre 2014 e 2024, foram atendidos 382 adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa, tendo como destaque o ano de 2016 com 65 adolescentes (Figura 59). Dado a natureza judicial das medidas socioeducativas, interpretar as flutuações nos valores apresentados sem um parecer detalhado do Poder Judiciário, torna-se complexo.

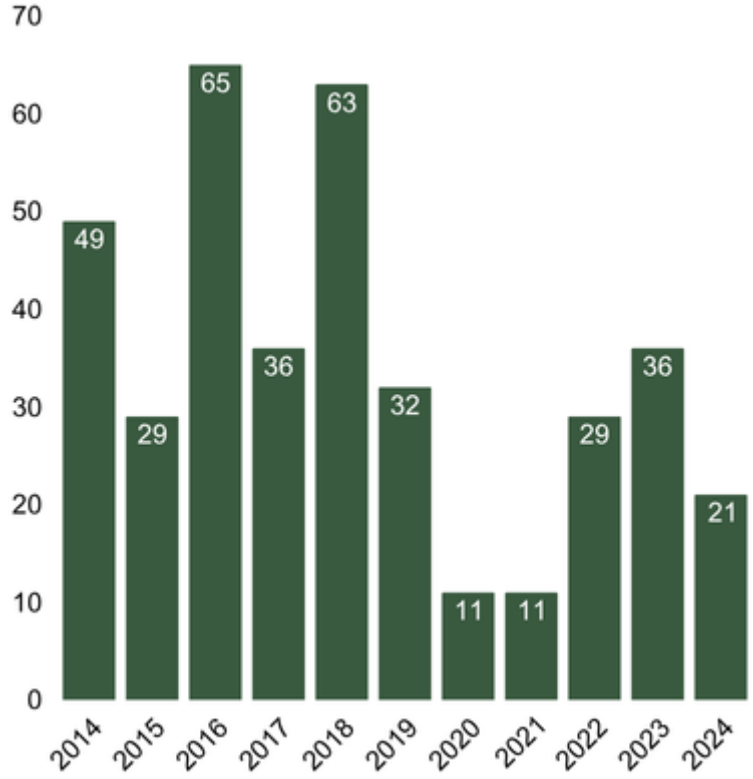


Figura 59 - Número total de adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa entre 2014 e 2024 em Mafra, SC. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: MSE, 2014 a 2024.

Quando verificamos o gênero dos adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa entre 2014 e 2024 a partir da Figura 60, temos que 83,50% são masculinos. Há um cenário de discrepância de gênero na autoria de atos infracionais, em que adolescentes do sexo masculinos são maioria expressiva no cumprimento de MSE. Tal cenário convoca as políticas públicas a considerarem o marcador de gênero como variável relevante a ser considerada nas estratégias de cuidado aos adolescentes autores de atos infracionais. Faz-se necessário destacar que a problematização das masculinidades são referências importantes para integrarem as intervenções realizadas no âmbito da socioeducação operadas nas MSE, dado o impacto destas na constituição subjetiva e nas trajetórias infracionais de adolescentes em conflito com a lei (Calado e Carneiro, 2022).

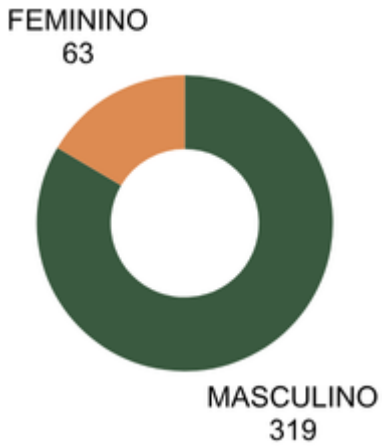


Figura 60 - *Número total de adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa entre 2014.*

De acordo com a Figura 61, o tipo de medida socioeducativa com maior número é a Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) com 76,28% do total entre os anos 2014 e 2024. Assim como pontuado no Figura 59, a natureza judicial das medidas socioeducativas dificulta uma análise exclusiva realizada por trabalhadores do SUAS. Contudo, percebe-se que predominância de PSC em relação à LA está em conformidade com as normativas do Caderno de Orientações Técnicas do Serviço Socioeducativo em Meio Aberto, considerando que a diretriz estabelece a aplicação gradual, uma vez que a PSC é menos rigorosa que a LA (Figura 61).

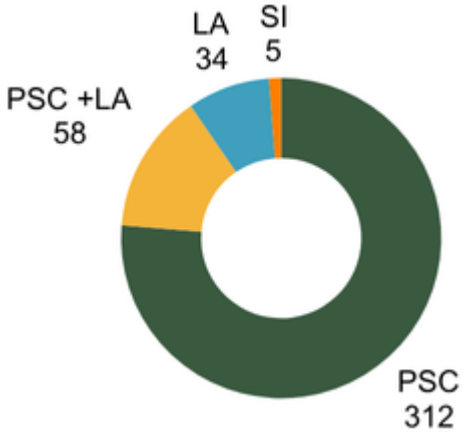


Figura 61 - *Número total de tipos de Medida Socioeducativa entre 2014 e 2024 em Mafra, SC. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: MSE, 2014 a 2024.*

A Figura 62 aponta que a maioria dos adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa estava estudando, sendo 64,13% do total. Contudo, é importante destacar que 20% desses adolescentes não frequentavam a escola, percentual considerado bastante significativo. Considerando que a escola, em muitos casos, se constitui como o único elemento de proteção social no território, é urgente pensar no

desenvolvimento de políticas públicas de combate à evasão escolar, de modo à garantir que esse espaço possa ser um meio que contribua para a organização dos referenciais de convivência social dos adolescentes.

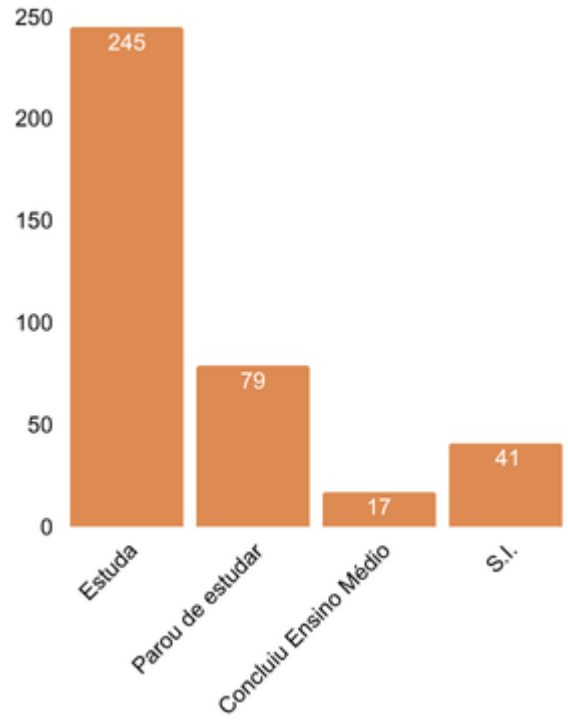


Figura 62 - Número total de adolescentes cumprindo MSE que estão estudando, finalizaram, abandonaram a escola ou sem informação entre 2014 a 2024 em Mafra, SC. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: MSE, 2014 a 2024.

A Figura 63 evidencia que, entre os anos de 2014 e 2024, a faixa etária com maior incidência de adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa foi a de 17 anos, totalizando 99 adolescentes. Essa predominância pode ser compreendida a partir de dois fatores principais: (1) o aumento dos índices de evasão escolar no ensino médio e (2) o início da busca por inserção no mercado de trabalho. Esse dado revela a escassez de oportunidades e políticas de inclusão voltadas à juventude nesse estágio da vida, destacando a necessidade de fortalecimento e criação de políticas públicas específicas que promovam o acesso à educação, à formação profissional e à proteção social desse público.

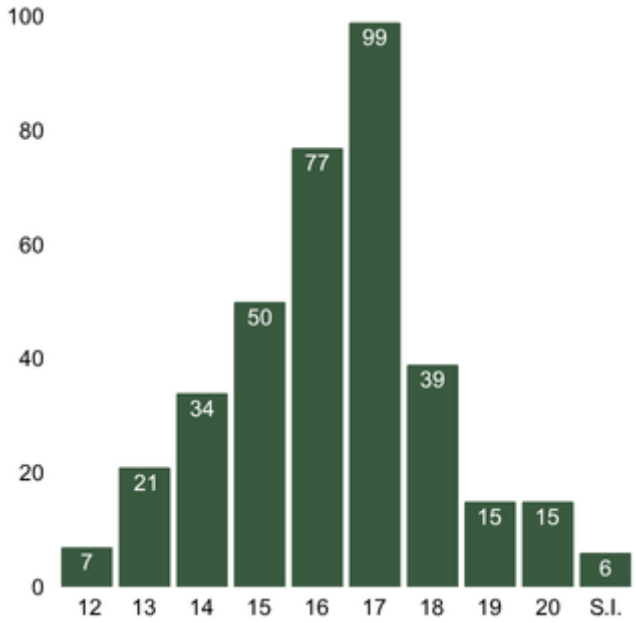


Figura 63 - Faixa etária dos adolescentes cumprindo MSE entre 2014 a 2024 em Mafra, SC. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: MSE, 2014 a 2024.

Quando analisamos a renda familiar dos adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa entre 2014 a 2024 a partir da Figura 64, temos que 37,39% dos que declararam a renda familiar entre 1 e 2 salários-mínimos e 21,42% até 1 salário-mínimo. A depender do número de membros da família, esses valores podem significar a vivência da baixa renda. Conforme discutido na Figura 63, a maioria dos adolescentes em cumprimento de MSE estão em uma faixa etária de inserção no mercado de trabalho. É necessário considerar que, por vezes, a inserção de jovens de baixa renda neste meio ocorre em ocupações precarizadas, com baixa remuneração e pouca perspectiva de ascensão profissional. Esse processo não apenas restringe o acesso à educação e à formação continuada, mas também reproduz ciclos de pobreza e exclusão, relegando o trabalho a uma dimensão de sobrevivência, e não de desenvolvimento pessoal e social.

Nesse contexto socioeconômico e cultural, atividades ilícitas podem ser praticadas como estratégias para superar as dificuldades de sobrevivência e da conquista da fonte de renda em curto prazo, evidenciando a ausência do Estado na proteção social desses sujeitos (Brasil, Caderno de Orientações de Medidas Socioeducativas, 2016). Assim, torna-se importante reforçar a necessidade de efetivação de políticas públicas que garantam acesso à educação de qualidade, formação profissional e proteção social, como estratégias de ruptura com os mecanismos de desigualdade que marcam o percurso desses jovens.

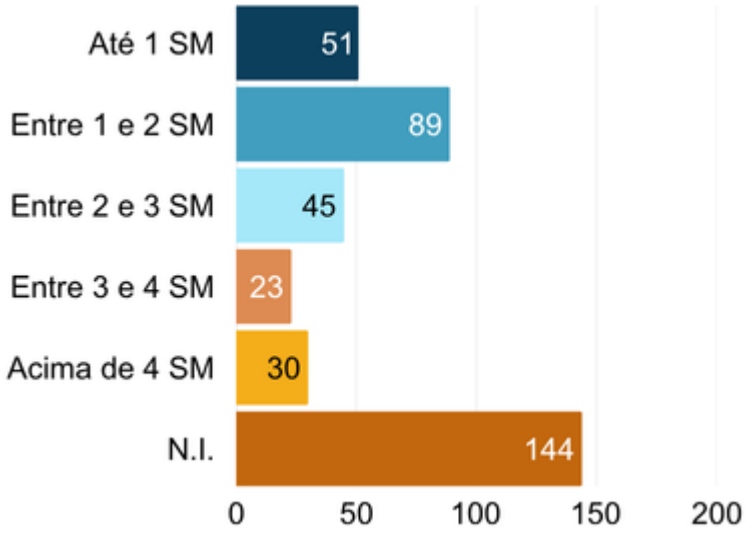


Figura 64 - *Faixa de renda familiar dos adolescentes cumprindo MSE entre 2014 a 2024 em Mafra, SC em Salários-Mínimos. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: MSE, 2014 a 2024.*

A Figura 65 aponta que, ao longo do ano de 2024, o bairro Vila Ivete foi o que apresentou um maior número de adolescentes em cumprimento de MSE. Esse dado acompanha o processo discutido na Figura 49 Somado a isso, essas informações apontam para a demanda de implantação de centros de esporte, lazer e cultura no referido território como estratégia de enfrentamento à desproteção social vivenciada por estes jovens. Esses espaços têm papel fundamental na promoção do convívio comunitário, do fortalecimento de vínculos e da construção de perspectivas de vida, que contribuem de forma concreta para a redução das situações de risco e vulnerabilidade que atravessam a juventude nesse território.

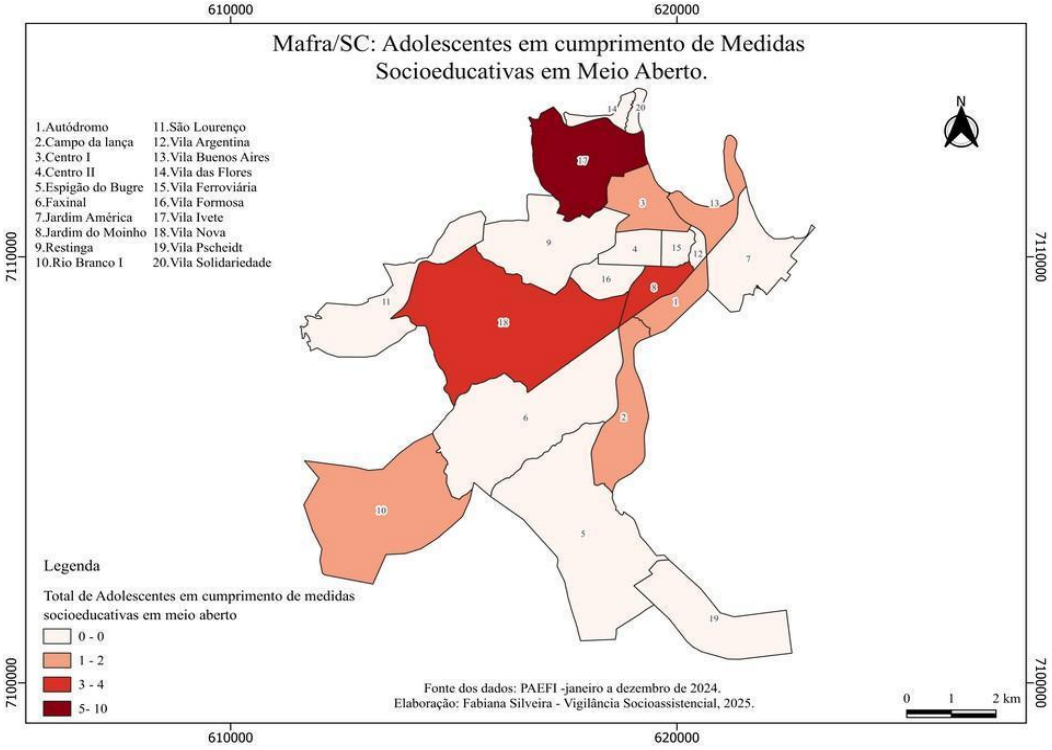


Figura 65 - Número de adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto em Mafra, SC em 2024. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: MSE, 2024.

8.3. PROTEÇÃO ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE

8.3.1. Abrigo Institucional Benemérito Epitácio Schumacher

De acordo com a Figura 66, entre os anos de 2021 a outubro de 2025 foram acolhidas 62 crianças e adolescentes. Observa-se um crescimento expressivo no número de acolhimentos em 2025, que ultrapassou a capacidade máxima da instituição, fixada em 12 vagas conforme o Regimento Interno, mas com espaço físico correspondente à capacidade de 20 vagas conforme Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA).

Esse aumento revela fragilidades nas políticas de prevenção ao rompimento de vínculos familiares, indicando a necessidade urgente de fortalecer as ações intersetoriais voltadas à proteção social, ao apoio às famílias e à promoção de cuidados no território. Investir na prevenção é essencial para reduzir o número de acolhimentos institucionais e garantir o direito à convivência familiar e comunitária. O atual cenário também indica a importância de adequação do espaço e das equipes técnicas e equipes de apoio a fim de garantir um atendimento compatível com a demanda crescente de crianças e adolescentes acolhidos.

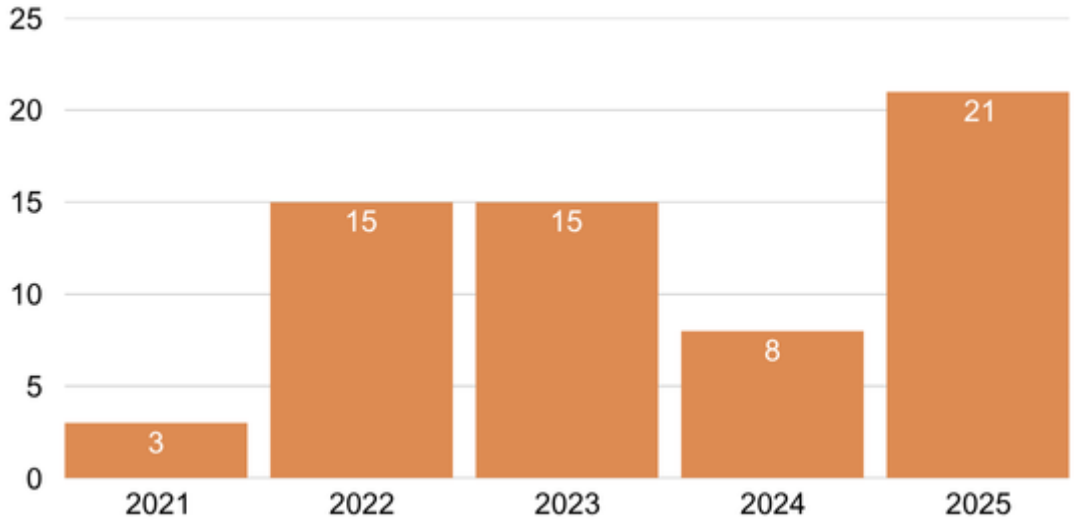


Figura 66 - Total dos acolhimentos no Abrigo Institucional Benemérito Epitácio Schumacher entre 2021 e outubro de 2025 em Mafra, SC. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: Abrigo Institucional Benemérito Epitácio Schumacher, 2025.[27]

A faixa etária das crianças acolhidas em 2024 teve um predomínio entre 0 a 6 anos (Figura 67).

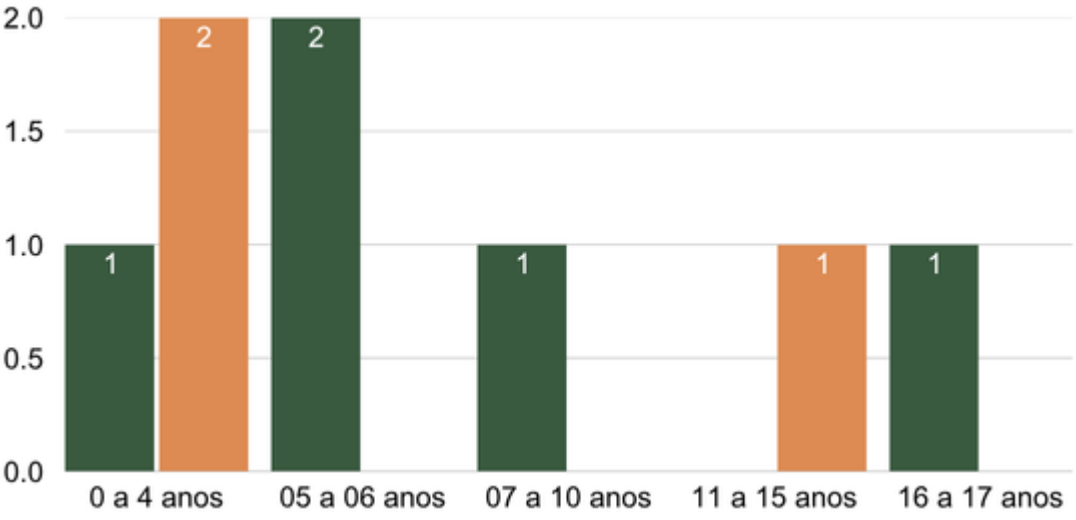


Figura 67 - Faixa etária dos acolhimentos no Abrigo Institucional Benemérito Epitácio Schumacher em 2024 por gênero em Mafra, SC. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: Abrigo Institucional Benemérito Epitácio Schumacher, 2025.

Já a faixa etária das crianças acolhidas em 2025 teve um predomínio entre 0 a 4 anos (Figura 68).

[27] Em 2025 os dados são até o mês de outubro.

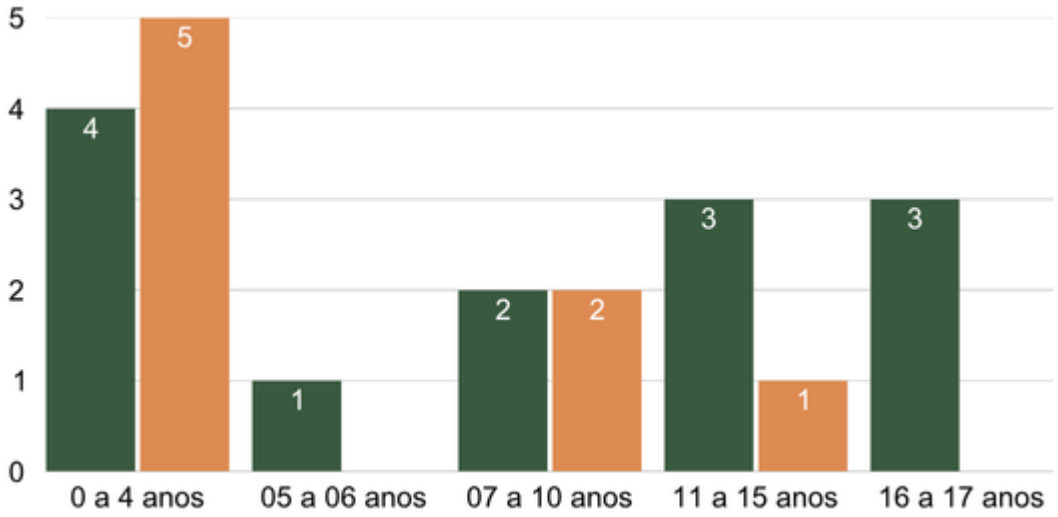


Figura 68 - Faixa etária dos acolhimentos no Abrigo Institucional Benemérito Epitácio Schumacher de janeiro a outubro de 2025 por gênero em Mafra, SC. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: Abrigo Institucional Benemérito Epitácio Schumacher, 2025.

As Figuras 67 e 68 demonstram que há um predomínio de crianças acolhidas na faixa etária de 0 a 6 anos, idades correspondentes à Primeira Infância, evidenciando fragilidades nas políticas de prevenção ao rompimento de vínculos familiares e na rede de proteção social. A superação dessa situação requer ações integradas voltadas ao fortalecimento das famílias em vivenciam processo de vulnerabilização, à prevenção do acolhimento institucional e à garantia do direito à convivência familiar e comunitária.

Além disso, é necessário investir na implementação efetiva do Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257/2016), garantindo expansão de creches e pré-escolas, políticas de geração de renda e suporte à parentalidade e o fortalecimento de políticas públicas, assegurando respostas mais eficazes e humanizadas.

8.3.2. Acolhimento CANoA

Ao longo dos anos de 2023 e 2024, foram realizados 1.218 encaminhamentos à Casa de Passagem Novo Amanhecer (CANoA), conforme apresentado na Figura 69. Observa-se uma constância no número de acolhimentos de pessoas em situação de rua, o que evidencia a permanência dessa demanda no município. A presença frequente dessa população em Mafra pode estar relacionada a fatores geográficos, uma vez que a cidade se localiza em uma área de entroncamento rodoferroviário que facilita o trânsito entre diferentes regiões, além da existência do Serviço de Casa de Passagem, que oferece acolhimento temporário e atendimento especializado. Por sua vez, o aumento identificado no mês de setembro de 2024 deve-se a dados represados referentes ao mês anterior, que foram contabilizados posteriormente, influenciando o registro final do período.

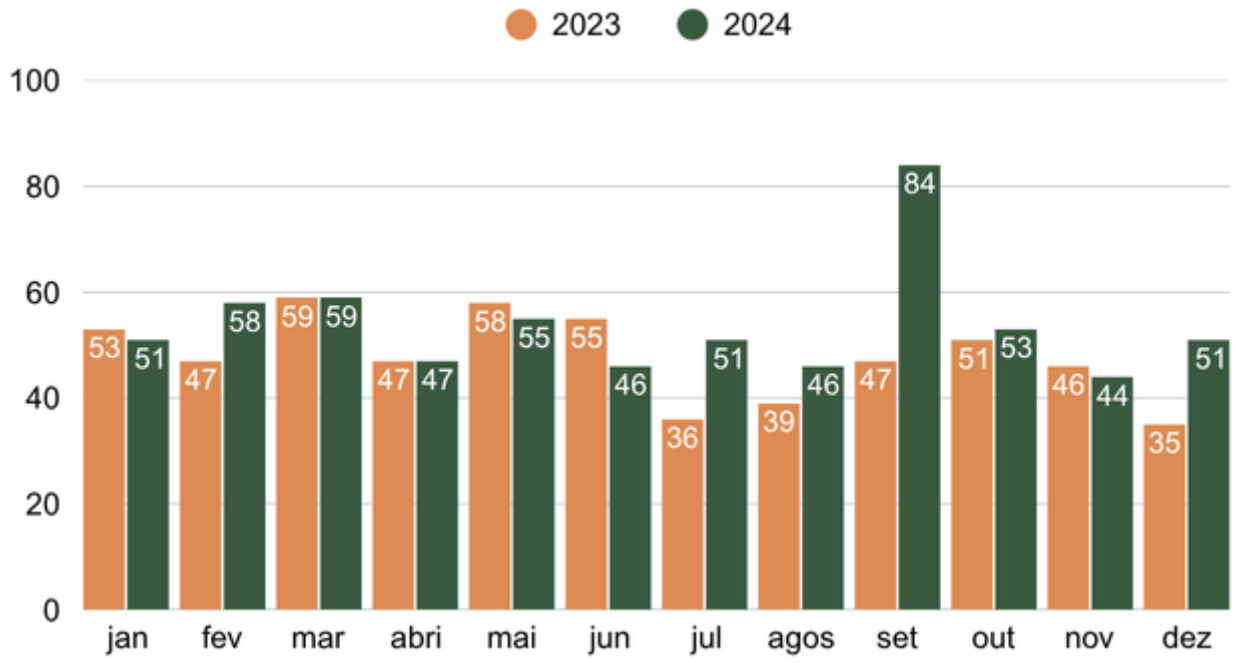


Figura 69 - Total dos acolhimentos na CANoA entre 2023 e 2024 em Mafra, SC. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: RM CREAS, 2023 e 2024.

8.3.3. Acolhimento em Instituição de Longa Permanência (ILPIs).

Foram realizados 30 acolhimentos em ILPIs desde 2018 até 2025 (Figura 70). O aumento no número de acolhimentos observados a partir de 2023 pode estar relacionado à três fatores e a inter-relação entre eles. Em primeiro lugar, o processo de envelhecimento populacional já identificado e debatido na Figura 04. Aliado à isso, a criação de uma equipe específica de atendimento à população idosa no CREAS/PAEFI que ampliou o acompanhamento desse grupo tornando mais visíveis as desproteções que vivenciavam. Por fim, ressalta-se que o fortalecimento das políticas públicas voltadas à prevenção e à promoção do envelhecimento saudável permanece como um desafio, o que pode influenciar no aumento das taxas de acolhimento institucional de longa permanência.

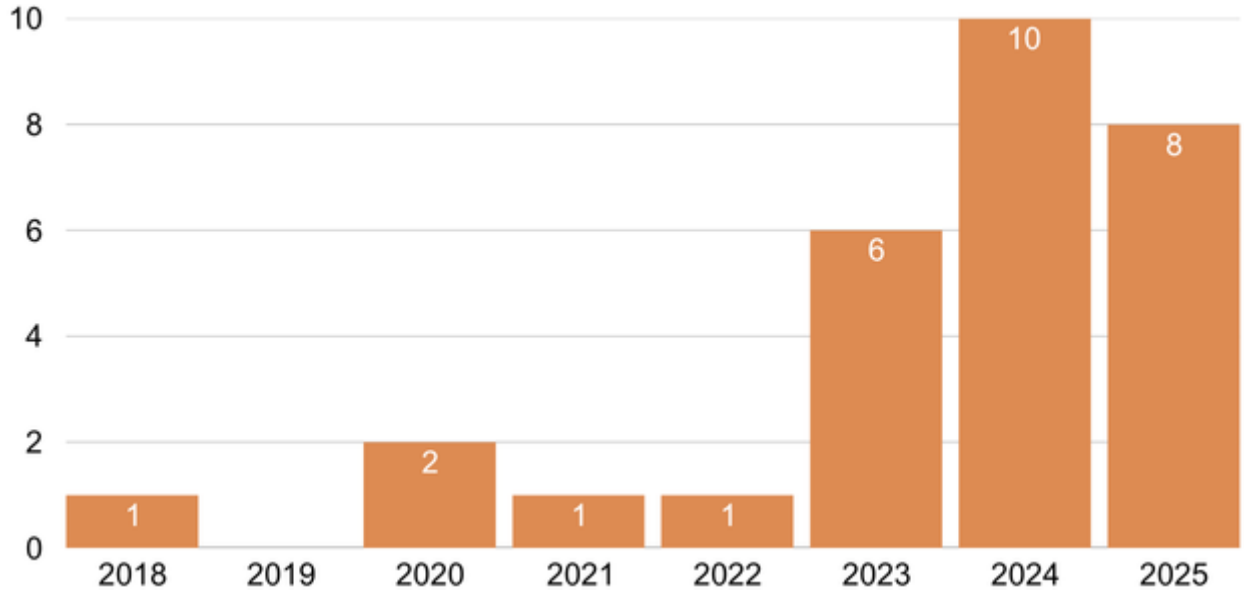


*Figura 70 - Total dos acolhimentos em ILPIs entre 2018 e 2025 em Mafra, SC. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: RM CREAS, 2018 a 2025. * 2025 contabilizou de janeiro a outubro.*

8.3.4. Acolhimento em Residência Inclusiva (RI)

Em 2024, foi registrado o primeiro acolhimento em Residência Inclusiva localizada no município de Correia Pinto (SC). Contudo, importa destacar que há demanda represada por esse tipo de serviço: no momento de elaboração deste plano, duas pessoas com deficiência aguardam credenciamento de Residência Inclusiva enquanto permanecem em lar temporário. Ressalta-se, ainda, que a baixa oferta regional de serviços de Residência Inclusiva constitui um obstáculo significativo, dificultando a compra de vagas e o atendimento adequado das necessidades da população.[28]

8.4. SAN

8.4.1. PAA

O Quadro 12 apresenta os dados referentes ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) Estadual. Em 2021, o município de Mafra realizou a entrega de 2.918 kits de alimentos do PAA a usuários dos serviços socioassistenciais. Além disso, foram contabilizadas 11.683 refeições produzidas a partir dos alimentos repassados a entidades inscritas no CMAS, como a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), as Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI) e as Residências Inclusivas (RI). Esses são espaços em que os usuários realizam suas refeições no próprio local. Nos anos de 2022 e 2023, não foram abertos

[28] Anteriormente houve outras formas de acolhimento em Residência Inclusiva.

editais do PAA Estadual nos quais o município atendesse aos critérios de participação, o que impossibilitou a continuidade das entregas.

Já em 2024, Mafra voltou a ser contemplado com um novo edital do programa, resultando na distribuição de 920 kits de alimentos, retomando, assim, a execução do PAA no município e fortalecendo as ações voltadas ao combate à insegurança alimentar e nutricional.

Quadro 12 - *Dados do Programa de Segurança Alimentar entre 2021 e 2024 em Mafra. SC. Fonte dos Dados: SAN, 2025.*

	2021	2022	2023	2024
PAA	2918 kits de alimentos + 11683 refeições	-	-	920 kits de alimentos

Em 2024, o PAA foi desenvolvido durante os meses de agosto a novembro de 2024, sendo um total de oito toneladas de alimentos adquiridos da Agricultura Familiar (AF) e distribuídos entre a população em situação de insegurança alimentar e nutricional atendidas pelos CRAS.

Os alimentos foram distribuídos a 200 famílias a partir de avaliação das equipes técnicas. No primeiro mês, houve uma divisão igualitária entre os CRAS do total de alimentos. A partir do segundo mês, foi realizada uma reorganização na distribuição, permanecendo as mesmas famílias como beneficiárias até o final do programa (Figura 71). Cada família recebeu, em média, cerca de dez kg de hortifrutícolas por semana.

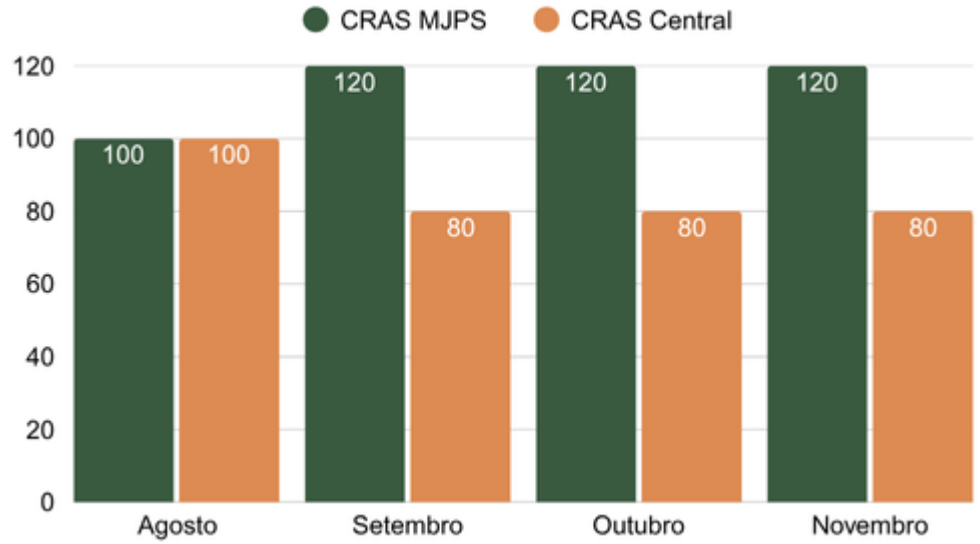


Figura 71 - *Número de famílias beneficiadas com o Programa de Aquisição de Alimentos por cada CRAS de agosto a novembro de 2024. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: Segurança Alimentar e Nutricional, Mafra, 2025.*

Quadro 13 - *Dados do Programa de Segurança Alimentar entre 2021 e 2024 em Mafra. SC. Fonte dos Dados: SAN, 2025.*

	2021	2022	2023	2024
KIT INSAN	-	10	25	16
PROGRAMA DO LEITE	1120	1050	912	701
SAN x CALAMIDADES	-	-	5979 marmitas	-
PAA Estadual	2918 sacolas + 11.683 refeições	-	-	920 sacolas
EAN	**1000**	**1060**	**950**	**700**

O Kit INSAN refere-se a um atendimento individualizado realizado pela nutricionista da SMASH, voltado a usuários encaminhados pelas equipes técnicas das unidades públicas de assistência social. Os dados apresentados correspondem ao número de kits entregues no período analisado. O aumento observado em 2023 pode estar diretamente relacionado às enchentes que atingiram o município, agravando as desproteções sociais vivenciadas por diversas famílias e, consequentemente, ampliando o risco de insegurança alimentar e nutricional. No ano seguinte, 2024, verifica-se uma redução no número de kits distribuídos. Contudo, o dado permanece expressivo evidenciando a importância de fortalecer a SAN através de ações que superem respostas emergenciais e garantam a efetivação do direito humano à alimentação adequada.

O Programa do Leite se refere ao atendimento de crianças de 1 ano a 3 anos e 11 meses, por meio da entrega mensal de quatro pacotes de leite integral em pó às famílias em processos de vulnerabilização social, com ações como o esclarecimento de dúvidas, desmistificação de informações sobre alimentação e nutrição e o acolhimento das famílias. A redução no número de crianças ou famílias deve-se ao ajuste nos cumprimentos dos critérios do protocolo do Programa Municipal do Leite em que havia um desvio de finalidade.

Em relação à SAN no contexto de calamidades e emergências públicas, destaca-se a atuação transversal e estratégica dessa política nos momentos de crise. Em 2023, o município enfrentou duas grandes enchentes, que resultaram no deslocamento de diversas famílias para abrigos temporários. Durante esse período, foram distribuídas 5.979 marmitas. Essa ação foi fundamental para garantir o direito à alimentação adequada e a manutenção da segurança alimentar da população afetada, mesmo diante das condições adversas e da desestruturação temporária das rotinas familiares.

Nos contextos apresentados acima, é importante destacar que todas as ações realizadas de forma coletiva também configuram estratégias de EAN. Essas iniciativas, para além da entrega de alimentos, promovem reflexões sobre hábitos alimentares e valorização da alimentação adequada e saudável, reafirmando o papel educativo e emancipador da SAN.

Em relação à SAN da população em situação de rua (PSR), importa destacar que nos últimos três anos, observou-se incremento progressivo na dotação orçamentária destinada à aquisição de Kits SAN-PSR. Em 2022, foi previsto orçamento para a compra de 120 kits, em 2023 para 600 kits e, em 2024, para 1.200 kits. Entretanto, não foram adquiridos todos os kits previstos em cada exercício, o que resultou na execução parcial do orçamento destinado à ação.

9. DADOS DO CADASTRO ÚNICO PARA PROGRAMAS SOCIAIS

9.1. CADASTRO ÚNICO

De acordo com a base Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico (CECAD, novembro de 2024), o município apresentava 13.160 pessoas inscritas, o que corresponde a 23,8% da população total do município. Desse total, 7.390 são mulheres e 5.790 são homens, equivalente a 26,54% da população feminina e 21,02% da masculina total do município (Censo, 2022). Esses indivíduos estão distribuídos em 5.293 famílias. Com relação a distribuição da população inscrita entre área urbana e rural, 86,47% estão na urbana (Figura 72).



Figura 72 - Distribuição da população inscrita no CECAD entre urbano e rural. Elaboração: Fabiana Silveira -Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024.

Com relação a composição das famílias de acordo com os dados do CECAD (novembro de 2024), 31,75% das famílias são compostas por 2 pessoas (Figura 73). Isso indica a presença de famílias menos numerosas nos territórios, embora ainda aponte a existência de famílias com maior número de membros que precisam ser levadas em consideração na organização e planejamento das políticas públicas.

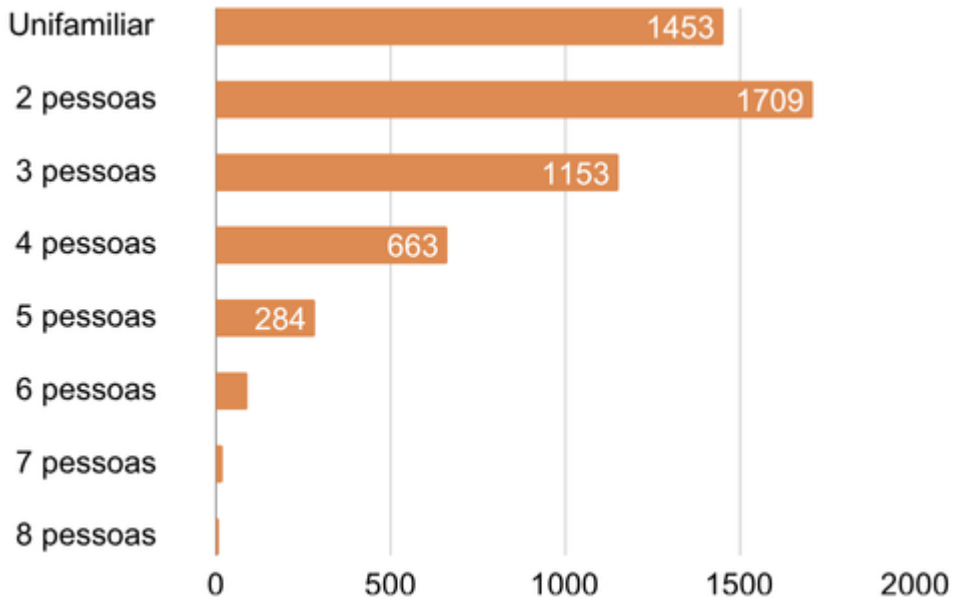


Figura 73 - Composição das famílias inscritas no CECAD. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024.

Com relação à faixa etária dos inscritos no CECAD (novembro de 2024), 17,25% encontram-se entre 7 a 15 anos e é a que se destaca, seguida pela faixa entre 25 a 34 anos com 11,73%, acompanhando a média nacional em 2025 (Figura 74). Com esse dado, observa-se que a faixa etária de 7 a 15 anos pode estar relacionada ao fato de que as crianças/adolescentes estão em idade escolar obrigatória, o que favorece a inclusão no Cadastro Único e programas como o Bolsa Família, que exigem a comprovação de frequência escolar e acompanhamento das condicionalidades de educação e saúde. Ao mesmo tempo, isso aponta para a essencial prioridade no desenvolvimento de políticas públicas voltadas à essa faixa etária.

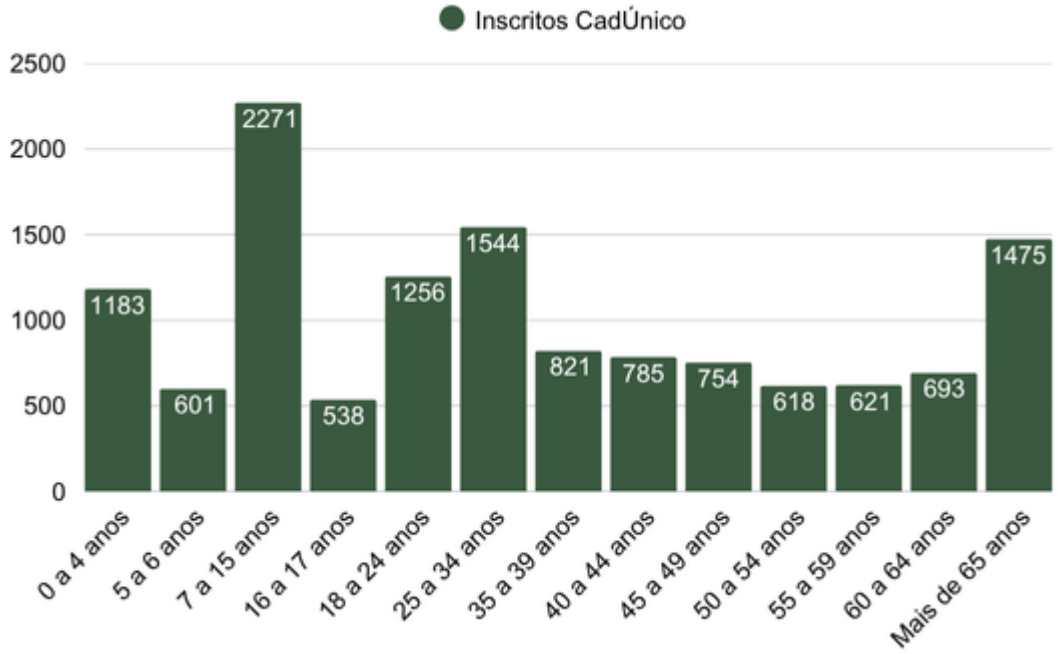


Figura 74 - Distribuição da população inscrita no CECAD por faixa etária. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024 e Censo 2022.

Quando analisamos a população urbana inscrita no Cad. Único por bairro, identifica-se que a Vila Ivete e a Vila Nova são os que se destacam (Figura 75). No bairro Vila Nova, observa-se que a elevada quantidade de inscritos no CadÚnico está diretamente relacionada ao fato de esse território concentrar a maior população do município. Já o bairro Vila Ivete destaca-se por possuir um CRAS territorializado, o que contribui para ampliar o acesso aos serviços e programas socioassistenciais, incluindo o Cad. Único. Esse processo também é identificado na Figura 76, que apresenta a distribuição da população urbana inscrita no CECAD por bairro e com renda zero que se concentram majoritariamente nos bairros da Vila Ivete e Vila Nova, respectivamente.

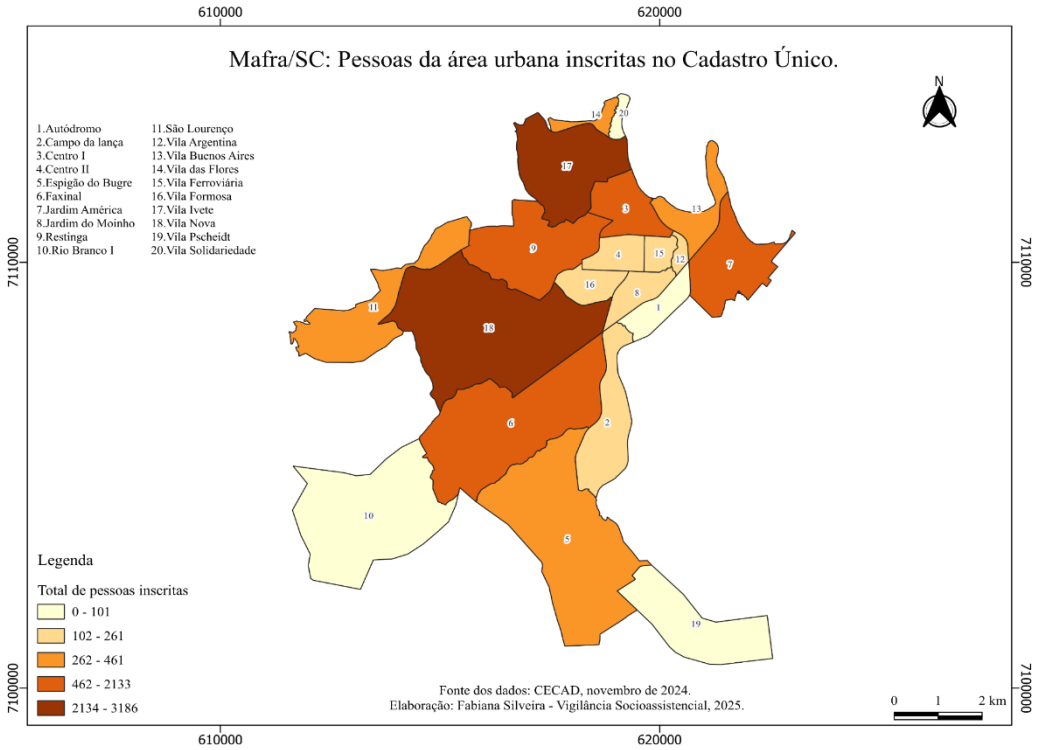


Figura 75 - Distribuição da população urbana inscrita no CECAD por bairro. Elaboração: Fabiana Silveira -Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024.

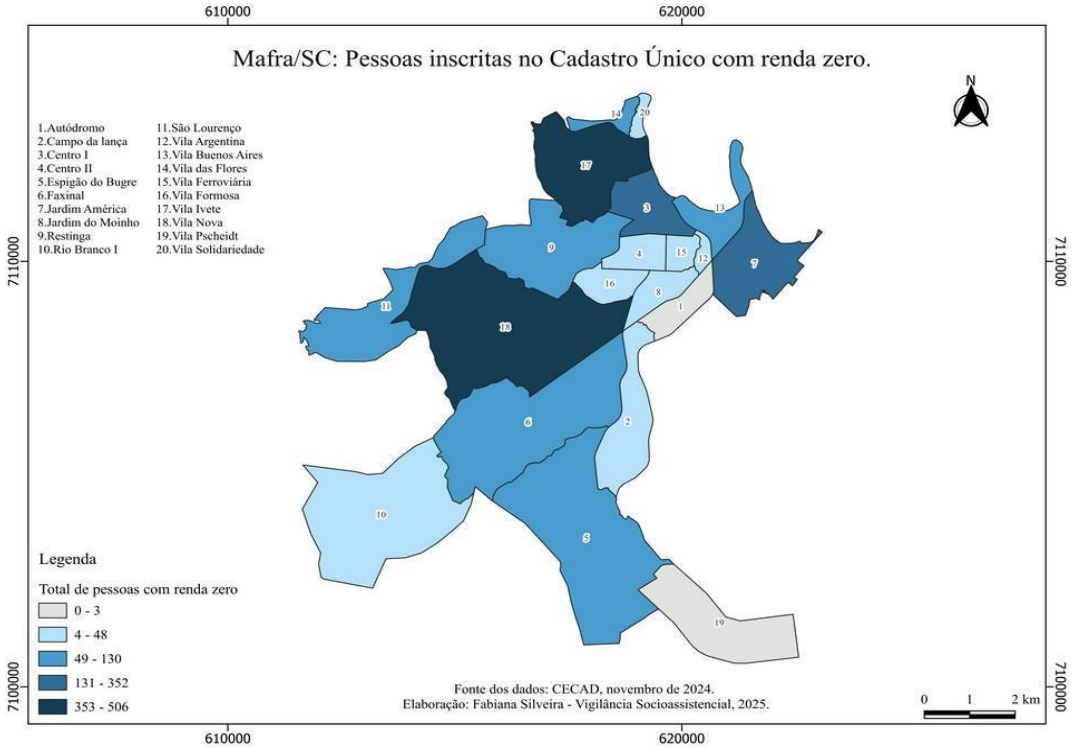


Figura 76 - Distribuição da população urbana inscrita no CECAD por bairro com renda zero. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024.

Ainda em relação às famílias com renda zero, conforme apresentado na Figura 77, observa-se que a faixa etária que mais se destaca é a de 7 a 15 anos, correspondendo a 17,64% da população total nessa condição de renda. Esse dado se alinha com o apresentado na Figura 74 que expõem a faixa etária com maior predominância no CadÚnico, reforçando a urgência no desenvolvimento de estratégias do Estado na garantia de proteção social à esse grupo populacional.

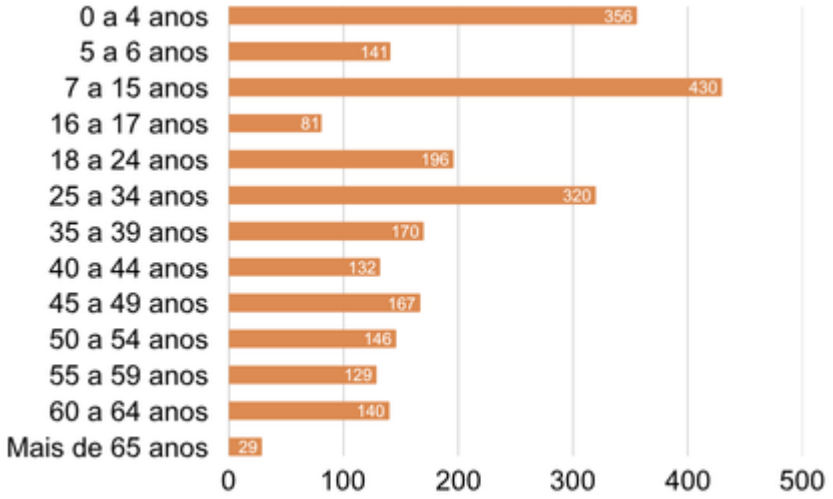


Figura 77 - Distribuição da população inscrita no CECAD por faixa etária com renda zero. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024.

As Figuras 78 e 79 apresentam informações referentes à famílias que possuem renda mensal de até R$218,00 per capita. Levando em consideração a definição do Governo Federal em que famílias em situação de pobreza são aquelas com renda per capita mensal de até R$218,00 (Secretaria de Avaliação Gestão da Informação e Cadastro Único, 2025), temos que 4.849 pessoas inscritas no Cadastro se enquadram nesse perfil, o que representa 36,84% do total de inscritos e 8,77% da população total do município. A maioria da população com essa renda per capita se encontra na área urbana, sendo 4.035 pessoas, o que representa 35,45% da população total inscrita no cadastro que reside na área urbana.

Assim como nos dados referentes à renda zero, a faixa etária que mais se destaca com renda de até R$218,00 per capita mensal é entre 7 a 15 anos, com 22% (Figura 78). Os bairros em que a população inscrita no cadastro com renda de até R$218,00 per capita mensal também se repetem, sendo eles, Vila Ivete e Vila Nova (Figura 79).

Importa destacar que os dados da população de baixa renda se alinham também aos dados da população com renda zero apresentados anteriormente. Identifica-se, a partir disso, a faixa etária e os territórios mais vulnerabilizados pela questão de renda, apresentando a grande necessidade de atuação das políticas públicas.

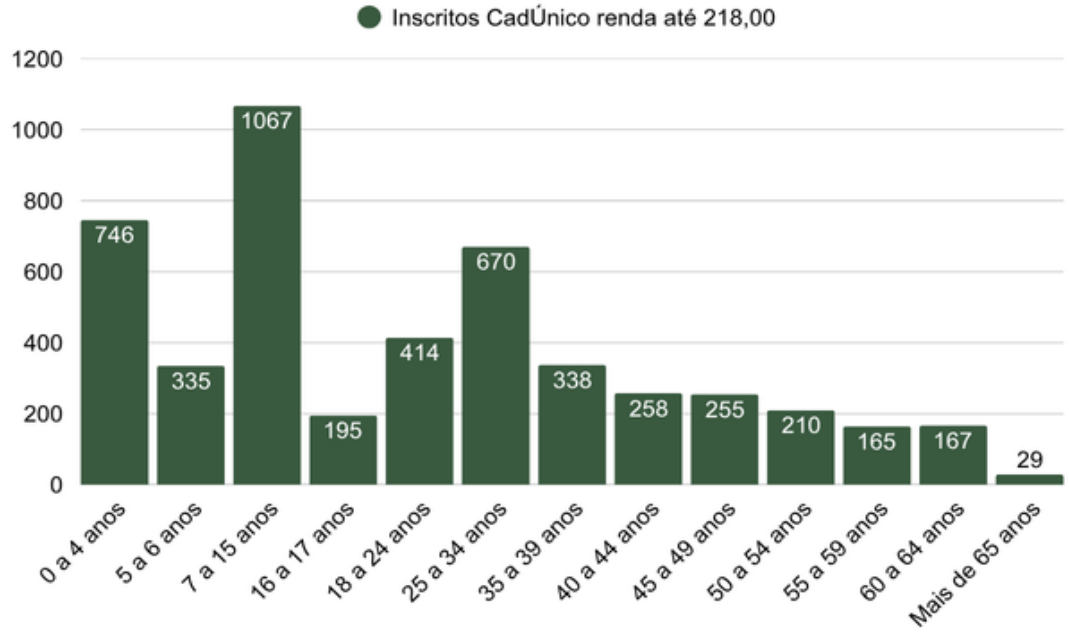


Figura 78 - Distribuição da população inscrita no CECAD por faixa etária com renda de até R$218,00 per capita mensal. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024 e Censo 2022.

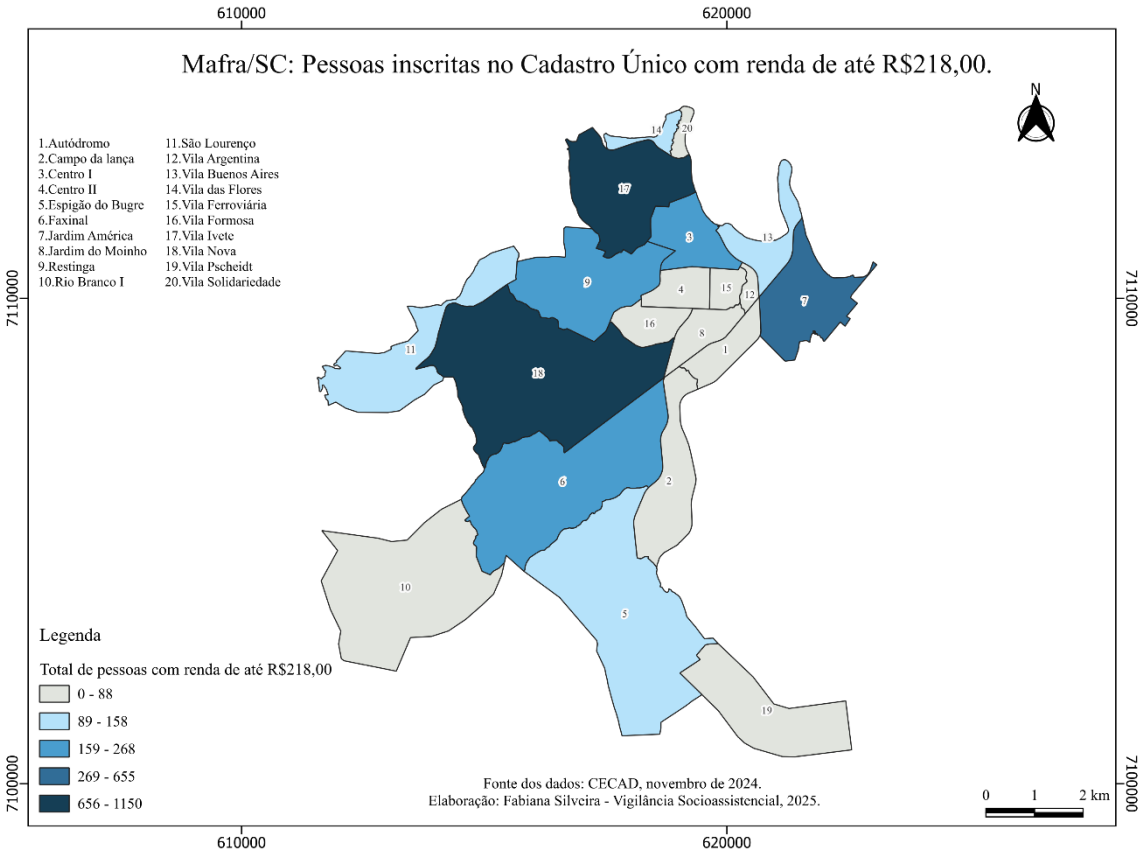


Figura 79 - Distribuição da população urbana inscrita no CECAD por bairro com renda de até R$218,00 per capita mensal. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024.

A Figura 80 apresenta informações da distribuição da população urbana de mulheres como responsável familiar (RF) por bairro. Segundo esses dados, as famílias com RF sendo mulheres são 4.197 de 5.293 famílias inscritas, sendo que 88,20% estão residindo na área urbana (Figura 80). Do total geral, 835 mulheres como RF têm renda zero e 995 possuem mais de 60 anos. A predominância das mulheres como responsáveis familiares, segue a diretriz do próprio governo federal, por compreender que elas tendem a gerenciar os recursos familiares de forma mais eficaz, especialmente em questões de alimentação e aos cuidados com os membros da família, além de se alinhar a busca pela valorização do protagonismo feminino.

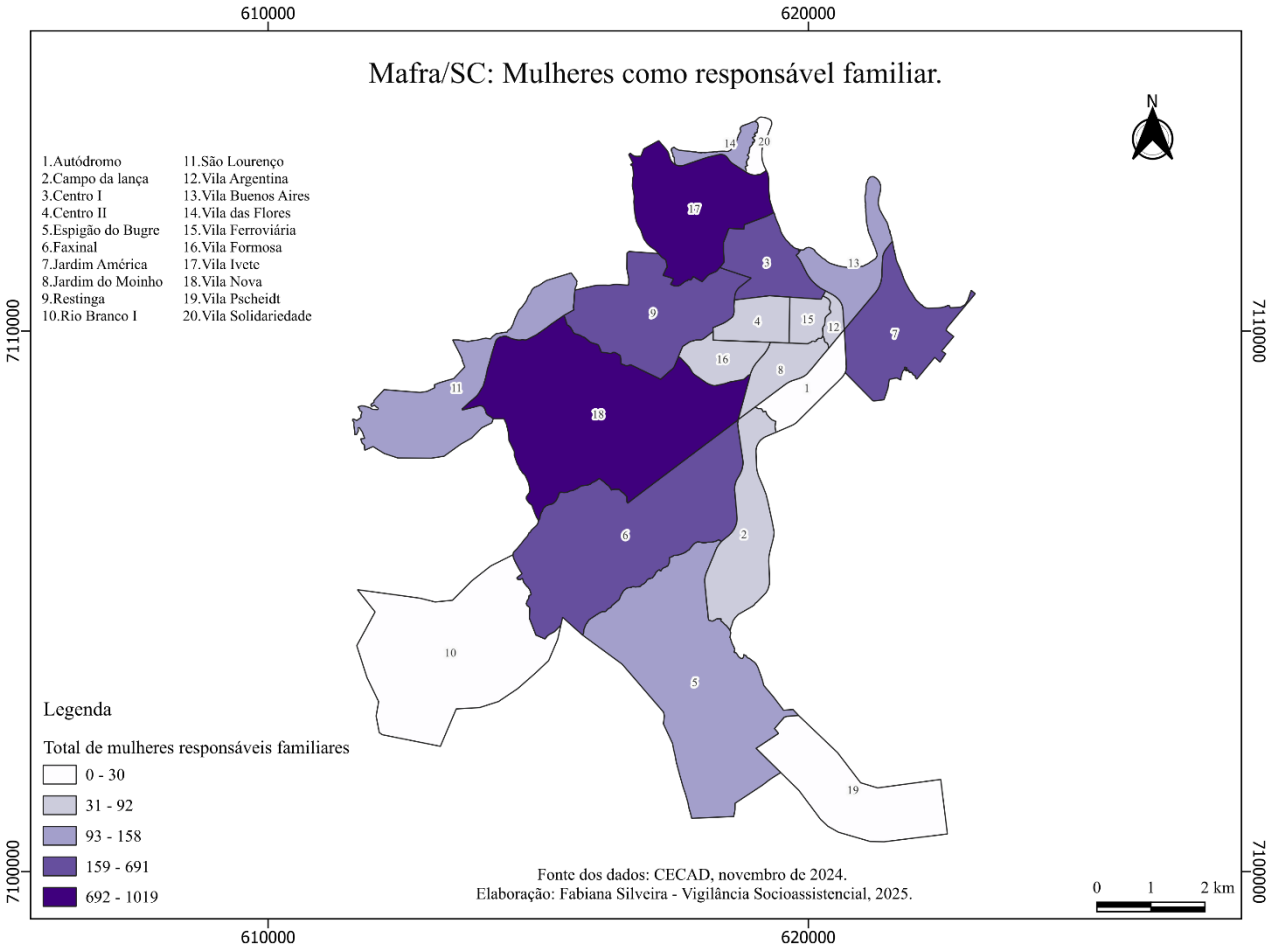


Figura 80 *- Distribuição da população urbana de mulheres como responsável familiar por bairro. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024.*

Em relação aos processos de alfabetização e escolarização das pessoas inscritas no CadÚnico, temos que 23,61% delas não sabem ler nem escrever. Quando verificamos o grau de instrução, cerca de 36,71% apresentam o fundamental incompleto (Figura 81). Considerando que a alfabetização e a escolarização também são elementos para a garantia de proteção social, destaca-se a importância da articulação intersetorial com a política de educação para prevenção da evasão escolar vivenciada pela população de baixa renda.

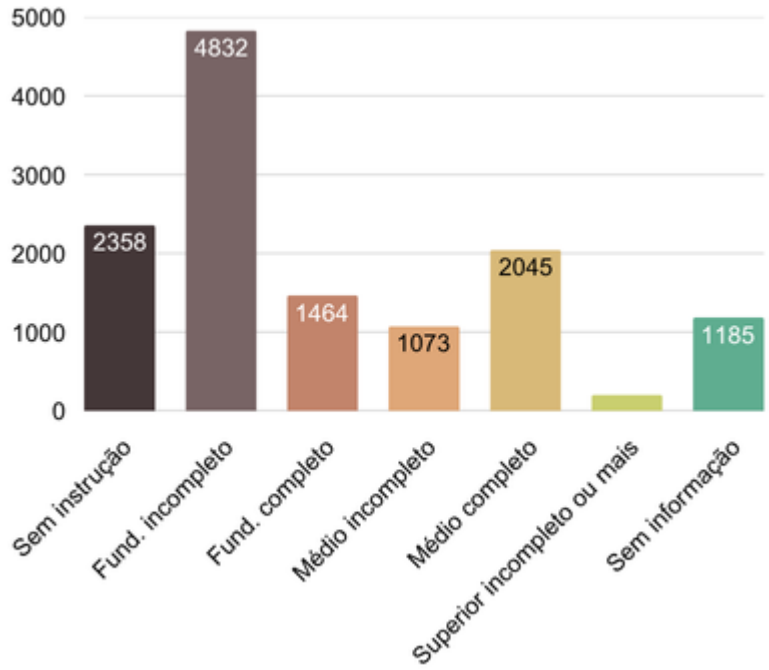


Figura 81 - *Distribuição da população inscrita no CECAD por nível de escolaridade. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024 e Censo 2022.*

A Figura 82 apresenta dados relativos aos tipos de domicílios das populações inscritas no Cad. Único. Segundo o Manual do Entrevistador do Cadastro Único para Programas Sociais, MDS (2022), Domicílio Particular Permanente – é um espaço próprio para servir de moradia permanente ou duradoura, composto por pelo menos um cômodo. O local em si não é uma adaptação de moradia, embora possa ter adaptações internas ou demonstrar precariedade, expressando algum grau de vulnerabilidade. Normalmente, têm acesso a serviços básicos de abastecimento de água, energia elétrica, saneamento ou coleta de lixo. O Domicílio Particular Improvisado é um espaço que, no momento da entrevista, está precariamente adaptado pela família para servir de moradia. Nestes domicílios, geralmente não é possível distinguir cômodos ou individualizar os espaços. Normalmente, não têm acesso a serviços básicos de abastecimento de água, energia elétrica, saneamento ou coleta de lixo, configurando uma situação de extrema vulnerabilidade. Por fim, o Domicílio Coletivo é aquele estabelecimento ou instituição que, na data da entrevista, tem a relação entre seus habitantes restrita a normas de subordinação administrativa.

Quando verificamos o tipo de domicílio, temos que 97,97% se enquadram como particular permanente (Figura 82). Esse dado indica que a grande maioria das famílias reside em moradias estruturadas para uso contínuo, o que pode sinalizar uma relativa estabilidade habitacional dentro do perfil socioeconômico atendido. No entanto, esse indicador, por si só, não elimina possíveis vulnerabilidades associadas às condições

de habitação, infraestrutura e acesso a serviços básicos, que devem ser consideradas em análises complementares para compreensão mais aprofundada das situações de risco e violação de direitos no território.



Figura 82 - Tipos de domicílios da população inscrita no CECAD. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024.

Em 96,31% dos domicílios há água canalizada (Figura 83).



Figura 83 - Domicílios com água canalizada da população inscrita no CECAD. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024.

Das formas de abastecimento de água nos domicílios, 82,84% são pela rede geral de distribuição (Figura 84).

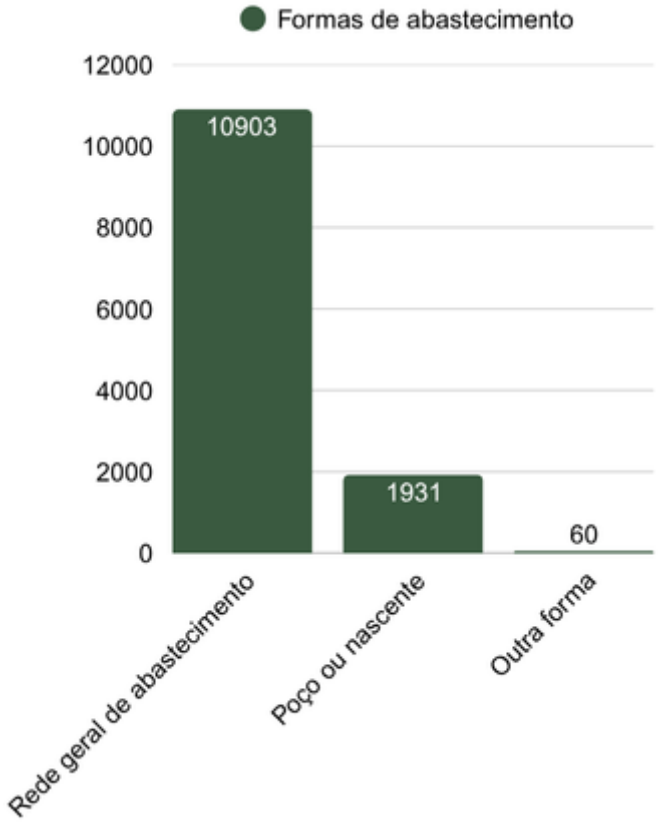


Figura 84 - *Formas de abastecimento de água nos domicílios da população inscrita no CECAD. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024.*

Em 95,92% dos domicílios há banheiro (Figura 85). Com relação a forma de escoamento sanitário, em 92,98% o destino é a fossa séptica (Figura 86).



Figura 85 - *Presença de banheiro nos domicílios da população inscrita no CECAD. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024 e Censo 2022.*

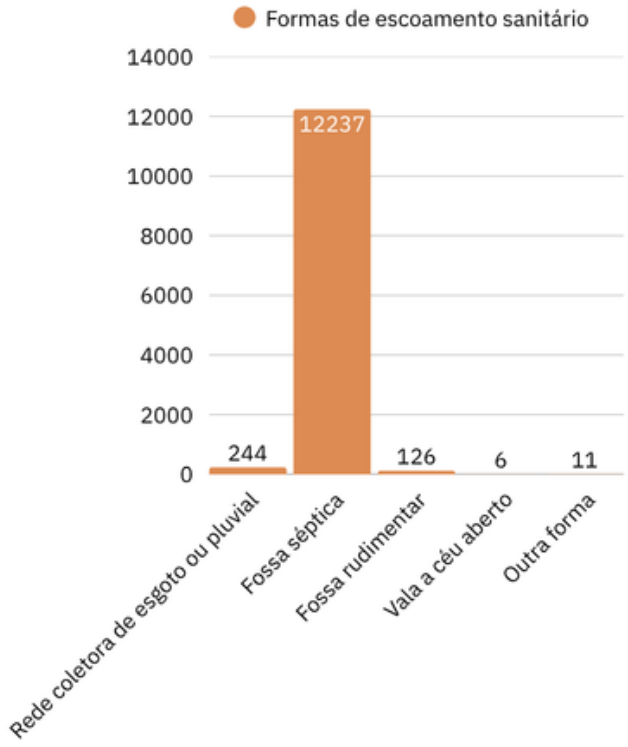


Figura 86 - Formas de escoamento sanitário nos domicílios da população inscrita no CECAD. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024.

Com relação a coleta de lixo, temos que 85% ocorre de forma direta (Figura 87).

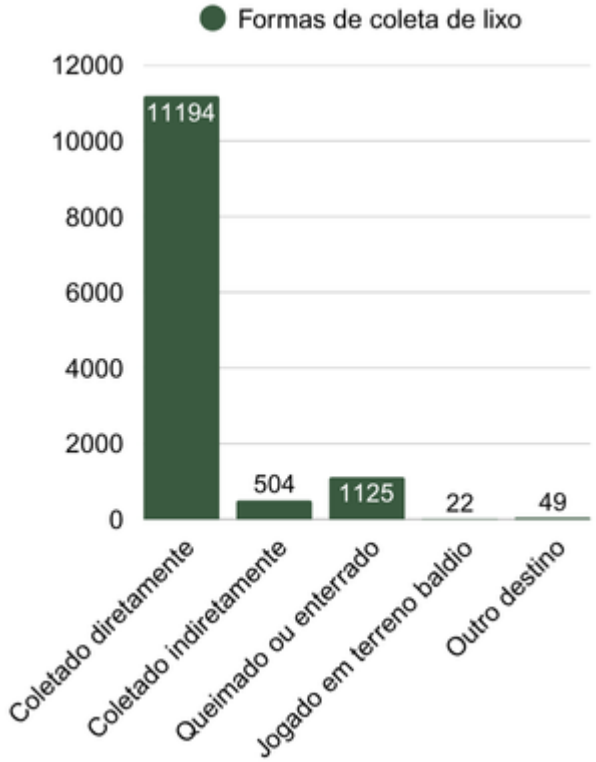


Figura 87 - Formas de coleta de lixo nos domicílios da população inscrita no CECAD. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024.

Quando verificamos o tipo de iluminação, temos que 88,37% tem energia elétrica com medidor próprio (Figura 88).

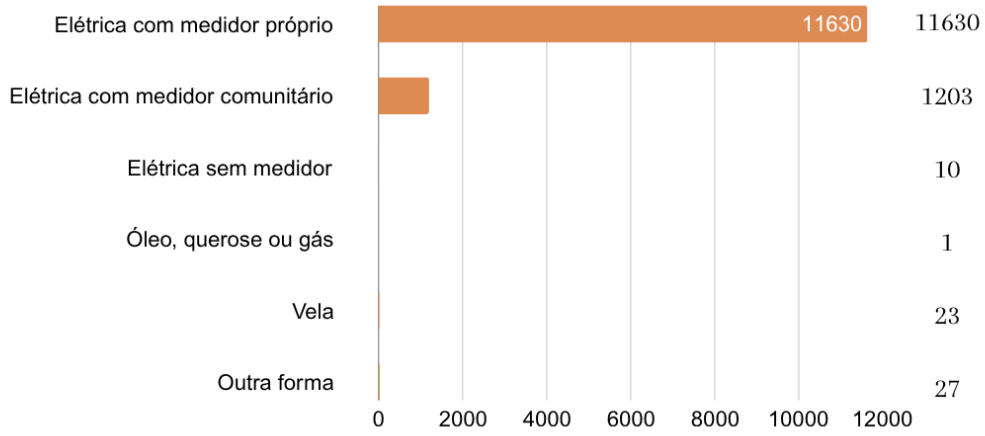


Figura 88 - *Tipo de iluminação nos domicílios da população inscrita no CECAD. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024.*

Com relação a ter calçamento em frente ao domicílio, 69% não possuem (Figura 89).

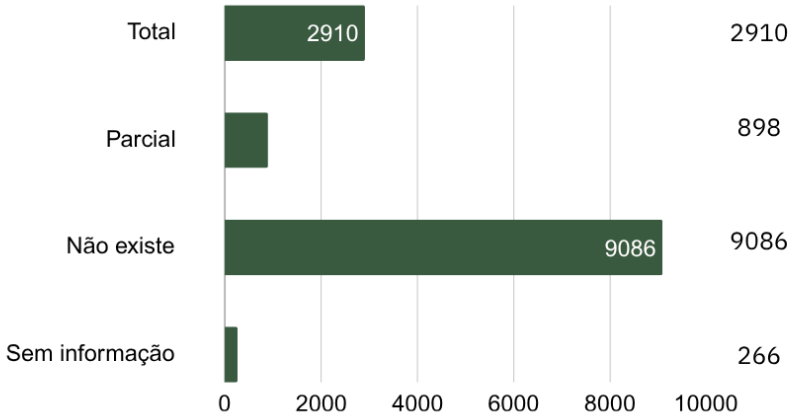


Figura 89 - *Calçamento em frente ao domicílio nos domicílios da população inscrita no CECAD. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024.*

As figuras que apresentam dados dos tipos de domicílio da população inscrita no CECAD (Figura 82), domicílios com água canalizada (Figura 83), formas de abastecimento de água (Figura 84), presença de banheiro (Figura 85), formas de coleta de lixo (Figura 87) e tipo de iluminação (Figura 88), expõem que a maioria dos inscritos em CadÚnico tem acesso aos direitos básicos para sobrevivência digna. Por outro lado, a Figura 86 que apresenta as formas de escoamento sanitário e a Figura 89 que exibe os dados relativos ao

calçamento em frente ao domicílio, demonstram desafios a serem enfrentados para a garantia da qualidade de vida.

9.2. CRIANÇAS DE ZERO A SEIS ANOS INSCRITAS NO CADASTRO ÚNICO

Crianças de até 6 anos inscritas no CadÚnico representam 13,55% da população total do cadastro, sendo 1.784 inscritos. A maioria da população de até 6 anos inscritas estão na área urbana com 86,43% e novamente os bairros que se destacam são Vila Ivete e Vila Nova (Figura 90).

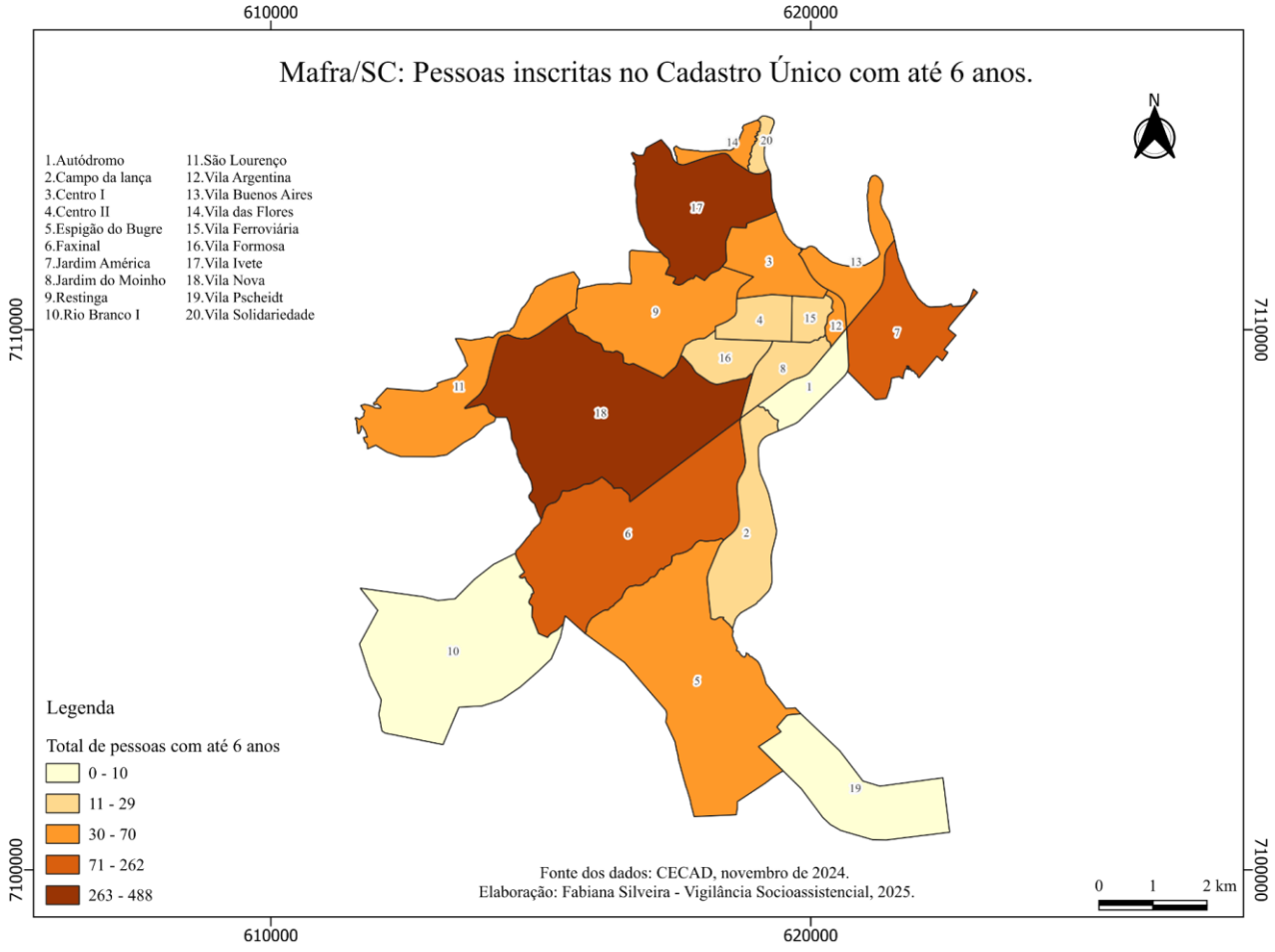


Figura 90 - Distribuição da população urbana com até 6 anos inscrita no CECAD por bairro. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024.

A população com até 6 anos e com renda de até R$218,00 per capita mensal representa 60,59% da população de até 6 anos inscrita no cadastro (1.081) e 22,29% da população em situação de pobreza inscrita. Do total dessas crianças nessa faixa de renda, 85,56% estão na área urbana e ocorrendo com maior prevalência nos bairros de Vila Ivete e Vila Nova (Figura 91).

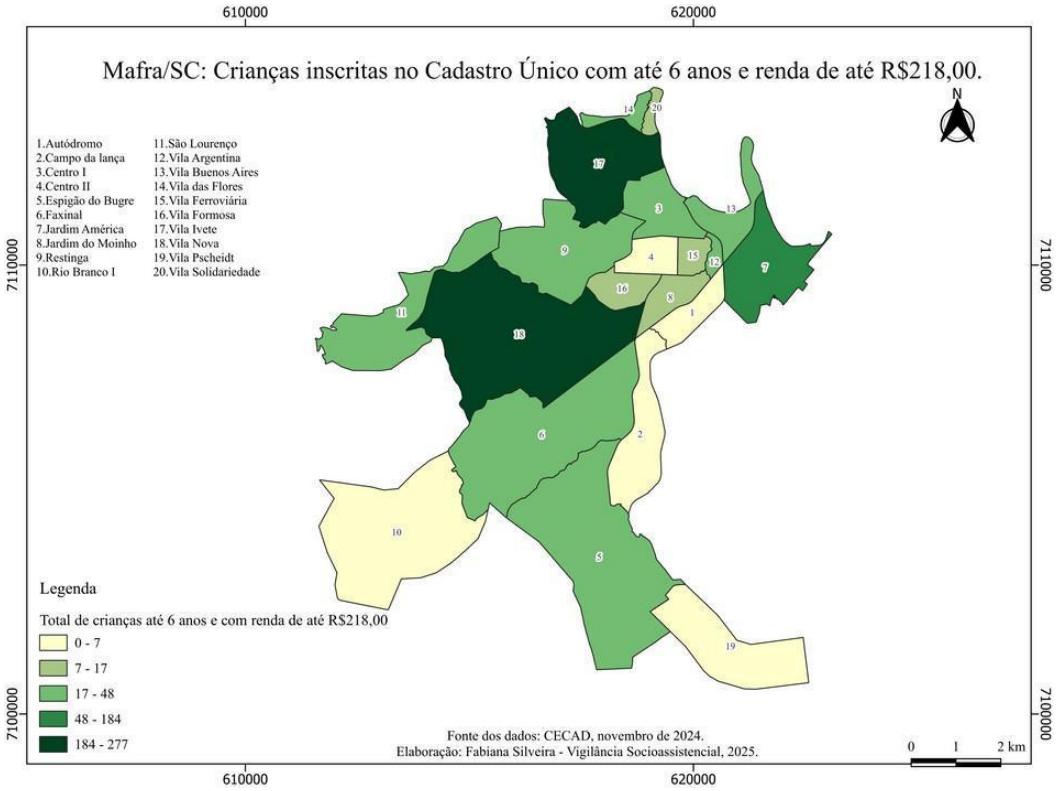


Figura 91 *- Distribuição da população urbana com até 6 anos e renda de até R$218,00 per capita mensal inscrita no CECAD por bairro. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024.*

O CadÚnico tem um potencial para identificar as vulnerabilidades na primeira infância e seus dados possuem relevância para a elaboração de iniciativas para esse público, como programas sociais no combate à pobreza. A desigualdade socioeconômica de crianças na primeira infância apresentada nos dados acima denota a necessidade de elaboração de ações imediatas que abordem as demandas específicas das famílias vulnerabilizadas. Nesse sentido, o CadÚnico é uma importante ferramenta para desenvolvimento de políticas de equidade.

9.3. PESSOAS ACIMA DE 60 ANOS INSCRITAS NO CADASTRO ÚNICO

A população idosa, acima de 60 anos, inscrita no Cadastro é de 2.168 pessoas, o que representa 16,47% do total da população inscrita. Esse público representa também 23,15% da população total acima de 60 anos do município e 3,92% da população total contabilizada pelo Censo de 2022.

Cerca de 90,49% da população idosa inscrita no CadÚnico encontra-se na área urbana e os bairros que se destacam são Vila Ivete e Vila Nova, respectivamente (Figura 92).

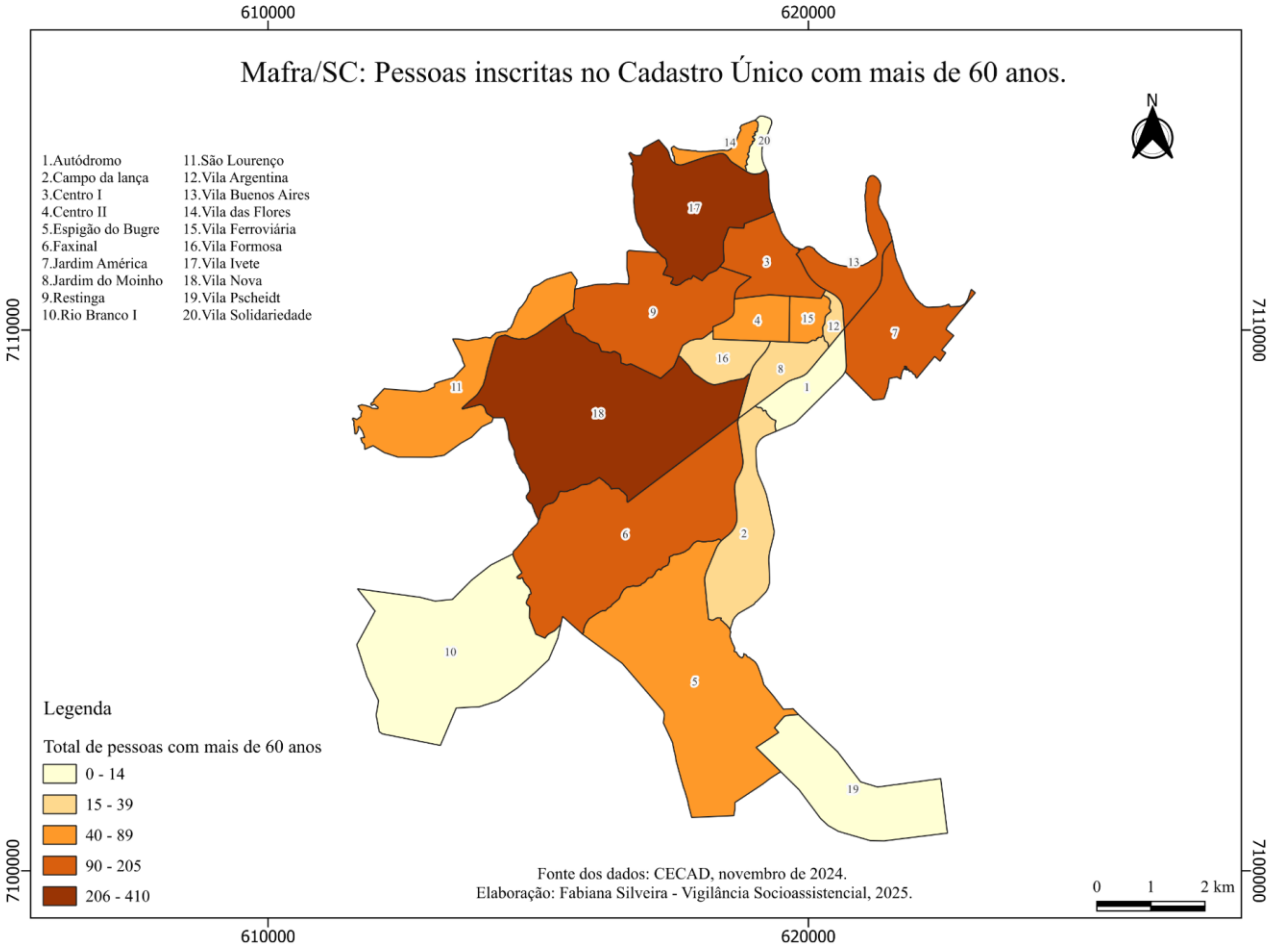


Figura 92 - Distribuição da população urbana idosa inscrita no CECAD por bairro. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024.

Quando verificamos a população idosa em situação de pobreza, com renda per capita mensal de até R$218,00, constata-se que ela representa 9% da população idosa inscrita no Cadastro Único. Trata-se de um percentual baixo, o que denota possíveis efeitos positivos do BPC na garantia de segurança de renda e na redução da extrema pobreza entre as pessoas idosas.

Cerca de 87,24% dos idosos em situação de pobreza estão na área urbana. Os bairros com maior incidência de pessoas idosas inscritas no CadÚnico com renda até R$218,00 são Vila Ivete e Vila Nova, respectivamente (Figura 93).

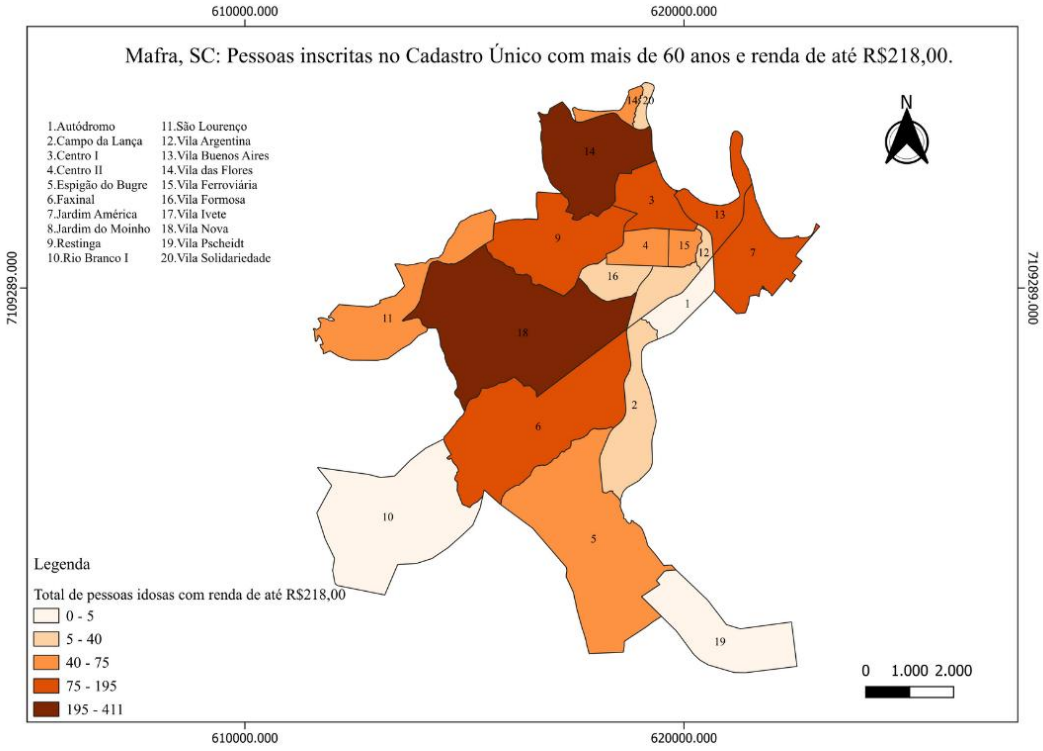


Figura 93 - Número total das pessoas inscritas no CadÚnico com mais de 60 anos e renda até R$218,00. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024.

A Figura 94 apresenta informações sobre o número total de pessoas inscritas no Cadastro Único que recebem o BPC. Observa-se um crescimento gradual no número de pessoas idosas beneficiárias, o que reforça a relevância desse benefício como instrumento fundamental para a segurança de renda dessa população. Conforme discutido na Figura 93, o acesso ao BPC é essencial para a garantia do direito a um envelhecimento digno e socialmente protegido.

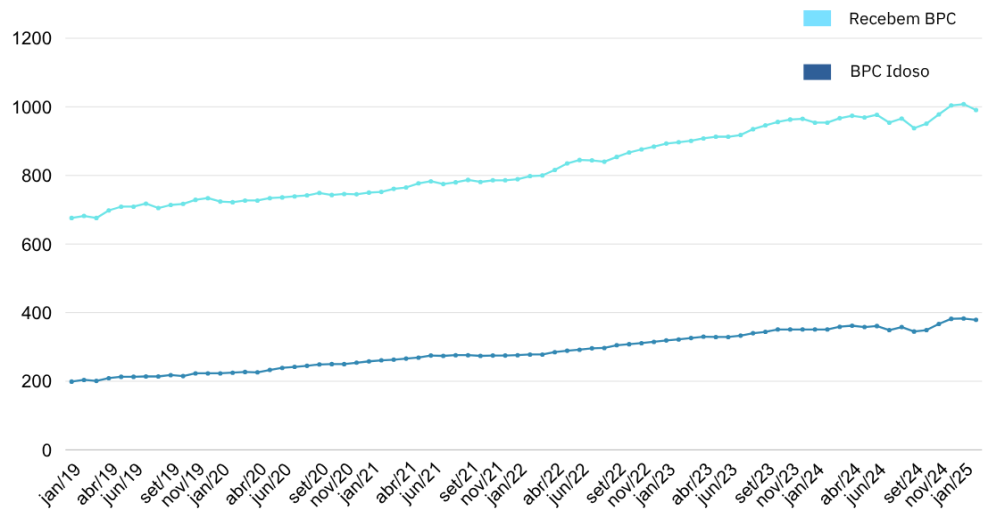


Figura 94 - Número total das pessoas inscritas no CadÚnico de agosto de 2012 a fevereiro de 2025 e que recebem BPC. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: VIS DATA 3, março de 2025.

9.4. PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INSCRITAS NO CADASTRO ÚNICO

Quando analisamos as pessoas com alguma deficiência inscritas no CadÚnico observamos um crescimento progressivo no número de novos cadastros (Figura 95).

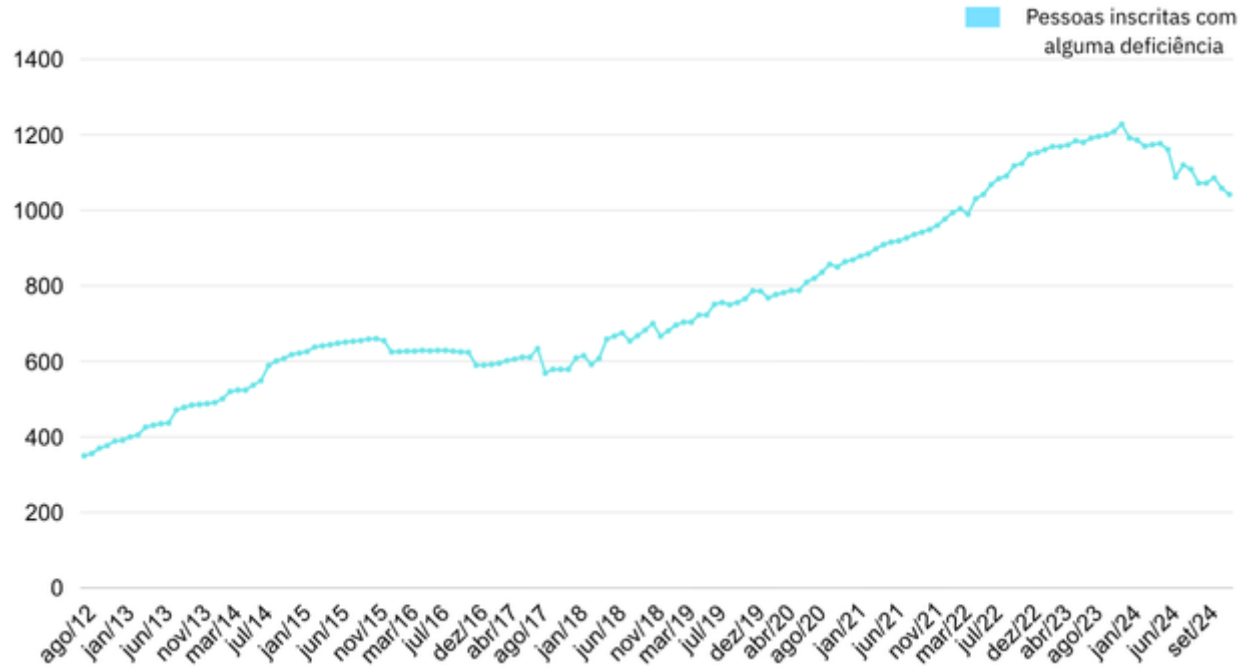


Figura 95 - Número total das pessoas inscritas no CadÚnico de agosto de 2012 a fevereiro de 2025 com alguma deficiência. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: VIS DATA 3, março de 2025.

Quando analisamos as pessoas com alguma deficiência inscritas no cadastro, constatamos um total 1.088, sendo 87,68% estão vivendo na área urbana, com predominância nos bairros Vila Ivete e Vila Nova (Figura 96).

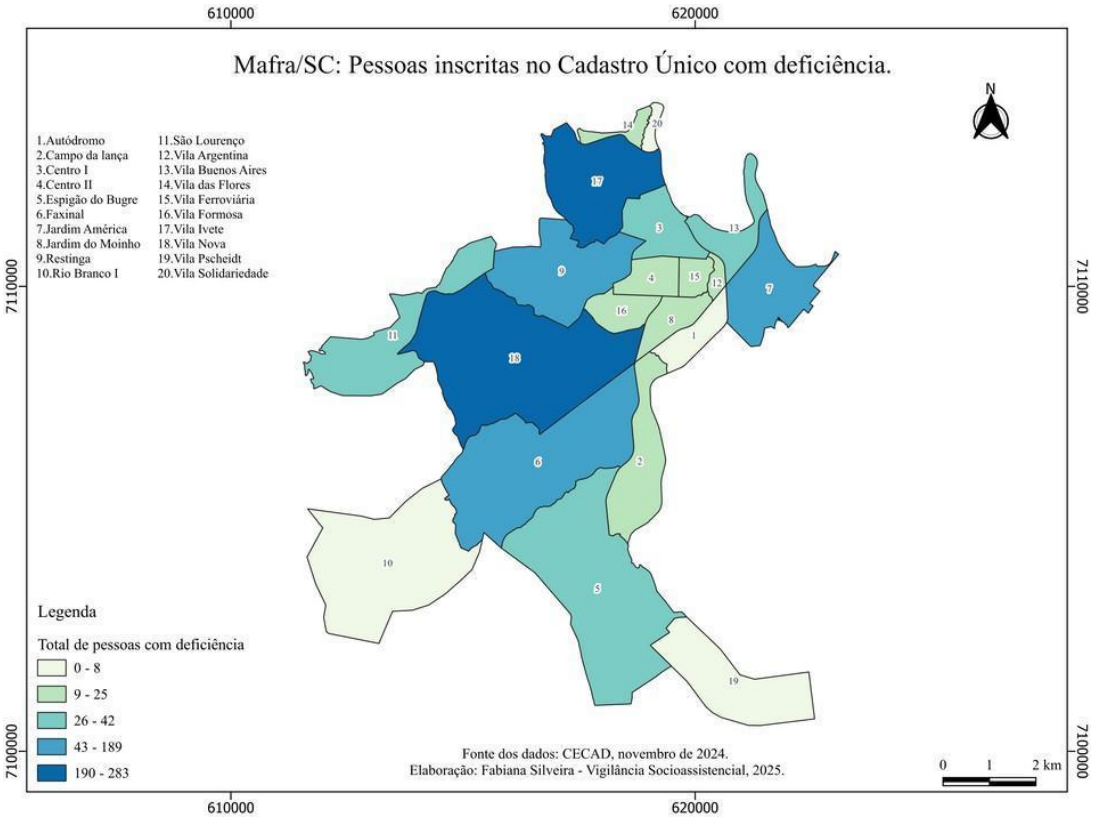


Figura 96 - Distribuição da população urbana que apresenta alguma deficiência por bairro. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024.

Do total das pessoas com deficiência, 1.056 recebem o Benefício da Prestação Continuada (BPC), sendo 97% do total de inscritos no CadÚnico. Esses dados demonstram que a inscrição de pessoas com deficiência expõe estreita relação condicional ao BPC (Figura 97). Ao mesmo tempo, o crescimento de novas inscrições observadas na Figura 95 indicam que essa população tem ampliado o acesso a esse direito garantido constitucionalmente e de suma importância para proteção social.

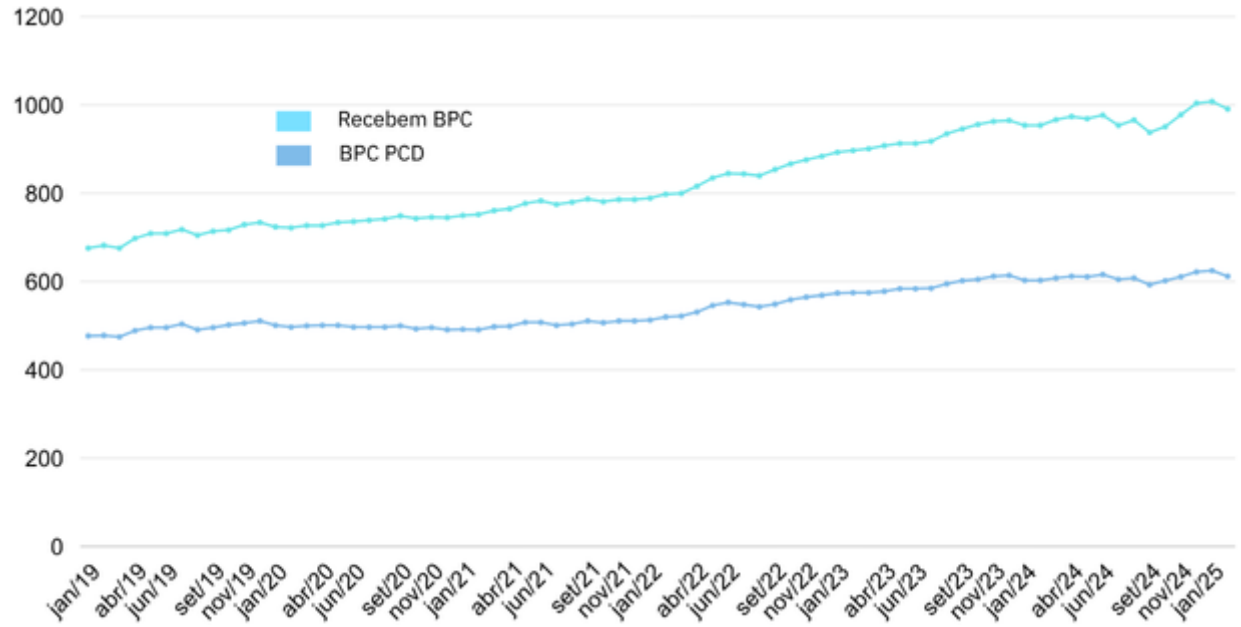


Figura 97 - Número total das pessoas inscritas no CadÚnico de agosto de 2012 a fevereiro de 2025 e que recebem BPC. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: VIS DATA 3, março de 2025.

9.5. PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA INSCRITAS NO CADASTRO ÚNICO

A Figura 98 apresenta informações de pessoas em situação de rua inscritas no CadÚnico e que recebem PBF. É possível observar o crescimento progressivo a partir de agosto de 2022, demonstrando que essa população tem ampliado seu acesso aos programas de transferência de renda. Esse processo é fundamental para a garantia da melhoria de condições de vida e de outras perspectivas para além da rua.

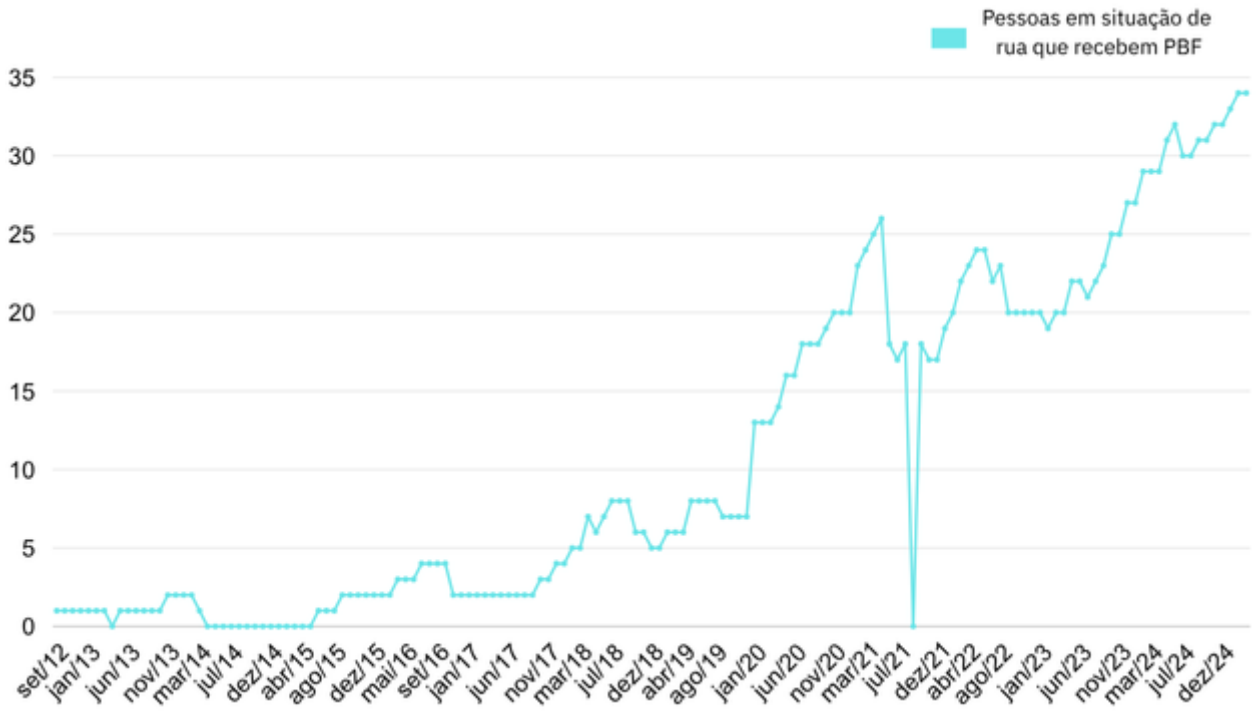


Figura 98 - Pessoas em situação de rua inscritas no CadÚnico de agosto de 2012 a fevereiro de 2025 e que recebem PBF. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: VIS DATA 3, março de 2025.

De acordo com a Figura 99, em Mafra, 85,71% das PSRs são beneficiárias do Programa Bolsa Família (Figura 99). Em julho de 2025, o Governo Federal incluiu oficialmente a população em situação de rua entre os grupos prioritários de acesso a esse programa acelerando a concessão. O Bolsa Família é de extrema importância para a população em situação de rua, pois representa uma fonte de renda e dignidade, garantia de segurança alimentar e nutricional, promoção da cidadania, além de ser a porta de entrada para outras políticas. Os desafios de acesso ao programa, por essa população ainda existem e estão relacionados com a falta de documentos básicos para o cadastro e a transitoriedade dessa população, que pode dificultar acesso aos serviços socioassistenciais.

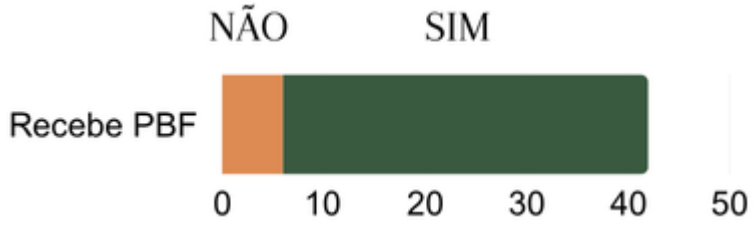


Figura 99 - População em situação de rua inscrita no CECAD que recebem o benefício Bolsa Família. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024.

Quando verificamos as pessoas em situação de rua (PSR) inscritas no cadastro, temos 42 pessoas, sendo que 78,58% são homens, acompanhando o cenário nacional, onde esse gênero corresponde à 87% do total da PSR (Brasil, 2023) (Figura 100). Os fatores que submetem os homens à situação de rua são complexos e inter-relacionados. Entre eles, destaca-se o desemprego, que relacionado à concepção de uma cultura machista onde o homem é visto como o provedor, pode levar à conflitos familiares e ao rompimento de vínculos. Ainda, o uso problemático de substâncias psicoativas, questões relativas à saúde mental, baixa escolaridade, violação de direitos e ausência de moradia são outros elementos que contribuem para o risco social e podem ser considerados como expressões da questão social (MACHADO, 2019).

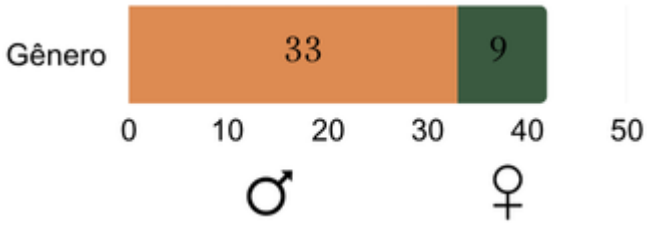


Figura 100 - *População inscrita no CECAD de acordo com o gênero. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024.*

Das pessoas em situação de rua, a maioria se considera como branca, acompanhando a predominância étnico-racial do município, conforme Figura 6 (Figura 101).

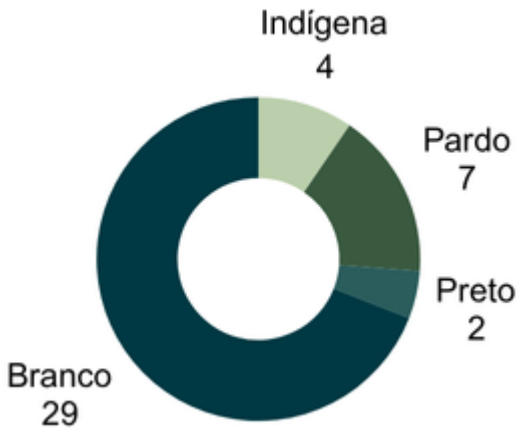


Figura 101 - *População em situação de rua por cor/raça inscrita no CECAD. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024.*

A faixa etária que se destaca entre as PSRs é de 50 a 54 anos (Figura 102). A concentração de pessoas em situação de rua nessa faixa etária revela o efeito cumulativo das vulnerabilizações sociais ao longo da vida. Trata-se, em grande parte, de sujeitos que vivenciaram trajetórias marcadas por inserções precárias no mercado

de trabalho, sem proteção previdenciária ou trabalhista, e por sucessivos processos de exclusão social. A ausência histórica de políticas públicas universais e contínuas de habitação, saúde, educação e assistência social, que iniciam sua organização a partir da Constituição Federal de 1988, contribuiu para que, com o avanço da idade e a perda da capacidade laboral, essas pessoas se vissem sem rede de apoio e sem condições de manutenção da vida digna fora da rua.

Além disso, essa faixa etária expressa uma condição de envelhecimento sem direitos garantidos: ainda não são consideradas idosas pelas políticas públicas, mas já enfrentam as limitações físicas e sociais do envelhecimento. Excluídas dos mecanismos de proteção social e do mercado de trabalho, acabam permanecendo por longos períodos em situação de rua, o que agrava o processo de vulnerabilização e evidencia a insuficiência do Estado na garantia de direitos ao longo do ciclo de vida.

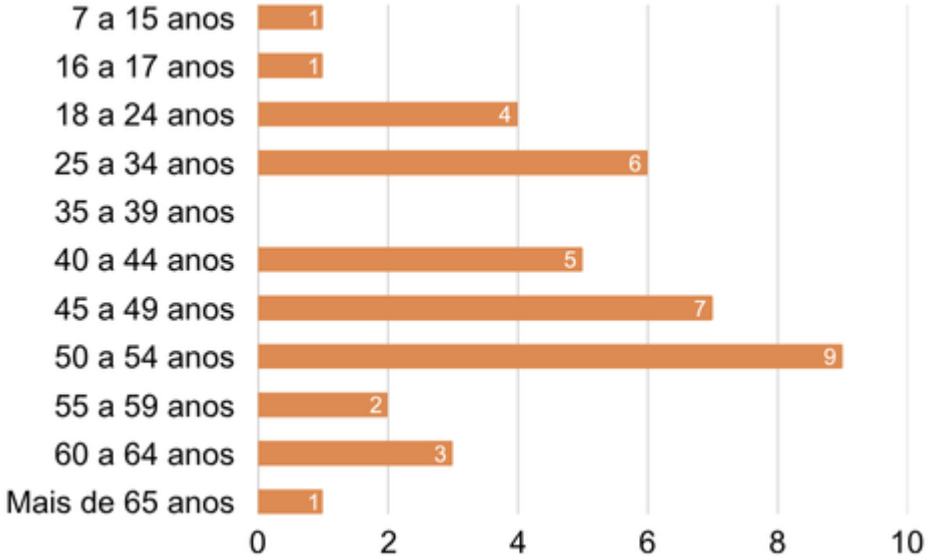


Figura 102 - *Distribuição da população em situação de rua inscrita no CECAD por faixa etária. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024.*

Quando se analisa o grau de instrução, 59,52% dos PSRs têm fundamental incompleto (Figura 103). Segundo Pinheiro et al (2024), a baixa escolaridade dessa população se intensifica progressivamente em todo país. O referido estudo aponta que há um alto índice de pessoas adultas em situação de rua que sabem ler e escrever, no entanto a grande maioria não concluiu o Ensino Fundamental, o que se alinha aos dados observados no município.

A não alfabetização e a baixa escolaridade de jovens e adultos acaba impactando negativamente e de forma decisiva em sua possibilidade de acesso a oportunidades de desenvolvimento profissional, acesso ao trabalho protegido, melhoria de suas condições de vida, desenvolvimento de seu pleno potencial e garantia

dos seus direitos e na sua participação cidadã na sociedade (Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Plano Nacional Ruas Visíveis, 2023).

Importa ressaltar que a educação para a PSR ganhou destaque apenas em 2009 com a implementação da Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua (Pinheiro et al, 2024). Contudo, ainda se identifica grandes desafios para a efetivação desse direito, dado as poucas ações que ocorrem de forma fragmentada, culminando em um processo de exclusão educacional e negação desse direito (Pinheiro et al, 2024). Nesse sentido, para enfrentar esse cenário estrutural de desigualdade, torna-se necessário o desenvolvimento de políticas públicas que assegurem o direito à educação de forma igualitária, e a qualificação profissional de acesso facilitado.

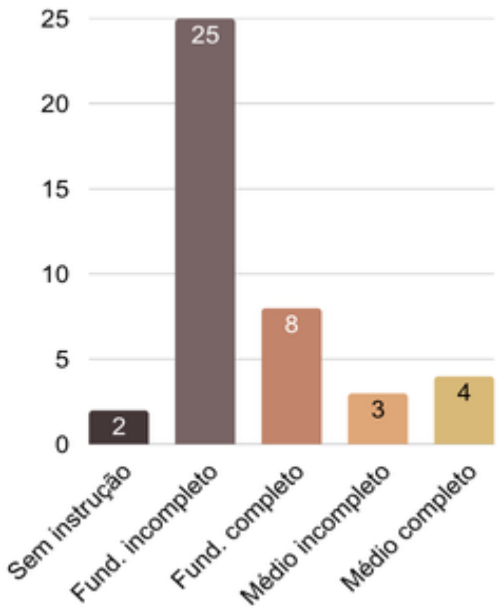


Figura 103 - *Distribuição da população em situação de rua inscrita no CECAD de acordo com o grau de instrução. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024.*

Cerca de 38% das pessoas em situação de rua estão até 6 meses nessa condição (Figura 104). Pode-se analisar que as pessoas em situação de rua que permanecem nessa situação por até 6 meses, em geral, porque apresentam um ingresso recente nessa condição, decorrente de eventos abruptos que fragilizaram sua estrutura de vida. Entre os principais fatores podem estar a perda de emprego ou renda, o rompimento de vínculos familiares, conflitos domésticos e a ausência de suporte social imediato.

Ainda assim, a curta permanência não significa ausência de vulnerabilidade, mas evidencia a fragilidade das redes de proteção social e a insuficiência de respostas rápidas do poder público para apoiar indivíduos e famílias frente às vicissitudes da vida, bem como evitar o agravamento das situações e a cronificação da vivência nas ruas.

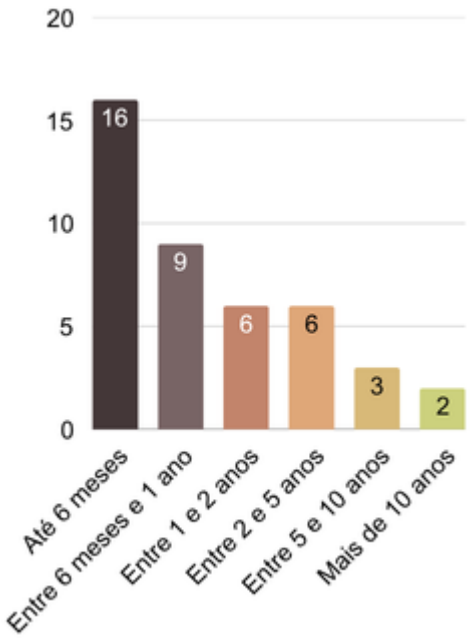


Figura 104 - *Tempo em que a população em situação de rua inscrita no CECAD está na rua. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024.*

Entre os motivos que as PSRs informaram por estar nessa condição, 54,76% afirmaram ser por problemas familiares (Figura 105). Conforme já discutido nos gráficos anteriores, os principais motivos que levam uma pessoa a estar em situação de rua, estão relacionados a conflitos familiares e ruptura de vínculos, que resultam na perda de suporte material e emocional que poderia garantir o direito ao domicílio. A insuficiência de políticas públicas de mediação desses conflitos familiares, bem como de programas habitacionais, que como destacado, são gatilhos diretos para o ingresso na rua, expõem a urgência do fortalecimento das redes de proteção e das políticas de convivência e fortalecimento de vínculos.

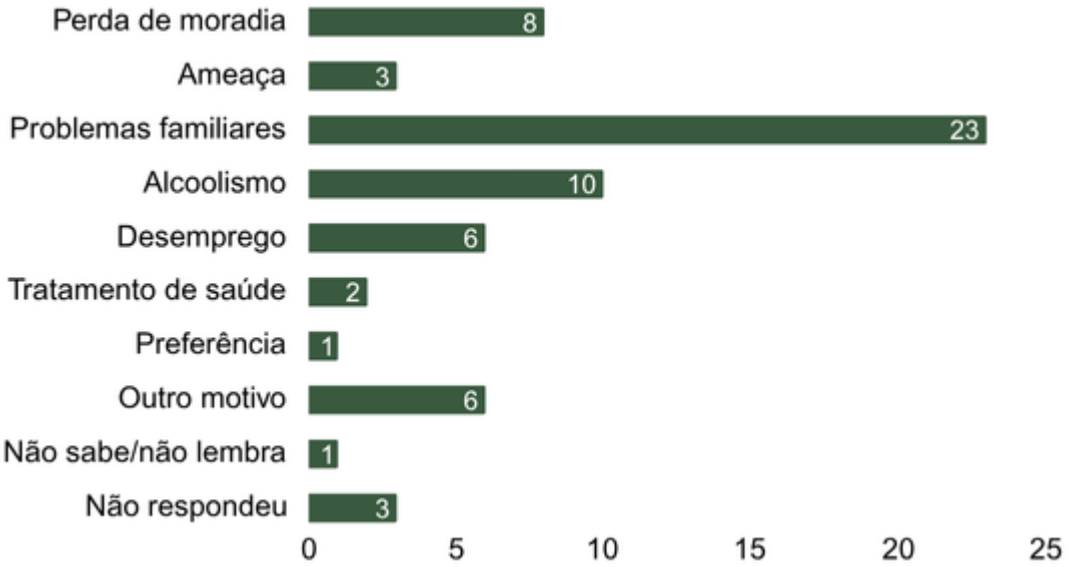


Figura 105 - *Motivo da população em situação de rua inscrita no CECAD estarem em situação de rua. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024.*

O resultado do processo acima discutido pode ser observado na Figura 106, que aponta que cerca de 85,71% das pessoas em situação de rua não vivem com a família nas ruas, e na Figura 107 que expõe que 52,38% dessa população não tem contato com parente fora da situação de rua.

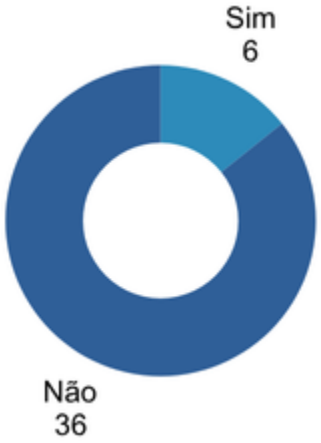


Figura 106 - *População em situação de rua inscrita no CECAD que vivem com sua família na rua. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024.*

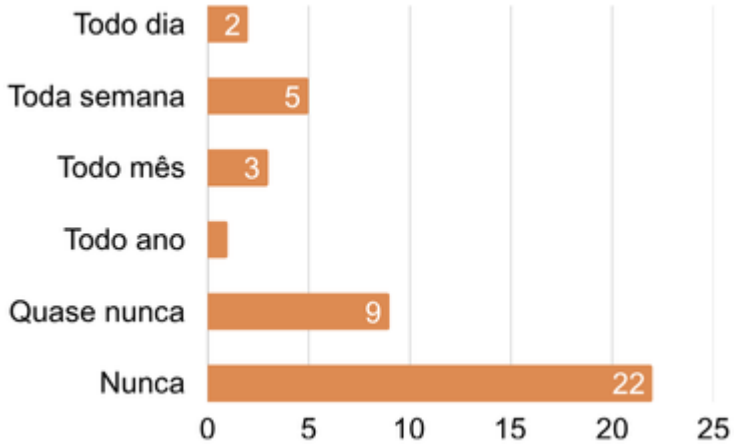


Figura 107 - *Contato com parente fora da situação de rua da população em situação de rua inscrita no CECAD. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024.*

Em relação à cidade e estado de nascimento das PSRs, tem-se que cerca de 35,4% nasceram em Mafra e 45,23% nasceram em Santa Catarina (Figura 108). Das pessoas em situação de rua, 45,23% vivem na cidade há mais de 10 anos (Figura 109). Esses dados apontam a incoerência de um discurso popularmente difundido de que as pessoas em situação de rua são de outros estados, delimitando-os, de forma preconceituosa, como não pertencentes à população daquela localidade.

A permanência de pessoas em situação de rua no estado onde nasceram resulta da combinação de fatores sociais, econômicos, psicológicos e estruturais. Muitos mantêm vínculos afetivos e de pertencimento com o território, conhecem os espaços de sobrevivência e acesso a serviços, e, por isso, preferem permanecer em um ambiente familiar. Além disso, o estigma social, a discriminação institucional e questões relacionadas à saúde mental e à dependência química dificultam o rompimento com o ciclo de vulnerabilidade. Esses elementos, somados às raízes estruturais da pobreza e à exclusão social, contribuem para que a maioria das pessoas em situação de rua continue vivendo no mesmo território em que nasceu.

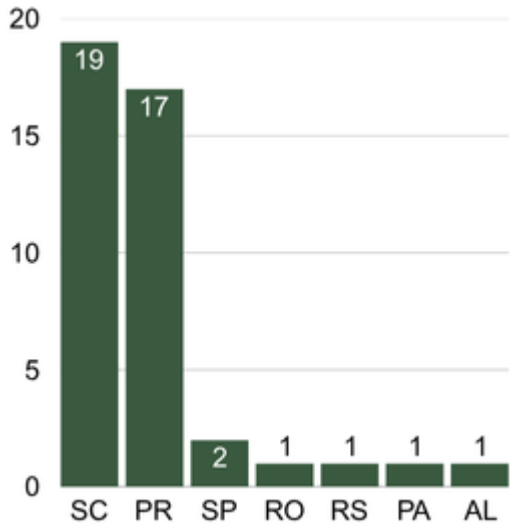


Figura 108 - *Distribuição da população em situação de rua inscrita no CECAD de acordo com o estado de nascimento. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024.*

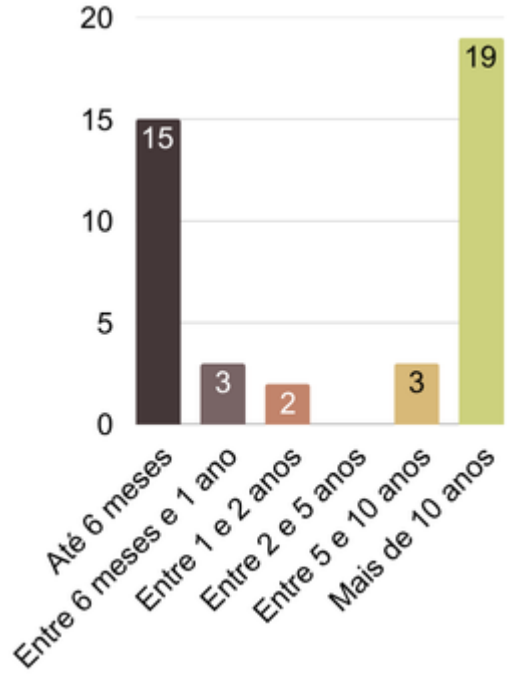


Figura 109 - *Período de tempo em que a população em situação de rua inscrita no CECAD reside em Mafra. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024.*

Quando questionados se já tiveram carteira assinada, 76,19% afirmaram que já tiveram (Figura 110). Esses dados contrariam o estigma socialmente imposto à população em situação de rua, que os define como ociosos e economicamente inativos. O gráfico expõe que o fenômeno da PSR é complexo e estrutural ligado

à diversas causas que ultrapassam a ausência ou presença de trabalho formal, apontando para necessidade de políticas públicas amplas e inter-relacionadas.

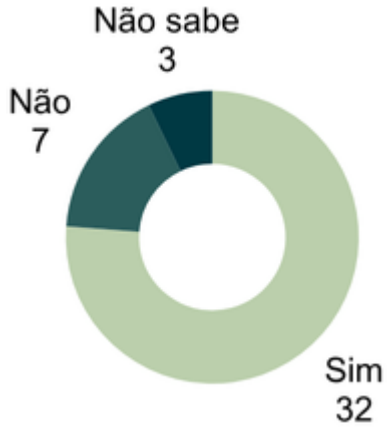


Figura 110 - *População em situação de rua inscrita no CECAD com carteira assinada. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024.*

Cerca de 28,57% de pessoas em situação de rua afirmaram obter dinheiro como pedintes (Figura 111). Esse dado demonstra que grande parte da população em situação de rua obtém sua renda por meio de doações espontâneas da sociedade e atividades informais de sobrevivência, com pequenos serviços, venda ou prestação de ajuda em troca de contribuições. Essa forma de obtenção de renda está diretamente relacionada à exclusão do mercado formal de trabalho, resultante de fatores como baixa escolaridade, ausência de documentação, discriminação e falta de oportunidades de inserção produtiva.

Essas atividades informais configuram estratégias de subsistência diante da ausência de condições materiais e do enfraquecimento dos vínculos familiares e comunitários. No entanto, a renda obtida por esses meios é instável e insuficiente para garantir condições dignas de vida, o que reforça a vulnerabilidade e a necessidade de políticas públicas de proteção social. Assim, a prevalência de rendas oriundas de doações não reflete uma escolha individual, mas a expressão da pobreza extrema e da exclusão estrutural que marcam a realidade das pessoas em situação de rua.

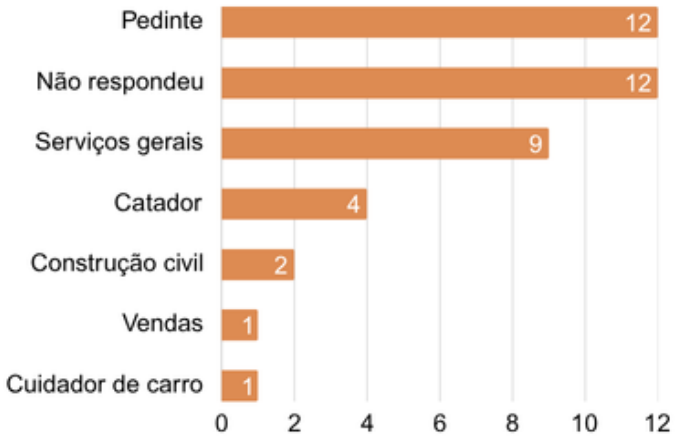


Figura 111 - *População em situação de rua inscrita no CECAD e formas de obter dinheiro. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024.*

Em torno de 16,66% das pessoas em situação de rua apresentam algum tipo de deficiência (Figura 112). Algumas pessoas apresentam mais de um tipo de deficiência. A deficiência física e as questões relativas à saúde mental foram as que mais se destacaram (Figura 113). Motta et al, 2023, expõem que pessoas com deficiência sofrem muita discriminação, visto que a sociedade não está capacitada e aberta para acolher este grupo e praticar a inclusão social. Considerando o cenário em condição de rua, a vulnerabilidade é ainda mais grave, pois há uma discriminação pelas duas situações: dificuldades no mercado de trabalho, dificuldades de acessibilidade e mobilidade, dificuldades básicas como o que comer, beber, vestir e higiene mínima, dentre outros aspectos.

Nesse cenário, importa destacar que esse público pode, por direito, acessar o BPC. Contudo pode haver dificuldades dada às inúmeras exigências de laudos médicos para comprovar a deficiência, e frequentemente esses documentos se perdem ao longo dos anos pela inexistência de um lar seguro (Ministério da Cidadania, 2019). Diante desse contexto, destaca-se a necessidade de articulação das políticas de saúde e assistência social para garantir o acesso dessa população, duplamente vulnerabilizada, ao que lhe é direito.

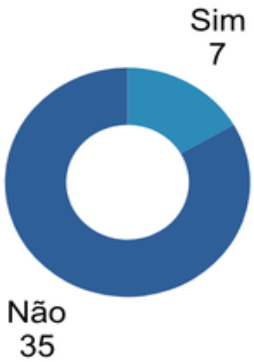


Figura 112 - *População em situação de rua inscrita no CECAD com algum tipo de deficiência. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024.*

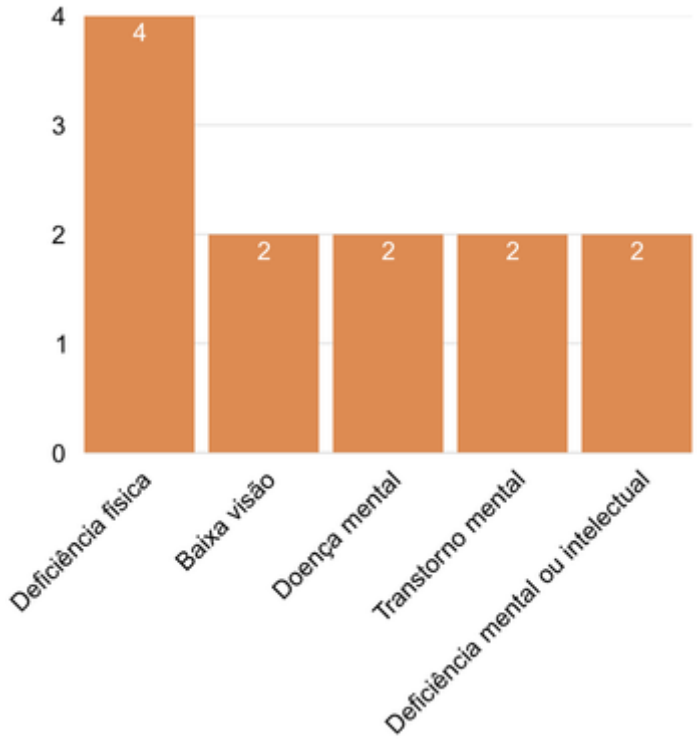


Figura 113 - *Descrição do tipo de deficiência da população em situação de rua inscrita no CECAD. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024.*

9.6. POPULAÇÃO INDÍGENA INSCRITA NO CADASTRO ÚNICO

Das pessoas inscritas no cadastro, temos 112 indígenas sendo que 51,78% são do gênero feminino (Figura 114).



Figura 114 - *População indígena inscrita no CECAD de acordo com o gênero. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024.*

A faixa etária com maior número de inscritos no cadastro é entre 7 a 15 anos, o que representa 27,67% do total de indígenas inscritos (Figura 115), acompanhando a tendência nacional já debatida na Figura 74.

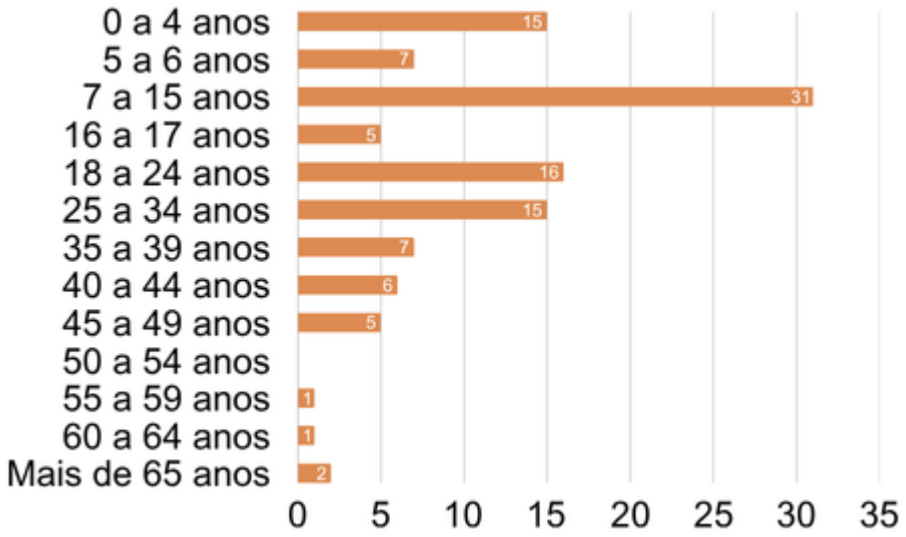


Figura 115 - *Distribuição da população indígena inscrita no CECAD por faixa etária. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024.*

Cerca de 56,25% da população indígena inscrita no Cadastro tem renda zero e 88,39% têm renda de até R$218,00 per capita mensal. Do total da população indígena com cadastro, 90,17% é beneficiária do Programa Bolsa Família.

Observa-se uma alta incidência de renda zero e baixa renda entre a população indígena, o que reflete os processos históricos de exclusão, discriminação e desterritorialização vivenciados por esses povos. Dados do Censo 2022, divulgados em outubro de 2025, evidenciaram essa realidade, mostrando que o rendimento médio dos indígenas é o mais baixo do país. A limitação no acesso a oportunidades de trabalho, educação e políticas de inclusão produtiva resulta em condições persistentes de vulnerabilidade socioeconômica.

Esse processo torna-se ainda mais evidente quando se verifica o nível de escolaridade, onde 32,14% não tem nenhuma instrução (Figura 116).

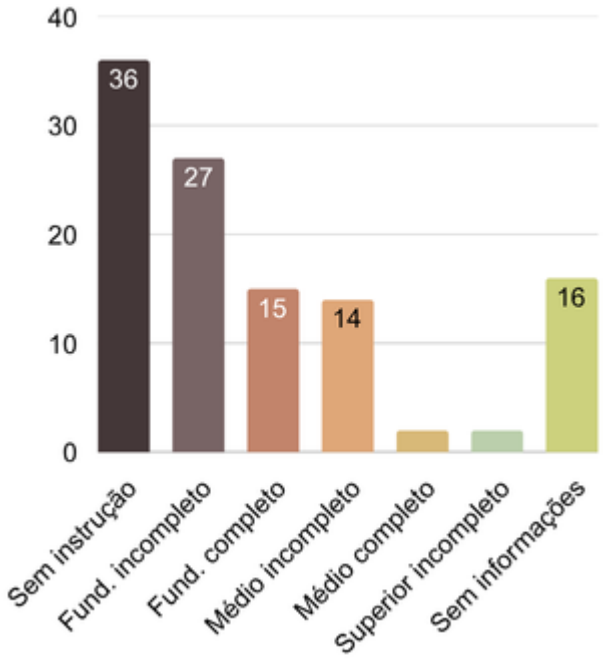


Figura 116 - *Distribuição da população indígena inscrita no CECAD de acordo com o grau de instrução. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024.*

Foi constatado que 12,5% dos indígenas inscritos no cadastro nasceram em Mafra. Em torno de 67,85% dos indígenas nasceram no estado de Santa Catarina (Figura 117), indicando que pertencem à população e suas especificidades precisam ser consideradas na construção de políticas públicas garantindo seu reconhecimento como cidadãos.

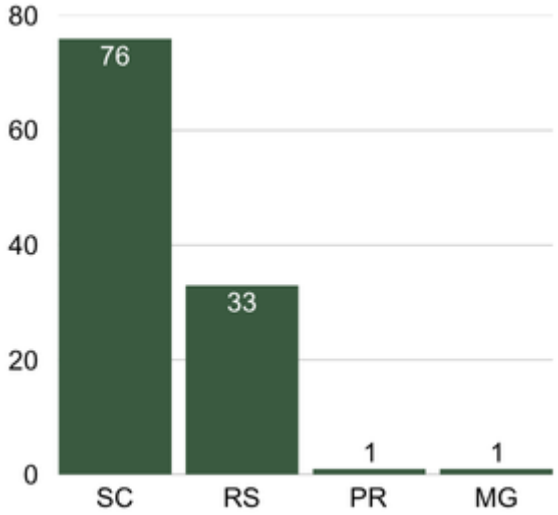


Figura 117 - *Distribuição da população indígena inscrita no CECAD de acordo com o estado de nascimento. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024.*

9.7. IMIGRANTES INSCRITOS NO CADASTRO ÚNICO

Quando verificamos o número de imigrantes inscritos no Cadastro, temos 104 pessoas, sendo que 50% é do gênero feminino. Desse total, 77,88% são oriundos da Venezuela (Figura 118). A migração da Venezuela para o Brasil iniciou em 2015, sendo impulsionada pela crise socioeconômica, política e social no referido país. Jarochinski, 2020, afirma que, além de melhores condições de regularização migratória e atendimento em Pacaraima, principal entrada no Brasil, o controle estatal e o aumento de burocracia em outros países sul-americanos vêm desestimulando a ida de venezuelanos para esses lugares, tornando o Brasil o país de preferência dos imigrantes venezuelanos. Ainda, segundo informações da Operação Acolhida de 2023, Santa Catarina foi o estado que mais acolheu imigrantes venezuelanos nos últimos cinco anos, cenário que se reflete também no município.

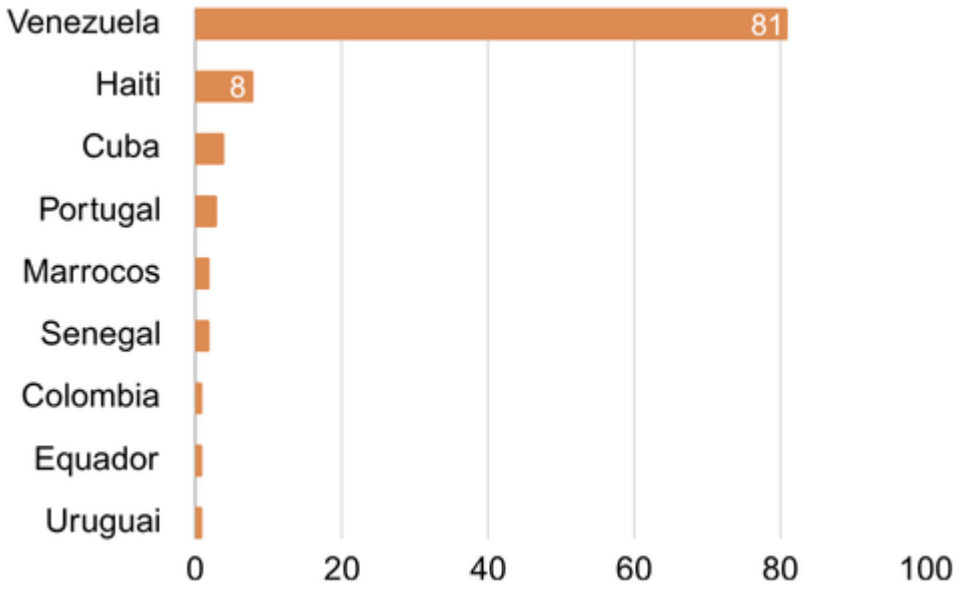


Figura 118 - *Distribuição da população de imigrantes inscrita no CECAD de acordo com o país de origem. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024.*

Do total de imigrantes do cadastro, temos 42,30% que não tem nenhuma renda e 52 pessoas tem entre renda zero e até R$218,00 per capita mensal. Cerca de 40,38% do total de imigrantes cadastrados recebem o benefício Bolsa Família. Esses indicadores mostram desafios significativos relacionados à renda entre a população imigrante. Esses desafios podem estar associados ao fato de que grande parte dessas pessoas vêm de países que enfrentam crises econômicas, sociais e políticas, conforme Figura 118.

Somado a isso, imigrantes, sendo pessoas pretas ou pardas, como ocorre no caso da população vinda da Venezuela, podem enfrentar barreiras estruturais para acessar ocupações com melhores salários e condições de trabalho, como a dificuldade com o idioma e a revalidação dos diplomas, independentemente de suas

qualificações formais. Essa realidade evidencia um contexto de vulnerabilidades interseccionais, que envolve tanto a condição imigratória quanto questões étnico-raciais, apontando para a necessidade da elaboração de políticas públicas voltadas à essa parcela da população.

A faixa etária que se destaca dos imigrantes inscritos é entre 25 a 34 anos, o que representa 20,19% do total (Figura 119). Esse dado indica que o grupo majoritário é composto por adultos jovens, fase da vida geralmente marcada pela entrada e consolidação no mercado de trabalho, formação familiar e busca por estabilidade econômica e social.

A presença significativa de pessoas nessa faixa etária pode sugerir que o processo imigratório está relacionado à busca por melhores condições de emprego, renda e qualidade de vida, bem como à tentativa de construção de novos projetos de vida em um território que ofereça maiores oportunidades, conforme analisado pela Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família de Santa Catarina. Esse perfil etário também reforça a importância de políticas públicas que promovam inclusão produtiva, acesso a direitos e integração social, considerando as potencialidades e demandas específicas desse público.

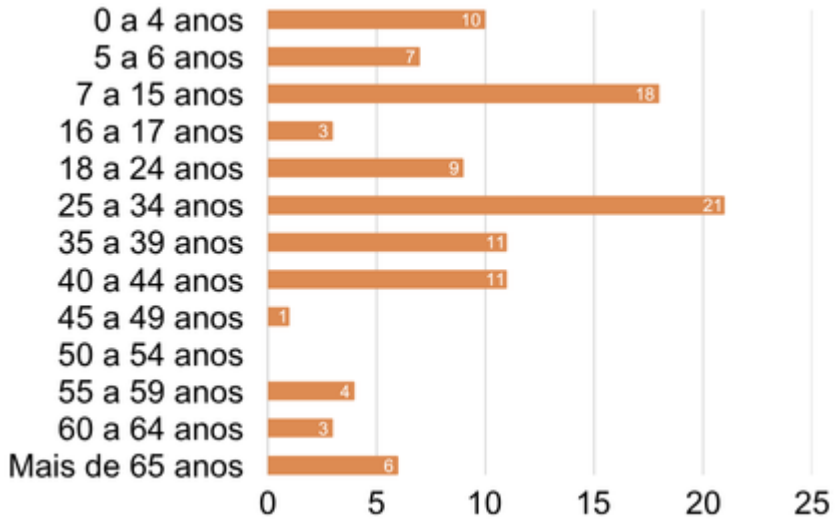


Figura 119 - *Distribuição da população de imigrantes inscrita no CECAD de acordo com a faixa etária. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024.*

Os bairros em que há uma maior distribuição de imigrantes são Vila Ivete e Centro I (Figura 120). Esse padrão de distribuição territorial pode estar associado à oferta de moradias com valores mais acessíveis nesses locais, o que tende a atrair famílias que estão em processo de inserção socioeconômica no município. Além disso, a escolha por esses territórios pode estar relacionada à proximidade de oportunidades de trabalho, dada presença de empresas relevantes no cenário socioeconômico do município, bem como de creches em período integral que possibilitam apoio às famílias.

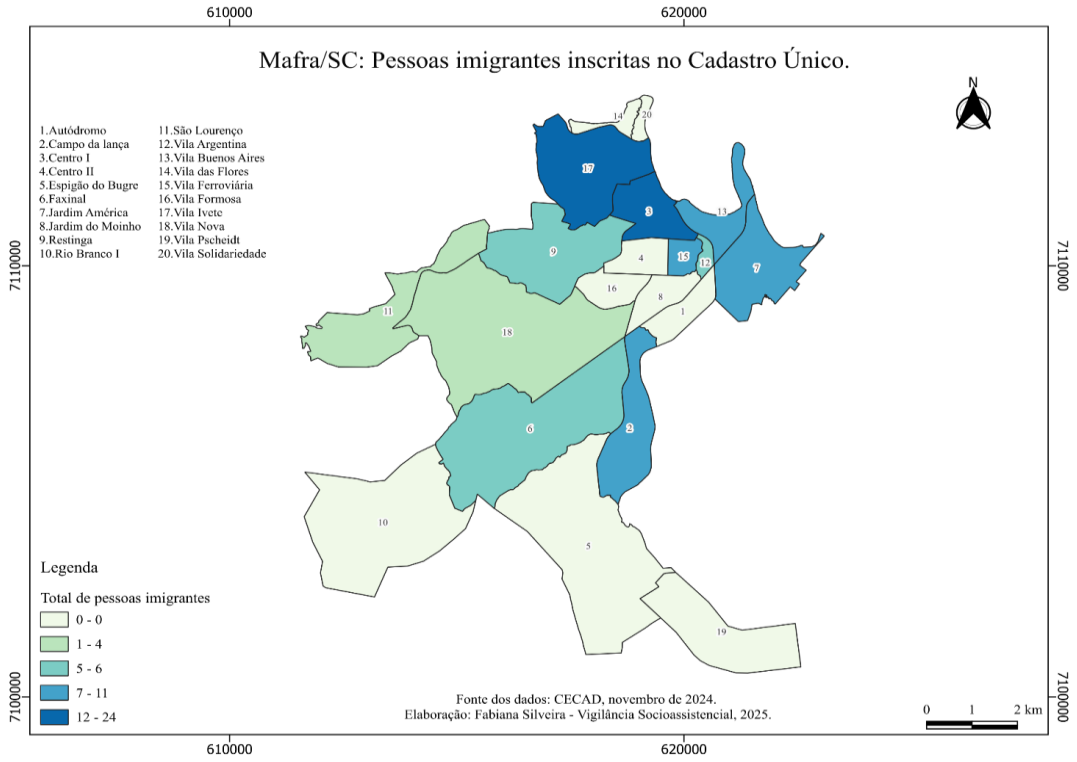


Figura 120 - *Distribuição da população urbana de imigrantes por bairro. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024.*

9.8. CADÚNICO - DADOS CRAS MARIA JOSÉ PINTO DA SILVA

Quando analisamos os dados da população inscrita no Cadastro de 13.160 pessoas, 3.675 pessoas estão inscritas nesse CRAS, o que corresponde a 27,92%, sendo que desse valor 58,36% são do gênero feminino (Figura 121). É importante ponderar que o território da Vila Ivete concentra uma área com altos índices de situações de vulnerabilidade social, conforme discutido no Figura 49. Por sua vez, a predominância de pessoas do gênero feminino segue a diretriz do governo federal, conforme exposto na Figura 80, de forma a valorizar o protagonismo feminino no gerenciamento familiar.



Figura 121 - *Distribuição por gênero da população inscrita no Cadastro Único e atendida pelo CRAS Maria José Pinto da Silva, Mafra, SC. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024.*

A faixa etária que mais se destaca dos inscritos neste CRAS é entre 7 a 15 anos (Figura 122). A predominância dessa faixa etária está de acordo com os dados gerais do CadÚnico no município conforme Figura 74.

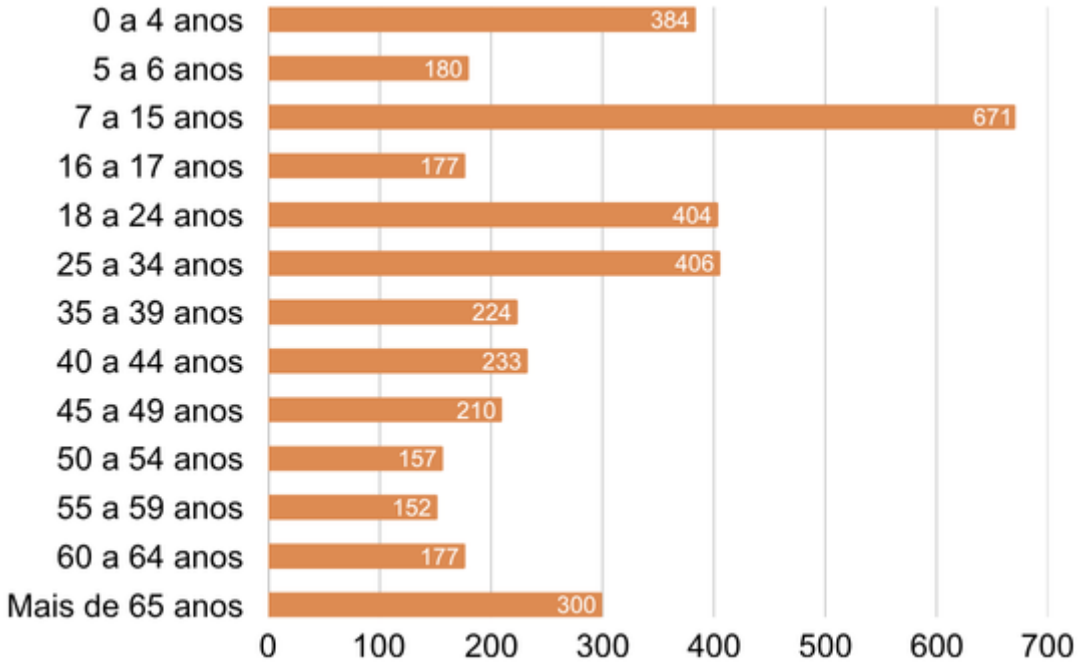


Figura 122 - *Faixa etária da população atendida pelo CRAS Maria José Pinto da Silva, Mafra, SC. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024.*

Das pessoas inscritas no CadÚnico que residem na área abrangida pelo CRAS MJPS, 601 têm renda zero o que corresponde 4,56% do total de inscritos em todo o município e a 16,35% dos inscritos apenas desse CRAS de referência (Figura 123).

Quando analisamos as pessoas que têm renda entre zero e até R$218,00 per capita mensal, temos 1.351 pessoas, o que corresponde a 10,26% do total de inscritos em todo o município e a 27,86% dos inscritos neste CRAS de referência.

Nesse sentido, identifica-se que 27,86% dos inscritos em CadÚnico nessa área de abrangência vivenciam uma acentuada vulnerabilidade socioeconômica, estando abaixo da linha da extrema pobreza, conforme critérios utilizados para políticas federais de transferência de renda. Esses dados reforçam o caráter prioritário desse território para atuação das políticas públicas de assistência social, inclusão produtiva, qualificação profissional, acesso à trabalho protegido e digno, lazer, cultura e educação.

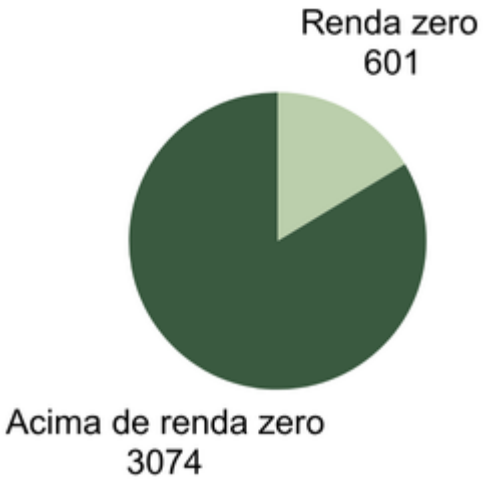


Figura 123 - *População atendida pelo CRAS Maria José Pinto da Silva, Mafra, SC com renda zero. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024.*

Do total de inscritos no CRAS MJPS, 42,34% são beneficiários do Programa Bolsa Família (Figura 124). Esse dado dialoga com a informação apresentada na figura anterior, na qual 27% da população desse território encontra-se abaixo da linha de extrema pobreza. Tal correspondência pode indicar que o público em situação de maior vulnerabilidade tem acessado os Programas de Transferência de Renda do Governo Federal, garantindo, assim, o acesso mínimo à renda e contribuindo para a ampliação da proteção social. Além disso, os dados evidenciam a efetividade e a potência do CRAS MJPS no trabalho social com famílias e territórios, reafirmando a relevância desse serviço como porta de entrada do SUAS e como espaço estratégico na materialização dos direitos socioassistenciais.

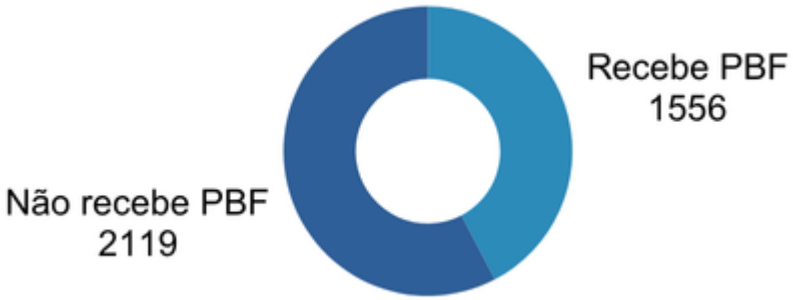


Figura 124 - *População atendida pelo CRAS Maria José Pinto da Silva, Mafra, SC que recebem ou não o PBF. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024.*

9.9. CADÚNICO - DADOS CRAS CENTRAL

Do total das pessoas inscritas no CadÚnico, 9485 pessoas estão no CRAS Central, sendo que desse valor 55,29% são do gênero feminino (Figura 125). O número ampliado de usuários referenciados ao CRAS

Central, quando comparado ao CRAS MJPS, está diretamente relacionado com a sua maior área de abrangência. Por sua vez, a predominância de pessoas do gênero feminino segue a diretriz do governo federal, conforme exposto na Figura 80, como forma de valorizar o protagonismo feminino no gerenciamento familiar.



Figura 125 - *Distribuição por gênero da população atendida pelo CRAS Central, Mafra, SC. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024.*

A faixa etária que se destaca é entre 7 a 15 anos das pessoas inscritas no CadÚnico (Figura 126). A predominância dessa faixa etária está de acordo com os dados gerais do CadÚnico no município conforme Figura 74.

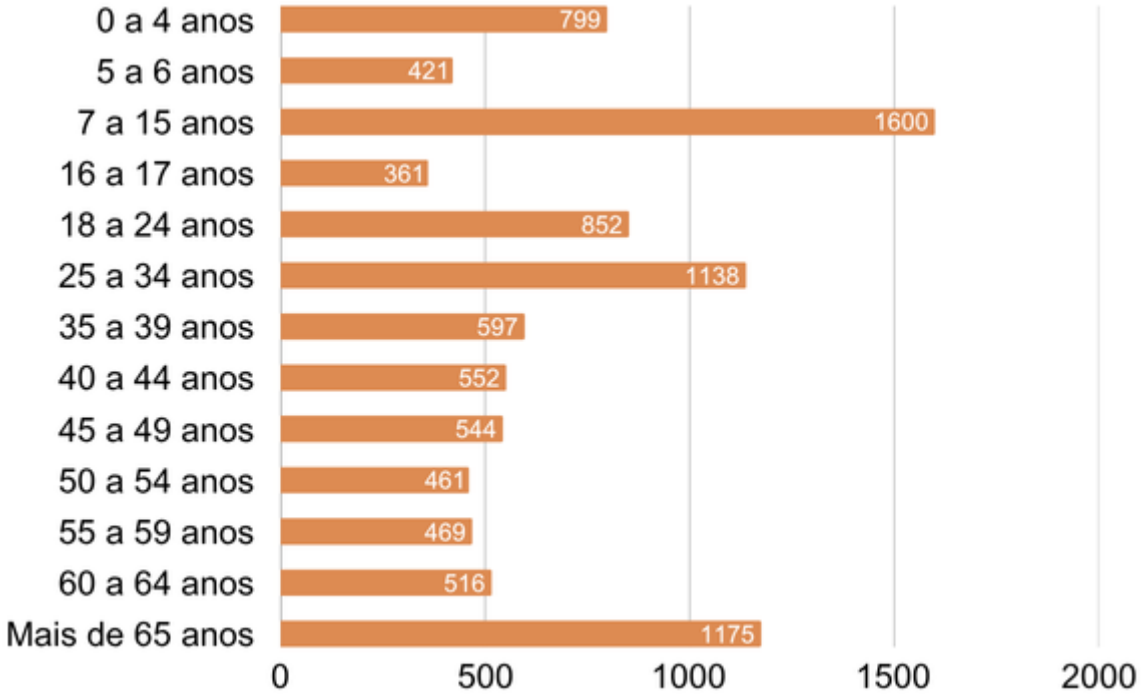


Figura 126 - *Faixa etária da população atendida pelo CRAS Central, Mafra, SC. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024.*

Das pessoas inscritas no CadÚnico e que residem na área abrangida pelo CRAS Central, 1.836 tem renda zero, o que corresponde 19,35% dos inscritos apenas neste CRAS de referência (Figura 127). Quando

analisamos as pessoas que têm renda mensal entre zero e até R$218,00 per capita, tem-se 3.178 pessoas, o que significa 33,50% dos inscritos neste CRAS de referência e 24,14% em relação aos inscritos totais do CadÚnico.

Assim, no CRAS Central 33,50% dos inscritos em CadÚnico estão abaixo da linha da extrema pobreza, sendo um valor superior ao observado no CRAS MJPS. Esses dados reforçam a necessidade de elaboração de políticas públicas e ampliação das unidades públicas de assistência social territorializadas, dada a grande área de abrangência deste CRAS.

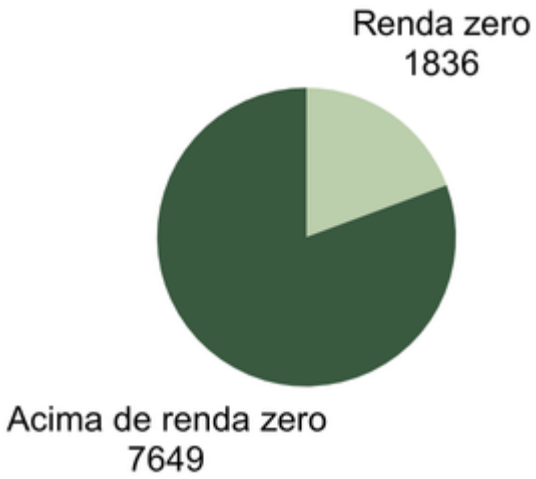


Figura 127 - *População atendida pelo CRAS Central, Mafra, SC com renda zero. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024.*

Do total de inscritos no CRAS Central, 35,38% são beneficiários do Programa Bolsa Família (Figura 128). Esse dado indica que uma parcela significativa da população em situação de vulnerabilidade tem acessado os Programas de Transferência de Renda do Governo Federal, o que contribui para a garantia de renda mínima e para o fortalecimento da proteção social no território.



Figura 128 - *População atendida pelo CRAS Central, Mafra, SC que recebem ou não o PBF. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024.*

10. VIS DATA E PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

10.1. VIS DATA

O VIS DATA, ferramenta de Visualização de Dados Sociais, oferece indicadores dos programas mais relevantes do MDS. É possível acessar e baixar dados, explorar informações detalhadas e visualizar em formato de mapa (Governo Federal, 2025).

10.2. PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

A partir da Figura 129 é possível observar uma retração significativa no número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família a partir de 2018. Vários fatores podem explicar esse cenário. Em primeiro lugar, houve uma política de transição e reformulação dos programas de transferência de renda, por exemplo, mudanças no programa ou substituição por outro, que podem ter ocasionado uma interrupção temporária ou redução da cobertura. Somado à isso, a redução do repasse de recursos à Política de Assistência Social e aos Programas de Transferência de Renda, que segundo Júlia Schiaffarino (2022), sofreu uma redução de mais de 70% nos repasses, que caiu de R$3 bilhões, em 2019, para R$910 milhões em 2021.

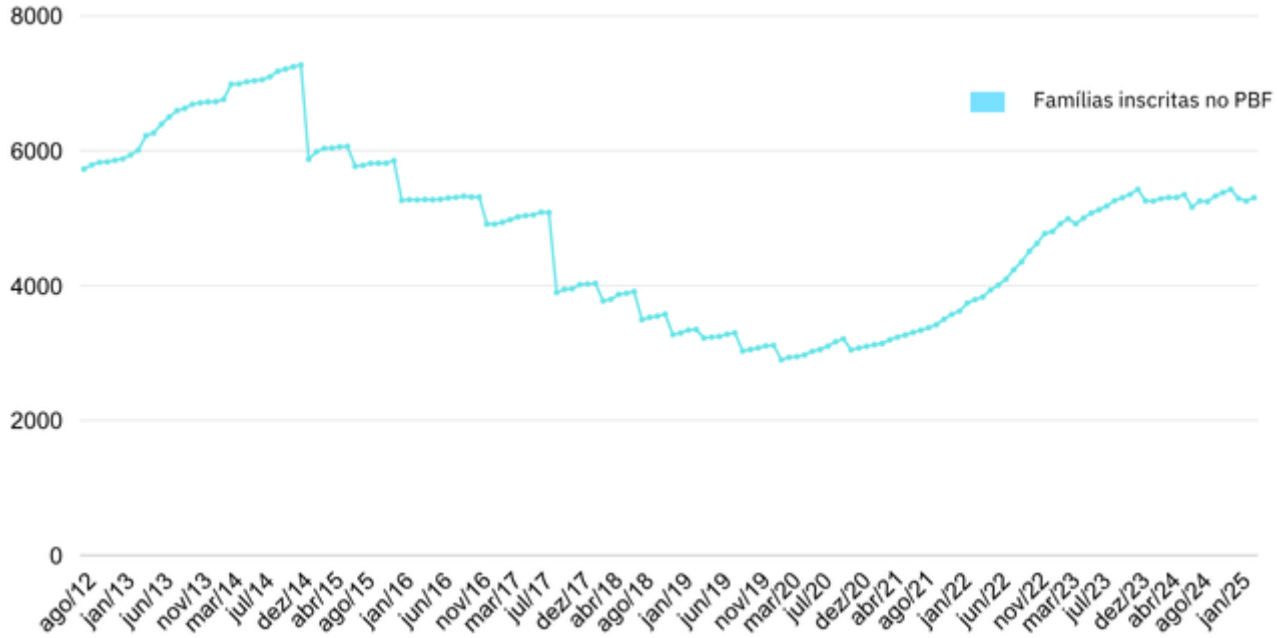


Figura 129 - Distribuição de famílias inscritas no Bolsa Família entre agosto de 2012 a janeiro de 2025. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: VIS DATA 3, abril de 2025.

A Figura 130 apresenta a variação no número de pessoas beneficiárias dos Programas Bolsa Família e Auxílio Brasil ao longo dos anos. Observa-se uma oscilação significativa nesse período. Até outubro de 2021, destaca-se um pico expressivo em dezembro de 2013, com 6.696 pessoas beneficiárias. Entre novembro de

2021 e fevereiro de 2023, durante a vigência do Auxílio Brasil, o maior número de beneficiários foi registrado em dezembro de 2022, totalizando 4.537 pessoas. A partir de março de 2023, com o retorno do Programa Bolsa Família, verificou-se novo crescimento, atingindo em janeiro de 2025 o pico de 5.324 beneficiários. Ressalta-se que esse movimento acompanha o mesmo processo apresentado na Figura 129.

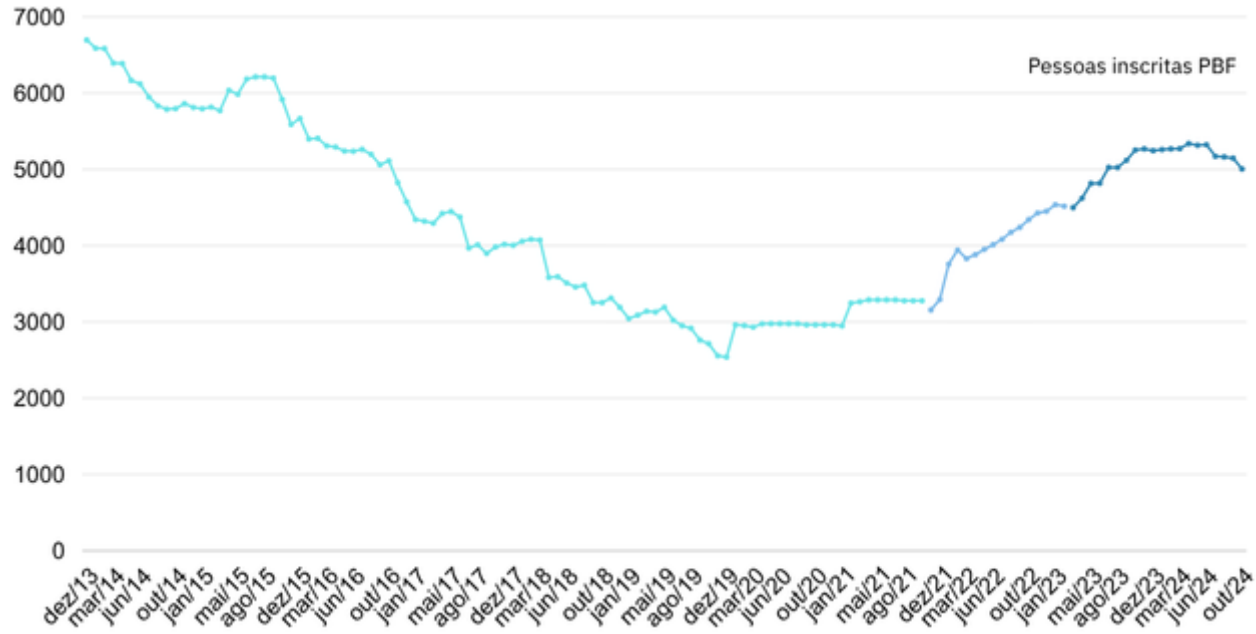


Figura 130 - *Distribuição de pessoas beneficiárias do Bolsa Família de dezembro de 2013 até outubro de 2021; de novembro de 2021 até fevereiro de 2023 no benefício Auxílio Brasil; de março de 2023 até janeiro de 2025 beneficiários do Bolsa Família novamente. Elaboração: Fabiana Silveira – Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: VIS DATA 3, fevereiro de 2025.*

Do total de inscritos no CadÚnico, 4.912 pessoas são beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), o que representa 37,32% da população inscrita no cadastro e 8,88% da população total de acordo com o Censo de 2022. Das pessoas que recebem PBF, 85,32% estão na área urbana e novamente os bairros Vila Ivete e Vila Nova são os que se destacam (Figura 131). Esses dados denotam a urgência da atuação das políticas públicas nesses territórios.

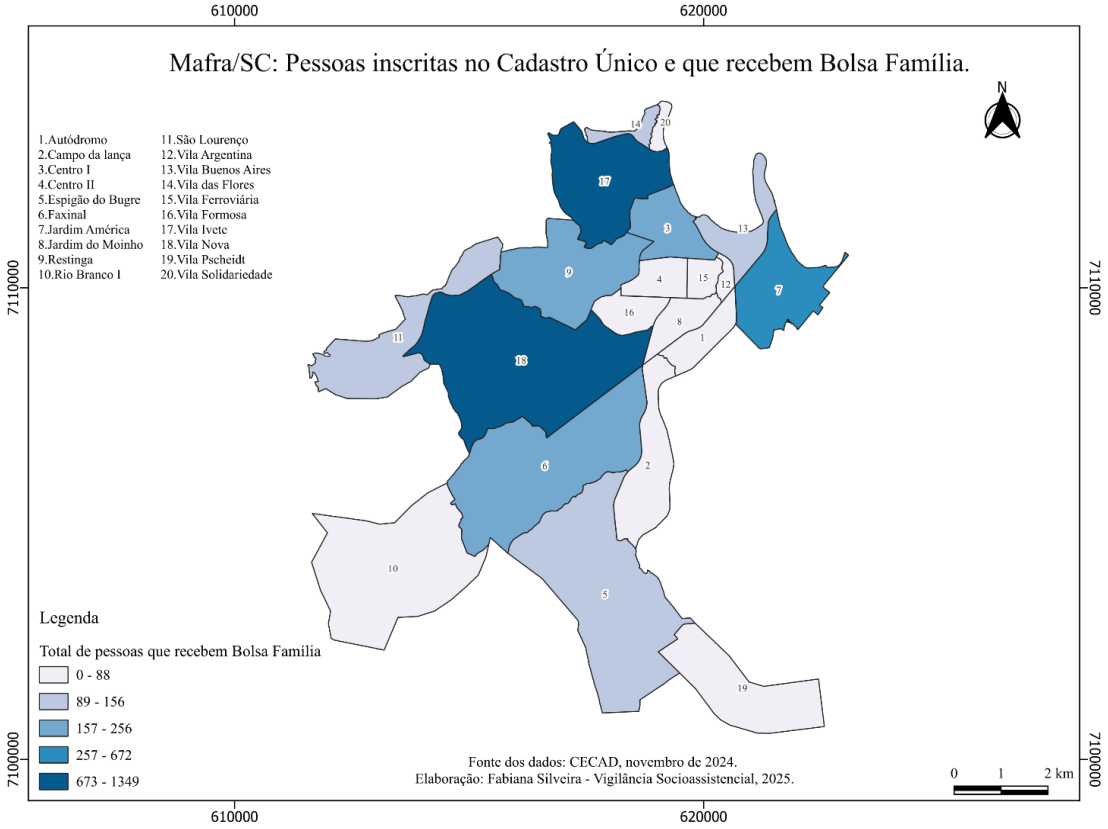


Figura 131 - *Distribuição da população urbana que recebem benefício Bolsa família por bairro. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados: CECAD, novembro de 2024.*

11. OBJETIVOS

11.1. OBJETIVO GERAL

Fortalecer a Política de Assistência Social em Mafra/SC garantindo aos seus usuários a oferta e ampliação dos serviços, programas e benefícios, com qualidade e resultados efetivos, através de equipes de referência e unidades públicas de Assistência Social reestruturadas e do fortalecimento das instâncias de Controle Social.

11.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

I) Fortalecer o SUAS, através da execução dos programas, serviços e benefícios, reafirmando as competências e atribuições de cada nível de proteção social;
II) Garantir condições técnicas e operacionais para o pleno funcionamento do SUAS;
III) Fomentar a articulação intersetorial, intensificando o trabalho em rede;
IV) Reafirmar junto aos Entes Federados as responsabilidades de financiamento e cofinanciamento das ações relativas à política de Assistência Social;
V) Consolidar o papel do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) no que se refere ao poder de deliberação, fiscalização e monitoramento da política de Assistência Social do município.

12. DIRETRIZES

Conforme a PNAS 2004 (BRASIL, 2005, p.32), a partir da Constituição de 1988 e da LOAS /1993, a organização da Assistência Social tem as seguintes diretrizes:

I - primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social;

II - descentralização político-administrativa e comando único das ações em cada esfera de governo;

III - financiamento partilhado entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

IV - matricialidade sociofamiliar;

V - territorialização;

VI - fortalecimento da relação democrática entre Estado e sociedade civil;

VII - controle social e participação popular.

13. METAS E ESTRATÉGIAS 2026-2029

Para construção das metas e estratégias deste PMAS, foram considerados os seguintes fatores: (1) diagnóstico socioterritorial; (2) deliberações da XV Conferência Municipal de Assistência Social de Mafra; (3) grupos focais realizados com usuários, trabalhadores, gestores e entidades.

Os grupos focais consistem em uma técnica que reúne um pequeno grupo de pessoas para discutir um tema específico, com o objetivo de explorar percepções, opiniões, atitudes e experiências a partir da interação entre os participantes. Para sua realização, foram utilizadas as metodologias da Linha do Tempo e de Perguntas Norteadoras. A Linha do Tempo é uma abordagem que organiza eventos, processos e ideias em sequência cronológica, possibilitando visualizar transformações históricas, culturais e sociais, bem como projetar estratégias futuras.

Ao todo, foram realizados dez grupos focais nos meses de agosto, setembro e outubro de 2025. O público usuário foi representado por participantes do Programa do Leite, pela população em situação de rua e por adolescentes do SCFV. As entidades foram representadas pelas Senhoras de Caridade e pela Associação Mafrense dos Deficientes Visuais (AMADEV). Os trabalhadores participaram de grupos organizados por nível de proteção, e a coordenação e gestão compuseram um grupo específico.

Assim, o uso das deliberações da XV Conferência Municipal de Assistência Social e dos grupos focais teve como propósito central garantir a participação popular na construção do PMAS. Essa escolha metodológica reafirma o compromisso com um SUAS no qual as vozes dos usuários, trabalhadores e entidades da rede socioassistencial são reconhecidas como fundamentais para a formulação de políticas públicas contextualizadas e efetivas às demandas vivenciadas.

Por isso, ancoradas nos dados do diagnóstico socioterritorial que apresenta informações acerca da realidade concreta do município, as metas e estratégias apresentadas neste plano têm como objetivo qualificar a Política de Assistência Social de Mafra para os próximos quatro anos, fortalecendo sua capacidade de resposta às expressões da desigualdade e processos de vulnerabilização existentes.

Dessa forma, este PMAS mantém como eixo estruturante a centralidade da participação coletiva e popular, compreendida não apenas como um princípio formal, mas como condição essencial para a consolidação de um SUAS fortalecido, democrático e comprometido com a transformação social.

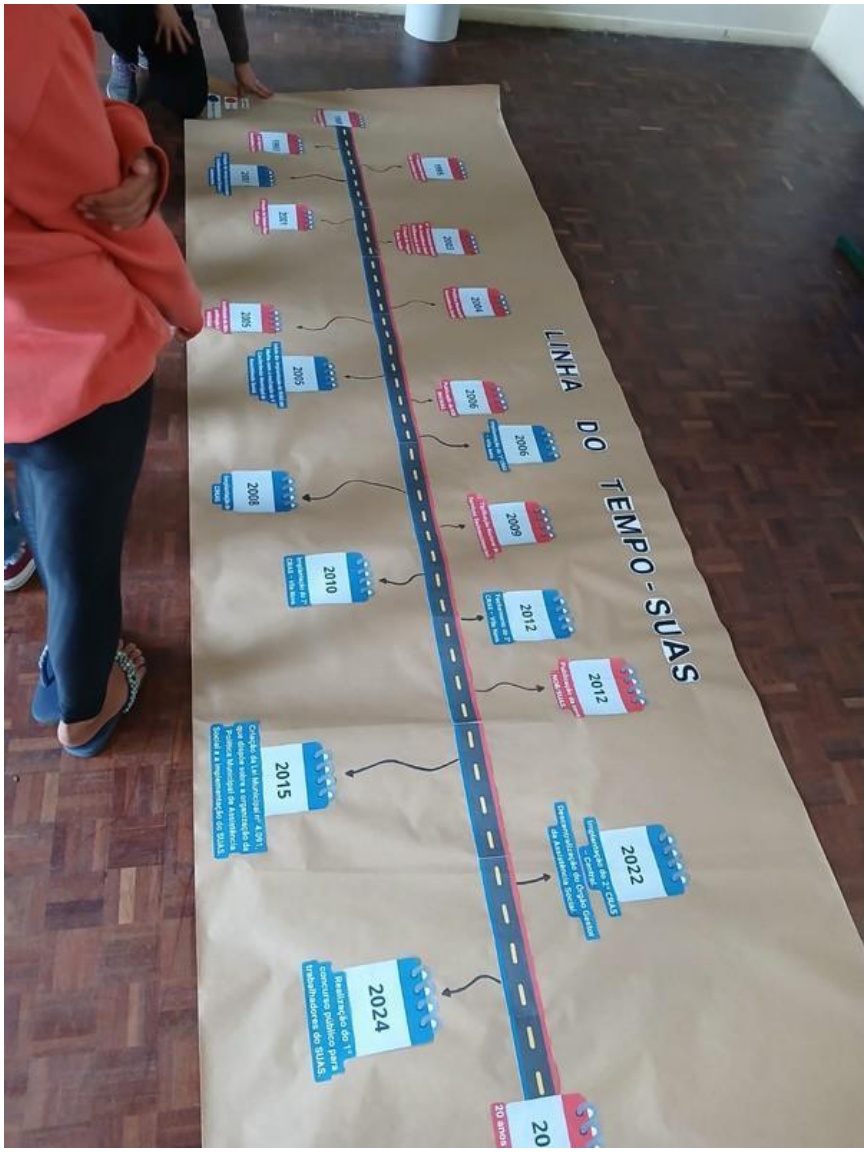


Figura 132 - *Grupo focal dos usuários preenchendo a Linha do Tempo do SUAS. Foto: Autores, 2025.*



Figura 133 - *Grupo focal dos coordenadores e gestão preenchendo a Linha do Tempo do SUAS. Foto: Autores, 2025.*



Figura 134 - *Grupo focal dos trabalhadores preenchendo a Linha do Tempo do SUAS. Foto: Autores, 2025*

Quadro 14 - *Metas e ações estratégicas da gestão do SUAS de Mafra, SC para os anos 2026, 2027, 2028 e 2029.*

GESTÃO					
Prioridade: Consolidar o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em Mafra.					
Capacidade: 80.000 atendimentos / ano					
META	**AÇÃO ESTRATÉGICA**	**PRAZO PARA EXECUÇÃO**			
		2026	**2027**	**2028**	**2029**
Cumprir o disposto na LOAS, PNAS e NOB-RH/SUAS	- Efetivar a Reforma Administrativa, adequando a Secretaria Municipal de Assistência Social à dinâmica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) - Desvincular o Departamento de Habitação cumprindo o disposto na LOAS, PNAS e NOB-RH/SUAS (Comando Único) - Realizar estudo de viabilidade sobre Plano de Cargos e Salários próprio dos trabalhadores do SUAS, contemplando a criação de cargos específicos através de Reforma Administrativa - Criação de novas vagas com base na NOB-RH/SUAS para estruturação dos serviços com base em lei municipal	X	X	X	X
Qualificar a comunicação com os usuários do SUAS	- Criar estudo de viabilidade sobre Ouvidoria própria do SUAS - Garantir divulgação dos fluxos e protocolos dos atendimentos do SUAS - Aperfeiçoar os meios de comunicação em relação às informações aos usuários dos mais diversos níveis de proteção do SUAS, priorizando meios que tenham amplo alcance, como o rádio, para as localidades mais distantes - Utilizar os canais e redes sociais da prefeitura para produção e divulgação de material informativo, bem como vídeos institucionais acerca dos mais diversos assuntos relacionados ao SUAS	X	X		

Fortalecer as redes intersetoriais	- Criar espaço de discussão, partilha e deliberações entre as políticas públicas setoriais - Garantir divulgação dos fluxos e protocolos dos atendimentos do SUAS	X	X	X	X
Garantir o direito à educação permanente aos trabalhadores do SUAS	- Fortalecer o Núcleo Municipal de Educação Permanente do SUAS através de formações continuada em forma de percursos formativos - Garantir recursos específicos ao NUMEP - Alinhar o NUMEP as ações da Política Nacional de Educação Permanente do SUAS	X	X	X	X
Implantar a Vigilância Socioassistencial em Lei Municipal	- Instituir em Lei municipal a Vigilância Socioassistencial com equipe de referência -Elaborar Plano de Implantação de Vigilância Socioassistencial - Realizar o alinhamento das bases conceituais da Vigilância Socioassistencial - Identificar a forma de coleta de dados do RMA e outros instrumentais - Padronizar e pactuar o preenchimento dos instrumentais com a gestão e equipes técnicas - Mapear o fluxo da informação dentro dos serviços	X			
Garantir qualidade e quantidade suficientes de todas as modalidades de Benefício Eventual	- Ampliar recursos para a concessão de Benefícios Eventuais. - Ampliar as equipes de PAIF para a concessão dos benefícios eventuais em todas as unidades públicas de Assistência Social conforme Lei n°4670/2023.	X	X	X	X
Informatizar o SUAS	- Aproximar a SMASH da política “Papel Zero” - Garantir e adequar o sistema informatizado de informações possibilitando registros offline e alinhado ao Prontuário SUAS	X	X		

	- Adquirir tablets para visitas domiciliares				
Democratizar o acesso ao SUAS	- Adquirir material informativo bilíngue sobre benefícios eventuais e serviços para usuários imigrantes (espanhol, francês, Kaingang); - Promover formação continuada aos trabalhadores acerca do atendimento à população imigrante; - Promover formação continuada aos trabalhadores acerca do atendimento a pessoas com deficiência considerando suas especificidades (ex. libras, braile e outros); - Desenvolver ações comunitárias nas praças com oferta dos serviços; - Implementar o projeto SUAS na Comunidade como ação comunitária e estratégia da Vigilância Socioassistencial; - Fortalecer as relações com as entidades e organizações populares dentro das atribuições do SUAS	X	X	X	X
Garantir equipes de referência completas	- Convocar novos servidores do Concurso Público 001/ 2024.	X	X	X	
Aprimorar a estrutura física nas unidades públicas de assistência social	- CRAS Central: Realizar reforma na estrutura física; adquirir novos computadores; adquirir, instalar e realizar manutenção dos ares-condicionados; melhorar condições ergonômicas do ambiente de trabalho; pintura; adquirir mobiliário. - CRAS MJPS: Construir calçadas e muros; ampliar salas; adquirir novos computadores; instalar e realizar manutenção dos ares-condicionados; revitalizar banheiros e telhado; melhorar condições ergonômicas do ambiente	X	X	X	X

	de trabalho; pintura; adquirir mobiliário. - CREAS: Revitalizar muros e construir calçadas; construir almoxarifado; pintura; troca de toldos; realizar manutenção dos ares-condicionados; melhorar condições ergonômicas do ambiente de trabalho.				
Atualizar o diagnóstico socioterritorial do município e ampliando a participação social na construção	- Realizar a revisão periódica dos sistemas públicos disponíveis - Realizar diagnóstico socioterritorial nos microterritórios em parcerias com Universidades com programas de Bolsas para a realização do diagnóstico ou contratação de Empresas	X	X	X	X
Implementar o Fórum Municipal dos Trabalhadores do SUAS	- Implantar mesa de negociação e deliberação do SUAS entre gestão e trabalhadores, através de decreto municipal, com supervisão do CMAS - Mobilizar os trabalhadores para implementação do Fórum (FMT) a partir dos Encontros de Trabalhadores	X	X		
Garantir vinculação orçamentária	- Criar percentual mínimo obrigatório de receita para o SUAS de 5%	X	X	X	X
Fortalecer as ações coletivas na PSB e PSE	- Credenciar oficineiros - Garantir transporte com acessibilidade e alimentação para os grupos	X	X	X	X
Implantar Centro de Distribuição da SMASH	- Designar equipe específica e local para recebimento, armazenamento e distribuição	X	X		
Adequar o setor de transporte da SMASH às demandas	- Novas contratações via concurso público - Promover cursos de qualificação para transporte coletivo - Aumentar a frota	X	X	X	

Garantir transparência na aplicação de recursos públicos	- Apresentar semestralmente (fevereiro e setembro) em audiências públicas os resultados e aplicação de recursos no SUAS	X	X	X	X
Manter legislação atualizada do SUAS conforme resoluções do CNAS	- Realizar revisões periódicas da legislação	X	X	X	X
Fortalecer o SUAS dentro de suas atribuições	- Reelaborar Edital de Credenciamento dos Profissionais - Substituir a Boutique Social pelo Espaço do Cidadão - Desvincular a Coordenadoria da Pessoa Idosa	X	X	X	X

Quadro 15 - *Metas e ações estratégicas da Segurança Alimentar e Nutricional do SUAS de Mafra, SC para os anos 2026,2027, 2028 e 2029.*

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL					
Prioridade: Garantir Segurança Alimentar e Nutricional para famílias em situação de vulnerabilidade social					
Capacidade: 200 atendimentos/ano em cada estratégia					
META	**AÇÃO ESTRATÉGICA**	**PRAZO PARA EXECUÇÃO**			
		2026	**2027**	**2028**	**2029**
Fortalecer a Política de Segurança Alimentar e Nutricional	- Manter o kit INSAN com ajuste anual - Criar PAA Municipal, desvinculando de iniciativas Estaduais e Federais na modalidade compra com doação simultânea, para famílias acompanhadas e/ou atendidas pelas unidades públicas de Assistência Social - Estabelecer recurso próprio para o PAA municipal e da Assistência Social - Manter a adesão sistemática aos PAAs disponíveis do governo Federal e Estadual - Manter o kit PSR SAN com garantia de recursos para aquisição - Consolidar a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) - Aderir ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) - Fortalecer o Programa do Leite conforme o protocolo e critérios - Realizar estudo do perfil das famílias em insegurança alimentar e nutricional no município	X	X	X	X

Disponibilizar profissionais de manutenção e conservação disponíveis quando necessário à SAN	- Manter a disponibilidade da equipe pré-existente para as ações pontuais da SAN	X	X	X	X
Promover o acesso e a produção de alimentos saudáveis em hortas domiciliares e/ou comunitárias aos usuários do SUAS	- Articular com a Secretaria Municipal de Agricultura e Interior e Escola Agrícola Municipal Prefeito José Schultz Filho	X	X	X	X
Fortalecer as oficinas orientativas de EAN no âmbito do SUAS	- Realizar ações de educação alimentar e nutricional; - Compatibilizar horários para a realização dos grupos de EAN de acordo com interesse dos usuários	X	X	X	X
Realizar estudo de viabilidade para implantação de Restaurante Popular, Cozinha Comunitária e Cozinha Solidária.	- Contratar empresa especializada em estudo de viabilidade	X	X	X	

Quadro 16 - *Metas e ações estratégicas da Proteção Social Básica do SUAS de Mafra, SC para os anos 2026,2027, 2028 e 2029.*

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA					
Prioridade: Executar todos os serviços de PSB, consoante à tipificação nacional de serviços socioassistenciais e orientações técnicas, prevenindo a desproteção social, o risco de vulnerabilidades e o rompimento de vínculos familiares e comunitários, facilitando o acesso de usuários aos serviços, programas e benefícios do SUAS.					
Capacidade: 5.000 famílias referenciadas/ano em cada CRAS					
META	**AÇÃO ESTRATÉGICA**	**PRAZO PARA EXECUÇÃO**			
		2026	**2027**	**2028**	**2029**
Ampliar a cobertura da Proteção Social Básica (PSB) no município	- Implantar 2 unidades públicas de assistência social CRAS Vila Nova (áreas Vila Nova, Imbuial, Novo Horizonte e Faxinal) e CRAS Jardim América (Jardim América, Vila Argentina, Vila Buenos Aires e Autódromo) com equipes de referência e espaço adequado conforme plantas do MDS; - Implantar postos de Cadastro Único com equipe específica em cada CRAS; - Garantir espaço e equipe de referência do SCFV em cada CRAS; - Implantar Equipe Volante de CRAS para oferta de serviços de PSB na área rural do município	X	X	X	X
Garantir a manutenção do nível de Gestão Plena	- Manter as duas unidades públicas de assistência social da PSB (CRAS Central e Vila Ivete)	X	X	X	X
Garantir o acesso dos usuários à PSB	- Manter horário estendido mensalmente nos CRAS.	X	X	X	X

Realizar diagnóstico socioterritorial em cada CRAS	- Mapear, identificar e conhecer todas as famílias e a rede de atendimento do território dos CRAS, divulgando serviços para o amplo acesso aos direitos	X	X	X	X
Fortalecer o convívio familiar e comunitário das famílias atendidas e/ou acompanhadas nos territórios	- Oferecer às famílias atendidas e/ou acompanhadas, especialmente aos que exercem papel de cuidado, através de oficinas PAIF, espaços de socialização das experiências vividas, elaboração de meios de enfrentamento de dificuldades e reconhecimento de potencialidades, preservando e fortalecendo convívio familiar e social	X	X	X	X
Incentivar a inserção no mercado de trabalho	- Ampliar e fortalecer parcerias com empresas de seleção e recrutamento, através do grupo Whatsapp Parceiros CRAS; - Oportunizar a elaboração de Currículo Profissional dos usuários; - Estabelecer parcerias com instituições privadas/empresas para facilitar a inclusão de mulheres vítimas de violência, mães atípicas e PCDs no mercado de trabalho; - Fortalecer projeto Empresa Parceira (conscientizar empresas locais para priorizar vagas para usuários do SUAS). - Ofertar anualmente no mínimo duas edições do Projeto "Mulheres Aprendendo a Empreender".	X	X	X	X
Fortalecer o acesso a segurança de renda	- Divulgar as regras de acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) e das condicionalidades do Programa Bolsa Família.	X	X	X	X
Manter e ampliar os serviços socioassistenciais ofertados nos CRAS, assim como benefícios eventuais	- Garantir a regularidade na oferta dos benefícios eventuais; - Manter licitação vigente para oferta de todos os benefícios eventuais em modalidade cartão;	X	X	X	X

	- Manter cesta básica apenas em casos excepcionais.				
Manter a execução do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	- Estabelecer equipe de referência de acordo com a NOB-RH/SUAS conforme orientações técnicas, objetivos e eixos norteadores, com foco no público prioritário - Garantir transporte com acessibilidade; - Realizar credenciamento de oficineiros	X	X	X	X
Ampliar os serviços ofertados pela Proteção Social Básica com equipes de referência específicas.	- Implantar Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para pessoas com deficiência e pessoas idosas com equipe de referência específica; - Implantar Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para gestantes e crianças de 0 a 6 anos com equipe de referência específica.	X	X	X	X
Promover a inclusão e integração dos usuários ao meio digital	- Estimular a promoção da inclusão digital, disponibilizando espaço para uso da internet.	X	X		
Qualificar o atendimento à população indígena	- Implantar equipe de referência multidisciplinar para atendimento à população indígena devendo contar com antropólogo e/ou indigenista experiente e/ou com assessoria antropológica.	X	X	X	X

Quadro 17 *- Metas e ações estratégicas da Proteção Social Especial de Média Complexidade do SUAS de Mafra, SC para os anos 2026,2027, 2028 e 2029.*

PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE					
Prioridade: Executar todos os serviços de PSEMC para municípios de Médio Porte, consoante à tipificação nacional de serviços socioassistenciais e orientações técnicas, contribuindo para a superação e prevenção do agravamento de situações de risco pessoal e social, por violação de direitos.					
Capacidade: 80 pessoas/ famílias mês					
META	**AÇÃO ESTRATÉGICA**	**PRAZO PARA EXECUÇÃO**			
		2026	**2027**	**2028**	**2029**
Fortalecer a atuação da Proteção Social Especial de Média Complexidade	- Ampliar equipe de referência para atender as demandas	X	X	X	X
Manter o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI)	- Fortalecer, através do trabalho em grupo ou individual, pessoas em situação de violência, realizando a partilha de experiências, expectativas e elaboração de plano de acompanhamento familiar.	X	X	X	X
Manter o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida - LA e de Prestação de Serviço à Comunidade – PSC	- Realizar o acompanhamento social a adolescentes durante o cumprimento das Medidas Socioeducativas de LA e PSC; - Manter palestras sobre o serviço de Medidas Socioeducativas em parceria com o Poder Judiciário.	X	X	X	X
Qualificar o atendimento à população em situação de rua	- Implantar o Serviço Especializado em Abordagem Social com equipe de referência para execução do serviço; - Ofertar acolhimento para pessoas em situação de rua em Casa de Passagem,	X	X	X	X

	possibilitando o processo de saída definitiva das ruas; - Concretizar o Plano Municipal de Políticas para Pessoas em Situação de Rua, cumprindo o disposto no Decreto Federal nº 7053/2009, com envolvimento intersetorial; - Construir espaço específico para banho e lavanderia; - Realizar estudo de viabilidade para implantação de um Centro Pop Municipal.				
Estabelecer convênios com instituições privadas para facilitar a inclusão de mulheres que enfrentam qualquer forma de violência no mercado de trabalho	- Sensibilizar empresas para oferta de vagas.	X	X	X	X
Fortalecer a rede de proteção às mulheres em situação de violência	- Ampliar parceria com a Rede Catarina; - Divulgar aplicativo PM Cidadão; - Estimular aproximação com Poder Judiciário para desenvolver os Grupos Reflexivos com Homens Autores de Violência.	X	X	X	X
Criar benefício temporário de transferência de renda municipal para mulheres vítimas de violência e em situação de dependência financeira	- Realizar um estudo de viabilidade para a criação de benefício temporário de transferência de renda municipal para mulheres em situação de violência e em situação de dependência financeira. - Adesão ao programa do Governo Federal e Estadual, quando disponível.	X	X	X	X

Fortalecer o atendimento à pessoa idosa desenvolvido no CCI, ampliando a participação de forma a evitar a segregação e o isolamento	- Credenciar oficineiros; - Disponibilizar transporte com prioridade aos inscritos no CadÚnico; - Corresponsabilizar políticas setoriais através da Coordenadoria da Pessoa Idosa.	X	X	X	X
Prevenir as diversas formas de violência	- Manter ações de enfrentamento a todas as formas de violência de maneira territorializada e participativa; - Desenvolver materiais informativos a serem distribuídos em comércios locais e eventos municipais;	X	X	X	X
Ampliar serviços para atendimentos de pessoas idosas prevenindo a institucionalização de longa permanência	- Realizar estudo para implantação do Centro Dia com equipe de referência específica; - Realizar estudo para implantação de moradia em modelo “condomínio” para pessoas idosas com mínimo grau de dependência; - Realizar estudo para implantação de serviço em modelo de República para pessoas idosas; - Realizar estudo para implantação do Programa de Cuidador Social em Domicílio nos moldes do Programa Maior Cuidado	X	X	X	X

Quadro 18 - *Metas e ações estratégicas da Proteção Social Especial de Alta Complexidade do SUAS de Mafra, SC para os anos 2026,2027, 2028 e 2029.*

PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE					
Prioridade: Executar serviços de PSEAC, consoante à tipificação nacional de serviços socioassistenciais e orientações técnicas, de forma qualificada e humanizada, com foco na convivência familiar e comunitária de usuários institucionalizados, evitando isolamento e segregação.					
Capacidade: 12 crianças e adolescentes acolhidos no Abrigo Institucional / ano 10 crianças em Serviço de Famílias Acolhedoras ou Programa de Guarda Subsidiada / ano 30 idosos em ILPI / ano 10 idosos em Serviço de Famílias Acolhedoras ou Programa de Curatela Subsidiada / ano 600 usuários acolhidos na Casa de Passagem / ano Atender demanda total quando implantado Serviço de Proteção Social Especial em Situações de Calamidades Públicas e Emergências conforme o Plano de Contingência					
META	**AÇÃO ESTRATÉGICA**	**PRAZO PARA EXECUÇÃO**			
		2026	**2027**	**2028**	**2029**
Implantar o serviço de Acolhimento Familiar para crianças e adolescentes (Família Acolhedora e Guarda Subsidiada,)	- Garantir equipe de referência para execução do serviço	X	X		
Qualificar o serviço realizado no Abrigo Institucional Benemérito Epitácio Schumacher (SAICA)	- Terceirizar o SAICA; - Atualizar o Projeto Político Pedagógico e Regimento Interno do SAICA; - Implantar o Programa de Apadrinhamento Afetivo no SAICA.	X	X	X	X

Garantir os serviços da Alta Complexidade para pessoas em situação de rua	- Garantir a disponibilização do Serviço de Casa de Passagem de forma contínua e ininterrupta.	X	X	X	X
Estruturar a equipe técnica de coordenação da PSE de Alta Complexidade de acordo com a Tipificação	- Garantir equipe exclusiva e efetiva de referência de acordo com a NOB-RH/SUAS.	X	X	X	X
Implantar o Serviço de Acolhimento Institucional para Mulheres em Situação de Violência	- Realizar estudo para implantação do Abrigo Institucional Municipal (Casa de Apoio) para Mulheres Vítimas de Violência; - Estabelecer credenciamentos com Abrigos Institucionais que prestam o serviço; - Estabelecer credenciamentos com hotéis como medida emergencial.	X	X	X	X
Fortalecer as políticas de proteção integral as pessoas idosas sem vínculos familiares e/ou, que necessitam de atendimento integral e acolhimento institucional	- Manter credenciamento de ILPI; - Realizar estudo de viabilidade de implantação de ILPI municipal; - Implantar Serviço de Acolhimento Familiar para Pessoas Idosas.	X	X	X	X
Fortalecer as políticas de proteção integral as pessoas com deficiência sem vínculos familiares e/ou, que necessitam de atendimento integral e acolhimento institucional	- Efetivar credenciamento de Residências Inclusivas; - Implantar Serviço de Acolhimento Familiar para Pessoas com Deficiência.	X	X	X	X

Quadro 19 - *Metas e ações estratégicas do Controle Social do SUAS de Mafra, SC para os anos 2026,2027, 2028 e 2029.*

CONTROLE SOCIAL					
Prioridade: Fortalecer o controle social na política de Assistência Social					
Capacidade: 7 Conselhos Municipais de Direito					
META	**AÇÃO ESTRATÉGICA**	**PRAZO PARA EXECUÇÃO**			
		2026	**2027**	**2028**	**2029**
Garantir o direito à educação permanente aos conselheiros municipais	- Realizar capacitação anual para conselheiros dos Conselhos Municipais vinculados à Política Assistência Social.	X	X	X	X
Reativar o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência no Município de Mafra (COMDEM)	- Publicar o edital de eleição do COMDEM; - Elaborar protocolo/fluxograma de atendimentos para PCD vítimas de violência.	X	X		
Reativar o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA)	- Publicar o edital de eleição do COMSEA.	X			
Prestar apoio integral (secretaria executiva) aos conselhos vinculados a Secretária Municipal de Assistência Social e Habitação	- Implantar Secretaria Executiva com equipe efetiva e secretária executiva de nível superior com definição de atribuições desse cargo; - Realizar estudo para implantação de espaço próprio para os conselhos municipais vinculados à SMASH; - Digitalizar os documentos dos conselhos municipais vinculados à SMASH; - Incentivar a atualização da Legislação e Regimento Interno dos Conselhos	X	X	X	X

	vinculados à SMASH.				
Garantir a participação social nas tomadas de decisões da Política de Assistência Social	- Implantar fórum permanente de usuários do SUAS para discussão da Política de Assistência Social; - Incentivar reuniões ordinárias dos conselhos de forma itinerante nas mais diversas localidades do município, visando a aproximação dos usuários do SUAS com trabalhadores e conselheiros.	X	X	X	X
Fortalecer as articulações da rede intersetorial, em conjunto com outras políticas/setores	- Incentivar a participação de todas as políticas públicas nas reuniões de rede em parceria com os Conselhos Municipais de Direitos.	X	X	X	X
Divulgar as ações dos Conselhos	- Publicizar as deliberações das conferências, atas e documentos produzidos pelos Conselhos em mídias acessíveis e redes sociais, divulgando o link no site da Prefeitura, facilitando o acesso às informações.	X	X	X	X

Quadro 20 - *Metas e ações estratégicas do Cadastro Único do SUAS de Mafra, SC para os anos 2026, 2027, 2028 e 2029.*

CADASTRO ÚNICO					
Prioridade: Atingir 100% das pessoas/famílias indicadas no SAGI					
Capacidade: 3.500 atendimentos/ano					
META	**AÇÃO ESTRATÉGICA**	**PRAZO PARA EXECUÇÃO**			
		2026	**2027**	**2028**	**2029**
Ampliar os postos do Cadastro Único	- Implantar posto de Cadastro único em todos os CRAS com equipe suficiente, específica e efetiva e técnico de referência	X	X	X	X
Manter o Cadastro Único	- Realizar atualização sistemática de dados do Cadastro Único, incluindo: atualizações cadastrais, inclusão, exclusão, transferências cadastrais, averiguações, visitas domiciliares, tratamento de listagem dos públicos do CadÚnico, consultas aos Sistemas (SIBEC, SIGPBF, GERID); - Realizar rodas de conversas com novos beneficiários do PBF; - Realizar busca ativa do não cumprimento de condicionalidades.	X	X	X	X
Fortalecer a intersetorialidade no Cadastro Único	- Fortalecer o Comitê Intersetorial do PBF; - Realizar reuniões em rede com saúde e educação.	X	X	X	X
Implantar o Cadastro Único em movimento	- Realizar atualizações cadastrais nas instituições do município.	X	X	X	X
Garantir o acesso dos usuários ao Cadastro Único	- Manter horário estendido.	X	X	X	X

Manter conformidade com instruções do Governo Federal	- Cumprir as metas estabelecidas em relação ao BPC/ Escola;	X	X	X	X

Quadro 21 - *Metas e ações estratégicas do Centro de Convivência do Idoso de Mafra, SC para os anos 2026, 2027, 2028 e 2029.*

CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO (CCI)					
Prioridade: Inclusão de público prioritário de usuários da Assistência Social					
Capacidade: 60 pessoas idosas/ mês					
META	**AÇÃO ESTRATÉGICA**	**PRAZO PARA EXECUÇÃO**			
		2026	**2027**	**2028**	**2029**
Qualificar os serviços ofertados pelo CCI enquanto vinculado à Política da Assistência Social	- Revitalizar o espaço físico do CCI; - Garantir equipe efetiva e específica; - Garantir transporte com acessibilidade para os usuários atendidos com prioridade aos inscritos no CadÚnico e/ou em situação de vulnerabilidade e risco social.	X	X	X	X

14. RESULTADOS E IMPACTOS ESPERADOS

Pretende-se, com a execução das ações e metas estabelecidas no Plano Municipal de Assistência Social (PMAS) 2026–2029, promover o pleno funcionamento e qualificação dos serviços, programas, projetos e gestão do SUAS, assegurando a ampliação e o acesso da população aos direitos socioassistenciais. Busca-se, ainda, expandir a cobertura dos serviços territorializados, fortalecer a atuação intersetorial e desenvolver estratégias que contribuam para a prevenção e a redução dos processos de vulnerabilidade e risco social.

Ainda, entre os resultados esperados, destacam-se a atuação para ruptura dos ciclos de violência e dos agravos decorrentes de violações de direitos, o estímulo à construção de novos projetos de vida e, de modo especial, a consolidação da Política de Assistência Social em Mafra. Almeja-se, assim, garantir o atendimento integral e qualificado da demanda, prevenindo a formação de demanda reprimida e reafirmando o compromisso do município com uma política pública efetiva, inclusiva e socialmente transformadora.

15. EXECUÇÃO DE FUNÇÕES

15.1. QUANTO À EXECUÇÃO DE FUNÇÕES DA GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Quadro 22 - Funções da Gestão da Política de Assistência Social previstas na LOAS e NOB-RH/SUAS.

FUNÇÕES DE GESTÃO MUNICIPAL PREVISTAS NA LOAS E NOB-RH/SUAS	FUNÇÕES DE GESTÃO MUNICIPAL PREVISTAS NA LOAS E NOB-RH/SUAS CUMPRIDAS, PREVISTAS NA ESTRUTURA FORMAL
Comando Único	
Gestão do Sistema Municipal de Assistência Social	X
Coordenação dos Níveis de Proteção Social	X
Planejamento, orçamento e gerenciamento do Fundo Municipal de Assistência Social através de equipe exclusiva para a função	
Gerenciamento dos Sistemas de Informação através de equipe exclusiva para a função	
Gestão do trabalho, incluindo Plano de Cargos e Salários específico do SUAS	
Apoio às instâncias de deliberação, incluindo Secretaria Executiva exercida por servidor efetivo	X
Vigilância socioassistencial através de equipe exclusiva para a função	

15.2. QUANTO À COBERTURA DE CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS)

Quadro 23 - Áreas de cobertura do Centro de Assistência Social (CRAS)

REGIÕES PRIORITÁRIAS**	DISPONIBILIDADE DE CRAS
Região Vila Ivete (Bairros Amola Flecha, Jardim Cristal, Vila das Flores, Vila Grossel, Vila Ivete, Solidariedade, Santa Filomena I e II, Loteamento Paraíso, Loteamento Chableski e Santa Terezinha)	X
Região Vila Nova (Bairros Vila Nova, Imbuial, Novo Horizonte, Primavera e adjacências)	
Região Jardim América (Bairros Jardim América, Vila Argentina, Vila Clementina e adjacências)	
Região Central	X
CRAS Volante	

15.3. QUANTO À EXECUÇÃO DE SERVIÇOS, EM CONSONÂNCIA À TIPIFICAÇÃO NACIONAL DE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS

15.3.1. Serviços de Proteção Social Básica

Quadro 24 - Serviços de Proteção Social Básica estabelecidos na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais

SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA ESTABELECIDOS NA TIPIFICAÇÃO NACIONAL DE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS	SERVIÇOS EXECUTADOS PELO CRAS EM MAFRA
Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	X
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	X
Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas	
Serviço de Proteção Social Básica para gestantes e crianças de zero a seis anos	

15.3.2. Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade

Quadro 25 - Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade estabelecidos na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.

SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE	SERVIÇOS EXECUTADOS PELO CREAS EM MAFRA
Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias Indivíduos (PAEFI)	X
Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)	X
Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias	
Serviço Especializado em Abordagem Social	
Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua	

15.3.3. Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade

Quadro 26 - Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade estabelecidos na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.

SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE ESTABELECIDOS NA TIPIFICAÇÃO NACIONAL DE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS	**SERVIÇOS EXECUTADOS EM MAFRA**
Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências	X Acionado quando necessário
Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes	X Na modalidade Abrigo Institucional
Serviço de Acolhimento para Idosos	X Executado pela rede socioassistencial e entidades credenciadas, na modalidade Instituição de Longa Permanência (ILPI)
Serviço de Acolhimento para Pessoas com Deficiência	X Executado pela rede socioassistencial na modalidade Residência Inclusiva
Serviço de Acolhimento para Pessoas em Situação de Rua	X Executado pela rede socioassistencial na modalidade Casa de Passagem
Serviço de Acolhimento para Mulheres Vítimas de Violência	

15.4. QUANTO À EXECUÇÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS PREVISTOS NA LEI MUNICIPAL Nº 4670/2023

Quadro 27- Benefícios eventuais previstos na lei Municipal nº 4670/2023.

FORMAS DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS PREVISTOS NA LEI MUNICIPAL Nº 4670/2023	BENEFÍCIOS EXECUTADOS
Auxílio Natalidade (um salário mínimo, em pecúnia)	
Auxílio Funeral (um salário mínimo, em pecúnia ou dois salários mínimos em caso de translado, isenção de taxas)	X
Auxílio por Vulnerabilidade Temporária (auxílio por vulnerabilidade temporária de alimentação, passagens rodoviárias, custeio de despesas para documentação pessoal - fotografias e fotocópias, colchões e cobertores, aluguel social)	X (Oferta parcialmente insuficiente)
Auxílio por Situação de Emergência ou Calamidade Pública (SAN, materiais de higiene e limpeza, colchões, cobertores, travesseiros, roupas de cama e banho)	X

16. RECURSOS HUMANOS E MATERIAIS

16.1. QUANTO À COMPOSIÇÃO DAS EQUIPES DE REFERÊNCIA, EM CONSONÂNCIA À NORMA OPERACIONAL BÁSICA DE RECURSOS HUMANOS DO SUAS (NOB- RH/SUAS)

16.1.1. Equipe em função de Gestão

Quadro 28 - Composição da equipe de referência da Gestão prevista na NOB-RH/SUAS.

GESTÃO	
Planejamento, orçamento e gerenciamento do Fundo Municipal de Assistência Social	
Servidor efetivo, em cargo compatível com a função	
Gerenciamento dos Sistemas de Informação	
Servidor efetivo, em cargo compatível com a função	X
Apoio às Instâncias de Deliberação	
Servidor efetivo, em cargo compatível com a função	X
Vigilância Socioassistencial	
Assistente Social	
Psicólogo	X (Prestadores de serviço)
Sociólogo	
Estatístico	
Técnico em Sistemas de Informação	

16.1.2. Equipe em função da Proteção Social Básica CRAS Central

Quadro 29 - Composição da equipe de referência da Proteção Social Básica CRAS Central prevista na NOB-RH/SUAS.

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	
Centro de Referência de Assistência Social (CRAS CENTRAL)	
Equipe Necessária*	**Equipe Disponível**
Coordenador de Nível Superior	X
Assistente Social 1	X
Assistente Social 2	X
Assistente Social 3	X (Prestadores de serviço)
Psicólogo 1	X
Psicólogo 2	x
Técnico de Nível superior	
Técnico de Nível Médio 1	
Técnico de Nível Médio 2	
Técnico de Nível Médio 3	
Técnico de Nível Médio 4	
Equipe Operacional (limpeza, recepção, motorista, etc)	X
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	
Equipe Necessária	**Equipe Disponível**
Profissional de referência	X (Prestadores de serviço)
Orientador Social 1	
Orientador Social 2	

16.1.3. Equipe em função da Proteção Social Básica CRAS MJPS

Quadro 30 - *Composição da equipe de referência da Proteção Social Básica CRAS MJPS prevista na NOB-RH/SUAS.*

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	
Centro de Referência de Assistência Social (CRAS MJPS)	
Equipe Necessária*	**Equipe Disponível**
Coordenador de Nível Superior	
Assistente Social 1	X
Assistente Social 2	X (Prestadores de serviço)
Psicólogo 1	X
Psicólogo 2	
Técnico de Nível Superior	
Técnico de Nível Médio 1	X
Técnico de Nível Médio 2	
Técnico de Nível Médio 3	
Técnico de Nível Médio 4	
Equipe Operacional (limpeza, recepção, motorista, etc)	X
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	
Equipe Necessária	**Equipe Disponível**
Profissional de referência	X (Prestadores de serviço)
Orientador Social 1	
Orientador Social 2	

16.1.4. Equipes dos serviços de Proteção Especial de Média Complexidade

Quadro 31 - *Composição da equipe de referência da Proteção Social Especial de Média Complexidade prevista na NOB-RH/SUAS.*

PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE	
Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)	
Equipe Necessária	**Equipe Disponível**
Coordenador de Nível Superior	X
Assistente Social 1	X
Assistente Social 2	X
Assistente Social 3	X (Prestadores de serviço)
Psicólogo 1	X
Psicólogo 2	X
Psicólogo 3	X (Prestadores de serviço)
Advogado	X
Técnico de Nível Superior ou Médio 1	X
Técnico de Nível Superior ou Médio 2	
Técnico de Nível Superior ou Médio 3	
Técnico de Nível Superior ou Médio 4	
Auxiliar Administrativo 1	
Auxiliar Administrativo 2	
Equipe Operacional (limpeza, recepção, motorista, etc)	X

16.1.5. Equipes dos serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade

Quadro 32 - Composição da equipe de referência da Proteção Social Especial de Alta Complexidade prevista na NOB-RH/SUAS.

PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE	
Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes – Abrigo Institucional	
Equipe Necessária	**Equipe Disponível**
Coordenador de Nível Superior	
Assistente Social	X (Prestadores de serviço)
Psicólogo	X (Prestadores de serviço)
Cuidador Social 1	X (Prestadores de serviço)
Cuidador Social 2	X (Prestadores de serviço)
Cuidador Social 3	X (Prestadores de serviço)
Cuidador Social 4	X (Prestadores de serviço)
Cuidador Social 5	X (Prestadores de serviço)
Cuidador Social 6	X (Prestadores de serviço)
Cuidador Social 7	X (Prestadores de serviço)
Cuidador Social 8	X (Prestadores de serviço)
Cuidador Social 9	X (Prestadores de serviço)
Cuidador Social 10	X (Prestadores de serviço)
Profissional para cozinha	X
Profissional para limpeza	X

Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências
Quando acionado, atuam os profissionais das equipes de referência de PSB E PSE

16.2. PERFIL DOS SERVIDORES DA SMASH E DOS CONSELHEIROS MUNICIPAIS DO CONSELHO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS)

Em Mafra conta com 92 servidores na SMASH e 24 conselheiros no CMAS. Dos servidores da Secretaria de Assistência Social e Habitação, 71,73% são do gênero feminino (Figura 135) e dos Conselheiros 66,6% são do gênero feminino (Figura 136). Esse cenário revela uma expressiva presença feminina tanto na execução quanto no controle social da política de Assistência Social, refletindo tanto a histórica presença das mulheres nas áreas do cuidado e da proteção, quanto a necessidade de ampliar o debate sobre a valorização profissional e a equidade de gênero no campo das políticas públicas.

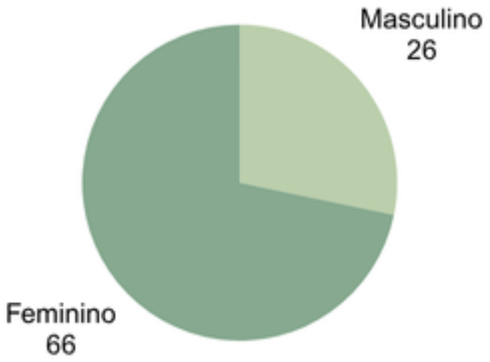


Figura 135 - *Gênero dos servidores da Secretaria de Assistência Social e Habitação de Mafra/SC, 2025. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025.*

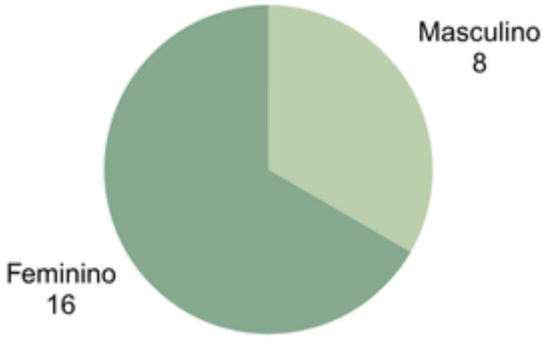


Figura 136 - *Gênero dos conselheiros municipais do Conselho Municipal de Assistência Mafra/SC, 2025. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025.*

A faixa etária de 16 a 20 anos é a mais representativa entre os servidores da SMASH, o que se justifica pelo elevado número de estagiários vinculados à pasta. Em seguida, observa-se uma concentração significativa na faixa de 46 a 59 anos, evidenciando a presença de profissionais com ampla experiência na política de

Assistência Social. As diferentes trajetórias podem representar uma grande potencialidade por favorecer a troca de saberes na construção das ações desenvolvidas.

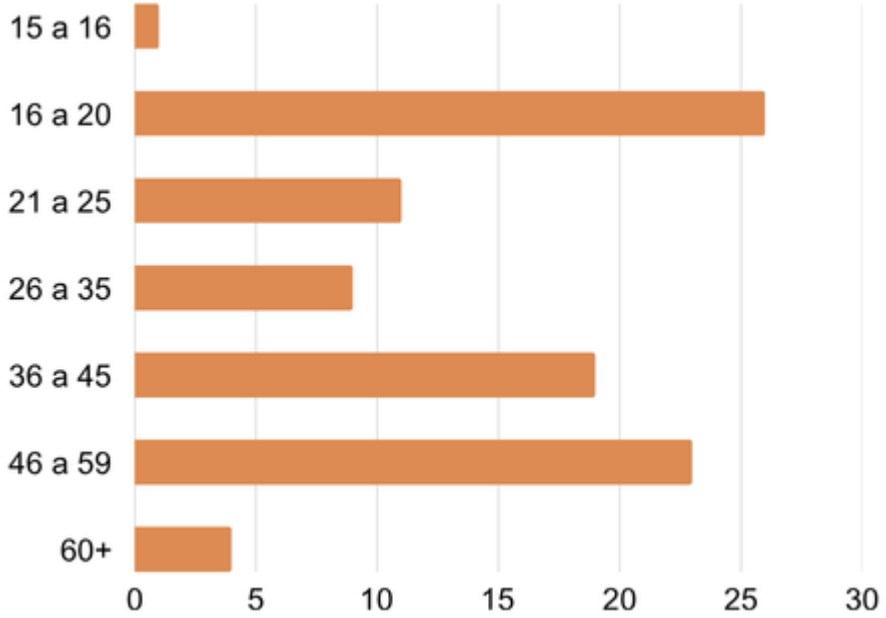


Figura 137- *Faixa etária dos trabalhadores do Sistema Único da Assistência Social Mafra/SC, 2025. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025.*

No que se refere ao nível de escolaridade dos servidores do SUAS em Mafra, observa-se um destaque para aqueles que ainda não concluíram o ensino superior, seguidos pelos que possuem ensino médio incompleto (Figura 138). Esse cenário evidencia a necessidade de fortalecimento de estratégias que incentivem a formação continuada visando à qualificação permanente das equipes e ao aprimoramento dos serviços ofertados à população.

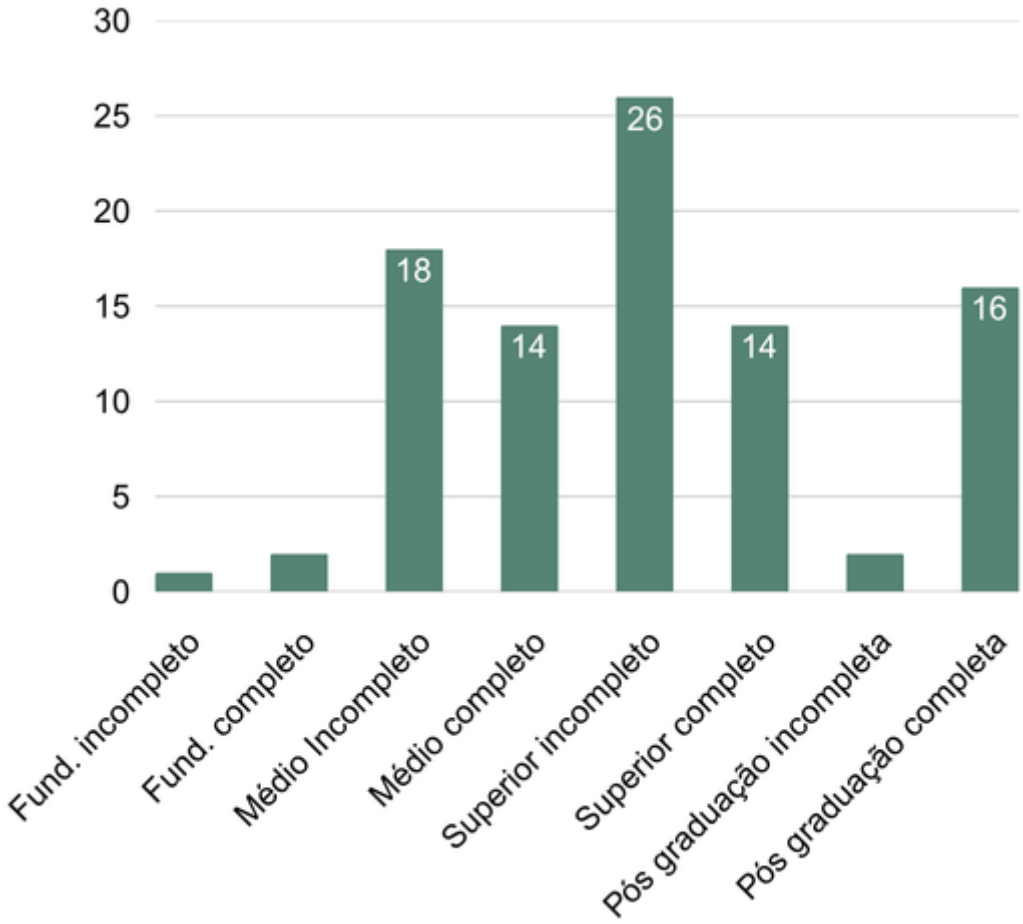


Figura 138 - *Escolaridade dos trabalhadores do Sistema Único da Assistência Social Mafra/SC, 2025. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025.*[29]

A Figura 139 apresenta os dados acerca do vínculo empregatício dos trabalhadores do SUAS de Mafra. Essa distribuição revela uma estrutura de recursos relativamente equilibrada entre vínculos permanentes e temporários, embora o número expressivo de estagiários e credenciados indique a alta rotatividade e desafios a serem enfrentados para a continuidade das ações socioassistenciais. Por outro lado, o quantitativo de servidores efetivos demonstra o avanço na consolidação de vínculos estáveis, o que é essencial para a qualificação da gestão do SUAS e o fortalecimento do trabalho social com famílias e territórios. Ainda assim, o cenário evidencia a necessidade do chamamento dos aprovados no Concurso Público 01/2024 visando a redução da dependência de vínculos temporários.

[29] Pós-graduação engloba as lato sensu e as stricto sensu. Pós-graduação lato sensu compreendem programas de especialização e incluem os cursos designados como MBA (Master Business Administration). As pós-graduações stricto sensu compreendem programas de mestrado e doutorado.

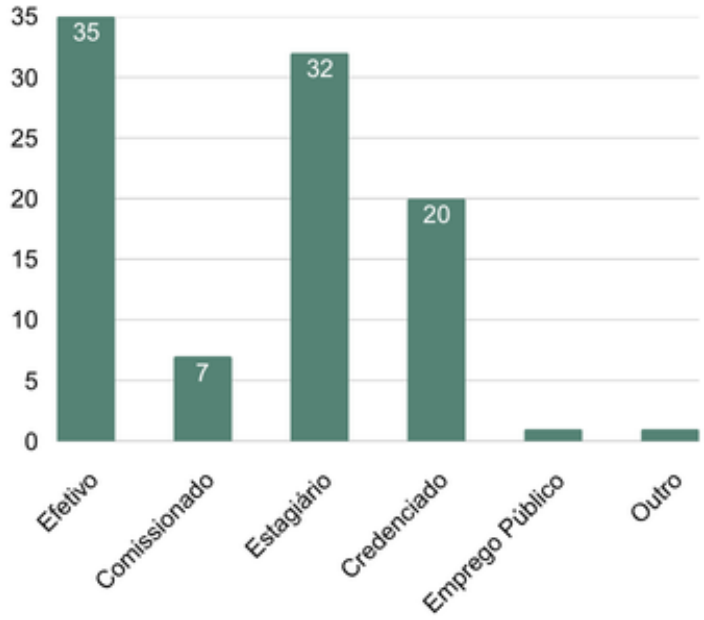


Figura 139 - *Vínculo empregatício dos trabalhadores do Sistema Único da Assistência Social Mafra/SC, 2025. Elaboração: Fabiana Silveira - Vigilância Socioassistencial, 2025.*

16.3. FROTA DISPONÍVEL

Quadro 33 - *Frota disponível no município de Mafra, SC.*

Veículo	Placa
Corsa	MYX-0593
Daily (Caminhão)	MKU-8794
Fiat Cronos	RYE2C37
Fiat Strada	RYC8J73
Grand Siena	REI5H23
Ka	QIZ-0675
Kombi	MGR-2788
Logan	QHT-2457
Mobi	QJL-3667
Palio	MFN-7967
Sandero	MHZ-1996
Uno Vivace	MLN-7122
Uno Way	MJU-4602

16.4. IMÓVEIS-SEDE DISPONÍVEIS

Quadro 34 - *Imóveis-sedes disponíveis no município de Mafra, SC.*

Sede	Localização	Situação
Órgão Gestor	Av. Pref. Frederico Heyse, 623, Centro I Baixada	Locado
CRAS MJPS	Rua Capitão João Braz, nº 734, Vila Ivete	Próprio
CRAS Central	Rua Banemérito Pedro Kuss, 522	Cedido
CREAS	Rua Tupinambás, nº 100, Vista Alegre	Próprio
Abrigo Institucional	Rua Tupinambás, s/nº, Vista Alegre	Próprio
Centro de Convivência do Idoso	Rua Tupinambás, nº 80, Vista Alegre	Próprio
Departamento de Habitação	Anexo ao Cras Central	Próprio

17. REDE SOCIOASSISTENCIAL DISPONÍVEL

Quadro 35 - Rede socioassistencial disponível no município de Mafra, SC.

REDE SOCIOASSISTENCIAL PÚBLICA		
Nível de Proteção Social	**Unidade pública de Assistência Social**	**Capacidade de Atendimento**
Proteção Social Básica	Centro de Referência da Assistência Social – CRAS Maria José Pinto da Silva Rua Capitão João Bley, 734, Bairro Vila Ivete	5.000 famílias referenciadas
Proteção Social Básica	Centro de Referência da Assistência Social – CRAS Central Rua Benemérito Pedro Kuss, 522, Bairro Centro I Baixada	5.000 famílias referenciadas
Proteção Social Especial de Média Complexidade	Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) Rua Tupinambás, 100,Bairro Vista Alegre	80 famílias//indivíduos
Proteção Social Especial de Alta Complexidade	Abrigo Institucional "Benemérito Epitácio Schumacher" Rua Tupinambás, s/nº, Bairro Vista Alegre	12 crianças/adolescentes
REDE SOCIOASSISTENCIAL NÃO GOVERNAMENTAL		
Nível de Proteção Social	**Entidade**	**Serviço**
Proteção Social Básica	Associação das Senhoras de Caridade São Vicente de Paula	SCFV
Proteção Social Básica	Associação Mafrense dos Deficientes Visuais (AMADEV)	SCFV; Habilitação e Reabilitação de Pessoas com Deficiência
Proteção Social Básica	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)	SCFV; Habilitação e Reabilitação de Pessoas com Deficiência
Proteção Social Especial de Alta Complexidade	Casa de Apoio Novo Amanhecer	Casa de Passagem
Proteção Social Básica	CIEE/SC	Introdução ao Mercado de Trabalho
Proteção Social Especial de Alta Complexidade	Associação Beneficente Professora Georgete	Residência Inclusiva
Proteção Social Especial de Alta Complexidade	Hospital São Vicente de Paula	Casa de Apoio

18. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O processo de monitoramento e avaliação do PMAS deve ocorrer de forma regular.

Serão utilizados instrumentos como Relatórios Mensais de Atendimento (RMA), indicadores dos Programas Sociais (Cadastro Único e Programa Bolsa Família), Censo SUAS e demais indicadores criados com essa finalidade. No entanto, a principal avaliação será realizada pelo CMAS e trabalhadores do SUAS, da forma que segue no Quadro 36:

Quadro 36 - *Monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Assistência Social de Mafra, SC*

AÇÃO	INSTRUMENTO	PERIODICIDADE
Relatório de gestão contemplando as ações que foram realizadas e o alcance de metas	Relatório de gestão	Anual
Acompanhamento e fiscalização da execução das ações/estratégias/metas previstas no PMAS	CMAS	Anual
Revisão e atualização/avaliação do PMAS	Reunião de Trabalhadores e coordenadores	Semestral
Conferência Municipal da Assistência Social	Ato de conferir nas pré-conferências	Bianual

A atual comissão responsável pela elaboração do PMAS será instituída como Comissão Permanente do PMAS, assegurando a continuidade do trabalho desenvolvido. Caberá a este grupo a organização das reuniões periódicas, bem como o incentivo e a coordenação dos processos de revisão e atualização do Plano, garantindo que o PMAS permaneça alinhado às demandas do território, às normativas vigentes e às necessidades identificadas no âmbito da Política de Assistência Social.

19. PLANEJAMENTO FINANCEIRO 2026-2029

Quadro 37 - Planejamento financeiro para os anos de 2026-2029 em Mafra, SC

	2026	2027	2028	2029	Total
Apoio Administrativo à Secretaria Municipal de Assistência Social	1.200.054,00	1.248.056,00	1.297.978,08	1.349.897,04	5.095.985,12
Pessoal e Encargos Sociais - Secretaria Municipal de Assistência Social	3.161.878,90	3.288.354,06	3.419.888,22	3.556.683,75	13.426.804,93
Segurança Alimentar e Nutricional	50.050,00	52.052,00	54.134,08	56.299,44	212.535,52
Proteção Social Básica	518.700,00	531.288,00	544.179,52	557.386,69	2.151.554,21
Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade	1.583.000,00	2.270.320,00	1.761.132,80	1.930.822,91	7.545.275,71
Pessoal e Encargos Sociais - Proteção Social Básica	1.504.734,42	1.564.923,80	1.627.520,75	1.692.621,58	6.389.800,55
Pessoal e Encargos Sociais - Proteção Social Especial de Média e Alta	964.118,55	1.002.683,29	1.042.790,62	1.084.502,25	4.094.094,71
Apoio aos Conselhos Municipais Vinculados à Assistência Social	2.000,00	2.080,00	2.163,20	2.249,73	8.492,93
Mafra Sempre Mais SUAS	91.000,00	94.640,00	98.425,60	102.362,61	386.428,21
Benefícios Eventuais	572.500,00	595.400,00	619.216,00	643.984,64	2.431.100,64
Atendimento pela Rede Socio Assistencial - Organizações e Entidades	270.050,00	280.852,00	292.086,08	303.769,52	1.146.757,60
Mafra Sempre Mais GIIC	10.050,00	10.452,00	10.870,08	11.304,88	42.676,96
Habitação Rural	100.000,00	156.000,00	162.240,00	168.729,60	586.969,60
Habitação Urbana	120.000,00	140.800,00	161.632,00	172.497,28	594.929,28
Apoio às Políticas de Garantia dos Direitos da Pessoa com Deficiência	17.000,00	17.680,00	18.387,20	19.122,69	72.189,89
Mafra Sempre Mais Cuidado com a Terceira Idade	70.000,00	72.800,00	75.712,00	78.740,48	297.252,48
Total	**10.235.135,87**	**11.328.381,15**	**11.188.356,23**	**11.730.975,09**	**44.482.848,34**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). *Programa de Aquisição de Alimentos*. Disponível em: https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/acesso-a-alimentos-e-a-agua/programa-de-aquisicao-de-alimentos. Acesso em: 11 out. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). "Resultados". Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados. Acesso em: 11 nov. 2025. Atualizado em: 14 ago. 2024

BRASIL. Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único. *VIS DATA: é a ferramenta informacional sucessora da Matriz de Informações Sociais concebida em 2005. O VIS DATA se utiliza do conceito de base de dados para armazenar e gerir diversos indicadores e variáveis.* Disponível em: https://dados.gov.br/dados/reuso/8#:~:text=VIS%20DATA%3A%20%C3%A9%20a%20ferramenta,gerir%20diversos%20indicadores%20e%20vari%C3%A1veis. Acesso em: 14 maio 2025

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Resultados – Avaliação da Alfabetização*. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/avaliacao-da-alfabetizacao/resultados. Acesso em: 08 out. 2025

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). *Resultados – IDEB*. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados. Acesso em: 13 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 set. 2006.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). *Conheça o IDEB*. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/conheca-o-ideb. Acesso em: 14 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Programa Bolsa Família*. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/bolsa-familia. Acesso em: 13 out. 2025. Serviços e Informações do Brasil+1

BRASIL. Ministério da Cidadania. *População em situação de rua no Brasil: o que os dados revelam? Monitoramento SAGI – Série Relatos de Caso 2*. Brasília: Ministério da Cidadania, 2019. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmps/ferramentas/docs/Monitoramento_SAGI_Populacao_situacao_rua.pdf. Acesso em: 20 out. 2025

BRASIL. Ministério da Cidadania. *RI v.4*. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/cidadania/?codigo=421010&aM=0. Acesso em: 23 maio 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS**. 1. ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009. 72 p.

CALADO, Amanda Maciel; CARNEIRO, Henrique Figueiredo. **Masculinidades no contexto da socioeducação: apontamentos para intervenções**. *Psicologia e Saber Social*, v. 11, n. 2, p. 30-61, 2022. e-ISSN 2238-779X.

DEUTSCHE WELLE. Por que o Brasil tem atraído mais imigrantes da Venezuela. Disponível em: https://www.dw.com/pt-br/por-que-o-brasil-tem-atra%C3%ADdo-mais-imigrantes-da-venezuela/a-68561888. Acesso em: 20 out. 2025.

IBGE, 2025. Definição IBGE: Disponível em: https://educa.ibge.gov.br/20592-sobre-o-ibge.html. Acesso em: 14 de maio de 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Panorama do Censo 2022*. Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/. Acesso em: 11 out. 2025.

MACHADO, William Guimarães Ricardo. **População em situação de rua: uma análise das estruturas determinantes e condicionantes em torno dessa expressão da questão social**. *Revista Serviço Social em Debate*, v. 2, n. 1, 2019.

MOTTA, Ivan Dias da; SIQUEIRA, Dirceu Pereira; ALÉCIO, Suelen Maiara dos Santos. *Pessoas com deficiência em situação de rua e as políticas públicas para promover a efetivação de direitos*. *Revista Direito & Paz*, v. 2, n. 49, 2023. Disponível em: https://revista.unisal.br/lo/index.php/direitoepaz/article/view/1720/703. Acesso em: 20 out. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA. Escolas municipais em Mafra / SC. Disponível em: https://escolas.com.br/municipais/sc/mafra. Acesso em: 11 out. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA (SC). *Plano de Contingência Municipal (PLANCON) – Mafra / 2021*. Mafra, SC: Prefeitura Municipal de Mafra, 2021. Disponível em: https://mafra.sc.gov.br/uploads/sites/372/2021/12/2253575_PLANCON___MAFRA_2021.pdf. Acesso em: 20 out. 2025.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Disponível em:https://www.gov.br/secom/pt-br/acesso-a-informacao/comunicabr/lista-de-acoes-e-programas/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa. Acesso em: 23 out. 2025.

SCHIAFFARINO, Júlia. “Gestão Jair Bolsonaro cortou em mais de 70% repasses para assistência social”. *Congresso em Foco*, 7 jan. 2022. Disponível em: https://www.congressoemfoco.com.br/noticia/30213/gestao-bolsonaro-cortou-em-mais-de-70-repasses-para-assistencia-social. Acesso em: 03 nov. 2025

SILVA, João Carlos Jarochinski; ABRAHÃO, Bernardo Adame. Contradições, debilidades e acertos dos marcos de regularização de venezuelanos no Brasil. Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, v. 11, n. 22, p. 171-194, 2022.

VIS DATA. *Data Explorer* [ferramenta online]. 2025. Disponível em: https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/data-explorer.php. Acesso em: 25 mar. 2025.